



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

DANA MILENA CHÁVARRO BERMEIO

**NOVAS POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO DAS
MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA:
comparando Brasil e Colômbia**

Recife
2019

DANA MILENA CHÁVARRO BERMEO

**NOVAS POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS
NA AMÉRICA LATINA:
comparando Brasil e Colômbia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

C512n Chávarro Bermeo, Dana Milena.
Novas possibilidades de interpretação das mobilizações sociais na América Latina : comparando Brasil e Colômbia / Dana Milena Chávarro Bermeo. – 2019.
269 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2019.
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Movimentos sociais – América Latina. 3. Ação coletiva.
4. Neoliberalismo. 5. Brasil. 6. Colômbia. I. Albuquerque, Paulo Henrique Novaes Martins de (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-239)

DANA MILENA CHÁVARRO BERMEO

**NOVAS POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS
NA AMÉRICA LATINA:
comparando Brasil e Colômbia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em: 30/10/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. Remo Mutzenberg
(Titular Interno – PPGS/UFPE)

Prof. Dr. Paulo Marcondes Ferreira Soares
(Titular Interno – PPGS/UFPE)

Prof. Dr. Janssen Felipe da Silva
(Titular Externo – PPGE/UFPE)

Prof. Dr. Alexandre Simão de Freitas
(Titular Externo – PPGE/UFPE)

Este trabalho não tinha visto luz sem o amor, a paciência e o acompanhamento permanente do meu *Amor Bonito*. Há oito anos encontrei nesta terra a possibilidade de compartilhar a vida junto. O Estar junto e presente é como um ato autêntico de dádiva! Esta presença esteve comigo todos os dias mostrando-me que o esforço pela formação é construído cotidianamente com alegria que dar sentido às pequenas conquistas. Para ti e contigo!

AGRADECIMENTOS

Ao professor Paulo Henrique Martins, meu orientador, que se “ariscou” e acolheu-me como sua orientanda de maneira generosa e dadivosa como ele sabe ser e fazer. Sou eternamente grata por tudo que aprendi com ele. Fica aqui registrado meu sincerero respeito a este mestre da vida que tive como professor. Levo comigo as dádivas recebidas dele.

A todos os Professores da UFPE e em particular aos do PPGS. Quero registrar minha gratidão àqueles docentes que tive a oportunidade de conhecer e compartilhar novos saberes desde o momento em que comecei minha trajetória de doutoranda no Brasil. Em primeiro lugar agradeço ao acolhimento integral recebido pela então coordenadora do PPGS. Com estes mestres também conheci a verdadeira solidariedade. Eles mostraram-me que a formação humana necessita também de apoio simbólico e solidário.

Neste aspecto conheci um professor que me ensinou a autoformação de escutar a mim mesma: meus medos, meus sonhos, minhas angústias, minhas felicidades... E mais: com ensinamentos espiritualistas dos florais, gota a gota, ajudou-me a entender que é possível aprender em contextos de diversidade. Nesta longa trajetória outros professores deram luz a uma doutoranda que não conhecia bem os costumes e o cotidiano do acadêmico brasileiro. Nesta direção sou muito grata a gentis professores que dedicaram infinita paciência e humildade disponibilizando tempo para que pudesse ampliar um pouco meu conhecimento acadêmico. Houve ainda professores interessados pelos estudos latino-americanos. Eles demonstraram que em momento de crise o esforço do trabalho coletivo faz que as coisas difíceis sejam possíveis. Há ainda um caso bastante curioso: num momento “escuridão” recebi acolhimento, luz e sabedoria dadivosa para atravessar tortuosos caminhos formativos que me desafiavam finalizar esta tese. Com este educador iluminado pude entender que o verdadeiro significado do meu nome é generosidade justamente o que estou estudando. Enfim, no meu doutoramento uma das maiores lições aprendidas foi compreender o quanto fui agraciada pelo privilégio de ser acolhida por professores extremamente competentes e solidários.

Institucionalmente agradeço à CAPES – PEC PG pela bolsa de doutorado concedida. Ao PPGS pela possibilidade de formação e ao Instituto da América Latina (IAL) pelas parcerias construídas e pelas oportunidades de tecer novas redes de pesquisa.

A minha turma de doutorado: Patrícia, Felipe, Manuela, Aristóteles, Jéssica, Ronaldo, Dayra, Eder, Gabriella, Ignácio, Emilly e Jonas pela iniciação no mundo da pós-graduação brasileira. Com eles aprender que: no final tudo vai dar certo!

Aos locais de acolhimento onde passei muito tempo estudando tais como: FUNDAJ, AGGEU, IAL-UFPE. Nestes espaços públicos e acadêmicos conheci e usufrui das suas instalações. Eles constituíram meu roteiro de peregrinação pela grande Recife. Nestes espaços fiquei procurando ideias necessárias para ressignificar a musa, a sabedoria da imaginação sociológica presente nesta tese. Especialmente agradeço ao Museo da Abolição que na reta final deste relatório abriu suas portas e fui adotada como visitante “permanente” num dos sobrados mais representativos da capital pernambucana. Ali, naquele santuário histórico, encontrei o sossego necessário e estive acompanhada pela ancestralidade e pela força das heranças africanas que habitam aquele espaço.

Aos Casais: Arthemísia e Policarpo, Pedro *bala* e Karol, Allán e Mariana. Eles são Amigos e vizinhos que levarei no coração. Obrigada pela amizade, pelos Vagalumes e pela Semente angoleira.

Aos ativistas e militantes da Marcha e do MPL pela possibilidade de conhecer a força do desinteressamento que nutre a utopia do estar juntos.

Por fim, a minha família: pais: Ana e Aquileo. Irmãos: Edna Mileth, Octavio e Leidy Constanza. Sobrinhos: Zahir, Yasser e Samuel Esteban. Eles são o motor da minha existência e a fonte da minha vida. Minhas tias: Magdalena e Mireya pelo apoio incondicional. Meu afilhado: Maurício que sempre esteve prestes a socorrer-me quando apareciam as dificuldades com os idiomas.

A Wellington, o mais novo integrante da minha família, que caminhou comigo nestes anos de permanência no Brasil e ajudou-me entender a cultura cotidiana recifense e os cânones acadêmicos brasileiros. Escutou-me nos momentos de aflição e de mãos dadas esteve apoiando-me e dando-me força para alcançar um sonho.

Todos vocês fizeram parte deste grande e desafiante trabalho da minha vida acadêmica. Obrigada pelos presentes, pelas obrigações não obrigadas e pela *dhana* (generosidade) recebida.

RESUMO

Esta tese aborda as transformações ocorridas com as mobilizações sociais latino-americanas no contexto de declínio de governos progressistas e de emergência de regimes políticos de direita e envolvidos com os programas de expansão do neoliberalismo na América Latina. Considerando a impossibilidade de realizar uma análise geral dos movimentos na região, vamos centrar nossa discussão na análise comparativa de duas mobilizações que se verificam em tempos históricos paralelos na Colômbia e no Brasil, e que, no nosso entender, marcam um novo ciclo de indignação moral na política. Uma delas é a Marcha Patriótica (Colômbia) a outra, Movimento Passe Livre (Brasil). A realização da pesquisa conheceu dois importantes desafios resultantes do fato que não estamos analisando fenômenos sociais já ocorridos, mas um processo de grande atualidade e imprevisibilidade, que coloca desafios teóricos e práticos relevantes. Por um lado, o desafio prático da pesquisa foi de observar se as mobilizações sociais, respondendo às mudanças do contexto político, se reciclam como os movimentos sociais com vistas a refundar suas utopias emancipatórias. Neste plano de análise, observamos que as narrativas apontam para o aprofundamento de práticas associacionistas e conviviais comprometidas com o bem comum. Por outro lado, no plano da construção teórica, constatamos que as teses dos movimentos sociais disponíveis não davam conta da complexidade de racionalidades, afetos, e disposições morais que guiam os indivíduos e os próprios movimentos coletivos nestes contextos de transição de regimes políticos. Nesta perspectiva teórica tive que buscar aprofundar o diálogo entre teorias da ação social que mais têm avançado na busca de ressignificar os sentidos da ação social, com vistas a poder alargar o entendimento tradicional da racionalidade instrumental. Isto exigiu repensar nossos próprios referenciais teóricos como socióloga para poder entender e incluir outras racionalidades expressivas adequadas para contemplar os modos de construção afetiva e moral da ação social. Nesta direção, consideramos, pessoalmente, como sendo importante assumir uma posição normativa anti-utilitarista, isto é, antimercadológica, para poder vislumbrar as disposições políticas de agentes sociais prejudicados pelas políticas neoliberais voltadas para concentração de riquezas e aumento das desigualdades e exclusões sociais. Em termos teóricos mobilizamos uma conjunção teórica entre a teoria do processo político (TPP) e a teoria plurimotivacional da ação social inspirada no debate de maussiano sobre o dom. Tal desenho epistemológico com vistas a repensar os modos de interpretação da realidade dinâmica foi fundamental para desconstruir as explicações instrumentais e unilaterais tão características nas análises clássicas

dos movimentos sociais. No âmbito dos recursos metodológicos nossa investigação recorreu à perspectiva epistemológica do interpretativismo como um caminho adequado para compreender a construção social das novas racionalidades do agir social. No desenvolvimento da tese, avançamos no entendimento de novas possibilidades destas mobilizações como uma das expressões de uma luta anticapitalista mais ampla comprometida com as bandeiras democráticas e que vem se desenhando no momento presente na América Latina e, também, em outras regiões. Repensar a democracia como luta por um bem comum que supera as divisões tradicionais entre público e privado nos pareceu um avanço importante das mobilizações estudadas.

Palavras-Chave: Ações coletivas. Antiutilitarismo. Pluralidade de motivações. Processo político. Bem comum.

RESUMEN

Esta tesis aborda las transformaciones ocurridas con las movilizaciones sociales latinoamericanas en el contexto de declive de gobiernos progresistas y del surgimiento de regímenes políticos de derecha, involucrados con los programas de expansión neoliberal en América Latina. Teniendo en cuenta la imposibilidad de realizar un análisis total de los movimientos en la región, la discusión se centra en el estudio comparativo de dos movilizaciones que acontecen en tiempos históricos paralelos tanto en Colombia como en Brasil, y que a nuestro entender, marcan un nuevo ciclo de indignación moral en la política. Una de las movilizaciones aquí estudiadas es la Marcha Patriótica (Colombia) y la otra es el Movimiento Passe Livre (Brasil). La realización de esta investigación conoció dos importantes desafíos como resultado de estar analizando fenómenos sociales sin precedentes, y sin embargo, procesos de gran actualidad e imprevisibilidad que exigen relevantes esfuerzos teóricos y prácticos. Por un lado, el desafío práctico de la investigación fue observar si las movilizaciones sociales, respondiendo a los cambios del contexto político, se reconstituyen como movimientos sociales en aras de refundar sus utopías emancipadoras. En este plano de análisis se observa que las narrativas apuntan para la especialización de prácticas asociacionistas y conviviales comprometidas con el bien común. Por otro lado, en el plano de la construcción teórica se constató que las tesis disponibles de los movimientos sociales no dan cuenta de la complejidad de racionalidades, de afectos y disposiciones morales que guían los individuos y los propios movimientos colectivos, en estos contextos de transición de regímenes políticos. Esta perspectiva teórica tuvo que ahondar el diálogo entre teorías de la acción social que más avanzaron en la búsqueda de resignificar los sentidos de la acción social con la finalidad de extender la comprensión tradicional de la racionalidad instrumental. Esto exigió (re)pensar mis propias referencias teóricas como socióloga, para poder entender e incluir otras racionalidades expresivas adecuadas para contemplar los modelos de construcción afectiva y moral de la acción social. En esta dirección consideramos importante asumir una posición normativa antiutilitarista, o sea, anti-mercadológica, para poder vislumbrar las disposiciones políticas de los agentes sociales perjudicados por las políticas neoliberales, dirigidas hacia la concentración de riquezas y aumento de las desigualdades y exclusiones sociales. En términos teóricos movilizamos una conjunción entre la teoría del proceso político (TPP) y la teoría pluri-motivacional de la acción social, esta última inspirada en el debate maussiano sobre el don. Tal diseño epistemológico fue fundamental, con vista a repensar los modos de interpretación de la realidad dinámica, para (des)construir las explicaciones instrumentales y unilaterales tan

características en los análisis clásicos de los movimientos sociales. En el ámbito de recursos metodológicos la investigación apeló para la perspectiva epistemológica del interpretativismo como un camino adecuado para comprender la construcción social de las nuevas racionalidades de la praxis social. En el desarrollo de la tesis se avanzó en la comprensión de las nuevas posibilidades de estas movilizaciones, como una de las expresiones de la lucha anticapitalista más amplia, comprometida con las banderas democráticas y que se viene diseñando actualmente en América Latina y también en otras regiones. Repensar la democracia como lucha por un bien común, que supera las divisiones tradicionales entre lo público y lo privado, parece un avance importante en las movilizaciones estudiadas.

Palabras Clave: Acciones colectivas. Antiutilitarismo. Pluralidad de motivaciones. Proceso político. Bien común.

ABSTRACT

The new social context in Latin America, such as, the fall of social governments and the rise of conservative governments (highly involved with the neo-liberal expansion) transform the social movements in Latin America. The main subject in this new context consists in the comparative study of two social movements, Marcha Patriótica and Passe Livre, in two countries, Colombia and Brazil. Giving to these social movements a main subject: a new era of political indignation. For the study of this subject is necessary to overcome the new social phenomena, that are highly relevant but unpredictable. This social phenomena rises two important problems, one is the continual change of social movements, mainly for the new context. In this subject the narratives are involved in social practices, associationism or conviviality, engage with the common wealth. The other problem is the unfitting social theoretical framework, for this subject the theories of social action were accurate, mainly for the anti-utilitarian concepts. The core of the social framework is the union of political process theory and the multiple motivations theory, inspired in the Mauss debate, particularly his gift theory. In the section of methodological resources, the interpretivist paradigm was chosen for an appropriate study. With the results of the study concern mainly in re-think of democracy, in the fight of common wealth, with this is reevaluate, the division between public space and private space.

Keywords: Collective action. Anti-utilitarianism. Multiple motivations theory. Political process. Common good.

RÉSUMÉ

Le nouveau contexte social en Amérique latine, tel que la chute des gouvernements sociaux et la montée des gouvernements conservateurs (fortement impliqués dans l'expansion néolibérale), transforme les mouvements sociaux en Amérique latine. Le sujet principal de ce nouveau contexte consiste en l'étude comparative de deux mouvements sociaux, Marcha Patriótica et Passe Livre, dans deux pays, la Colombie et le Brésil. Donner à ces mouvements sociaux un sujet principal: une nouvelle ère d'indignation politique. Car l'étude de ce sujet est nécessaire pour surmonter les nouveaux phénomènes sociaux, qui sont très pertinents mais imprévisibles. Ce phénomène social soulève deux problèmes importants. L'un est le changement continu des mouvements sociaux, principalement pour le nouveau contexte. Dans ce sujet, les récits sont impliqués dans des pratiques sociales, associationnisme ou convivialité, s'engagent dans la richesse commune. L'autre problème est le cadre théorique social inadapté, pour ce sujet, les théories de l'action sociale étaient précises, principalement pour les concepts anti-utilitaristes. Le noyau du cadre social est l'union de la théorie des processus politiques et de la théorie des motivations multiples, inspirée du débat de Mauss, en particulier de la théorie du don. Dans la section des ressources méthodologiques, le paradigme interprétiviste a été choisi pour une étude appropriée. Avec les résultats de l'étude concernant principalement repenser la démocratie, dans la lutte de la richesse commune, avec cela est revaloriser, la division entre espace public et espace privé.

Mots-clés: Action collective. Anti-utilitarisme. Théorie des motivations multiples. Processus politique. Bem comun.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Considerações da perspectiva interpretativista.....	29
Figura 2-	Tripé do neodesenvolvimentismo no Brasil.....	63
Gráfico 1-	Participação da exploração mineral-energética X crescimento do PIB (COL).....	68
Figura 3-	Modelo de sistema político e de mobilização.....	82
Figura 4-	Retrospectiva das principais ações da Marcha (2010-2017).....	113
Figura 5-	Logomarca da Marcha (2012).....	117
Figura 6-	Histórico do Processo de Diálogos de Paz (2010-2016).....	118
Figura 7-	Setores Sociais da Marcha.....	131
Figura 8-	Comissões na JPN.....	132
Figura 9-	Estrutura orgânica da Marcha Patriótica.....	133
Quadro 1-	Repertório de Confronto Marcha Patriótica.....	134
Figura 10-	Retrospectiva das principais Ações do MPL.....	158
Figura 11-	Atuações Passe Livre (out-dez/2012).....	162
Figura 12-	O MPL é recebido pela presidenta Dilma no Planalto Central.....	164
Figura 13-	Logomarca MPL.....	170
Figura 14-	Quebrando a catraca pela base.....	175
Figura 15-	Coletivo Projetação e MPL.....	178
Quadro 2-	Principais Mobilizações do MPL 2013-2016.....	179
Figura 16-	Links dos Coletivos Federados MPL.....	182
Figura 17-	Aumento da tarifa X ativação dos repertórios de Confronto.....	191
Figura 18-	Debate Tarifa Zero é possível.....	193
Figura 19-	Escrito na pele.....	221

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

9A	9 de abril
AC	Ações Coletivas
ACEU	Asociación Colombiana de Estudiantes Universitarios
ACVC	Asociación Campesina del Valle del Río Cimitarra
ALCA	Acordo de Livre Comércio das Américas
AZRC	Asociación de Zona de Reserva Campesina
BR	Brasil
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CGA	Convergência de Grupos Autônomos
CMI	Centro de Mídia Independente
CNA	Coordinador Nacional Agrário
COL	Colômbia
CONAP	Coordinadora Nacional Agraria Popular
COPAD	Consejo Patriótico Distrital
COPAN	Comité Patriótico Nacional
CPN	Consejo Patriótico Nacional
CPDs	Consejos Patrióticos Departamentales
CUT	Central Unitária de Trabalhadores
EOP	Estrutura de Oportunidades Política
ELN	Ejército de Liberación Nacional
ESMAD	Unidade antimotim da polícia
EZLN	Ejército Zapatista de Liberación Nacional
FARC-EP	Fuerzas Armadas Revolucionarias
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
FEU	Federación de Estudiantes Universitarios
GABO	Gabriel García Márquez
GT	Grupo de Trabalho

JPN	Junta Patriótica Nacional
JRI	Juventude Revolução Independente
M.A.U.S.S.	Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais
MANE	Mesa Amplia Nacional Estudantil
MAPA	Movimiento político y social Marcha Patriótica
MARCHA	Movimiento político y social Marcha Patriótica
MIA	Mesa Nacional Agropecuaria y Popular de Interlocución y Acuerdo
MPL	Movimento Passe Livre
MPL-DF	Movimento Passe Livre – Brasília
MPL-SP	Movimento Passe Livre - São Paulo
MR	Mobilização dos Recursos
OP	Oportunidade Política
PC	Poder Ciudadano
PCC	Partido Comunista Colombiano
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Movimento Passe Livre
PIB	Producto Interno Bruto
PSE	Plataforma Social Engativá
PSU	Plataforma Social Usme
PT	Partido dos Trabalhadores
QI	Quadros Interpretativos
STIU	Sindicato dos Urbanitários
TNMS	Teoria dos novos movimentos sociais
TPP	Teoria do Processo Político
UN	Universidad Nacional de Colombia
UP	Unión Patriótica
UPN	Universidad Pedagógica Nacional
WUNC	Valor, Unidade, Número e Compromisso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	PERSPECTIVA ANALÍTICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	28
2	AÇÕES COLETIVAS LATINO-AMERICANAS E OS IMPACTOS DA OFENSIVA NEOLIBERAL.....	35
2.1	COMO INTERPRETAR AS AÇÕES COLETIVAS HOJE?	36
2.2	CONFIGURAÇÃO DO NOVO CONFRONTO POLÍTICO LATINO-AMERICANO: A CRÍTICA ANTIUTILITARISTA À OFENSIVA NEOLIBERAL	45
2.2.1	Novo Ciclo de Indignação Moral das Ações Coletivas e o Resgate do Bem Comum Latino-Americano.....	48
2.2.3	Atualização da Crítica Anticapitalista à Privatização da Gestão Cidadã: Ressignificando as Mobilizações fundadas na Indignação Moral	52
2.3	NEODESENVOLVIMENTISMO E NEOEXTRATIVISMO: IMPACTOS NEOLIBERAIS NO JOGO DEMOCRÁTICO E NAS AÇÕES COLETIVAS	60
2.3.1	A Política Neoliberal do Neodesenvolvimentismo	63
2.3.2	A Política Neoliberal do Neoextrativismo	65
2.3.3	A Política Neoliberal Latino-Americana e a Queda dos Regimes Democráticos de Esquerda.....	70
3	EMERGÊNCIA DAS AÇÕES COLETIVAS MORALMENTE MOTIVADAS PELA SOLIDARIEDADE.....	74
3.1	RELEVÂNCIA DO FATOR MORAL PARA AMPLIAR O ENTENDIMENTO DAS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS	75
3.1.1	Sobre o Conceito de Ações Coletivas e Movimentos Sociais.....	77
3.1.2	Oportunidades Políticas: Estrutura, Repertório do Confronto e Quadros Interpretativos	79
3.2	SOLIDARIEDADE MODERNA, UNIVERSALIZAÇÃO DO DOM E PLURALIDADE DE MOTIVAÇÕES.....	91
3.2.1	Revisitando a Noção de Solidariedade Moderna.....	93
3.2.2	A Universalização do Dom: Contribuições para Repensar as Ações Coletivas Moralmente Motivadas	97
3.2.3	Sobre o Conceito de Interesse na Teoria Relacional do Dom.....	103
4.	MARCHA PATRIÓTICA: OPORTUNIDADES, REPERTÓRIOS E QUADROS INTERPRETATIVOS.....	111
4.1	OPORTUNIDADES POLÍTICAS: PROCESSO DE PAZ E REPRESSÃO SISTEMÁTICA	112
4.1.1	Saída Negociada do Conflito Armado e a Construção da Paz com Justiça Social .	114
4.1.2	A questão histórica de criminalização das mobilizações sociais colombianas	121

4.2	ESTRUTURA ORGÂNICA E OS REPERTÓRIOS DE CONFRONTO DA MARCHA	128
4.2.1	Um movimento de movimentos: O efeito fractal da Marcha Patriótica	128
4.2.2	Repertórios do confronto da Marcha	133
4.2.3	A performance do confronto: <i>Todos somos agro descendientes</i>	137
4.3	QUADROS INTERPRETATIVOS DA MARCHA	142
4.3.1	Marco Diagnóstico da Marcha: contra o bloco conservador oligárquico neoliberal no poder e pela segunda e definitiva independência.....	143
4.3.2	Marco Prognóstico: as <i>gentes del común</i> e o ato de articular setores da esquerda .	147
4.3.3	Marcos de Motivação: sobre a paz com justiça social como bem comum da nação.	149
5.	MOVIMENTO PASSE LIVRE: OPORTUNIDADES, REPERTÓRIOS E QUADROS INTERPRETATIVOS.....	154
5.1	OPORTUNIDADES POLÍTICAS: OS VINTE CENTAVOS E A TARIFA ZERO	156
5.1.1	Aumento da Tarifa: Os Vinte Centavos.....	158
5.1.2	Tarifa Zero e O direito à cidade.....	168
5.2	ESTRUTURA ORGÂNICA E OS REPERTÓRIOS DE CONFRONTO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE.....	173
5.2.1	Estrutura orgânica: Os princípios de horizontalidade, da autonomia, de Independência e o pacto federativo.....	173
5.2.2	Repertórios de Confronto: Entre a Ação Direta e o Ativismo Online.....	177
5.3.	QUADRO INTERPRETATIVO DA AÇÃO COLETIVA DO MPL	187
5.3.1	Enquadramento de Diagnóstico: Pela Desmercantilização do Transporte Público	188
5.3.2	Enquadramento Prognóstico: Tarifa Zero como Projeto Político e a Multimilitância como dispositivo de articulação.....	192
5.3.3	Enquadramento Motivacional: Por uma Vida Sem Catracas! Na Procura do Bem Comum	196
6	NOVAS RACIONALIDADES DO AGIR SOCIAL EM DEFESA DO BEM COMUM.....	200
6.1	NOVAS RACIONALIDADES DO AGIR SOCIAL: UMA RELEITURA DOS PRINCÍPIOS E DAS PRÁTICAS ADOTADOS PELAS AÇÕES COLETIVAS	202
6.1.1	As Pautas que Mobilizam: as Conversações com as Guerrilhas, a Gratuidade do Transporte, Diálogos de Paz e Direito de Ir e Vir.....	204
6.1.2	Ressignificando o papel dos líderes: o olhar da individuação convivial.....	214
6.1.3	Práticas de lideranças e a ambivalência nos processos de produção de consenso: as dádivas de aliança.....	222
6.1.4	Ampliando o entendimento das novas racionalidades: o fator primordial da dádiva de aliança.....	229

6.2	A CONFIGURAÇÃO DA LUTA ANTIUTILITARISTA EM DEFESA DO <i>COMUM</i> : UMA NOVA POSSIBILIDADE PARA O AGIR SOCIAL?	235
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
	REFERÊNCIAS	252

1 INTRODUÇÃO

Esta tese realiza uma releitura comparativa das ações coletivas no Brasil e na Colômbia. Procuramos compreender o contexto de fragmentação da vitalidade democrática na América Latina advinda do ressurgimento da agenda neoliberal presente no discurso “pós-democrático” oligárquico da última década, principalmente nos últimos anos. Nossa matriz teórica se sustenta no entendimento que tais ações coletivas se fundam numa pluralidade de motivações nas quais estão presentes o interesse do grupo ou movimento, mas também a gratuidade da ação que permite a solidariedade social. Para realizar o estudo mobilizamos a seguinte questão problematizadora: até que ponto a pluralidade de motivações nos permite realizar uma releitura das ações coletivas (do Brasil e da Colômbia), demonstrando como o interesse e a espontaneidade do agir se fazem presentes de modo diferenciado na produção de solidariedade independentemente de matrizes ideológicas?

A partir desta caracterização preliminar do nosso problema buscamos entender se as ações coletivas analisadas ratificam o diagnóstico de que era necessário emergir uma nova frente de luta mais ousada capaz de ampliar o campo de visão das pautas mobilizatórias do século passado. No caso positivo é de se perguntar se esta frente evidencia o surgimento de novas racionalidades da luta coletiva dando “voz” ao fator moral da associação que viabiliza alianças plurais capazes de refundar ações mais amplas de interesse social. Nesta direção, segundo E. ECHART (2017), os movimentos sociais apostam na construção de novas condicionalidades favoráveis à solidariedade que potencializa a construção de agenda global anticapitalista para dar voz aos sujeitos plurais e aos indivíduos afetados pela “crise” especulativo-moral do capital internacional. Tais desafios, sustenta a autora, permitiu emergir redes transnacionais de indignados que unem esforços para resistir ao poder governamentalizador das políticas egoístas neoliberais.

A discussão sociológica das ações coletivas, estudadas numa perspectiva antiutilitarista, permitiu aprofundar esta relação entre pluralidade de motivações, inclusive morais, e novas estratégias de ação. Isto implica levar em consideração a construção social de eventos transnacionais de indignação moral, tais como a questão do ciclo confrontacional pela democracia real do Oriente Médio da *Primavera Árabe*¹ para ilustrar nosso estudo. Neste aspecto de convergência das mobilizações também merece destaque o confronto político pela redemocratização do sistema educacional chileno, que ficou conhecido como *la Revolución*

¹ Cf. ALONSO & BOTELHO, 2012.

Pinguina,² que constitui outro foco de debate visando reverter o processo de privatização do bem público educacional. No contexto europeu, principalmente espanhol, a reorganização e atualização da credibilidade político-partidária perante a sociedade civil foi um dos focos da “onda” político-participativa do movimento *Podemos*³. Outro campo de embate em defesa da vida plural advém dos movimentos de inspiração comunitária como aquele Bien Vivir proposto pelos intelectuais aymara, na Bolívia, e voltado para defender o legado democrático-participativo da luta anticapitalista e utópica⁴ em defesa dos direitos coletivos.

Por fim, há que se destacar a emergência de movimentos intelectuais e de ativismo político que puseram ênfase em temáticas morais tais como a discussão convivialista e o debate do bem comum. No caso do convivialismo⁵ houve a mobilização de uma teoria mais ampla e paradigmática para revelar as ambiguidades contida no projeto de hegemonização da racionalidade instrumental moderna. No âmbito da metáfora sociológica do comum novas perspectivas interpretativas contribuem para atualizar o debate⁶ pondo ênfase em aspectos morais e solidários, contribuindo para se buscar alternativas fora do dilema republicano tradicional entre privado e público, o qual vem sendo questionado pelo modelo neoliberal.

Nesta complexa realidade social emergiu uma situação desafiadora para nosso estudo: como analisar as ações coletivas latino-americanas numa época marcada pela incerteza ontológico-indenitário-social e pela fragilidade dos laços solidários do sujeito moderno? (BAUMAN, 2008; POLANYI, 1994; MARTINS, 2017, 2019; CAILLÉ, 2002, 2008). No desejo de contribuir para forjar e construir respostas a este desafio mobilizamos a discussão ontológico-social do paradigma maussiano que valoriza o pluralismo de motivações morais da ação social (CAILLÉ, 2002). Nosso propósito é demonstrar a partir da realidade moral e paradoxal do dom como o risco da associação social, voltado para construir novos mundos juntos, constitui uma possibilidade real de repensar a vida coletiva. Nesta construção ou releitura social das ações coletivas a dádiva contribuiu para pôr luz nas variadas racionalidades instrumentais e não instrumentais presentes no agir social e nos modos de organização das ações coletivas tratadas neste trabalho.

A perspectiva antiutilitarista que considera uma série de motivos não instrumentais na ação coletiva foi enriquecida com as ideias confrontacionais de Bringel & Pleyers (2017). Neste aspecto associamos nossa pesquisa ao que eles denominaram de *ciclo de confronto por*

² Cf. LABBÉ, 2011.

³ Cf. SANTOS & MENDES, 2018.

⁴ Cf. FARAH & VASAPOLLO, 2011.

⁵ Cf. OS CONVIVIALISTAS, 2013.

⁶ Cf. DARDOT & LAVAL, 2017.

indignação moral. Ou seja, neste novo contexto interpretativo das mobilizações sociais há alguns aspectos do movimento confrontacional que necessitam maior reflexão, tais como: a interação virtual como um novo recurso de mobilização das redes transnacionais, a relevância de ocupação das praças e de instituições públicas como novas estratégias de mobilização dos atores sociais. Ainda pode-se destacar as estratégias de contrapoder mobilizadas pelo estudo confrontacional dos movimentos transnacionais, os quais, segundo Tarrow, souberam atualizar as disputas políticas e culturais em questões globais como o debate dos direitos humanos, por exemplo.

Ainda tratando das peculiaridades do novo ciclo de confronto por indignação moral, observamos certos aspectos seminais que precisam ser considerados pelos pesquisadores sociais envolvidos com as atualizações da mobilização social. Um deles tem a ver com o ressurgimento e fortalecimento das oligarquias políticas latino-americanas que “corroem” a capacidade efetiva para a formação de alianças democráticas demonstrando “desconfiança” com a proteção republicana do bem comum⁷. Em consequência disto as ações coletivas do Sul global precisaram reinventar o seu agir social para compreender a desestruturação dos regimes republicanos no atual momento latino-americano, de modo a ressignificar as mobilizações a favor da defesa do bem comum.

Nesta direção, considerando o caso brasileiro pós junho de 2013, observamos que houve a ascensão de movimentos sociais de direita tal como o Movimento Brasil Livre (MBL) cuja novidade não foi de imediata percebida. Este se aproveitou das narrativas anticorrupção e contribuiu significativamente com a mídia conservadora para arquitetar o “enredo” ou narrativa política do impedimento constitucional da presidenta Dilma Rousseff⁸. No caso colombiano o desafio de entendimento das novas mobilizações da direita é maior porque a oposição ao processo de paz “foge” da arena político-discursiva para operar práticas agressivas contra as vidas dos militantes de esquerda. Ou seja, os ativistas em prol da paz colombiana tiveram como um dos maiores adversários as práticas políticas autoritário-oligárquicas. Estas recusam discutir a relevância dos tratados da paz no campo do debate dialógico e utilizam a “estratégia” da violência armada como uma tática política de “limitar” a conquista democrática da paz com justiça social⁹.

⁷ Cf. LEVITSKY & ZIBLATT, 2017.

⁸ Cf. ALVES; GONÇALVES; TONELLI (Orgs.), 2017.

⁹ Para maiores informações consultar:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/19/internacional/1508364052_311617.tml> Acesso em: 09/02/2019.

A partir destas peculiaridades apresentadas sobre as ações coletivas no contexto confrontacional de indignação moral realizamos uma aproximação com a teoria do Processo Político (TPP), evitando repetir análises tradicionais dos movimentos sociais sobrevalorizando os mecanismos que legitimam o registro unilateral da mobilização social que não considera o contexto geral da ação. Numa direção oposta à análise estritamente do “tipo ideal” ou instrumental das ações coletivas optamos pela perspectiva confrontacional do movimento. Esta se mostrou muito útil para revelar o valor das estratégias e dos mecanismos da mobilização coletiva em contextos de regimes políticos autoritários e de ameaça à vida democrática. Com isto fica evidente como *o poder em movimento* canaliza o foco da luta social nos processos de mudança apresentados ao longo da tese.

Como pretendemos demonstrar, as perspectivas democráticas dependem diretamente das novas racionalidades da ação coletiva latino-americana. Assim, observamos que a discussão estratégica da mobilização coletiva foi ressignificada ao levar em conta o valor da dimensão moral na legitimação do pluralismo da ação coletiva. Como observamos há uma incerteza e um risco estrutural nessas mobilizações que dependem largamente dos modos de organização dos pactos afetivos e profissionais. Tal risco tem a ver com os desafios advindos na construção das novas racionalidades, uma vez que a “nova” razão de agir implica aceitar o diferente como uma das características primordiais das ações coletivas.

Portanto, do ponto de vista teórico, buscamos associar vários caminhos, um deles foi realizar o trabalho interpretativo a partir dos estudos sobre o Processo Político (ou Confronto Político), atribuindo relevância ao associativismo dos grupos de interesse num campo de disputa pelo poder entre movimento social e Estado (SCHERER-WARREN, 2011; TARROW, 2009). Um outro caminho foi aquele de explorar a teoria plurimotivacional da ação social sintetizada nos estudos sobre a dádiva, na medida em que esta última permite observar as ambivalências dos motivos do agir e que não se reduzem à lógica utilitária (MARTINS, 2008, 2017; CAILLÉ, 2008). Ainda devemos lembrar, do ponto de vista da teoria das estratégias dos movimentos sociais, que percorremos uma literatura que nos permitiu compreender singularidades esclarecedoras sobre os procedimentos, táticas e esquemas que ressignificam a mobilização em prol do bem comum. Nesta direção os textos, artigos e livros de autores envolvidos com a TPP foram seminais para a pesquisa. Dentre inúmeros trabalhos destacamos as ideias confrontacionistas encontradas em (TARROW, 2009; TILLY & WOOD, 2009; GOHN, 2008, 2017; BRINGEL & PLEYERS, 2017; LARAÑA & GUSFIELD, 1994; McADAM, 1994; McADAM, TARROW, TILLY, 2009; McADAM, McCARTHY, ZALD, 1999; SNOW & BENFORD, 1992, entre outros).

No que diz respeito a teoria da dádiva nosso foco de interpretação privilegiou o entendimento moral das ações coletivas que permitem redimensionar o lugar do interesse instrumental e estratégico a partir de uma perspectiva que dá ênfase à pluralidade de elementos objetivos e subjetivos que interferem na ação social. Nesta direção foi relevante compreender como a dádiva constitui uma abordagem relacional e dinâmica que coloca em relevo os riscos e as incertezas das decisões no momento de organização das alianças sociais. A dádiva facilita entender o problema moral e paradoxal da confiança para reconstrução da associação. Nesta direção mobilizamos à discussão sociológica do dom para identificar as idiossincrasias do sujeito plural a partir de atitudes e sentimentos morais compartilhados tais como: a solidariedade, o afeto, a empatia, a generosidade; mas também a rivalidade, a disputa e o agonismo que são bem presentes nos estudos de Mauss sobre a dádiva nas sociedades tradicionais. Para sistematizar tal interpretação moral mobilizamos as ideias antiutilitaristas da sociologia francesa encontradas em (MAUSS, 2008[1924]; 2003; CAILLÉ, 2002, 2004, 2008, 2013; CAILLÉ & GODBOULT, 1999; MARTINS, 2005, 2008, 2017, 2019; MARTINS & FERREIRA, 2004; MARTINS & ARAÚJO, 2016; LAVILLE, 2001; CAILLÉ, VANDENBERGHE & VERÁN, 2016).

A partir desta conjunção teórica diversa conseguimos organizar uma interpretação do caráter complexo das ações coletivas na atualidade. Do ponto de vista prático organizamos um roteiro de pesquisas que enfatizou a observação das ações diretas e dos discursos, sublinhando os efeitos do caráter formal ou informal da organização coletiva, os marcos de referência estratégicos, como também os repertórios construídos a partir das demandas e das reivindicações das mobilizações. Buscamos entender as estratégias e modos de decisões, os projetos sociopolítico e cultural e as conquistas do grupo. A perspectiva maussiana da pluralidade de motivações ambivalentes apareceu como uma chave interpretativa importante para nos ajudar a entender os sentidos e as lógicas do agir coletivo. Ou seja, nos pareceu importante pôr no “radar” das ações coletivas os motivos subjacentes na construção do que denominamos de novas racionalidades do agir social.

A adoção de um marco interpretativo pluridimensional permitiu compreender as conexões entre mobilizações sociais, o acesso aos bens públicos e a utopia do bem comum como condição para um processo de empoderamento da cidadania ativa e afinada com o processo de resistência ao neoliberalismo. A abordagem relacional da dádiva parece-nos pertinente na medida em que focaliza não apenas os aspectos materiais e utilitários, mas igualmente os simbólicos que influem na definição do conflito e sobretudo dos pactos sociais. A consideração do simbolismo é fundamental para se ir além das intenções e para poder se

observar os sentidos e rituais da ação social. Ou seja, a dádiva pensada como sistema multidimensional de ação permite apreender as novas motivações afetivas e morais que mobilizam as ações coletivas, interferindo na estruturação dos vínculos e ressignificando as tramas do sujeito coletivo. Trata-se, portanto, de um aporte teórico-metodológico importante para entender as perspectivas dos movimentos sociais num contexto de forte estetização da política pelo neoliberalismo, de um processo de dominação ampliado que coloniza e desarticula os ideais da democracia progressista latino-americana.

O debate teórico necessita de amplas revisões. Em larga medida, ainda nos apoiamos nas leituras dos movimentos sociais no século XX sem considerar seriamente as novas subjetividades emergentes e que estão contribuindo na região para o “divórcio” na política entre democracia participativa e gestão neoliberal da economia. Nesse contexto, as ações coletivas do Sul global estariam refletindo este deslocamento do sistema de poder transnacional para os poderes nacionais¹⁰. Com isto a práxis social pode ser rearticulada a partir de uma nova geração de ativistas/militantes que mobilizaram formas inéditas de ações coletivas realçadas pelas redes de comunicação digital. Os atores continuaram a reivindicar demandas tradicionais, mas também puseram ênfase num conjunto de práticas que expressam sentimento de indignação moral com o modo usual de se fazer política.

Com efeito, os protestos e as configurações da ação coletiva de princípios do século XXI parecem extravasar as maneiras clássicas de entender os movimentos sociais ao pôr em xeque boa parte das formas existentes de compreensão dos atores, as identidades e a organização política (BRINGEL & PLEYER, 2017, p. 18, tradução nossa).

Nesse complexo contexto de mutações da realidade social a emergência da indignação moral como inspiração das ações coletivas permitiu constatar que “jamais na história moderna os dilemas dos países centrais ficam tão perto dos dilemas da periferia” (PEREZ-LIÑAN, 2009, p.45). Nesta direção, é importante entender que a dimensão utilitária e funcional dos processos decisórios é insuficiente para explicar o aparecimento destes novos sentimentos que movem a ação coletiva. Assim, sentimos necessidade de ultrapassagem da lógica mercantilista para ressignificar o entendimento das mobilizações coletivas. A superação da lógica instrumental e a adoção de uma racionalidade expressiva ampliada que inclui elementos utilitários e não utilitários é decisiva para reconstruir vínculos sociais como um bem simbólico-moral emergente da própria sociedade.

¹⁰ Uma expressão simbólica dessa mudança foi divulgada na capa da revista *Time*, de dezembro de 2011, que apresentou um “manifestante” como o personagem do ano. Diante de tal protagonismo coletivo decidimos apresentar nossa proposta de pesquisa à CAPES- PECPG em 2014. Naquele momento as mobilizações sociais na América Latina eram evidentes e realizavam um movimento articulado conclamando as ruas para reivindicar ampliação de direitos e garantia democrática para assegurar bens públicos fundamentais para a vida social.

Em outros termos, este estudo tem por objeto as mobilizações sociais latino-americanas que buscam salvaguardar os direitos coletivos num contexto de reativação do poder colonizador-oligárquico neoliberal contemporâneo. Para tanto, admitimos que as mobilizações sociais estão buscando a manutenção de conquistas sociais anteriores que, agora, são ampliadas por novos desejos de reconhecimento coletivos. Os novos pactos exigem o fortalecimento das relações de pertencimentos inspiradas por valores morais associativos, o que é revelado, por exemplo, pelas manifestações pelo direito à mobilidade urbana nas manifestações de junho de 2013, no Brasil. Por outro lado, a resistência histórica em defesa do processo de paz negociada na Colômbia foi repaginada com as ações coletivas que defendem a construção da paz com justiça social como um bem comum mais amplo.

Os movimentos recentes na Colômbia e no Brasil revelam as particularidades políticas de cada país, por um lado, mas também as novas subjetividades contemporâneas geradas pela globalização cultural, o que cria as condições para as novas racionalidades do agir coletivo, por outro. No caso colombiano, a luta pela paz no contexto abertamente neoliberal pretende contribuir no processo de resolução de antigos problemas de assolação estatal¹¹ do conflito armado perpetuado por mais de seis décadas. Tais manifestações provocaram pressão política para que o governo dialogasse com as guerrilhas das *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FARC-EP) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN). Isso demonstrou o ressurgimento da mobilização cidadã e dos movimentos sociais que reivindicaram a construção de um novo acordo de paz e uma mudança radical no sistema democrático daquele país.

No caso brasileiro, as manifestações de junho de 2013 ocorreram no auge de expansão de políticas neoliberais que passaram a remodelar o aparelho estatal precarizando as políticas públicas. Estas manifestações surgiram aparentemente fora dos partidos políticos, o que ajuda a explicar a distância entre estas mobilizações e as lutas sindicais tradicionais. De fato, a gestão governamental sob controle do Partido dos Trabalhadores levou muitos dos movimentos sociais tradicionais a se conformarem com a hegemonia petista, descuidando das mudanças mais amplas da cultura política e dos novos pactos conservadores em gestação. Fora das lutas sindicais tradicionais, as ruas se moviam por outras bandeiras ligadas à precarização do transporte, de serviços de saúde, de educação entre outros. Como os movimentos sociais tradicionais tinham dificuldades para fazer a crítica à gestão petista das políticas públicas, vimos

¹¹ É interessante ressaltar que a democracia na Colômbia até a primeira metade do século XX não dava respaldo a função social do Estado como o provedor primordial da ordem social. Ou seja, a ordem institucional do Estado na Colômbia é praticamente inexistente até os anos 1950 (Cf. LOZANO GUILLÉN, 2014). Tal fato proporcionou o surgimento de organizações e grupos armados (guerrilhas, paramilitares, narcotráficos e etc.) que “regulavam” o tecido social à margem da lei.

emergir um mal-estar social generalizado que desembocou nas manifestações de 2013 e que em grande parte foi cooptado por setores da direita. Neste contexto, as bandeiras de luta do MPL contribuíram para dar maior visibilidade à complexidade de problemas sociais que os movimentos sociais tradicionais não conseguiam captar.

Tendo em vista as peculiaridades de cada caso a análise comparativa visou identificar tanto nas diferenças quanto nas semelhanças as possibilidades democráticas dos movimentos sociais entendendo as dificuldades de associar de modo simplificado as mobilizações com os partidos políticos tradicionais, sobretudo os de esquerda. Isto nos possibilitou construir uma linha transversal na história dos acontecimentos, reinterpretando-os numa conjunção teórica que deu ênfase ao caráter estratégico-moral do objeto de estudo. Damos relevância aos eventos histórico-sociais que contextualizaram a origem e expressão das mobilizações coletivas, valorizando as transformações das narrativas e das práticas dos atores coletivos no período selecionado (2010-2016). A pesquisa consistiu numa análise comparativa dando relevo às configurações e diferenças espaciais presentes nos casos brasileiro e colombiano.

Vale ressaltar que a diversidade de coletivos remete às particularidades dos casos analisados, revelando modos distintos de lutas por reconhecimento de direitos e de resistências ao projeto neoliberal de desmonte das políticas públicas e dos fundamentos da cidadania¹². O fato de que os movimentos sociais contemporâneos mobilizem estratégias sensíveis aos aspectos transculturais contribuem para dar novos sentidos à questão do ativismo social moderno (BRINGEL & PLEYERS, 2017), ratificando a importância do estudo comparativo. A convergência no agir dessas organizações também pode ser explicada pelos esforços que as ações coletivas latino-americanas puseram para repensar os mecanismos de participação democrática. Pois o contexto de fortalecimento do bloco de poder conservador significou o desmantelamento de muitas conquistas sociais geradas nos governos progressistas e enfraquecendo os mecanismos públicos de garantias cidadãs e de proteção social.

O “mergulho” no mundo social para realizar o trabalho de campo, materialmente falando, foi realizado em dois casos específicos. Um deles foi o Movimento Marcha Patriótica (Marcha- Bogotá) que nasceu por iniciativa de uma ampla base de atores sociais preocupados em implementar um projeto reorganização cidadã da nação tendo como eixo articulador a

¹² Cf. Martins & Pinheiro (2009) e Chanial (2004) sustentam que o tema da cidadania no âmbito jurídico e das ciências sociais tem como um dos fundamentos o ideal político-democrático da igualdade cidadã para todos. Tradicionalmente, as lutas caracterizam-se por assegurar os direitos de participação (diretos e indiretos) na elaboração das regras que regem a comunidade política da sociedade em movimento. Nesta perspectiva a cidadania adquire estatuto de lei e de sanção inscrita nos códigos constitucionais que defendem o bem público como elemento fundamental para a vida coletiva. Cabe salientar que além do componente jurídico a cidadania é um construto moral e político.

solução negociada do conflito armado. O segundo *lôcus* de estudo foi o Movimento Passe Livre (MPL- DF) que faz parte das mobilizações sociais que germinaram no Brasil durante o início dos anos 2000. Este foi considerado o maior protagonista das jornadas de junho de 2013 e para muitas suas ações ainda ressoam com força no debate sobre os rumos da democracia brasileira¹³.

A escolha destas duas mobilizações sociais como casos significativos das ações coletivas latino-americanas se deu a partir dos seguintes critérios a) o fato de estas organizações sociais apresentarem relevante protagonismo nas mobilizações realizadas nos primeiros anos da década de 2010, o que trouxe o reconhecimento de causas sociais mobilizadas nos protestos contenciosos de interesse nacional; b) a presença em todas as regiões do território nacional de tais mobilizações deu maior notoriedade político-social aos protestos e c) a diversidade dos integrantes ativistas que participaram nas mobilizações permitiu evidenciar o caráter plural e identitário dos movimentos sociais.

Desta forma, o foco analítico nos dois casos¹⁴ selecionados privilegiou compreender a dinâmica relacional construídas nas ações coletivas mobilizadas por ativistas nos cenários locais e nacionais de atuação dos movimentos. Analisando as performances dos ativistas podemos compreender que há uma prática de reorganização de laços associativos. No nosso entender, há nessas mobilizações as sementes de objetivos fundamentais para o fortalecimento do direito constitucional e dos ideais de políticas afirmativas. Entendemos que nos momentos em que estas mobilizações surgiram havia, de fato, preocupações em salvaguardar os ritos democráticos fundamentais. Mas reconhecemos que em paralelo às ações inspiradas pelos ideais democráticos, surgiam também as sementes de movimentos antiprogressistas inspirados pelo neoliberalismo.

De modo geral, o objetivo deste estudo é contribuir para o entendimento das lutas atuais pela democracia na América Latina numa época caracterizada por uma espécie de “recessão” democrática¹⁵ advinda da ascensão ao poder de “lideranças” nacionais autoritárias e conservadoras. Para realizar a pesquisa mobilizamos uma leitura sociológica incorporando as teses mais recentes de McAdam, Tarrow e Tilly (2005). Isto nos permitiu realizar uma aproximação comparativa, observando as diferenças de mecanismos, de períodos e de lugares

¹³ Cf. LEVITSKY & ZIBLATT, 2017.

¹⁴ A eleição das mobilizações sociais da América Latina como objeto de estudo nos chamava a atenção desde o início desta década pela periodicidade e vitalidade dos protestos que puseram em dúvida a consolidação democrática na região. As atividades confrontacionistas de 2012 na Colômbia com a Revolução da *Ruana* e as Jornadas de 2013 no Brasil foram aspectos decisivos para mobilizarmos uma proposta investigativa que resultou nesta tese.

¹⁵ Cf. LEVITSKY & ZIBLATT, 2017.

o que nos fez entender que a comparação consiste em “*identificar los mecanismos particulares que aparecen [...] y mostrar de qué forma producen los efectos que producen*” (McADAM, TARROW E TILLY, 2005, p. 93). Nesta linha de reflexão um grande desafio analítico é o de articular os fatores estruturais da ação coletiva com aqueles processos cognitivos-morais na atribuição de sentidos e de definição das condições políticas das ações em movimento (McADAM, 1999).

Aprofundando essa perspectiva do estudo comparativo das ações coletivas fomos guiados por uma preocupação primordial com as questões inerentes às lógicas dos movimentos. Isto tanto na dimensão interna, onde são construídos repertórios de demandas segundo valores e crenças, quanto na perspectiva externa, ao levar em consideração a conjuntura sociopolítica e cultural do movimento. O estudo comparativo nos permitiu lançar um olhar compreensivo sobre as pautas de luta da organização (quadros interpretativos), o repertório adotado, os vínculos construídos e mantidos nas ações coletivas, bem como as motivações plurais que encorajam os atores coletivos a construírem novas racionalidades em um contexto de restrições políticas. A seguir damos maior destaque às ferramentas epistemológico-metodológicas mobilizadas neste estudo.

1.1 PERSPECTIVA ANALÍTICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A partir de autores como L. H. Groulx et al. (2010), Esteban (2010), Creswel (2010) e Minayo (2008) observamos que na pesquisa qualitativa é necessário apresentar a perspectiva analítica que ampara os aportes teóricos da proposta metodológica. Em nosso caso específico, os recursos metodológicos mobilizados para analisar as ações coletivas levaram em consideração as ideias do interpretativismo, aquelas que repousam no fato de rejeitar o argumento normativo de que existe uma verdade objetiva a ser descoberta. Pelo contrário disto, para esta corrente interpretativa de pensamento a verdade, o conhecimento e o significado do agir social emergem a partir da nossa interação com a realidade social (BERGER; LUCKMAN, 1985). Com efeito, esta proposta dialoga com a nossa intenção de pesquisa que visa investigar a pluralidade de motivações que são incorporadas nas ações coletivas nos contatos face a face, na construção de valores e na circulação de laços de solidariedades dentre outras tramas interativas que são erguidas no fluxo contínuo da construção social destas ações.

Nesta perspectiva, o conhecimento é produzido a partir das práticas humanas voltadas para transformar a verdade do mundo social a partir da interação entre os seres humanos e o

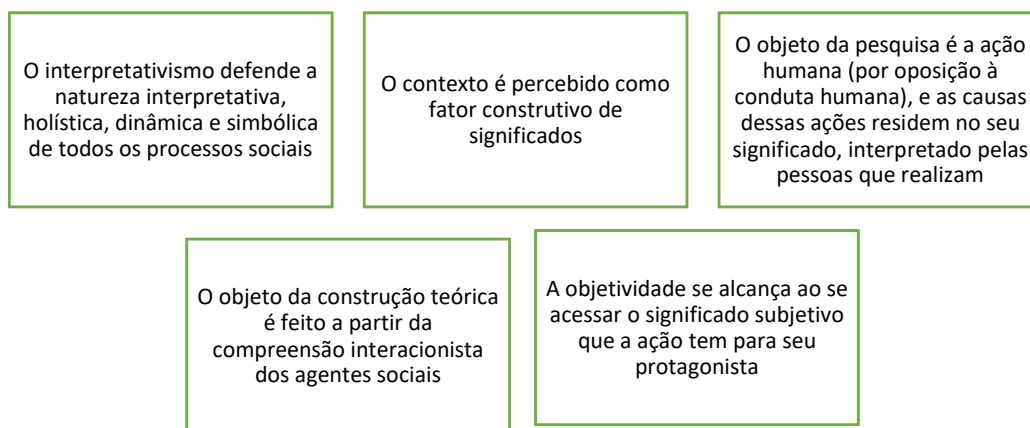
mundo social. O saber é desenvolvido e transmitido em contexto social específico e diferenciado, estimulando o pesquisador a captar a emergência das interações movidas por valores compartilhados pelos indivíduos em uma determinada realidade social.

Assim, a primeira ideia a ser ressaltada diz respeito ao fato de que as ações humanas só podem ser inteligíveis se forem correlacionadas com os pensamentos e ações dos indivíduos no coletivo. Para os autores envolvidos com as estratégias de investigação o sentido da construção social da realidade é decisivo. Assim,

O comportamento humano é principalmente construído por ações, sendo características e definidora destas possuir um sentido para quem as realiza e em torna-se inteligíveis só na medida em que se conhece o sentido que lhe atribui o ator social (...) as ações sociais só podem torna-se compreensíveis de acordo com as intenções das pessoas que a executam e com o contexto em que acontecem (ESTEBAN, 2010, p. 60).

O olhar epistemológico que adotamos nesta tese revela a importância da formação de valores e a constituição das motivações dos atores sociais nas ações coletivas. Por isso, nosso trabalho de investigação adotou a perspectiva do interpretativismo, sobretudo, pelo fato desta proposta nos conduzir no processo compreensivo (*Verstehen*) dos significados das ações coletivas (ver Figura 1):

Figura 1 Considerações da perspectiva interpretativista.



Fonte: Esteban (2010, p.59).

Considerando a intenção de desenvolver uma análise comparativa dos movimentos sociais (MPL e MARCHA) entendemos que é importante observar como eles visam a reorganização do tecido social, como dão relevância a conquista do bem comum como um bem social mais amplo, como fortalecem a consciência dos direitos coletivos na região. Assim, optamos por considerar o que de B. S. Santos (1989) denominou de *pluralismo metodológico*. Tal ferramenta epistemológico-metodológica nos permitiu avançar no entendimento das ações coletivas destes dois movimentos em análise na medida em que:

[...] ao contrário do que à primeira vista poderia parecer, quanto mais precária e provisória se tornou a verdade, mais difícil e arriscado se tornou o caminho para a obter. Essa consciência da complexidade traduziu-se na ideia de que, se não há um caminho real para acessar à verdade, todos devem ser tentado na medida do possível. Daí o pluralismo metodológico, a combinação, por exemplo, entre métodos [...] e consequentemente, o uso articulado de várias técnicas de investigação (SANTOS, 1989, p. 83).

Dada a possibilidade de combinação articulada de diversos instrumentos para a pesquisa qualitativa, tais como a observação direta e a construção e aplicação de entrevistas semi-estruturada isto nos permitiu ampliar a compreensão moral existente no comportamento do sujeito social maussiano. Nesta direção a abrangência das experiências do cotidiano explica a disposição afetiva e simbólica inerente aos acordos associativistas em defesa do bem comum. Deste modo ao mobilizarmos diversas técnicas pertinentes à pesquisa de natureza qualitativa pudemos construir um levantamento de dados complexo e interessante para apreender as nuances das tramas interativas, dos modos como as ações coletivas circulam, levando em consideração os significados associados pelos próprios atores. O entendimento das singularidades do agir antiutilitarista “corporificado” nos atores sociais foi observado durante a vivência da pesquisa. Neste aspecto, a técnica da observação direta constitui-se numa estratégia seminal. Entendemos esta como um meio de ampliar a percepção dos sentidos sobre os assuntos da vida social que são relevantes para a vivência da pesquisa, aquela que além de investigar apreende os comportamentos e eventos mediados pelo investigador (GROULX, 2010).

Ainda tratando das técnicas de construção e coleta de dados recorreremos a um conjunto de fontes que nos permitiram um entendimento global do fenômeno sociológico analisado. Contudo, algumas observações parecem-nos necessárias dadas as condições particulares da pesquisa e as estratégias que tivemos de implementar para dar conta do nosso objetivo. Pois, como lembra Souza Martins,

Não há pesquisa sociológica nem antropológica sem interação entre pesquisador e as populações que estuda e às quais recorre para obter de viva voz respostas, depoimentos e narrativas. Mesmo quando o pesquisador utiliza materiais de terceiros, como fizeram os três pilares teóricos da sociologia- Durkheim, Weber e Marx- que se valeram de relatos e relatórios, depoimentos, testemunhos e memórias de quem tivera contato direto com o narrado [...] os sociólogos arrecadam sua principal matéria-prima num diálogo de conhecimentos, na conversação indagativa entre conhecimento sociológico e o conhecimento do senso comum, entre o pesquisador e os sujeitos dos enigmas sociais que pedem ou comportam desvendamento científica (SOUZA MARTINS, 2014, p. 12-3).

Assim, consideramos que a estratégia da *observação direta* seria adequada para analisar as práticas de organização dos movimentos sociais, principalmente na construção coletiva das reuniões, assembleias gerais do movimento e dos congressos. Também analisamos as ocupações, acampamentos e os saraus promovidos pelos grupos. Finalmente, acompanhamos, em certos momentos, a construção do agir político do movimento. É válido salientar que a *pesquisa documental* foi outra fonte de dados seminais para a pesquisa. Ela nos deu acesso a fontes de dados que tratam de forma contextualizada as informações de cada organização. Nesta direção há que se ressaltar a relevância de documentos específicos, tais como: cartilhas, fanzines, panfletos, comunicados, memorandos, atas de reuniões e a produção audiovisual dos coletivos. No que diz respeito às fontes de dados digitais destacamos os sites oficiais¹⁶, blogs¹⁷, redes sociais¹⁸ e mídias alternativas¹⁹ e as mídias dos meios de comunicação da imprensa oficial²⁰. Por fim, destaca-se como parte da pesquisa documental os estudos etnográficos feitos pelos próprios integrantes do MPL²¹. Tais estudos consideramos fundamentais para nossa análise devido à riqueza das narrativas que também foram incluídas como fontes de informação da nossa pesquisa.

Outro procedimento adotado para a coleta de dados foram as *entrevistas* que nos possibilitaram adentrar com maior riqueza de detalhes nas percepções subjetivas dos integrantes dos movimentos para identificar como se deu a formação de laços e vínculos solidários preocupados em ressignificar o ideal de cidadania ativa dos agentes coletivos.

¹⁶ Sobre isso destacamos o site do MPL: <<https://www.mpl.org.br/>> Acesso em: 3 de set. 2017. O site <<http://tarifazero.org/>> Acesso em: 3 de set. 2017. Quanto às informações da Marcha recomenda-se acessar: <<http://www.marchapatriotica.org/>> Acesso em: 7 de set. 2017.

¹⁷ Sobre os blogs da Marcha destacamos: <<http://www.marchapatriotica.org/index.php/andres-gil>>; <<http://www.marchapatriotica.org/index.php/andres-camacho>>; <<http://www.marchapatriotica.org/index.php/piedad-cordoba>>; <<http://www.marchapatriotica.org/index.php/david-florez>>. Acessos em: 25 de ag. 2016.

Sobre os blogs do MPL destacamos: <<http://tarifazero.org/category/blogs/paique/>>; <<http://tarifazero.org/category/blogs/lucio/>>. Acesso em: 25 de ag. 2016.

¹⁸ Com relação às redes sociais do MPL: <<https://www.facebook.com/MovimentoPasseLivrempl/>>; <<https://www.facebook.com/mpldf/>>. Acesso em: 3 de set. 2017. Sobre a Marcha recomenda-se visitar: <<https://www.facebook.com/MarchaPatriota/>>; <<https://www.facebook.com/MarchaPatri%C3%B3ticaBogot%C3%A1-519028031563654/>>. Acesso em: 7 de set. 2017.

¹⁹ Com relação às mídias alternativas destacamos: <<http://www.prensarural.org/>>; <<http://lasillavacia.com/>>; <<http://midianinja.org/>>; <<https://midia independente.org/?q=transporte>>; <<https://www.facebook.com/remaa cpp/>>; <<http://passapalavra.info/2011/>>. Acesso em: 3 de set. 2017.

²⁰ No caso da Colômbia destacamos: <<https://www.elespectador.com/noticias>>; <<http://semanariovoz.com/>>; Acesso em: 7 de set. 2017. No caso brasileiro destacamos: <<https://www.estadao.com.br/>>; <<https://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 3 de set. 2017.

²¹ Sobre isto destacamos os seguintes trabalhos: Saraiva (2010), Saraiva Pantoja (2017), Santarém (2014), entre outros.

Nesta direção as entrevistas *informais e semi-estruturadas* com diferentes integrantes dos movimentos tiveram resultados diferenciados. Nossa inserção na Marcha Patriótica se deu de uma maneira “natural” dada as relações interpessoais que mantínhamos com alguns dos militantes desde a vida acadêmica e profissional das Universidades Nacional da Colômbia (UN) e Pedagógica Nacional (UPN), logo, muito antes de iniciar este estudo. Diferentemente, nossa inserção no MPL foi bem distinta. Como não tínhamos contato interpessoal com os militantes não tínhamos acesso fácil aos mesmos. Ademais o Brasil atravessava um contexto político²² conturbado na época da pesquisa com a recente deposição da presidenta Dilma Rousseff, deixando muitos ativistas sociais estrategicamente retraídos. É valioso ressaltar que devido ao apoio generoso de uma amiga conseguimos ter acesso a uma pesquisadora e ativista ideológica do MPL. Tal contato possibilitou a realização de algumas entrevistas seminais da nossa incursão do MPL-DF.

Nesta direção a realização das entrevistas teve o mérito de nos ajudar a escolher atores sociais chaves principalmente por serem militantes dos movimentos estudados. As entrevistas nos forneceram uma rica narrativa moral e emocional “impossível” de compreender por meio da análise “gélida” de documentos. Deste modo, as narrativas dos integrantes dos movimentos nos permitiram adentrar nas tramas e vínculos sociais que envolvem o objeto de estudo. A técnica usada para a consecução dos entrevistados foi a “cadeia de informantes” ou Snowball (Bola de Neve) (DENZIN, 1978) o que implica tecer uma rede de entrevistados que foi constituindo-se na medida em que entrávamos em contato com os integrantes.

O método de análise que utilizarmos para interpretação das informações foi a *análise de conteúdo* na medida em que esta “dá a conhecer índices invisíveis dos dados brutos” (BARDIN, 2016, p. 149). Os dados, por sua vez, foram agrupados em temas relacionados com os objetivos da pesquisa. Segundo o próprio Bardin, as diversas técnicas de análise de conteúdo, entre as quais optamos pela análise categorial, consiste no desdobramento do texto em categorias. Neste aspecto utilizamos a análise temática. As transcrições das entrevistas gravadas e os recortes feitos das narrativas além das anotações realizadas procuraram seguir o entendimento de que a análise de conteúdo caracteriza-se por ser:

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens [...] [com isto] o analista possui a sua disposição (ou cria) todo um jogo de operações analíticas, mais ou menos adaptadas a natureza do material e a questão que procura

²² As entrevistas desta pesquisa ocorreram entre os meses outubro de 2016 e novembro de 2017.

resolver. Pode utilizar uma ou várias operações, em complementariedade, de modo a enriquecer os resultados, ou aumentar a sua validade, aspirando assim a uma interpretação final fundamentada (BARDIN, p. 49-50, 2016).

A partir da sistematização metodológico-analítica apresentada nesta introdução foi possível apresentar uma compreensão sistemática no processo de formação da pluralidade de motivações das ações coletivas. Isto implicou o entendimento do caráter original e paradoxal do ativismo político moral latino-americano na busca de mobilizar as ruas, ressignificando a luta por causas sociais mais amplas do bem comum. Tal enredo interpretativo facilitou o entendimento de que no âmbito das práticas morais o esforço pessoal empregado na ação coletiva é retribuído pela satisfação de saber que o bem (o agir) doado será “retornado”. Isto se dá pela disseminação de atitudes e valores morais preocupados em reverter as animosidades do pensamento egoísta hegemônico que “sufoca” a práxis social do sujeito contemporâneo. Nesta direção a trama construída ao longo da tese é descrita, de forma sucinta, assim:

No capítulo um fazemos uma discussão teórica demonstrando a configuração de surgimento das mobilizações sociais latino-americanas no contexto da ofensiva neoliberal e da expansão das políticas neodesenvolvimentistas e neoextrativistas. No capítulo dois avançamos na compreensão das ações coletivas. Neste aspecto ampliamos o foco de análise teórico com o intuito de apresentar as características e os fundamentos da conjunção que guiou a interpretação original das mobilizações sociais.

No terceiro e quarto capítulos apresentamos os dois movimentos sociais analisados, o Movimento social e político Marcha Patriótica da Colômbia e o Movimento Passe Livre do Brasil. Estrategicamente, fizemos uma apresentação analítica do movimento tomando por base as categorias e conceitos da teoria do processo político (TPP). Desta forma, a apresentação dos movimentos teve a preocupação de evidenciar o contexto histórico das mobilizações sócias, a gênese da organização, a estrutura de mobilização e o seu projeto político tomando como chave de leitura as categorias de oportunidades políticas, repertórios de confronto e marcos interpretativos.

No quinto capítulo centramos nossa atenção no que denominamos das novas racionalidades do agir coletivo em defesa do bem comum. Neste texto privilegiamos enfatizar três categorias, solidariedade moderna, pluralidade de motivações e a formação de alianças antiutilitaristas, tal ênfase mostrou-se interessante para fazermos o resgate de alguns princípios que orientam as organizações, sobretudo o processo de produção de consenso e a ressignificação dos repertórios de confronto. Esta correlação analítica implicou entender que na construção simbólica das bandeiras de lutas e das pautas de reivindicação houve um

realinhamento das mobilizações analisadas. Isto nos permitiu identificar novos registros das ações latino-americanas. Ao se trazer a práxis social para o âmbito ontológico-social o agir antiutilitarista do mundo cotidiano é canalizado para novas racionalidades da vida social focadas em práticas mais conviviais.

Por fim, tecemos as contribuições finais do estudo procurando demonstrar que diante um contexto político turbulento caracterizado pela expansão dos interesses neoliberais, ainda é válido acreditar nas utopias associativas que surgem nas tramas do cotidiano. A mensagem torna-se mais evidente pelo fato de essas utopias guardarem em si mesmas formas de resistências capazes de reorganizar o tecido social tornando-o mais fluído e solidário.

Assim, este estudo reivindica que a dimensão moral ativa valores e atitudes essenciais capazes de revigorar a dinâmica interativa da vida democrática produzida no cotidiano dos sujeitos. Tal ativação de valores solidários, morais, conviviais e comuns criam uma nova atmosfera simbólico-social regenerativa de sentido.

2 AÇÕES COLETIVAS LATINO-AMERICANAS E OS IMPACTOS DA OFENSIVA NEOLIBERAL

Este capítulo tem por objetivo discutir a relevância do tema das ações coletivas numa época de expansão das políticas neoliberais que, do ponto de vista econômico, reorganizam o neodesenvolvimentismo e o neoextrativismo, aprofundando o desmantelamento dos regimes progressistas de esquerda na América Latina. As margens de manobras das mobilizações sociais são estreitas, caracterizando-se por resistências a favor de uma utopia do bem comum. Nesta direção a emergência de uma abordagem antiutilitarista, isto é, anti-mercadológica (CAILLÉ, 2001; LAVILLE, 2001; SINGER, 2001), se apresenta como fundamental para poder separar o programa utilitarista neoliberal do programa voltado para o bem comum mais amplo defendido pelas esquerdas democráticas. A abordagem antiutilitarista está organicamente ligada à tradição da escola francesa de sociologia inaugurada por E. Durkheim. Mas ela se apresenta de modo progressivamente complexo, como vamos observar, no desenvolvimento das teorias dos movimentos sociais. Menos como resultado de um aperfeiçoamento teórico, mas sobretudo como exigência imposta pela realidade para que sejam valorizados não apenas os elementos utilitários da ação racional, mas sobretudo aqueles morais e afetivos.

Temos que lembrar, desde logo, que o neoliberalismo não é apenas um movimento econômico, mas um processo mais amplo de poder que impacta sobre os processos políticos e culturais como observamos nas discussões mais recentes sobre o tema (DARDOT & LAVAL, 2016). Numa perspectiva pós-colonial, podemos acrescentar que, neste contexto, as ações coletivas estariam refletindo o deslocamento do sistema de poder transnacional numa conjuntura social fortemente marcada pela influência da dominação oligárquica.

O capítulo está organizado em três sessões. Na primeira sessão apresentamos a discussão sobre as possibilidades teóricas de interpretar as ações coletivas na contemporaneidade de modo a medir a adequação das ideias ao novo contexto neoliberal. Em seguida, na segunda sessão, debruçamo-nos sobre a compreensão das ações coletivas na configuração do novo confronto político, procurando demonstrar o processo de fragilização do bem comum como base utópica da reação social, mas que mantém a chama da resistência política. A terceira sessão mobilizou a discussão sobre os impactos da nova ofensiva neoliberal, destacando a emergência dos modelos do neoextrativismo e do

neodesenvolvimentismo com vista a evidenciar que esta configuração político-econômica repercutiu negativamente nos regimes democráticos da região²³.

2.1 COMO INTERPRETAR AS AÇÕES COLETIVAS HOJE?

Os esforços de pesquisadores para analisar as ações coletivas têm demonstrado um desafio permanente de compreensão sociológica pois, como nos falam especialistas (GOHN & BRINGEL; 2013; BRINGEL & PLEYERS, 2017), o entendimento de certas questões cria um novo significado do agir social em contextos que guardam determinadas idiossincrasias.

Dentre tantas possibilidades foi relevante questionar a partir de teses levantadas por diversos estudiosos (BRINGEL; PLEYERS, 2017; ALONSO, 2009; GONH, 2008, 2017, SCHERER-WARREN, 2015; ZIBECCHI, 2015), como entender os novos sentidos das ações coletivas. Até que ponto os movimentos perduram ao longo do tempo? Como se dá o engajamento em causas sociais? Que fatores estão relacionados à empatia e ao altruísmo são relevantes para impulsionar os agentes? Por fim, qual é a finalidade última das ações coletivas na época da indignação global? Será que elas dão ânimo aos estudos das mobilizações sociais?

Com efeito, muitas destas questões ainda não têm um denominador comum, porém algumas abordagens teóricas puseram luzes sobre o assunto. Assim, os debates apresentados pela teoria da mobilização de recursos, pelos novos movimentos sociais, pela perspectiva da institucionalização de conflitos e pela teoria do processo político contribuíram para a discussão de novos conceitos e ferramentas interpretativas seminais para este debate sociológico (GOHN, IDEM; ALONSO, 2009; BRINGEL, 2015; SCHERER-WARREN, 2015; TARROW, 2009).

De forma sucinta trazemos as principais ideias trabalhadas nestas abordagens a fim de compreender como elas nos dão um panorama conceitual básico para refletir como é possível repensar as ações coletivas, hoje.

Começamos pelo enfoque da escolha racional proposto por Mancur Olson no seu livro *The Logics of Collective Action* (1965). Este constitui uma contribuição clássica no estudo dos movimentos sociais ao buscar demonstrar que os indivíduos só participam de ações coletivas na medida em que os benefícios esperados superem os custos empregados na participação. Com

²³ É prudente ressaltar que nestes dois modelos, ao contrário do que prega a lógica neoliberal, foi o estado que coordenou as políticas de modernização. Ao criar mecanismos para diminuir a extrema pobreza com a criação de políticas sociais de distribuição de recursos o Estado, paradoxalmente, atendeu o requisito neoliberal de ampliar a acumulação do capitalismo transnacional. Ou seja, mesmo que as ações neodesenvolvimentistas tenham destinado grande parte dos seus investimentos para as políticas de transferência de renda, no geral prevaleceu a máxima capitalista de preservar o aumento do volume de capital e de poder da oligarquia conservadora (ALVES, 2013; SANTOS, 2016; GUDYNAS, 2016).

isto, segundo ele, haveria critérios racionais na tomada de decisão dos agentes sociais, uma vez que, supostamente, o indivíduo irá recusar o engajamento em causa social que não lhe traga nenhum retorno para o investimento político empreendido numa determinada causa.

Antes do investimento de grande quantidade de dinheiro ou de tempo, especialmente, no fato de pretender fazê-lo repetidamente o indivíduo racional refletirá o que vai lograr mediante o esforço realizado. Se for o caso de um indivíduo qualquer, membro de um grupo numeroso, que se beneficiará de um bem coletivo a sua contribuição não representará uma diferença perceptível na quantidade dos recursos aportados. A teoria aqui sustentada defende que as ditas contribuições serão menos prováveis na medida em que é maior a contribuição geral do grupo de interesse (OLSON, 1985, p. 213, tradução nossa).

Desta maneira, Olson busca deixar evidente existir prática calculista, um utilitarismo prático, entre os meios e os fins no agir social dos agentes. Isto, segundo ele, é fator determinante na *lógica da ação coletiva*. O enfoque da escolha racional incorporou a lógica instrumental na análise da ação coletiva e ressaltou que os *incentivos seletivos*²⁴ estimulam o indivíduo a participar ativamente da mobilização. A escolha racional põe ênfase na relação entre o interesse individual e a ação coletiva sempre focada na decisão do indivíduo, isto é, na sua capacidade de tomar decisões acertadas segundo seus próprios interesses. Porém, tal abordagem teórica tem suas limitações, a principal sendo a de não conseguir compreender a relevância da mobilização orientada pela cooperação e pela solidariedade aparentemente desinteressada que não se inspira na racionalidade instrumental. Ou seja, há uma tensão implícita entre os elementos morais e cognitivos das decisões individuais e coletivas que não ficam claras na concepção de racionalidade adotada por esta vertente teórica.

O modelo da escolha racional que atrela o preceito microeconômico à prática das mobilizações parece desconhecer a importância de outros elementos, morais, afetivos e simbólicos, que interferem nos motivos da ação e que deslocam o caráter instrumental da racionalidade para enfatizar os aspectos expressivos presentes na ação coletiva (MARTINS, 2008, 2009; CAILLÉ et al., 2015). O alargamento do caráter cognitivo da ação coletiva a partir de uma perspectiva do simbolismo que explora o afetivo e o expressivo se revela muito importante para nossa pesquisa. Esta dinâmica expressiva é demonstrada pelas transformações políticas acontecidas no final dos anos 1968, com o movimento de maio na França, que teve impactos importantes sobre as utopias sociais e políticas. Estas ondas de impactos continuaram

²⁴ Segundo Olson (1985), os incentivos seletivos, que podem ser positivos ou negativos, são estímulos que se aplicam seletivamente aos indivíduos que podem ou não contribuir para a conquista de bens coletivos. Para este autor a punição que se impõe a quem não contribui na procura do bem coletivo é um incentivo negativo. Os sindicatos como grupo de interesse estariam sustentados, em parte, pelos incentivos negativos: aportes obrigatórios subtraídos diretamente do salário do trabalhador, por exemplo (IDEM, 1985, p. 206).

a reverberar nas décadas seguintes pela emergência de movimentos feministas, pacifistas e ecologistas que trouxeram outras demandas e debates para os movimentos sociais. Estes novos movimentos deslocaram a centralidade dos conflitos entre capital e trabalho para incorporar aspectos culturais, étnicos, psicológicos e ecológicos diversos.

Eles puseram em xeque esta visão restritiva de pensamento político fundamentada prioritariamente nos preceitos da escolha econômico-racional sem considerar a complexidade das múltiplas motivações intersubjetivas que interferem na ação social. Para aqueles novos movimentos era preciso desconstruir a lógica instrumental das ações baseadas nas gratificações econômicas e no engajamento orientado pela prática metódica e calculista das tramas sociais, para incorporar outros elementos objetivos e subjetivos da ação social (CAILLÉ et al., IDEM; GONH, 2008).

Por conseguinte, surgiram outras manifestações sociais que extrapolavam os esquemas de explicação racionalista instrumental disponíveis até aquele momento. Este foi um novo desafio para as teorias dos movimentos sociais: como superar os modelos explicativos limitados da escolha racional para criar outros modelos que ampliem sua expressão no mundo da vida?

Uma das possibilidades de resposta adveio da abordagem baseada na *Mobilização dos Recursos (MR)*. Na linha destes argumentos Mayer (1991 apud GOHN, 2008, p. 50) afirma que: “[MR] adveio de um esforço para analisar os movimentos dos anos 1960 e, como consequência, refletiu suas condições de emergência, dinâmica, desenvolvimento, estrutura de organização etc.” (2008, p. 50). Querendo afastar-se da escolha racional e, também, do individualismo metodológico, que é uma variante prática da primeira inspirada em Weber (HAMLIN, 1999), os autores buscaram dar maior destaque ao fator da eficácia na identificação de recursos humanos e materiais favoráveis à conquista de causas sociais. Os trabalhos de McCarthy e Zald (1977) contribuíram no desenvolvimento deste enfoque.

Tais autores, ao levarem em conta a base material e os fundamentos existentes nas organizações associacionistas dos movimentos, puseram ênfase no fato de que as mobilizações sociais estariam guiadas também pela obtenção de objetivos tangíveis. Por causa disso, a organização, a função dos líderes e as decisões estratégicas tornam-se questões fundamentais para a consecução do alvo proposto. Logo,

A ação coletiva só se viabilizaria na presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização, isto é, da coordenação entre indivíduos de outro modo avulso. A criação de associações, ou mais comumente, o uso de estruturas comunitárias preexistentes, daria a base organizacional para os movimentos sociais (ALONSO, 2009, p. 52).

Nesta perspectiva, a característica central da MR baseou-se em propor ênfase na eficácia dos recursos internos próprios e nas relações estabelecidas com outras estruturas comunitárias preexistentes. Isto significa que ao levarmos em consideração a interação que o movimento mantém com outros atores sociais fica mais evidente a interface das mobilizações sociais com outras estruturas institucionais, tal como os fóruns de defesa dos direitos civis²⁵.

Assim, tanto os recursos internos (recursos financeiros, meios de comunicação, conhecimento, informação da organização, formação do grupo de base, etc.) quanto os recursos externos (articulação com outras organizações e as inter-relações com o Estado no engajamento de apoios e novos militantes) foram fundamentais para construir a autenticidade da linhagem teórica da MR, pois: “é a minha intenção incluir todas as instituições que, de maneira geral, se localizam no limite do que se denomina ‘sociedade civil’, assim como estruturas institucionais do Estado e do mundo do econômico que podem servir de contextos relacionais na mobilização do protesto” (McCARTHY, 1999, p. 206). A MR conseguiu avançar no estudo das ações coletivas ao demonstrar que o fator preponderante de mobilização social não reside apenas na dimensão individual, mas também nos recursos materiais e nas interfaces de interações que o movimento mantém com outras organizações e instituições. É valiosa a contribuição deste enfoque dos movimentos sociais priorizando as estruturas de mobilização tanto formais quanto informais para entender, pelo menos em parte, quais recursos os indivíduos podem utilizar nas práticas sociais do agir coletivo.

Em termos do agir estratégico-racional presente na mobilização social é importante perceber que a MR não menospreza a importância da ação calculista. Na medida em que esta visa otimizar a ação coletiva, principalmente, ao considerar relevante “caracterizar melhor os movimentos sociais utilizando estratégias e táticas como ferramentas para otimizar o agir social” (McCARTHY, 1999, p. 206, tradução nossa), ambas as correntes se aproximam pela visão utilitarista. Pode-se dizer que os aspectos estruturais e utilitários que dão suporte à mobilização são fundamentais nesta perspectiva de movimento social por que: “o processo de planejamento das estruturas organizativas para a preparação e realização das ações coletivas como produtos visíveis dos cálculos conscientes na procura da melhor alternativa para atingir o objetivo proposto” (McADAM et al., 1999, p. 24).

Dando continuidade ao trabalho de expor as diferentes abordagens interpretativas das ações coletivas na contemporaneidade tornou-se necessário pontuar a contribuição da teoria

²⁵ Cf. McADAM, 1982.

européia dos novos movimentos sociais (TNMS) que tem na obra de Alain Touraine uma referência clássica. Ao confrontarmos as ideias da TNMS com as propostas que se orientam pela perspectiva cognitiva do agir coletivo observamos que os pesquisadores desta nova corrente se posicionam de forma contrária às ideias simplificadoras dos cálculos conscientes²⁶. Assim sendo, os estudiosos dos *novos movimentos sociais* entraram em colisão com as pesquisas preocupadas em dar relevância apenas aos temas ressaltados pela abordagem da estrutura de mobilização; sobretudo pela perspectiva de defender que o agir dos agentes seria justificado pelo interesse em cumprir acordos mínimos e irredutíveis que dão significado para o grupo social (IBARRA & TEJERINA, 1998).

Ademais, os teóricos da TNM reconheceram que a consolidação das mobilizações sociais deve ter em conta a importância da disseminação, eficácia e organização dos movimentos sociais. Isto, para eles, dependeria dos recursos formais e informais que são construídos cotidianamente na configuração de alianças, na identificação dos seus adversários e na conjuntura do “ambiente” político onde está inserido o movimento (IDEM). Sobre isto observamos que o paradigma dos novos movimentos sociais (TNMS) também trouxe novas categorias para contribuir no debate sobre a formação dos movimentos sociais. A. Melucci (1991, p. 357), discípulo de Touraine, contribuiu com a discussão ao considerar necessário a compreensão holística do fenômeno coletivo. Segundo ele, ao centralizar a análise no porquê os atores dos movimentos sociais atribuem sentido e significado ao engajamento e à participação nas ações coletivas, é possível ampliar o horizonte de compreensão das mobilizações sociais.

Por seu turno, a proposta de Tilly ao analisar o impacto na mudança estrutural do sistema político e a sua incidência sobre a gênese da ação coletiva possibilitou um novo olhar para o fenômeno sociológico das mobilizações sociais. Esta orientação reforça a discussão anterior,

²⁶ Autores como Touraine, Melucci e Laclau são identificados como representantes deste trabalho de renovação do pensamento. Este esforço de superação teórica é identificado por Alexander (1998) na seguinte passagem: “As palavras de Touraine (...) neste ensaio mostram algumas das suas contribuições fundamentais para a crítica do materialismo e do reducionismo daquele modelo clássico. De fato, Touraine foi a primeira pessoa a problematizar a própria concepção de “modelo clássico” [de movimentos sociais]” (ALEXANDER, 1998, p. 7). As teorias dos NMS construíram um enfoque mais significativo-construtivista das mobilizações sociais, dando maior ênfase às mobilizações características da sociedade civil tardia. Isso fica claro nas abordagens de Touraine uma vez que ele: “procurou distinguir os elementos de uma nova classe revolucionária, um grupo cujos membros, por sua posição igualmente subordinada no novo sistema de produção, haveriam de transformar uma resistência difusa à dominação em um movimento social de toda a sociedade capaz de impor uma reestruturação fundamental da sociedade capitalista tardia” (ALEXANDER, 1998, p. 11). Com isso os autores da TNMS descortinam novas características das chamadas sociedades tardia passando a focalizar as novas demandas dos movimentos sociais pós-segunda guerra mundial. Isto fica claro, quando se analisam as mobilizações dos movimentos estudantis, mulheres, ambientais, raciais, lésbicas, e de gays no universo das questões referentes a novas identidades oriundas dos movimentos culturais pós-maio de 1968 (GOHN, 2008; ALONSO, 2009).

de 1996, quando Tilly, junto a Doug McAdam e Sidney Tarrow, lançaram uma nova perspectiva teórica conhecida como teoria do processo político (TPP). Neste novo movimento teórico de interpretação das ações coletivas o objetivo foi estudar com maior propriedade a relevância dos movimentos sociais para a consolidação das democracias ocidentais. A consideração do fator democrático é importante pois:

Nossa cautelosa estratégia é a de impulsionar ideias relativamente bem estabelecidas, extraídas principalmente do estudo comparativo dos movimentos sociais nas democracias ocidentais para zonas adjacentes de conflito para ver a viabilidade delas ou pelo contrário entender que outros princípios sustentariam o conflito (TILLY, 1998, p. 14).

Na passagem acima é possível deduzir a costura de um esforço interpretativo para compreender como se desenvolve o confronto político envolvendo movimentos sociais e política institucional na sociedade democrática. Desta maneira, por um lado, houve maior enfoque na relação entre estrutura social e a política institucional, por outro, emergiram outras contribuições do imaginário simbólico para interpretar como são construídos socialmente os interesses em comum que impulsionam os indivíduos para fazer parte das mobilizações (McADAM, TARROW, TILLY, 2005).

Nesta direção, um dos grandes aportes da TPP para a teoria dos movimentos sociais foi a criação do conceito de Estrutura de Oportunidades Política (EOP). Para McAdam (1999), tal categoria faz referência às relações sociopolíticas que favorecem, ou não, a dinâmica das mobilizações. Para ele “o sistema social e a autoridade política são fontes de recursos externos para os movimentos sociais” (p. 51). Seguindo esta linha de raciocínio descrita acima os pensadores da TPP enfatizaram que entender a realidade política é fundamental para compreender a gênese, as formas e as probabilidades de êxito das mobilizações. Por fim, alegaram que a relação dos atores sociais com o contexto político é seminal para a configuração da identidade coletiva e das estratégias adotadas no protesto social (IBIDEM, p. 56-7). Com efeito, o conceito de EOP foi seminal para aperfeiçoar o paradigma da TPP. Tal concepção, na verdade, foi utilizada como um “termômetro” do panorama político, pois “quando há mudanças nas EOPs, isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político abre-se ou cria-se novo canal de reivindicação para grupos sociais fora da *polity*” (ALONSO, 2009, p. 55).

Nesta perspectiva de análise da ação coletiva tanto a estrutura de oportunidades políticas quanto as estruturas de mobilização constituem fatores de entendimento do *como* e do *quando* emergem os processos de mobilização social. H. Johnston et al. (1994, p.17) igualmente sublinham que a compreensão sobre o envolvimento e a participação dos indivíduos advêm da construção social, dos intercâmbios e dos vínculos gerados entre os integrantes ou militantes de

uma organização ou comunidade. Segundo eles, isto é um valor relevante para o processo de construção dos resultados positivos do movimento social.

Segundo Alonso (2009), o fator cultural ao emergir como novo enfoque de análise sociológica dos movimentos sociais obteve destacada relevância ao contribuir no entendimento da relação entre a discussão das oportunidades políticas providas do contexto e as estruturas de mobilização de recursos que determinam as organizações dos movimentos. A novidade se deu ao enfatizar aspectos cognitivos da ação coletiva que têm correlação com a capacidade dos movimentos em construir significados para o agir social dos agentes. Isto, por sua vez, descortinou caminhos analíticos para demonstrar como o indivíduo confere sentido ao seu mundo social, construído na experiência de ativista político.

Esta especificidade na teoria das ações coletivas é conhecida como a abordagem dos *marcos de referências significativos e estratégicos da ação coletiva* ou simplesmente *Frame*. Autores como Snow & Benford deram relevante contribuição sobre o uso do conceito de *frame* na análise dos movimentos sociais ao redefinir o conceito elaborado inicialmente por Erving Goffman (2012). Para aqueles autores o *frame* é essencialmente “um esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’, selecionando objetivamente, pontuando e codificando de maneira objetiva, situações, eventos, experiências e sequências de ações no ambiente presente ou passado de alguém” (SNOW & BENFORD, 1992, p. 137, tradução nossa).

Neste movimento interpretativo de compreender o significado que os indivíduos dão as ações sociais se faz relevante (MARTINS, 2008) salientar que a proposta interacionista de Goffman contribui para demonstrar que os vínculos e as práticas associacionistas dão maior sentido ao agir do ator social, uma vez que a qualidade do vínculo torna-se elemento fundamental nas práticas sociais. Nesta direção, as ideias interacionistas contribuem para fortalecer o paradigma maussiano do fato social total, na medida em que “A compreensão e a explicação deste sistema não pressupõem o estudo do indivíduo nem do grupo [...] A ideia da sociedade como um ‘fato social total’ explica-se pelo valor da circulação das coisas entre os indivíduos e os grupos” (IBIDEM, p.122).

Dentre outros fatores, o uso do conceito permitiu identificar as “estratégias pelas quais os ativistas de uma organização vinculam seus esquemas de interpretação à existência de outros *frames* na sociedade” (GOHN, 2008, p. 88). Desta maneira, contar com referentes compartilhados facilitou o diagnóstico das situações problemáticas que constituem o contexto dos movimentos sociais. Em consequência disto, pode-se inferir como a condição a adversidade enfrentada pelo movimento pode ser identificada *a priori* como justa ou injusta, contribuindo

para compreender a construção social dos *marcos de referências significativos e as estratégicos da ação coletiva*. Estes fatos possibilitaram maior ponderação ao realizar a investigação interpretativa dos movimentos sociais.

Portanto, o enfoque dos *frames* deve ser visto como um processo de construção social do sujeito na qual determinada mudança e transformação do contexto incide nos indivíduos. Por isto é relevante compreender como a consolidação e a capacidade do movimento intervir no mundo social pode ser contrastada com as situações problemáticas enfrentadas por estes atores sociais nas tramas sociais (McADAM, 1994). É nesta direção que é possível identificar como os trabalhos de autores como Tarrow (2009) Hunt, Benford & Snow (1994) e McAdam (1994) convergem para esclarecer que os movimentos sociais resultam de contextos imprescindíveis. Eles consideraram a dinâmica da construção social como um acontecimento influenciado por esquemas interpretativos, que permitem identificar adversários assim como recriar laços de confiança na ação coletiva que contribuam para solucionar o diagnóstico problematizado da realidade.

Para ampliar a abrangência do conceito de frame os teóricos da TPP lançaram a concepção de *Master Frames*, o qual foi visto como o “principal determinante do ciclo de protesto” em que surge o movimento social, pois ele liga crença e ideia de grupo à estrutura de oportunidade política (SNOW & BENFORD, 1992, p. 143, tradução nossa). Nesta linha de reflexão merece destaque o aporte de Tarrow (2009 [1998]), pois ele articulou o conceito de *frame* à teoria sociopolítica ao explicar como as oportunidades, os repertórios e os *frames* terminaram sendo fundamentos na construção do movimento social. Neste sentido a proposta de Tarrow vai um passo além da teoria de mobilização de recursos (TMR). “Tentei fazê-lo usando um conjunto limitado de conceitos- oportunidades e restrições, repertórios, quadros interpretativos e estruturas de mobilização, ciclos e reação institucional” (TARROW, IDEM, p. 249).

Devido ao crescimento e a diversificação das mobilizações sociais foi necessário redefinir novamente o conceito de movimentos sociais, o que incentivou o desenvolvimento de novas ferramentas conceituais, metodológicas e interpretativa. No trabalho de redefinir ideias e conceitos centrais para a análise das mobilizações sociais contemporâneas, como apontamos acima, as propostas de Tarrow (2009), o trabalho de Melucci (1991) e as coletâneas de McAdam, McCarthy e Zald (1999); assim como o trabalho coletivo de Laraña & Gusfield (1994) e McAdam, Tarrow e Tilly (2005) fizeram grandes aportes neste diálogo de perspectivas analíticas. Na verdade, emergiram novos focos de análise a partir de conceitos, tais como o de *framing process - significado do processo* – (McADAM, MCCARTHY E ZALD, 1999) e das

variáveis EOP (GAMSOM & MEYER, 1999; TARROW, 2009). Por isto, nesta nova configuração das ações coletivas o foco de análise desloca-se do aspecto cognitivo instrumental para a construção simbólica da realidade com o intuito de interpretar como os indivíduos que participam dos movimentos constroem seus mundos sociais e dão sentido a eles (HUNT, BENFORD e SNOW, 1994).

Com efeito, o modelo interpretativo aparece como um dos aspectos da cultura política dos agentes sociais o que se tornou um fator explicativo das ações coletivas. Isto, por sua vez, permitiu reconhecer como os movimentos sociais "tendem a se converter em mundo em si mesmo, caracterizado pela sua própria ideologia, identidade coletiva, rotina de comportamento e cultura material" (MCADAM, 1994, p.54, tradução nossa). Diante disto, o interesse desses pesquisadores girou em torno dos significados e interpretações que os coletivos compartilham "nos processos de criação de marcos de referência que afetam o esquema interpretativo construído pelos seguidores destes movimentos" (HUNT, BENFORD e SNOW, 1994, p. 221). Por outro lado, na perspectiva da EOP pretendeu-se estabelecer quais variáveis do sistema sociopolítico, econômico e cultural incidem na ação coletiva, o que repercute na capacidade de mobilizar recursos para construir novos frames da ação coletiva. Isto tem maior relevância ao percebermos que: "[...] as pessoas comuns fazem frequentemente sua própria 'leitura' dos acontecimentos, que diferem daquelas feitas por seus líderes e frequentemente assimila a interpretação que as elites dão aos seus fracassos" (TARROW, 2009, p. 144).

Ainda abordando aspectos da TPP, no âmbito estratégico-metodológico, observa-se que na perspectiva macro dos movimentos sociais é relevante concordar com Tarrow (2009) sobre mudança conjuntural mobilizada pela estrutura de oportunidade política. Para ele a mudança neste contexto permitiu compreender a emergência de movimentos ou refluxos dos mesmos. Diz ainda que as ações coletivas refletem os processos de mudanças ao mobilizarem forças políticas e sociais que agem contra o Estado ou grupo de interesse com o intuito legitimar uma determinada causa social (TARROW, IDEM, p. 23-4).

Neste esforço de apresentar as principais contribuições da TPP para a análise dos movimentos sociais é relevante ressaltar como alguns autores deram importância ao fenômeno cultural no estudo das ações coletivas. Autores como Zald (1999), Tarrow (2009), Gamson e Meyer (1999) compreenderam que as oportunidades políticas e a mobilização dos atores coletivos advêm da identificação de contradições na cultura política e de instâncias que deveriam, por princípio, zelar pelo *bem comum*. Portanto, segundo Zald (1999), tais contradições culturais implicaram compreender latentes desafios da realidade o que "motivou" a insurgência dos movimentos sociais. Nesta direção, os movimentos sociais (gênero, raça,

ambientalistas) participaram ativamente na construção de novos significados, na procura de outros caminhos de transformação, criaram novos referentes de diagnósticos e prognósticos que surgem no âmbito da cultura política do movimento. Tal descoberta proporcionou “um novo fôlego” para a relevância analítica das ações coletivas tanto pelo fato de identificar determinadas condições político-social-histórica quanto pela possibilidade de recriar novos quadros interpretativos (frames) para o agir social das mobilizações.

Sobre este protagonismo das ações coletivas mobilizado pelo contexto das transformações político-sociais é interessante verificar como alguns pesquisadores latino-americanos desenvolveram estudos que ratificam a importância da EOP para compreender as configurações políticas na região. Neste sentido, é oportuno entender os esforços de Anahí Durand (2014) que trata das ações coletivas no Peru. Há que se ressaltar também os trabalhos de Breno Bringel (2011, 2012), um dos principais divulgadores dos estudos sobre Tilly e Tarrow no Brasil. Por fim, reconhecemos os estudos de Mariastella Svampa (2009) sobre protesto e movimentos sociais na América Latina.

Há que se reconhecer a necessidade de ponderar as estratégias, os recursos de mobilização e as oportunidades políticas a fim de compreender a importância do *framing process* para que seja possível realizar uma análise antiutilitarista que seja adequada para explicar o novo cenário contextual das ações coletivas no cenário da retomada do neoliberalismo e da fragilização democrática na região.

2.2 CONFIGURAÇÃO DO NOVO CONFRONTO POLÍTICO LATINO-AMERICANO: A CRÍTICA ANTIUTILITARISTA À OFENSIVA NEOLIBERAL

A partir do olhar retrospectivo sobre os diversos confrontos políticos²⁷ que vieram à tona na América Latina até o início do século XXI, observamos que a luta por emancipação das identidades sociais (sexo, cor, raça, gênero), o ativismo em defesa do meio ambiente, as mobilizações a favor da democracia e dos movimentos ligados à terra constituíram parte significativa do repertório das ações coletivas, tendo destaque num cenário marcado tanto pela globalização quanto pelo cotidiano²⁸, pela vida social. A este respeito, afirmam Bringel e Pleyers:

²⁷ Vale salientar que a noção de confronto político utilizada nesta tese caracteriza-se pelo motivo de que ao menos um grupo da interação (incluindo terceiros) está ligado aos usos do estado, isto é, uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados num território definido (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 12).

²⁸ Cf. BAUMAN, 2009.

Vivimos tiempos de profundas reconfiguraciones del activismo social y político que, para muchos, habría sido monopolizado hoy por fuerzas de contención y de regresión en vez de ser canalizado por el cambio. El proyecto democrático se encuentra bajo serias amenazas en muchos lugares y regiones del mundo (BRINGEL; PLEYERS, 2017, p.17).

Tais agendas de mobilizações demonstraram ser verdadeira à ideia de que os atores coletivos interagem na sociedade com o intuito de “desafiar o sentido comum e questionar as orientações dominantes das sociedades” (PLEYERS, 2018, p. 143, tradução nossa).

No propósito de contestar o pensamento mercantil contemporâneo Ivonne Farah e Luciano Vasapollo, organizadores da coletânea *Vivir bien: ¿Paradigma no capitalista?* (2011), salientam que: “[...] os graves problemas ambientais, socioeconômicos e socioculturais dão maior visibilidade aos debates que questionam a unilateralidade da racionalidade individualista e economicista da organização e da reprodução capitalista hegemônica” (FARAH; VASAPOLLO, 2011, p.12, tradução nossa). Diante do trabalho de reconstruir e propor novas possibilidades de reivindicar a construção de sociedade equitativa, aquela capaz de assegurar o valor da solidariedade do sujeito e defender a valorização da vida, o protagonismo de transformação social mobilizado pelas ações coletivas ficou mais evidente.

As ações antiutilitaristas contra o modo utilitarista burguês²⁹ de organizar o mundo salientam o caráter de autotransformação fundada numa generosidade ativa e convivalista presente na mobilização social (CAILLÉ et al., 2016). Nesta perspectiva, os movimentos reinventam sua própria ação para dar conta de estratégias contra-hegemônicas que neutralizem, por um lado, o modelo de supremacia acumulativa do capital que se expande em detrimento de modelo societário e, por outro, que valorize a manutenção de direitos coletivos e conquistas cidadãs democráticas. A contra-hegemonia consiste num trabalho que, por princípio, deve valorizar a qualidade da aliança social tecida ao longo da marcha estabelecida pelo grupo.

Apostar nas ações coletivas voltadas para a humanização social dos sujeitos, para a formação de laço solidário entre os agentes e promovendo a atitude de desinteressamento como fundamento de práticas sociais, consiste num novo foco de luta baseado no que designamos *confronto político de indignação moral*. Neste percurso, defender as ideias e as práticas do humanismo moral antiutilitarista faz-se relevante. Há um sentimento de indignação dos movimentos sociais latino-americanos contra o retorno da “velha” política conservadora que se utiliza do discurso ultraneoliberal para retirar direitos e atacar utopias democráticas a favor do bem comum (MARTINS, 2017; BALLESTRIN, 2018).

²⁹ Segundo Caillé (2001, p. 43.) o utilitarismo burguês caracteriza-se por defender o pleno reconhecimento da legitimidade do egoísmo e do interesse material.

Sobre o papel ativo das ações coletivas na era da indignação contra o discurso ultraneoliberal é relevante observar que:

[...] quanto maior a violência do Estado e das corporações torna-se urgente e indispensável o surgimento de movimentos sociais alternativos com capacidade de atuar em diferentes perspectivas de trama social, desde a vida cotidiana até a política mobilizada por ações locais e transfronteiriças redefinindo [...] o internacionalismo militante e as solidariedades transnacionais (BRINGEL; PLEYERS, 2017, p.14, tradução nossa).

A passagem acima demonstra o quanto é relevante a insurgência de movimentos sociais alternativos comprometidos com outro tipo de racionalidade e capaz de revelar a complexidade das motivações presente na prática social dos sujeitos, desconstruindo a premissa de que ação humana resulta dos cálculos racionais de sujeitos interessados egoisticamente³⁰. Na contramão da ação social interessada, as ações coletivas de indignação moral procuram demonstrar como a fragilização de políticas sociais e o esfacelamento dos bens públicos como educação e saúde atendem ao interesse mercantil da política neoliberal. Principalmente, se levarmos em consideração o impacto político da ideia de que “os homens seriam, sobretudo, indivíduos egoístas que agem de acordo com seus próprios interesses, não existindo a gratuidade e o desinteresse” (MARTINS, 2008, p. 107).

Assim sendo, seja no âmbito das relações de poder político seja na esfera econômico-social, as chamadas “reformas” de cunho neoliberal das últimas três décadas tiveram o propósito de diminuir o tamanho do Estado como promotor do bem-estar social. Para atender aos fundamentos do neoliberalismo essas reformas tiveram por meta “editar” o modelo de mercado. Isto tornou evidente o papel ativo dos agentes econômicos, financeiros e burocráticos no processo de esvaziamento da política, principalmente, da política de associação alternativa capaz de resgatar o empoderamento cidadão do sujeito social que reivindica participação nas decisões coletivas. Como resultado, tais reformas diminuíram a capacidade de ação do poder público para implementar política de intervenção social capaz de “estancar” chagas sociais como o analfabetismo, por exemplo, e de promover uma cidadania participativa.

Ainda tratando do esvaziamento da política social no modelo de sociedade neoliberal há que se reconhecer que a privatização do poder político pelo poder econômico (BALLESTRIN, 2018) fragilizou a manutenção de direito cidadão e legitimou o discurso de diminuição do Estado como uma saída unilateral para “otimizar” a implementação de políticas sociais. Uma das consequências desta privatização da ação pública consistiu na “institucionalização” do neoliberalismo compreendido como uma ordem normativa ou sistema de poder mais amplo

³⁰ Cf. CAILLE (2001, p. 32).

que, segundo Dardot & Laval (2016, p. 27), está presente em diferentes seguimentos da sociedade tais como: cultura, educação, sistema político, etc.

Nesta perspectiva da política neoliberal foi acentuada a estratégia de desconstrução da utopia do bem comum que se sustenta numa visão alternativa ao modelo de desenvolvimento econômico fundamentado no extrativismo e no incentivo de atividade rentista. Diante disto, as ações coletivas identificadas com o confronto político e fundadas na indignação moral, tiveram que reinventar suas estratégias para defender um modelo societário que valorize o usufruto público de bens, recursos, processos e coisas acessíveis à sociedade em geral. Em outras palavras, as ações coletivas preocupadas em fortalecer a defesa de um modo de vida societário baseado na solidariedade e na qualidade do vínculo social tiveram que reinventar sua prática para defender o que alguns intelectuais do movimento maussiano denominaram de *bem comum* (MARTINS & ARAÚJO, 2016).

2.2.1 Novo Ciclo de Indignação Moral das Ações Coletivas e o Resgate do Bem Comum Latino-Americano

Apontamos acima o processo de ressignificação das mobilizações sociais numa conjuntura caracterizada pelo esvaziamento de políticas sociais e pela dificuldade de propor uma perspectiva de democracia ampliada. O que se observou foi a depreciação de conquistas democráticas. Na tentativa de frear este esvaziamento ou privatização da política que desconhece o valor social do sujeito, as ações coletivas latino-americanas incorporaram à sua agenda de luta o resgate utópico e antiutilitarista do bem comum. Neste aspecto nossa interpretação sugere que tanto a *paz com justiça social* quanto *direito de ir e vir* (mobilidade urbana) constituem um recurso político que está disponível para todos os movimentos democráticos, desde que o acesso a tais bens seja compreendido como uma “regra fundante da vida, das redes e dos sistemas sociais” (IDEM, p.14).

A temática do bem comum no contexto de avanço da política neoliberal latino-americana constitui uma bandeira de luta relevante por valorizar os laços associativos e compartilhados. Na perspectiva maussiana tais laços apontam também para a generosidade na política o que abre a discussão da racionalidade da ação não somente para os elementos morais, mas igualmente afetivos. Temos aqui uma das modalidades da crítica anticapitalista disponível para as ações coletivas.

2.2.2 Sobre a Noção Antiutilitarista de Bem Comum e as Ações Coletivas Latino-Americanas

Com o objetivo de contribuir para repensar um modelo de sociedade que priorize a justiça social e a participação cidadã as ações coletivas precisam ser reinventadas, de modo a poder dar novo sentido orgânico para a vida social e para enfrentar a estratégia neoliberal do desmonte das sociedades nacionais. Neste aspecto a noção maussiana de bem comum inspirada nas obrigações coletivas voltadas para a produção de solidariedades como sugerido por M. Mauss (2003) fundamenta pactos morais e afetivos primários na organização da política a partir das instituições primárias como famílias, vizinhanças e associações coletivas. Isto se revela promissor para o debate por ressaltar a relação entre justiça e cultura na perspectiva das práticas dos cidadãos.

Tal noção foi explorada por Martins & Araújo (2016) na introdução da coletânea *Democracia, pós-desenvolvimento e gestão de bens comuns perspectivas da América Latina e do Caribe* e surge como um conceito-chave para atualizar a crítica antiutilitarista das práticas neoliberais. Para estes pesquisadores a noção de bem comum “emerge como referência conceitual estratégica para se fundar estilos de modernização social que priorizem a justiça social e a participação cidadã na organização de sistemas de direito equitativos e diferenciados” (IBIDEM, p. 19). Desta forma, segundo os autores, esta ideia utópica é seminal para fundamentar a construção de modelos democráticos mais participativos e ampliados da vida local que não negligencia a transformação do mundo moderno. Os autores levam em consideração o pensamento da pesquisadora Elinor Ostrom (1990) para esclarecer que um bem para ser considerado comum deve estar disponível a todos e a utilização individual dele não deve interferir no acesso coletivo de tal bem (MARTINS & ARAÚJO, 2016, p. 14).

Para avançar nos usos da ideia de bem comum como base de uma perspectiva emancipatória da realidade social que reinterpreta a ideia de público como direito coletivo ancorado no comum humano, por exemplo, é necessário compreender sua origem etimológica. Assim, o termo bem comum em castelhano pode ser chamado ‘procomún’ (versão castelhana do termo anglo-saxão “commons”), referindo-se a uma modalidade de governabilidade para os bens coletivos” (IBIDEM, p. 14). Este entendimento jurídico-político de bem comum é ampliado pela leitura moral e afetiva maussiana que articula o comum com o fato social total que amplia o leque de motivações diversas que interferem na ação social. Assim, bem comum passa a envolver bens, recursos, procedimentos ou coisas (materiais ou simbólicos) cujos proveitos, posses ou direitos de exploração pertençam ao corpo social mais amplo. Trata-se

aqui de valorizar a ideia de Mauss sobre a sociedade como um fato social total no qual a organização da vida coletiva resulta da valorização de todos os elementos econômicos e não econômicos disponíveis.

Temos que reconhecer que esta perspectiva ampla do bem comum como fato social total estabelece um novo horizonte de inspiração para as ações coletivas motivadas pela indignação moral, mas sobretudo pelo valor dos afetos e rituais na organização das práticas sociais. Por propor que bens, benefícios ou posses de direitos sejam de usufruto universal e de amplo acesso da comunidade, a abordagem maussiana estabelece um “ponto de fuga”, uma possibilidade de subverter a racionalidade utilitária voltada para satisfazer a necessidade do sujeito individualista moderno em benefício de um modelo associativo amplo e participativo.

Com vista a ampliar a crítica antiutilitarista ao modelo de desenvolvimento econômico impulsionado pela política neoliberal, a noção de bem comum emerge como uma variável utópica que subsidia a expressão de questões fundamentais do modelo dominante como: “[a)] o monopólio do acesso aos recursos produtivos e naturais, [b)] as políticas públicas ineficientes, [c)] a desigual distribuição de renda e [d)] o desrespeito aos direitos humanos básicos à vida cidadã” (IBIDEM, p. 15, acréscimo nosso). Tais questões ajudam a compreender o horizonte normativo (frame) das ações coletivas, a reativar a defesa do bem comum e a resguardar a defesa de bens públicos³¹. No contexto da política neoliberal é importante valorizar o debate antiutilitarista preocupado em salvaguardar a governabilidade do bem comum, canalizando a indignação moral e o sentimento de auto-responsabilidade coletiva para ações de mobilizações que permitam reorganizar a pauta das lutas democráticas no contexto latino-americano. Neste percurso a crítica anticapitalista procura, por um lado, valorizar uma metáfora que libera a experiência sensível dos direitos coletivos, e, por outro, entender que a base de legitimação do poder capitalista foi e é a ideologia da privatização dos recursos coletivos e naturais com vista a assegurar acumulação material por parte das castas dominantes.

Neste aspecto é relevante destacar que alguns intelectuais latino-americanos, sobretudo aqueles intelectuais aymara da Bolívia, colocaram no debate anticapitalista e anticolonial o tema do *buen vivir*, que constitui um campo de discussão que reflete a luta democrática pela gestão cidadã do bem comum (MARTINS, 2014, p.13)³²; (MARTINS & ARAÚJO, 2016). A

³¹ Para Araújo & Martins (2016) a ideia de bem público é uma especialidade ou subcategoria do bem comum. Para a especificidade deste texto o acesso a serviços de interesse cidadão, tais como educação pública de qualidade e o serviço de saúde pública gratuita e universal garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) são compreendidos como bens públicos.

³² Cf. Martins (2014), no artigo intitulado: Bien Vivir, uma metáfora que libera a experiência sensível dos Direitos Coletivos na Saúde.

noção de *bien vivir* vem despertando um olhar alternativo ao modelo economicista neoliberal. Ela aponta para novas maneiras de articular sociedade e natureza alargando o sentido da ação social para incluir não apenas os humanos, mas o meio ambiente. Esta proposta contribui para desconstruir a falácia do discurso que prega o crescimento econômico permanente como uma maneira unilateral para resolver problemas estruturais latino-americanos como a falta de acesso a bens públicos de saúde, previdência social, entre outros. Nesta linha de raciocínio, pesquisadores bolivianos (FARAH; VASAPOLLO, 2011), explicam que o valor social da utopia não-capitalista do *bien vivir* ampliou a visão crítica ao modelo de desenvolvimento rentista, incorporando novas maneiras de ações teórica e prática no processo do desenvolvimento humano tais como o desenvolvimento comunitário endógeno e o desenvolvimento sustentável.

Ao mobilizar este olhar crítico à lógica mercantil desenvolvimentista, os bolivianos entenderam a necessidade de refletir como o desenvolvimento humano fundamentado no gerenciamento comunitário do bem comum incentiva a construção de práticas e ações que assegurem a cidadania universal como um bem comum social. No trilhar caminhos para defender a noção de cidadania universal como bem comum latino-americano os pesquisadores andinos apontados sugerem que:

As buscas de alternativas estão fazendo ressignificar alianças, redes e outras formas de juntar esforços reflexivos para renovar o olhar sobre o humanismo e o ambientalismo social baseado no desenvolvimento na América Latina, particularmente, na Bolívia e no Equador observamos práticas inovadoras contra a privatização da vida e da natureza. (...) [Esta alternativa ao modelo de desenvolvimento mercantil] está baseada nas demandas de reconhecimento e recuperação de experiências de reprodução social própria de comunidades indígenas e camponesas, aquelas que recorrem aos conhecimentos naturais do seu habitat e da sua sociabilidade (FARAH; VASAPOLLO, 2011, p.14, tradução e acréscimo nosso).

Neste empenho de descortinar alternativas de democratizar o acesso à justiça que sejam orientadas às demandas dos grupos por reconhecimento e distribuição de direitos, as mobilizações latino-americanas protagonizam a necessidade de o sujeito social ter acesso comum à direitos e serviços de interesse social que permitam romper com processos de exclusão e dominação na democracia oligárquica presente na região. Com efeito, as mobilizações sociais procuraram reorientar suas pautas para defender o acesso público e irrestrito de bens simbólicos,

tais como a paz com justiça social³³ e a questão da mobilidade urbana³⁴. O caso boliviano é exemplar pois revela mobilizações que tiveram impactos efetivos sobre o fazer político. Mas devemos reconhecer que iniciativas diversas voltadas para reorientar as ações coletivas continuam a ser construídas apesar dos contextos politicamente adversos, confirmando a tarefa de defender o acesso a bens públicos e os bens coletivos. Assim, as ações coletivas latino-americanas inspiraram-se no discurso humanista do *bien vivir* para atualizar a luta democrática de acesso à direitos cidadãos.

Neste movimento de ampliação da cidadania fundamentada no repensar a práxis da ação social que defende a humanização da vida e a qualidade do vínculo associativo, as ações coletivas puderam propor novas bandeiras de luta contra a privatização da política e do sequestro do bem comum. Isto sugere que a crítica antiutilitarista ao modelo de desenvolvimento mercantil da modernidade permite entender com maior propriedade como opera a política neoliberal que preconiza a fragilização do bem comum no contexto latino americano (MARTINS & ARAÚJO, 2016); (BALLESTRIN, 2018).

2.2.3 Atualização da Crítica Anticapitalista à Privatização da Gestão Cidadã: Ressignificando as Mobilizações fundadas na Indignação Moral

Em retrospectiva, as ações coletivas latino-americanas evidenciaram no seu campo de atuação pautas de mobilização preocupadas com a defesa de bem comum, o que na prática configurou uma atitude política voltada para colocar o social e o comunitário como prioridades da organização coletiva.

³³ - Cf. Escobar (2010) diz que ações em prol da paz devem levar em conta que: “ [um dos] argumento mais importante é que no caso colombiano [de injustiça social] faz-se evidente o esgotamento dos modelos modernos. Sem dúvida, o desenvolvimento e a modernidade foram processos que sempre “naturalizaram” o deslocamento compulsório. Porém, o que fica evidente com os excessos da globalização imperial na região do Pacífico colombiano (também poderia se pensar nos casos do Sudão, Oriente Médio, etc.) é a brecha entre as tendências de deslocamento compulsório produzido pela modernidade e os mecanismos para conter tal problema. [Segundo o autor], tal problema além de crescer torna-se cada vez mais insustentável, ou seja, é incontornável para qualquer modelo social moderno” (p. 36, tradução e acréscimo nosso).

³⁴ Cf. (SANTAREM, 2014, p. 19), ao defender a mobilidade como um bem comum lembra que é fundamental entender a engrenagem mercantil inerente ao sistema de transporte público, pois: “O funcionamento do serviço enquanto mercadoria precariza a qualidade do mesmo. Adiciona-se a isto outro princípio de que o financiamento deste serviço público se dá principalmente pelas tarifas pagas pelos usuários/as. Estes, que moram tão mais longe do centro quanto suas rendas são menores, pagam mais caro quanto maior é o seu deslocamento. Assim os aumentos de tarifas de ônibus convertem-se em um tipo de redução salarial: as viagens de ônibus/van/metrô são parte integrante da jornada de trabalho e seu pagamento é parte perdida do salário; é uma primeira etapa da venda da força de trabalho. Isso se tratarmos somente do espaço de trabalho. A própria circulação pelas cidades está relacionada também as dinâmicas de exclusão à circulação no espaço urbano, dado que sem transporte não se pode usufruir dos recursos urbanos mais básicos” (p. 19).

Na contramão disso, nos últimos anos, assistimos ao ressurgimento da política conservadora que, no âmbito da política social, desorganizou as conquistas de governos progressistas e pôs a privatização da política como uma das principais características da ofensiva neoliberal³⁵. Por isso, para entender a transformação do tecido social latino-americano tivemos que recorrer a diversos referenciais teóricos que nos permitissem conhecer as engrenagens do modelo neoliberal, por um lado, e visualizar as saídas possíveis para os movimentos sociais democratizantes, por outro.

Sobre este trabalho interpretativo de compreender o espírito do utilitarismo neoliberal é fundamental atentar para o fato de que:

(...) as ciências humanas e sociais (CHS) não podem contentar-se indefinidamente com descrever ou “compreender”. Devem igualmente explicar, isto é, procurar causas para efeitos e estabelecer normas, isto é, interrogar-se sobre a desejabilidade dos efeitos. De modo que o quadro muda de alto a baixo logo que se vira o olhar para o lado das disciplinas ou das escolas que visam à sistematicidade ou, simplesmente, à coerência teórica (CAILLÉ, 2001, p. 27).

A partir desta passagem observamos que o trabalho de entendimento da lógica utilitarista da política econômica neoliberal latino-americana requer um esforço problematizador sobre práticas, atitudes e comportamentos de atores sociais empenhados em defender a ideia de que “a ação humana e social resulta dos cálculos racionais de sujeitos interessados, quer sejam individuais ou coletivos, egoístas ou altruístas” (CAILLÉ, 2001, p.33).

Esta retomada do neoliberalismo latino-americano iniciada no final do século passado implicou numa série de transformações caracterizadas pela flexibilização dos bens públicos da sociedade. Isto acarretou o que D. Harvey em *Condição pós-moderna* (2008 [1992]) denominou de vida flexível, modelo social marcado por uma radical transformação político-econômica imposta pela sociedade mercantil moderna. Para desmontar a lógica da ação calculista, que visa manipular a ação política em prol da elite conservadora (que provocou aumento de exclusão social e maior vulnerabilidade dos sujeitos desprotegidos socialmente), foi necessário compreender como se deu o ressurgimento do neoliberalismo na América Latina e quais as implicações disto para as ações coletivas inspiradas pelo espírito antiutilitarista e anti-mercantilista.

³⁵ Para Martins (2017a), esta nova ofensiva neoliberal caracterizada pelo ressurgimento do poder conservador implicou a fragilização dos direitos humanos e das conquistas cidadãs. Sobre essa consequência o pesquisador ainda adverte que nos modelos constitucionais republicanos da América Latina o acesso à cidadania republicana ainda depende da organização da balança de poder, que em última instância tende a favorecer a elite conservadora (MARTINS, 2017a); (MARTINS & ARAÚJO, 2016, p.15).

Sobre este tipo de sociedade é relevante compreender que as transformações sociais se apoiam:

(...) na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e *padrões de consumo*. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas (HARVEY, 2008, p.140, destaque nosso).

Como destacamos na passagem acima a transformação imposta pela política econômica neoliberal disseminou o que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman denominou de individualismo consumista ou a transformação das pessoas em mercadoria (BAUMAN, 2008). Trata-se de um modelo de sociedade que deslocou estrategicamente as mudanças do mundo do trabalho *toyotista*³⁶ das fábricas - que serviam para organizar um padrão de exploração fundado na relação entre capital e trabalho -, para outro, consumista, em que as maneiras de ser, agir e sentir da sociedade se inspiram sobretudo na transformação da cidadania republicana numa cidadania consumista.

A agenda de transformação do capitalismo também se caracterizou pela precarização da vida social, insegurança das garantias trabalhistas e privatização de serviços de interesse sociais (saúde, educação, previdência social e assistência à moradia, etc.). Na realidade, as garantias dos bens públicos foram fragilizadas ou flexibilizadas. Com efeito, o fenômeno moderno da globalização, a transformação dos meios de comunicação e a configuração de um novo modelo de vida econômica, apresentaram-se como exemplos seminais para entendermos como as agendas de lutas das ações coletivas tiveram que reinventar seu *modus operandi* de intervenção social. Com tais mudanças sociais houve a necessidade de reavaliar modos de pensar e agir na sociedade.

Para Luciana Ballestrin³⁷ um dos exemplos dessas mudanças do agir coletivo pode ser compreendido a partir dos desafios vivenciados pelo grupo de intelectuais e ativistas latino-americanos e americanistas, que fundaram o *Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos*. Para essa pesquisadora a dificuldade de entendimento da ordem neoliberal reside no fato dos atores coletivos compreenderem com maior propriedade:

³⁶ Modelo de produção baseado na flexibilidade da demanda de consumo. Neste sistema há um alto nível de racionalização e otimização da grade produtiva. Nesta modalidade a produtividade da força humana é ampliada e coordenada por uma logística complexa de produção em alta escala e direcionada para determinados setores da sociedade. Na prática social a flexibilidade de direitos e garantias sociais, como também a maior vulnerabilidade das condições de trabalho caracterizaram este modelo (HARVEY, 2008).

³⁷ CF. Ballestrin, 2013.

(...) [como] os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa e a nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. Por sua vez, a mudança na redefinição das esferas política e cultural na América Latina durante os anos recentes levou a vários intelectuais da região a revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades. A tendência geral para uma democratização outorga prioridade a uma reconceitualização do pluralismo e das condições de subalternidade no interior das sociedades plurais (GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 1998, apud BALLESTRIN, 2013, p.94).

Para reforçar essa constatação sobre as novas configurações da política moderna Caillé et al. (2015, p. 46-52) assinalam:

Com a internacionalização ou a globalização de todos os problemas a enfrentar – econômicos, financeiros, ecológicos, climático, morais, criminais, sociais, etc. –, a margem de manobra dos Estados e seu grau de soberania diminuem dia pós dia [...] em face da globalização dos mercados, em especial financeiros, as regulações estatais permanecem duplamente impotentes. Elas não estão em uma boa escala espacial. Mas elas não estão também em uma boa escala temporal, visto que os governos democráticos, penosamente eleitos, só sonham com a perspectiva de sua próxima reeleição e navegam às vistas por meio de sondagens, no dia-a-dia, sem nenhum cuidado com o médio e o longo prazo. E sem qualquer capacidade real de enfrentar os interesses estabelecidos, tão prejudiciais quanto os possam ser.

Em meio a esta transformação, ao deslocarmos nosso olhar para o controle social que a política neoliberal exerce sobre o sujeito moderno, percebemos como esta “nova” razão do mundo exerceu o poder de *docilização*³⁸ dos sujeitos o que implicou maior controle normativo sobre a maneira de interação do ator social. Tal controle social foi estratégico para o surgimento de novas possibilidades de acumulação do capital. A financeirização da vida e a flexibilidade das relações sociais (precarização do trabalho, fragilização dos vínculos afetivos etc.) são exemplos desta governamentalização da vida moderna que ameaça a gestão da liberdade social (CAILLÉ, 1996)³⁹.

Diante deste processo de domínio da vida social pela mercantilização das pessoas é fundamental indagar: como o neoliberalismo afetou as ações coletivas? Uma pista para essa questão tem a ver com os estudos sociológicos envolvendo a questão de organização de dispositivos de poder que permitem materializar a lógica neoliberal da sociedade como um

³⁸ Cf. Foucault, 2008.

³⁹ Em *A demissão dos Intelectuais* (1996) Alain Caillé fez uma densa reflexão sobre o que é a crise de sentido do pensamento social. Para entendermos o avanço das ideologias de direita na América Latina nos últimos anos entendemos que esta obra nos dar pista interessante para aprofundar a crítica ao capitalismo predatório da solidariedade moderna. Dentre várias reflexões é possível refletir: até que ponto o avanço das ideologias neoliberais constitui a ampliação de práticas egoístas e da demissão dos intelectuais?

sistema de governamentalização (controle) da subjetividade dos indivíduos⁴⁰. Em outras palavras, o neoliberalismo constitui um bloco de poder (MARTINS, 2017a) que funciona como ferramenta de dominação capaz de ampliar o grau de concentração mercantil, promover mudanças nas regras dos regimes democráticos, alterar direitos constitucionais, deslegitimar o empoderamento das classes menos favorecidas, como também desorganizar a construção dos laços de solidariedades favoráveis à formação de cidadania ativa dos indivíduos.

O pensamento mercantilista dominante ampliou as agendas de lutas o que proporcionou a emergência de um novo modo de confronto político e de atuação das mobilizações sociais. Sobre isto, esta passagem é esclarecedora:

O fato de que por si só, sem regulamentações externas, a instituição mercantil tem um poder de destruição do social cuja intensidade é bastante evidente. As experiências de liberalização da economia mercantil na última década mostram o quanto a mesma é geradora de exclusão social e de desagregação moral das instituições da sociedade. A dificuldade em oferecer soluções à chamada “questão social” não tem desestimulado o aparecimento de novas modalidades de existência social, em claro contraponto com as tendências desagregadoras da esfera pública (MARTINS, 2004, p.10).

Os fatos apresentados nesse trecho demonstram ser necessário aprofundar a crítica anticapitalista ao projeto de privatização e controle da subjetividade do sujeito moderno. Em outras palavras, as teorias das ações coletivas precisam avançar no sentido de articular e fazer convergir as diversas abordagens a partir de uma perspectiva ampliada, cognitiva, moral, afetiva. A crítica antiutilitarista aponta para a necessidade de ampliar o entendimento dos motivos da ação social como vemos nas reflexões trazidas pela Revue du MAUSS fundada ainda nos anos 80.

Neste processo de ampliar a crítica anticapitalista é importante compreender que a ideologia mercantil revela um princípio normativo próprio da filosofia mercantilista inglesa e que foi alvo de uma reflexão criteriosa por parte do sociólogo Alain Caillé⁴¹ que desconstrói a tese mercantilista quando afirma que:

[Caillé identificou a falácia] de que o principal problema posto para a espécie humana, quiçá o único em última instância, é o da escassez material. É o problema da falta de meios suscetíveis de satisfazer as necessidades materiais e de permitir a cada um – para dizê-lo nos termos de Adam Smith – ‘better one’s own condition’, ou seja, melhorar sua própria condição social e, antes de tudo, econômica (CAILLÉ et al., Org., 2015, p.43, acréscimo nosso).

⁴⁰ Para P. H. Martins (2008, p. 108) o controle da subjetividade do sujeito inibe a liberação da experiência que há no dom. Essa perspectiva de relação social permite revelar a reciprocidade aberta e flexível, que possibilita revelar a complexidade das motivações presentes na ação social e favorece o resgate da experiência e do valor da ação intersubjetiva.

⁴¹ CF. Caillé (2001; 2008; 2015).

No trabalho intelectual de desmontar os discursos hegemônicos da ideologia mercantil moderna que, em última instância, procuram legitimar um modelo de sociedade baseado na virtude do *homo economicus* em detrimento dos atores sociais inspirados na atitude do sujeito solidário, o movimento antiutilitarista nas ciências sociais (M.A.U.S.S.) apresenta-se como uma potente crítica propositiva ao espírito do capitalismo, que está inscrito nas políticas desenvolvimentistas latino-americanas.

Sobre a vitalidade crítica do movimento antiutilitarista Martins (2008) constata:

[O M.A.U.S.S. consiste] numa crítica antiutilitarista propositiva, que elege o sistema do dom como veículo central para se avançar na desconstrução do caráter restritivo das teses economicistas dominantes, e na crítica à proposta ingênua da economia de mercado como uma economia natural que existiria desde sempre, estando hipoteticamente na origem e no desenvolvimento de todas as sociedades humanas (nota 14, p.127, acréscimo nosso).

Desta forma, o antiutilitarismo emerge então como movimento teórico amplo que se volta tanto para desmascarar as bases filosóficas do neoliberalismo como também indicar saídas convivalistas que apontam para valores de solidariedade moral que inspiram, por exemplo, as lutas por democracia participativa ou de economias plurais. Estas são ideias basilares presentes na obra de Caillé (2001; 2004; 2008) e que Martins (2004; 2003; 2008), entre outros autores, vem buscando desenvolver no estudo do caso latino-americano⁴².

Na coletânea “*A Nova Ordem Social*” (2004) P. H Martins e B. Ferreira Nunes identificaram que no campo sociológico o utilitarismo entende como legítimo as ações fundamentadas pelo cálculo racional. Estas põem em segundo plano o valor das atitudes morais, aquelas que defendem a importância da solidariedade relativamente desinteressada e constituída no ideal do bem comum. Tais autores, naquele momento, já sinalizavam a importância de defender uma via política que fosse fundamental tanto para o fortalecimento do interesse coletivo compartilhado quanto para a ampliação da redistribuição republicana dos direitos coletivos. Nesse processo, lutar pela consolidação da democracia como um bem simbólico solidário foi caracterizado como fator relevante para atualizar a luta coletiva em defesa do bem comum.

⁴² Desde o início dos anos 2000 P.H. Martins vem tecendo uma sólida crítica ao processo de massificação da ideologia utilitarista na América Latina. A crítica toma por fundamento o paradigma da dádiva como um “guarda-chuva” epistemológico capaz de desconstruir os fundamentos da lógica mercantil do neoliberalismo que está movimentando a nova razão do mundo. Neste aspecto o autor trata de repensar novas possibilidades de rever como os indivíduos politicamente inspirados pelo espírito do dom podem ressignificar o mal-estar da sociedade contemporânea. A obra: *Contra a Desumanização da Medicina* (2003) apresenta-se como um livro paradigmático nesta trajetória.

Sobre a relevância dos atores coletivos para repensar a política moderna é necessário atentar para:

(...) a capacidade de resistência dos movimentos sociais e sobre as possibilidades de recriação de novas estratégias, regras de sobrevivência pessoal, social e ecossistêmica capazes de conter as tendências entrópicas da ordem econômica internacional desumanizadora; ou seja: perguntar-nos sobre os movimentos institucionais e sociais antiutilitaristas, que acionados ou inventados, tenham a capacidade de conter esta dinâmica de poder privatista movida pelos mecanismos de regulação voláteis e pelos interesses econômicos poderosos (MARTINS; FERREIRA NUNES, 2004, p. 9).

Vale ressaltar que nesta obra acima referenciada os autores identificaram um processo de esfacelamento ou “flexibilização” do ideal de cidadania ativa. Para a especificidade desta tese observamos a possibilidade de ressignificar as práticas sociais e as mobilizações coletivas a partir não de modelos de racionalidades abstratos da ação social, mas de modelo que contemplem a complexidade do fato social total nas trocas diretas. Isto leva necessariamente a buscar entender o próprio dom como uma racionalidade expressiva necessária para fundar alianças políticas na vida cotidiana. Trata-se de uma nova perspectiva de sociedade inscrita no fazer prático que nos revelam os estudos sobre a dádiva e que podem subsidiar a intenção de propor alternativa convivialista “ao poder evidente de destruição social mobilizado pela economia mercantil” (IBIDEM, p.10).

Nesta perspectiva, observamos que a fragilização utópica do *bem comum* “coincidiu” com os avanços das políticas neoliberais que se fundam apenas na utopia do consumo improdutivo. Para difusão desta nova ideologia consumista as forças neoliberais com apoio da mídia, buscaram desmontar os mecanismos de legitimação do Estado para reforçar o lugar do mercado como operador da vida social. Assim, a estrutura jurídico-coercitiva do Estado foi mobilizada para legitimar o *modus operandi* mercantilista, para privilegiar a otimização político-econômica dos recursos estatais em favor do mercado e em detrimento das políticas de reconhecimento social (BIGNOTTO et al., 2013; MARTINS, 2008, 2017a).

Dessa maneira, as políticas neoliberais⁴³ não podem ser compreendidas estritamente pelo viés economicista do mercado, devendo ser considerado sua dinâmica cultural sobretudo na formação de uma cidadania de consumidores passivos e mesmo conservadores. Tais políticas representam um processo de dominação mais amplo, *uma nova razão do mundo*⁴⁴, que destitui

⁴³ Na próxima sessão vamos aprofundar esta discussão das políticas neoliberais com o intuito de entender como estes dispositivos de poder provocam impactos nas ações coletivas, principalmente, ao ampliarem a situação de exclusão social com as implementações das políticas desenvolvimentistas do neodesenvolvimentismo e do neo-extrativismo, que ao defenderem a privatização da política e a diminuição do estado fragilizaram a gestão solidária do bem comum.

⁴⁴ Cf. DARDOT & LAVAL (2016)

o valor de laços de solidariedade fundados numa dinâmica interativa e participativa em práticas de camaradagens e de amizades. O desmonte da solidariedade cívica desestimula as formas múltiplas do ideal associacionista influenciando no surgimento da ideologia neoliberal como um modo de vida. Tal estilo de vida individualista produzido pelo mercantilismo dificulta o acesso do indivíduo ao usufruto coletivo dos bens de cidadania (MARTINS, 2004, 2017a; CAILLÉ, 2001, 2004, 2008).

Para entender as diversas maneiras como o neoliberalismo transformou-se num dispositivo capaz de exercer controle sobre o cotidiano dos indivíduos as teorias das ações coletivas precisam aprofundar a importância dos fatores morais, como a indignação coletiva, e dos elementos afetivos que fundam as alianças. A realidade vem demonstrando que a pobreza econômica não gera necessariamente mobilização pela democracia. Pode ocorrer o contrário, o conformismo e o apelo a figuras míticas e salvadoras. Assim, para se resgatar o valor da ação social, os intelectuais e ativistas precisam entender como resgatar o lugar da ação comunitária no processo de organização do público democrático. Os intelectuais precisam reinventar o jeito de atuar nesta conjuntura de indignação moral, de modo a canalizar a insatisfação coletiva difusa com a destruição da proteção social pelo Estado capturado.

Neste aspecto é importante ressaltar que a perda dos direitos coletivos e a precarização dos bens públicos favoreceram o fortalecimento das oligarquias econômicas e políticas na América Latina em aliança com o capital internacional. Estas oligarquias estruturaram a “privatização” da política e articularam com o poder judiciário - a partir da *judicialização da política*⁴⁵ - um projeto de poder centralizado e voltado para desmontar as esquerdas democráticas, permitindo a retomada de poder pela oligarquia conservadora latino-americana⁴⁶.

Na contramão desta tendência os agentes intelectuais e ativistas da mobilização social são obrigados a partir de agora a buscar entender mais profundamente o caráter moral e afetivo deste contexto de desmobilização, de modo a reorganizar os projetos da esquerda democrática. Assim, tais agentes devem valorizar a importância do fator moral no agir social de modo a fazer emergir novo horizonte de sentido na prática política.

⁴⁵ A judicialização da política caracteriza-se pela expansão de poder dos juízes em detrimento daqueles dos políticos e administradores (AVRITZER, 2013).

⁴⁶ Sobre a manutenção da oligarquia política no poder ver Martins (2017a). Neste artigo o autor aborda a conjuntura política brasileira pós-golpe de 2016. O texto demonstrou como o modelo econômico da sociedade brasileira proporcionou a oligarquia nacional ampliar seu poder político-econômico ao se infiltrar nas engrenagens do estado neodesenvolvimentista, o qual minimamente distribuiu recursos para população excluída e aumentou expressivamente o poder financeiro dos mais ricos. Nesta mesma linha de raciocínio G. Alves (2013) relata que o processo de privatização dos anos 1990 repassou um terço da riqueza nacional para a iniciativa privada oligárquica.

Nesta nova perspectiva de pensamento e de ação, a atualização da crítica antiutilitarista e a reativação do bem comum como uma utopia liberadora e capaz de revelar as engrenagens mercantilistas de controle da vida mobilizada pela economia neoliberal ampliam o entendimento sobre o sentimento de indignação⁴⁷ moral provocado pela maior pauperização dos excluídos. A implementação de política calculista e a diminuição do papel do Estado para propor política de reconhecimento e de direito coletivo exige um novo debate teórico e político para levar os movimentos sociais a ampliarem os repertórios de ação com novas interações na realidade global (BRINGEL & PLEYERS, 2017; SCHERER-WARREN, 2015).

Na próxima sessão apresentamos dois enfoques de políticas desenvolvimentistas latino-americanas, que iniciaram uma nova fase na primeira década do Século XXI, e que, em alguns países, ainda gozam de certa vigência. Nesta parte do capítulo também foi possível compreender como a fragilização das políticas sociais e o fortalecimento da oligarquia conservadora provocou, por um lado, impacto nas ações coletivas com o advento do novo ciclo de indignação moral e, por outro lado, favoreceu a queda dos governos de esquerda.

2.3 NEODESENVOLVIMENTISMO E NEOEXTRATIVISMO: IMPACTOS NEOLIBERAIS NO JOGO DEMOCRÁTICO E NAS AÇÕES COLETIVAS

A primeira década do século XXI marcou a reordenação da lógica mercantil neoliberal na América Latina, acelerando a concentração financeira do capitalismo no nível mundial com impactos nas sociedades nacionais, sobretudo periféricas (ALVES, 2014). As mudanças na política influíram no enfraquecimento da democracia e nos rumos das mobilizações sociais. Houve uma transmutação do neoliberalismo na América Latina, observando-se a emergência do neodesenvolvimentismo que no Brasil ganhou realce inclusive nos governos do Partido dos Trabalhadores e do neoextrativismo em grande parte dos países latino-americanos, e também, na Colômbia.

Em princípio, o *modus operandi* de tais políticas é bastante semelhante. De uma parte, houve implementação de programas estatais que contribuíram para a oligopolização da economia e para fortalecer grupos privados. Estes programas alavancados pelo direcionamento dos investimentos estatais beneficiaram as oligarquias empresariais, financeiras, políticas em

⁴⁷ Segundo Caillé et al., no *manifesto convivialista - seguido de Comentários sobre a sociedade convivial* a ideia de indignação é relevante para repensar a política moderna, visto que: - “A indignação experimentada em face da desmedida e da corrupção e a vergonha, que se faz necessária de ser sentida por aqueles que diretamente ou indiretamente, ativamente ou passivamente, violam os princípios de comum humanidade e de comum socialidade” (2015, p. 31).

torno da expropriação de recursos públicos e de exploração de recursos naturais (ALVES, 2014; SVAMPA, 2009, 2016; GUDYNAS, 2011). De outra parte, estas políticas se voltaram para implementar programas de investimento público em infra-estrutura o que deu margem para ampliar parceria público-privado e facilitar a concessão de ostentosos projetos de grande impacto socioambiental, tais como: construções de hidrelétricas, arenas esportivas, ampliação da malha rodoviária e outras obras de alto impacto econômico e ambiental.

A terceira característica destas políticas consistiu na criação de programas de transferências de rendas no mercado interno, contribuindo para o aumento da desigualdade social e concentração de riquezas. No caso do neoextrativismo latino-americano observamos que esta transferência de renda se deu a partir do aumento da exploração das áreas indígenas, gerando aumento do desmatamento e da exploração de riquezas naturais, sendo os nativos apenas parcialmente recompensados pelos danos ambientais e à cultura local (ZIBECHI, 2015; SVAMPA, 2016).

Nossa análise sobre as políticas econômicas do neodesenvolvimentismo e do neoextrativismo tem o objetivo de demonstrar que esta nova lógica neoliberal não se impôs contra a antiga ordem oligárquica, mas buscou subordinar as classes dominantes locais a sua estratégia de reprodução. Preservando a antiga estrutura de poder oligárquico-empresarial, o neoliberalismo conseguiu negociar flexibilização das garantias sociais e de controle das ações de intervenção do Estado. Isto implicou algumas consequências. A primeira tem a ver com a continuação das reformas de reestruturação do sistema de produção para recompor o poder rentista das elites econômicas. A segunda questão está relacionada ao fato de que a ampliação da lógica utilitarista neoliberal implicou a queda dos regimes democráticos e a fragilização dos ideais de democracia na América Latina (MARTINS, 2017a; ALVES, 2014). Por fim, as políticas neoliberais implicaram a resignificação das estratégias das ações coletivas o que fez emergir novas possibilidades do agir social⁴⁸.

Esta ofensiva do imperialismo também significou a constituição de um megaprojeto do desenvolvimento do capitalismo fundamentado em novas dinâmicas de acumulação do capital. Nele, o Estado atua não mais como regulador da relação entre capital e trabalho, mas como dispositivo voltado para viabilizar as condições macroeconômicas do crescimento da economia

⁴⁸ Dentro das novas possibilidades do agir social destaca-se a proposta boliviana do *bien vivir* que se contrapõe àquela do *Vivir bien* que denota a força de um olhar utilitarista sobre os usos dos bens. Segundo Farah & Vasapollo (2011), a noção de *vivir bien* permitiria resignificar a ideia de desenvolvimento mercantil. Para o contexto das ações coletivas, a utopia do *Bien Vivir* ampliou a relevância de defender os direitos coletivos como um tipo de bem comum fundamental para construção de um modelo societário humanista muito próximo das ideias antiutilitaristas do movimento maussiano.

capitalista. Neste contexto, a manutenção de ações assistencialistas tem menos o propósito de promover a cidadania e mais de reforçar a submissão das populações aos programas de concentração de renda. Por outro lado, o fortalecimento da presença do capital financeiro especulativo contribuiu para a formação de alianças políticas conservadoras voltadas para reforçar o poder oligárquico-econômico vigente na América Latina. Isto implicou fragilização das políticas de distribuição dos bens públicos, maior pauperização dos trabalhadores e forçou a reorientação das ações políticas dos movimentos sociais para atuarem num novo ciclo de confronto de indignação moral.

Ou seja, para estruturar a nova ofensiva das políticas neoliberais os tecnocratas precisaram construir um novo discurso democrático-liberal baseado nos ideais do empreendedorismo, e na defesa do estado de direito (ALVES, 2014; CUNNINGAN, 2009; MARTINS, 2017a). Na verdade, esta estratégia serviu também para financiar o retorno de oligarquias políticas de direita ou de extrema direita⁴⁹ na conjuntura política do Cone Sul, pois uma das características do neodesenvolvimentismo foi utilizar a instituição estatal e as políticas públicas para fortalecer o oligopólio de grandes empresas ligadas a castas e famílias tradicionais.

Estas transformações fizeram emergir um novo contexto de lutas para os movimentos sociais, pois mais que definir as políticas neoliberais como um foco de protesto e mobilização foi necessário refletir de fato sobre o que estava acontecendo na realidade social. Ou seja, como esta nova reorientação da política neoliberal afeta o imaginário do sujeito social? Como as novas diretrizes do capitalismo utiliza o poder público e os atores políticos para conseguir atingir seus objetivos? Que novas relações foram estabelecidas entre o capital e o jogo político da democracia? Por fim, como a nova configuração das políticas utilitaristas afetam os direitos coletivos e o bem comum dos indivíduos? Enfim, refletir sobre isto e produzir novas tramas da mobilização social constitui o desafio das ações coletivas neste novo ciclo de indignação moral.

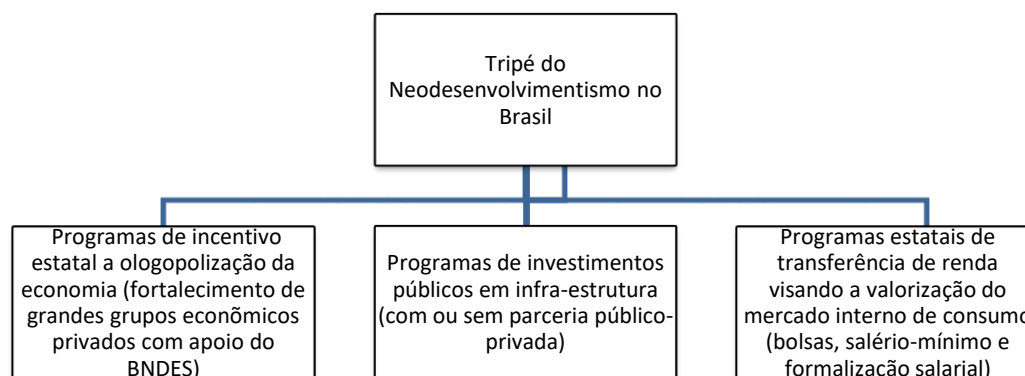
⁴⁹ Segundo Martins (2017a), esta nova configuração de ofensiva da política neoliberal consistiu na ampliação do poder oligárquico nas estruturas do jogo democrático. Para este autor a emergência destes *players* do mundo político implicou na fragilização dos ideais republicanos da nação o que provocou as ações coletivas refletirem a moralização da política como um bem comum. O referido autor destaca também que a escalada dos casos de corrupção no Brasil seria um dos reflexos do esvaziamento das ideias republicanas do jogo democrático latino-americano. Outro olhar semelhante advém da pesquisadora Luciana Ballestrin (2018). Para ela esta nova configuração do mundo democrático levou a América Latina a vivenciar o que ela denomina de pós-democracia. Tal pesquisadora também advertiu que a chegada ao poder do governo ultradireita de Jair Bolsonaro representa um modelo “avançado” da política conservadora mercantil.

2.3.1 A Política Neoliberal do Neodesenvolvimentismo

Para G. Alves (2014) o neodesenvolvimentismo buscava se constituir no novo projeto capitalista de desenvolvimento alternativo às políticas neoliberais da década de 1990. No Brasil, referido projeto se desenrolou em dois períodos. O primeiro durou de 2003 a 2010 (os dois governos Lula da Silva). O segundo foi de (2011 a 2016) durante a gestão da presidenta Dilma Rousseff. Em linhas gerais, o neodesenvolvimentismo caracterizou-se por buscar reorganizar uma nova estrutura das relações econômicas baseada numa versão latino-americana do desenvolvimento articulando a atualização do nacional desenvolvimentismo com o reformismo socialdemocrata europeu, na qual o Estado em parceria com o a oligarquia político-econômica assumia o papel de indutor da economia (IDEM).

Segundo aquele autor, o neodesenvolvimentismo estava baseado em três fundamentos. O primeiro preocupou-se em fortalecer o domínio da burguesia nacional⁵⁰. Por sua vez, o segundo fundamento caracterizou-se pelo investimento em políticas de gasto público para favorecer a infra-estrutura do capital. Por fim, o Estado interveio na circulação de capital na economia interna com a profusão de programas de transferência de renda. A seguir dispomos de uma figura onde está estruturado o tripé de ação do neodesenvolvimentismo (ver figura 2).

Figura 2. Tripé do neodesenvolvimentismo no Brasil



Fonte: Alves (2014)

Vale ressaltar que no contexto político do neodesenvolvimentismo foi instalado um projeto ideológico nacionalista, o qual seguiu o antigo manual desenvolvimentista. Supunha-se por um lado, uma burguesia interna como força dirigente e organizada a partir dos conglomerados industriais e agroindustriais de empresas brasileiras em parceria com grupos de

⁵⁰ Neste caso há que se destacar o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) que financiou a estruturação financeira de empresários da construção civil e do agronegócio (ALVES, 2014).

investimentos estrangeiros. Por outro lado, acreditava-se que apesar de sua heterogeneidade a ampla base social - que inclui grupos sindicais, a baixa classe média, os seguimentos dos trabalhadores agrícolas além da grande massa de cidadãos urbanos que eram alvos de programas sociais como *Minha Casa, Minha Vida e Bolsa Família* dentre outros programas que faziam parte do tripé neodesenvolvimentista – seria suficiente para legitimar as mudanças pretendidas (ALVES, 2014).

Nesta conjuntura, o que aconteceu de fato foi a transmutação dos grupos oligárquicos buscando controlar o jogo de interesses, envolvendo os atores representantes do meio empresarial, como também, de alguma forma, os das classes trabalhadoras. A novidade é que, na realidade, a nova balança de poder modificada pelo neodesenvolvimentismo propiciou um novo pacto de poder entre as oligarquias nacionais e empresas transnacionais.

A sociedade civil, por sua vez, tinha participação heterogênea e diversificada do ponto de vista ideológico. Mas eram evidentes os esforços dos movimentos sindicais e da militância do Partido dos Trabalhadores (PT) para canalizar as insatisfações em apoio ao neodesenvolvimentismo. As políticas de transferência de renda oferecidas pelos petistas durante os anos de 2003 a 2016 constituíam prova desta estratégia (BOITO JR & BERRINGER, 2013). No entanto, a ilusão da burguesia nacional empreendedora e simpatizante do modelo neodesenvolvimentista se desfez. Ao contrário, tal burguesia já estava muito comprometida com o capital financeiro e especulativo internacional e agiu de forma ambígua com relação aos governos petistas, procurando maximizar os ganhos com empréstimos de bancos públicos. Como o processo de financeirização do empresariado industrial brasileiro já estava bem avançado, as tentativas do governo Dilma de controlar o sistema bancário foi a senha para o golpe que se armou contra seu governo.

Em paralelo, há que se levar em consideração a incapacidade dos neodesenvolvimentistas de entenderem que o endividamento do Estado com subsídios ao setor privado tinha limites práticos, resultando na paralisia política e econômica que desarticulou os fundamentos teórico e prático do neodesenvolvimentismo. A degradação das contas estatais, aprofundada com a crise fiscal, contribuiu para deteriorar o financiamento de políticas públicas o que culminou com “as demandas sociais postas pelos protestos de rua que não poderiam ser atendidas por um governo neodesenvolvimentista retraído pelas contradições político-moral-econômica de atuação social” (ALVES, 2014, p.5).

A partir deste contexto geral caracterizado pela incapacidade estatal de suprir as demandas emergenciais e as reivindicações dos movimentos sociais emergiu, paralelamente, uma série de “revelações” sobre escândalos morais e esquemas de corrupções de diversos

agentes públicos que abalaram a democracia brasileira. Tais acontecimentos encontraram um terreno fértil no surgimento do que ficou conhecido como as Jornadas de Junho de 2013. Tais jornadas tinham caráter ambíguo. Por um lado, refletiam a necessidade político-moral de repensar como os indivíduos podem reivindicar a preservação de bem comum e de direitos coletivos de interesse da nação. Por outro, como demonstram o desenvolvimento dos acontecimentos, houve uma manipulação das massas por parte da mídia conservadora para fortalecer os grupos de direita que já desenhavam um golpe institucional.

A democratização do acesso às cidades e a desmercantilização do transporte público foram apresentadas como agenda republicana de bem comum, exigindo do Estado um olhar solidário para um problema social que restringe e torna antidemocrático o acesso às cidades. Este foi o foco das mobilizações do Movimento Passe Livre (MPL) que será ampliando nos próximos capítulos. Mas, igualmente, vemos a organização das forças conservadoras cujas insatisfações foram canalizadas pela mídia e por grupos religiosos fundamentalistas.

2.3.2 A Política Neoliberal do Neoextrativismo

Semelhante ao neodesenvolvimentismo brasileiro o neoextrativismo constituiu uma política de reconfiguração do neoliberalismo na América Latina, mas também presente no Brasil quando se observa o lugar das mineradoras. Sua origem também advém do acordo entre a oligarquia político-administrativa local e o capital especulativo internacional promovendo um tipo de acumulação financeira nacionalista e estadista. Durante um tempo, a redistribuição maciça de recursos tributários conseguiu temporariamente amenizar o quadro de pobreza na região, mas esta tendência logo se desfez pela tendência à concentração de renda.

A estrutura de funcionamento do neoextrativismo reside no que autores como E. Gudynas et al., (2016) em: *Rescatar la esperanza. Más allá del neoliberalismo y el progressismo*, denominou de prática política dos governos progressistas e teve protagonismo na região no período de 2000 até meados dos anos 2013. De certo modo estas gestões se caracterizaram pela exploração intensiva dos recursos naturais o que fragilizou a proteção dos recursos ecológicos. Segundo este pesquisador, o neoextrativismo é uma modalidade de desenvolvimento flexível na exploração de recursos naturais, mas rígido na capacidade de regular recursos advindos dessas atividades. Desta forma, atividades de mineração, extração petrolífera e a exploração do agronegócio constituem exemplos desta prática especulativa (GUDYNAS et al., 2016, p. 28). Para E. Gudynas (2016), M. Svampa (2016) e B. S. Santos (2016) é importante observar que uma das possibilidades de entendimento da transformação

oriunda do pacto político-econômico latino-americano advém do neoextrativismo, uma vez que, segundo esses estudiosos, trata-se de uma reconstituição ampliada das antigas práticas de extrativismo que foi reativada nos governos progressistas.

Ampliando o entendimento desta configuração de poder mobilizada pela política neoliberal E. Gudynas (2011) observa que o neoextrativismo foi um tipo de política econômica praticada pelos governos progressistas latino-americanos. Para ele tal política estava fundamentada no suposto crescimento econômico contínuo advindo da exploração e apropriação de recursos naturais. Neste modelo de exploração, ressalta aquele estudioso, o Estado coordena a rede de distribuição das commodities e regula a distribuição dos recursos auferidos com o comércio neoextrativista.

Segundo Martins (2017a), o neoextrativismo observado numa perspectiva sistemática pode ser interpretado como uma forma de reprodução do sistema mercantilista internacional. Pois ao desorganizar as fronteiras políticas dos Estados nacionais, ameaçar a soberania e governabilidade dos regimes republicanos preocupados em garantir os bens públicos da nação, ele abriu uma janela de oportunidade para a exploração do capital especulativo. A contaminação das águas, o empobrecimento da terra e destruição de área verde, a expulsão das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas constituem exemplos de como o pacto republicano conservador agravou o quadro de exclusão social na América Latina (MARTINS, 2017a; SANTOS, 2017). A expansão do neoextrativismo, liberando os fluxos de troca mercantil, desmontou o aparato de segurança republicana estatal, desorganizou o sistema de transferência, de renda e fragilizou os laços de articulação política entre o Estado e os atores coletivos.

Ao identificarmos o neoextrativismo como uma das modalidades de política econômica orientada pela aliança oligárquica que coordenou a intervenção estatal na região, é fundamental entender como esta “antiga prática política” manteve-se no poder. Dentre outras possibilidades de análise observamos que o pacto político entre a oligarquia burocrática e o capital especulativo manteve a mesma base de atuação fundamentada na expansão do consumo e no crescimento econômico oriundo das exportações de produtos minerais (GUDYNAS et al., 2016). Na Argentina, por exemplo, a política neoextrativista fundamentou o governo progressista conhecido pela postura nacional-popular. No caso do Equador e na Venezuela tal prática política foi a base para o que se denominou de socialismo do século XXI. No caso boliviano as estratégias do neoextrativismo fomentou o chamado comunitarismo andino-amazônico (SANTOS, 2016, p 93).

O sucesso da política neoextrativista pode ser explicado pelo fato de que a economia latino-americana atingiu níveis de crescimento econômico jamais visto nas economias do Sul Global. Essa ascendência superou índices de países altamente industrializados e de economias emergentes. A consequência disso foi a liquidação de dívidas externas e alcance de vultuosos superávits fiscais. Ademais, houve maior arrecadação tributária o que permitiu ampliar as políticas de contenção da desigualdade social. Tal êxito econômico permitiu o alcance de avanços significativos na área social com redução da extrema pobreza e ampliação da classe média (caso boliviano), havendo diminuição significativa do índice de analfabetismo e de mortalidade infantil (caso venezuelano)⁵¹. Por fim, há que se falar também dos programas de transferência de renda que no caso equatoriano atingiu um índice de cobertura de 40% da população. Esses dados demonstram o alcance político-social do neoextrativismo (GUDYNAS et al., 2016, p.; SANTOS, 2016, p.93).

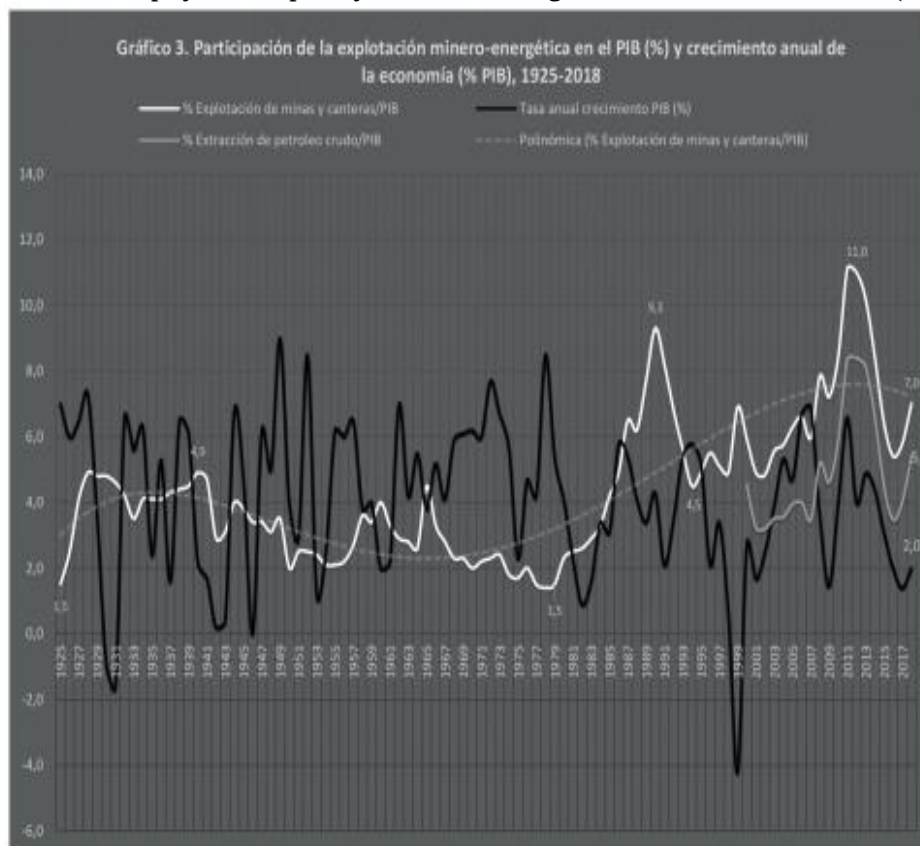
Não obstante, para além destas estatísticas exitosas há que se perceber sociologicamente que os fundamentos do neoextrativismo estão baseados em ideologias neoliberais, quais sejam: desenvolvimento social fundamentado na ideia de progresso contínuo (MARTINS, 2017a) e emancipação econômica baseada no idealismo de consumo como um modo de vida (GUDYNAS, 2016). Há também que se registrar os impactos sociais e ambientais promovido pela política de exploração de recurso natural dos países periféricos (SVAMPA, 2016; MARTINS, 2017a). Assim sendo, observamos que tanto as práticas políticas conservadoras como a perda de investimento nos programas sociais provocaram o desmantelamento dos acordos republicanos na qual o Estado perde o poder de guardião dos bens sociais, públicos e de protetor dos recursos naturais da nação. Segundo Svampa (2016), o neoextrativismo abriu uma fase de criminalização e violação dos direitos humanos, pois nos últimos anos aumentaram os conflitos socioambientais e territoriais que envolvem trabalhadores, camponeses, comunidades indígenas e operários urbanos. O caso da usina Belo Monte no Brasil e as mobilizações contra a extração de recursos minerais na Argentina, assim como os grandes conflitos socioambientais do Pacífico colombiano são fatos comprovadores dessa realidade.

Nesta nova fase de exploração dos recursos da nação pela lógica neoliberal há que se reconhecer que as ações estratégicas dos capitalistas incentivaram, por um lado, a reprimarização da economia latino-americana (ver gráfico 1) e, por outro, a flexibilização de entraves para exportação de recursos naturais para os países de economia central. Isto na prática

⁵¹Segundo Santos (2016, p. 93), é relevante salientar que os dados sobre a Venezuela foram coletados no período anterior ao ano de 2016. Ou seja, a realidade social da Venezuela naquela época era diferente da situação calamitosa que presenciamos atualmente (2019).

fortalece a captação de recursos do capital especulativo colonizador (MARTINS, 2017a; SANTOS, 2016).

Gráfico 1 Participação da exploração mineral-energética X crescimento do PIB (COL).



Fonte: Sarmiento (2018, p. 71)

O gráfico disposto analisa a realidade neoextrativista colombiana ao demonstrar como o país andino ainda depende do neoextrativismo mineral-energético. No gráfico fica evidente que a melhora no Produto Interno Bruto (PIB) está atrelada ao aumento da exploração neoextrativista. Vale salientar que esta política extrativista agiu como um dispositivo voltado para legitimar o processo de extração de recursos com o mínimo de retribuição social. Isto demonstra como a política neoliberal representa uma nova faceta dos antigos modos de exploração dos recursos naturais, pois: “como aquele padrão de acumulação baseado na exploração dos recursos naturais, na maioria das vezes, são designados como recursos não renováveis que antes eram vistos como ‘improdutivos’” (SVAMPA, 2012, p.2, tradução nossa).

A estratégia neoliberal de reorganização do poder estatal reajustou os pactos entre as empresas transnacionais e as oligarquias nacionais, gerando ganho especulativo e financeiro importante. Desta forma, a classe política oligárquica, supostamente, intermediou os tratados de paz a fim de assegurar garantias institucionais outorgada pelas agências regulatórias internacionais para atrair maiores investimentos do capital especulativo na região (SANTOS, 2017, p 272).

Ao considerar a realidade colombiana como modelo explicativo da lógica neoextrativista percebe-se como a política de exploração de recursos naturais está relacionada à manutenção oligárquica no poder, a qual utiliza a guerra como um dispositivo “estratégico” de dominação social. Para L. Sarmiento (2018, p. 69) a indústria petrolífera é uma das modalidades neoextrativista que utiliza a guerra como um dispositivo para organizar a balança de poder colombiana, pois: “as guerras redefinem as relações de poder, propriedade e as cadeias de produção, distribuição, consumo e acumulação. A indústria petrolífera faz parte desta dialética”.

A partir dos dispositivos da violência e da acumulação mercantil utilizados como estratégia de controle da opinião pública colombiana torna-se evidente como a oligarquia colombiana manteve-se na hierarquia do jogo político ao longo da história política do país. Sobre a construção do poder conservador oligárquico na Colômbia é relevante entender:

A história da oligarquia colombiana, da acumulação da sua riqueza e do seu poder está associada a todo tipo de abuso de poder, roubos, violência, complô, ausência de sentido patriótico e subserviência total ao vizinho do norte (E.U.A). Um exemplo emblemático constitui a dinastia Barco. Em 1931 a família Barco que não havia movido um dedo para extrair o petróleo existente. Eles adquiriram o direito de concessão de exploração petrolífera por três décadas. Os Barcos repassaram essa concessão para a empresa americana Gulf Oil em troca de volumosa recompensa financeira (SARMIENTO, 2018, p. 73, tradução nossa).

Assim, ao se entender que as políticas neoextrativistas aproveitaram a oportunidade política da ofensiva liberal para legitimar o processo de exploração dos recursos naturais da nação colombiana, podemos inferir como a elite oligárquica conservadora daquele país arrematou recursos e capitais para se perpetuar no poder ao longo do tempo.

Na contramão desse processo de governamentalização da política colombiana emergiram ações coletivas moralmente motivadas, que além de exigirem mudanças no tocante à exploração mercantil ampliaram seus guias de ação ao colocarem a conquista *da paz com justiça social* como direito coletivo mais abrangente. Nesta direção o coletivo *Marcha Patriótica* surgiu como uma mobilização político-social que congrega diversas organizações populares para ampliar a compreensão da paz com justiça social. Devemos entendê-la como *um bem comum* da nação o que, supostamente, permitiu ressignificar o ideal de cidadania republicana num país bastante fragmentado pelo fenômeno da guerra civil não declarada que aquela nação enfrenta desde os anos 1960. Este foi o foco das mobilizações da Marcha Patriótica que será ampliado nos próximos capítulos.

2.3.3 A Política Neoliberal Latino-Americana e a Queda dos Regimes Democráticos de Esquerda

Ao se levar em consideração que a lógica utilitarista das políticas desenvolvimentistas latino-americanas desestabilizara o caráter republicano do regime democrático (MARTINS, 2017a; SANTOS, 2016) faz-se necessário ampliar a análise crítica antiutilitarista; sobretudo pelo fato dessa corrente de pensamento nos possibilitar reconhecer o fundamento rentista implícito nos modelos de política econômica do neodesenvolvimentismo e do neoextrativismo.

Isto se torna mais evidente se levarmos em consideração o fato de que tais políticas tentaram reeditar os velhos fundamentos do desenvolvimentismo econômico latino-americano dos anos 1960. Por dois motivos: seja por apostar no crescimento econômico advindo da exploração de recursos naturais como fonte de financiamento, seja pelo fato de acreditar que a oligarquia político-econômica local fosse conduzir um novo ciclo de desenvolvimento na região. Nesta direção, as políticas do poder neoliberal advogavam que as riquezas naturais da América Latina fossem exploradas para “saciar” o desejo mercantil dos países desenvolvidos em produzir *comodities* e as boas condições de vida dos cidadãos. A transferência de tecnologia para aumentar a cadeia de desigualdade entre os países do Norte global para com os países do Sul (ALVES, 2013; SANTOS, 2016, 2018) faz parte do pacote de medidas voltadas para maximizar a exploração.

Por conseguinte, o sistema político passou por transformações onde o foco principal foi fragmentar o papel do Estado como arquiteto da organização político-moral e social do bem comum. Deste modo, o neoliberalismo defendeu que o nacionalismo expresso na utopia política do Estado de bem-estar social republicano deveria ser substituído por ideologias cosmopolitas consumistas que desmantelaram as políticas de segurança social (MARTINS, 2017a, 2018). Ademais, a nova onda neoliberal na América Latina reorganizou o jogo político dos sistemas eleitorais. A cooptação das oligarquias políticas administrativas e atores políticos tradicionais pelos interesses utilitaristas enfraquecem o papel republicano na organização político-moral da sociedade (IDEM).

Com isso, o neoliberalismo conseguiu um breve período de euforia econômico-social que amenizou as calamidades sociais da região. Em termos “democráticos” ativou-se o protagonismo da antipolítica oligárquica que destravou práticas autoritárias e reprimiu bandeiras utópicas de igualdade, fraternidade social e solidariedade moral. Assim, por conseguinte, demarcou-se um novo triunfo das elites nacionais conservadoras que se aliaram à empresa especulativa do capitalismo transnacional e tiveram êxitos eleitorais em países como

Brasil⁵², Argentina⁵³, Colômbia⁵⁴, entre outros (ALVES, 2014; BALLESTRIN, 2018; MARTINS, 2017a).

Ainda argumentando sobre a fragilização democrática na perspectiva da política neoliberal é relevante compreender que a balança de poder no pacto político utilitarista favoreceu a oligarquia financeira, o que gerou descrédito do sistema político, uma vez que foi desfeita a fantasia moral da política neoliberal. Isto, na verdade, demonstrou que ambos os programas neoliberais agravaram os problemas sociais. Por um lado, o poder político-econômico continuou concentrado nas mãos de uma pequena classe econômico-oligárquica dirigente. Por outro, permaneceu elevado o índice de extrema pobreza⁵⁵ na região devido à baixa capacidade estatal de redistribuir recursos aos mais necessitados na conjuntura de fragmentação do bem comum e dos direitos coletivos na crise contemporânea do capitalismo.

Sobre a verdadeira face das políticas neoliberais latino-americanas é prudente compreender que:

O enfraquecimento do poder estatal é observado pela sua incapacidade de regular administrativamente o jogo de interesse das grandes empresas globais e nacionais como pela crescente dificuldade de manter a governabilidade. Tal enfraquecimento coloca importantes questões sobre novos modos de organização da política de maneira a responder à complexidade do sistema-mundo atual e a importância de uma regulação auto-responsável dos poderes nacionais e locais e das práticas associativas do cotidiano (MARTINS, 2017a, p.5).

O “retorno” da oligarquia político-administrativa, o encolhimento do Estado, a reorganização do sistema político a favor das novas elites e o aparecimento do capitalismo cibernético como novo ator social (MARTINS, 2017a) promoveu como reação nova prática de ativismo político. Este ativismo nasce preocupado com a reivindicação democrática da pluridiversidade e de ações coletivas que almeja reestabelecer a tradição dos acordos republicanos como um bem da nação. Diante dessa conjuntura Boaventura de Sousa Santos em

⁵² No Brasil o retorno da elite conservadora ao poder pode ser evidenciado com a eleição do então candidato de ultradireita Jair Bolsonaro.

⁵³ A experiência da elite conservadora mercantil na Argentina pode ser identificada com a eleição do atual presidente Mauricio Macri.

⁵⁴ No caso da Colômbia é relevante enfatizar que as elites oligárquicas nunca saíram do poder governamental. O atual presidente Iván Duque representa a força que a extrema direita tem para se perpetuar no poder político-econômico daquele país.

⁵⁵ Segundo o relatório *do Panorama Social de América Latina* realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL (2018, p.13) o aumento da desigualdade social na região pode ser caracterizada pelo fato de “[...] a erradicação da pobreza e da extrema pobreza, como também a redução da desigualdade em todas as dimensões continuam sendo desafios centrais para os países da América Latina. Desde 2015 foram registrados retrocessos particularmente no que diz respeito à extrema pobreza. Este fato é mais preocupante e deve “ligar os alarmes” de atenção. Especialmente, no atual contexto regional de baixo crescimento econômico, caracterizado por profundas transformações tanto no âmbito demográfico quanto do mercado de trabalho”.

A Díficil Democracia (2016) explica que a queda dos regimes de esquerda no Sul Global se deu pelo fato das administrações progressistas proporem melhorias sociais “*lutando com o capitalismo*” (p.174). Para esse pensador é preciso “*lutar contra o capitalismo, forjando novas experiências de sociabilidade tais como: o cooperativismo e a reciprocidade*” (idem). Essa visão conjuntural sobre o esgotamento da política progressista ajuda a entender que tal dispositivo foi implementado de maneira unidirecional, ou seja, a emergência desta ação econômica utilitarista não derivou de um amplo acordo republicano capaz de dotar o cidadão de autonomia política para melhor usufruir o direito coletivo. Ao contrário, na aliança neoliberal com a oligarquia política o Estado centralizou as ações e os cidadãos foram atores passivos neste jogo político.

Na verdade, as políticas progressistas não conseguiram reverter problemas estruturais da sociedade nacional com a valorização de novo projeto político que protagonizasse o empoderamento e o reconhecimento social capaz de proporcionar experiência de cidadania ativa. Ou seja, as políticas neoextrativista e neodesenvolvimentista não desenvolveram alternativas à dependência do capital especulativo global. Pelo contrário, elas tiveram como maior “êxito” transferir recurso oriundo de atividade extrativa para o centro de poder do Norte Global o que fragilizou a segurança soberana de bens ecológico-político da nação (Gudynas et al., 2016). A partir desta trama política apresentada ficou evidente como a reorganização do poder oligárquico fragmentou os regimes de esquerda latino-americanos. Para se adequarem à ordem neoliberal as estratégias conservadoras convertidas ao utilitarismo neoliberal encolheram o poder de redistribuição dos bens sociais e das políticas de reconhecimento social, abandonando o potencial político do apoio popular que seria fundamental para fortalecer projetos de soberania nacional capazes defender a importância dos bens sociais latino-americanos.

Esta situação limite da realidade social caracterizada pela expansão das políticas neoliberais do neodesenvolvimentismo e do neoextrativismo representa mais um desafio para a imaginação sociológica preocupada com a ressignificação das mobilizações sociais de indignação moral. Entre outras coisas é fundamental indagar sobre algumas questões, tais como: *de que forma é possível interpretar as ações coletivas de maneira autêntica na atual conjuntura de avanço das políticas neoliberais? E mais: como repensar fatores de mobilização dos agentes sociais no contexto político que desvaloriza as lutas dos movimentos sociais alternativos preocupados com o interesse e a espontaneidade do agir que se fazem presentes na produção de solidariedades moderna?*

Na tarefa de responder estas questões pensamos ser relevante mobilizar um diálogo teórico entre a teoria do processo político e o paradigma da dádiva a fim de compreender como

as mobilizações sociais moralmente motivadas podem transformarem suas ações políticas numa época de fragmentação utópica da democracia latino-americana.

3 EMERGÊNCIA DAS AÇÕES COLETIVAS MORALMENTE MOTIVADAS PELA SOLIDARIEDADE

Ao destacarmos a luta em defesa do bem comum no confronto político latino-americano identificamos que a moral social foi incorporada pelos agentes coletivos como um *fator relevante para a causa social do movimento*⁵⁶, e do agir político e social⁵⁷. A valorização da moral coletiva permite ampliar o entendimento político da associação para a formação de vínculos e alianças necessários para recompor as resistências democráticas.

Nesta direção, este segundo capítulo realiza uma conjunção conceitual entre a teoria do Processo Político (TILLY, 1977, 2010; TARROW, 2009 [1998]) e aquela da dádiva. A primeira, atribuindo relevância às motivações das mobilizações sociais num campo de disputa pelo poder; a segunda, visando à compreensão da pluralidade de motivações econômicas e não econômicas da ação social que impactam sobre a produção de pactos solidários. Considerando que o paradigma da dádiva, sistematizado inicialmente por Marcel Mauss (2003) é um programa de pesquisa caracterizado pela ênfase sobre as regras de trocas diretas entre pessoas morais e individuais, ele demonstra grande valia para potencializar o tema das motivações das mobilizações. O que as regras do dom nos ensinam é que as trocas humanas não se limitam a gestos automáticos egoístas, mas que implicam uma série de expectativas, iniciativas e doações recíprocas que se movem em direção da formulação de pactos sociais, mesmo quando isto implica em trocas de rivalidades e disputas (CAILLÉ, 2002; MAUSS, 2003).

Em termos de estratégia conceitual esta síntese teórica está subdividida em duas partes. A primeira parte tem por meta apresentar as contribuições da teoria do processo político para a compreensão das ações coletivas latino-americanas no ciclo de confronto de indignação moral. Na segunda parte ressignificamos o entendimento estratégico das ações coletivas e mobilizamos a teoria da dádiva dando ênfase ao fator humanista do paradigma maussiano; aquele que ao levar em consideração a dimensão simbólica da ação humana amplia e supera o entendimento do sujeito egoísta compreendendo-o numa dimensão plural aberta a novas possibilidades de viver em sociedade (MARTINS, 2017b).

Desta forma, este capítulo apresenta duas sessões gerais fundamentais para avançar no entendimento antiutilitarista das mobilizações sociais. Na primeira sessão nossa proposta de conjunção teórica discute as noções basilares da Teoria do Processo Político (TPP). Isto foi fundamental para compreensão estratégica do agir social dos agentes. No segundo momento

⁵⁶ Cf. BRINGEL & PLEYERS (2017, p. 122) e Tilly (2010, p. 133)

⁵⁷ Cf. MARTINS (2008, p. 22; 2017b, p. 170).

mobilizamos as noções antiutilitaristas da teoria relacional da dádiva. Isto localizou nossa proposta num paradigma complexo e plural o que nos possibilitou apreender os fundamentos das novas racionalidades do agir social. Por fim, realizamos a discussão interpretativa-teórica da tese identificando de forma sintética fatores comuns da conjunção realizada. Esta conjunção ampliou nossa percepção sobre questões seminais tais como: o significado moral da ação social e a emergência do sujeito simbólico antiutilitarista do novo confronto político latino-americano.

3.1 RELEVÂNCIA DO FATOR MORAL PARA AMPLIAR O ENTENDIMENTO DAS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

A dimensão moral e afetiva do dom tem relevância estratégica para ressignificar a questão da racionalidade da ação social, na medida em que contribui para esclarecer que a iniciativa de uma ação de doação ou de recepção não é um gesto automático ou apenas motivado por interesses egoístas. A dádiva permite ampliar o entendimento da dimensão instrumental da ação individual que é a causa do esvaziamento da dimensão normativa, como vemos no olhar reducionista do individualismo metodológico (CAILLÉ, 2008; MARTINS, 2017b). Na medida em que a proposta maussiana propõe um campo de saber preocupado com a qualidade das trocas sociais, ela amplia o entendimento da racionalidade para incluir seu caráter expressivo. Assim, esta abordagem busca desvincular-se dos cálculos positivista e determinista das trocas, fazendo aposta no interesse moral de se confiar em outrem com vista a construir ou habitar outros mundos do agir social.

Assim, apostar no valor simbólico das doações para entendimento do sujeito moderno (MARTINS, 2017b), implica repensar a qualidade do que se dá e do que se recebe e do que se retribui na organização da aliança social (MARTINS, 2008; CAILLÉ, 2004). O agir mediado pelas trocas de dádivas⁵⁸ potencializa os ganhos morais e afetivos criando regras que liberam racionalidades mais complexas que permitem explicar as capacidades latentes e expressas das mobilizações coletivas. O debate sobre motivações da ação social já constitui em si mesmo um salto teórico qualitativo com relação a sua possibilidade de superar uma tradição de analisar a

⁵⁸ A relevância do fator moral é defendida por P.H. Martins no texto: *A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé* (2017b). O autor salienta que concepção moral do dom é fundamental para o entendimento humanista solidário do sujeito moderno. Nesse texto o referido autor demonstra como a dimensão moral revela-se um valor estratégico de ressignificação do comportamento humano egoísta. Nesta reflexão sociológica a moralidade foi identificada como *fator associativo para mobilizar alianças* (p. 167). Outro significado identificado correlaciona o fator moral com os *fundamentos de uma solidariedade coletiva que possa regulamentar as tendências de expansão do egoísmo na contemporaneidade* (p.164). Desta forma, demonstra o autor, a dimensão moral do dom tem relevância decisiva no projeto epistemológico de repensar o modelo de socialização egocêntrica moderna.

ação política como interesse utilitário. Além do mais, o entendimento da pluralidade de motivações permite se entender a ação social de modo mais concreto e visível.

Concordamos com a concepção de moralidade proposta por Roger Crisp (1996), que compreende e enfatiza que a ação humana deve ter em conta uma: “consideração, ou conjunto de considerações, que fornece os motivos mais fortes para se viver de certo modo especificado; em seu sentido descritivo, tal consideração ou conjunto de tais considerações que alguma pessoa ou grupo reconhece ou ao qual adere” (IBID, p. 483).

Diante disto, ao se ter em conta as considerações morais apresentadas acima, identificamos, com maior propriedade, que as ações coletivas mobilizadas pelo confronto político de indignação moral desenvolveram um conjunto de reflexões sobre o controle e a precarização da vida social a que estão submetidos os indivíduos. Isto impulsiona afetivamente os agentes sociais a constituírem outras bandeiras de lutas para responder a exigência política responsável das mobilizações sociais na busca de novas significações. Por outro lado, ao se cogitar a possibilidade de ressignificar o sentido do agir coletivo valorizando a qualidade do vínculo dos indivíduos, percebe-se a ampliação do entendimento do sujeito coletivo. A defesa de bandeiras utópicas do bem comum contribui para criar um contexto favorável para repensar a autorealização social dos indivíduos moralmente motivados pelo espírito do dom e envolvidos nos espaços de mobilização social.

A partir desta breve discussão sobre a relevância do fator moral para o entendimento das mobilizações sociais faz-se necessário compreender como esta noção estratégica ganha maior sentido ao realizarmos o trabalho de conjunção (extensão) teórica entre a teoria estratégico-moral da TPP com a teoria solidária do dom.

Assim sendo, nesta primeira parte de intersecção teórica⁵⁹ faz-se relevante apresentar os principais conceitos e noções que dão base ao projeto teórico e estratégica dos agentes coletivos mobilizados pela TPP. Nesta trajetória apresentamos tanto o conceito basilar de ação coletiva como conceitos mais robusto como o de Estrutura de Oportunidade Política, mobilização de recursos e a concepção complexa de Quadros Interpretativos (QI). Ao final desta jornada esperamos deixar claro como a dimensão moral do agir social se faz relevante para TPP, principalmente, quando damos destaque ao valor associativo que os indivíduos reivindicam para o agir político (TILLY, 2010; TARROW, 2009).

⁵⁹ Na segunda parte, como dito antes, vamos identificar as contribuições antiutilitarista da teoria do dom para a conjunção teórica proposta.

A seguir iniciamos nossa conjunção teórica esclarecendo a relevância do conceito de ações coletivas para nossa tese.

3.1.1 Sobre o Conceito de Ações Coletivas e Movimentos Sociais

[...] a ação coletiva não é uma categoria abstrata que pode ficar fora da história e separada da política (TARROW, 2009, p.19).

Dada a profusão de conceitos sobre o tema das mobilizações coletivas e dos movimentos sociais achamos pertinente esclarecer nosso entendimento sobre tais noções para que possamos correlacionar nesta tese o que denominamos de novas racionalidades do agir coletivo. Nesta direção pretendemos demonstrar como o *modus operandi* destes atores sociais engendram uma nova lógica de indignação na ação social dos indivíduos, ressignificando a capacidade de reivindicar novas bandeiras de lutas no confronto político latino-americano. Isto, entre outras coisas, promove um movimento de conscientização sobre a importância de desconstruir as estruturas de governamentalização do poder conservador, bem como possibilita a luta pela preservação do ideal de bem comum, que é fundamental para a construção de uma sociedade plural.

Assim sendo, segundo R. Mutzemberg (2015), “os movimentos sociais são uma forma de ação coletiva e, por sua vez, as ações coletivas são uma sequência de práticas sociais” (MELUCCI, 1996 apud MUTZEMBERG, 2015, p. 416). Para Tilly & Wood (2009) tal conceito merece um cuidado peculiar, visto que, com certa frequência, tanto ativistas quanto pesquisadores usam os termos de maneira imprecisa. De forma geral, boa parte dos pesquisadores chamam de “movimento social” qualquer ação coletiva popular, confundindo a ação coletiva de um movimento social com as organizações e redes que estão apoiando tal ação.

Na obra *From Mobilization to Revolution* (1977), um trabalho clássico para a teoria dos movimentos sociais, Tilly descreve o “modelo de mobilização” coletiva como o resultado de cinco grandes componentes: *O interesse* (perdas e ganhos da interação), a *organização* (aspectos da estrutura do grupo que afeta a capacidade da ação ou os interesses), a *mobilização* (processo no qual o grupo adquire o controle coletivo sobre os recursos necessários para a ação), a *oportunidade* (relação do grupo com o mundo externo) e o *resultado: Ação coletiva* que define como a atuação conjunta na procura de interesses comuns. Já no livro *Los Movimientos Sociales* (2009), Tilly descreve como no século XIX se deu o processo de consolidação das lutas sociais que reivindicavam melhores condições de trabalho. Segundo ele, esse esforço resultou numa

característica de fazer política que mais tarde as ciências humanas denominariam organização política de Movimento social⁶⁰ (TILLY & WOOD, 2009, p. 22ss).

Neste trabalho de nos aproximarmos do debate contemporâneo de movimento social é relevante atentar para as considerações conceituais proposta por Tilly e Wood (2009), sobretudo, no aspecto de evidenciar três elementos fundamentais na constituição de um movimento social. A primeira questão tem a ver com a publicização do movimento. Neste aspecto há que se evidenciar o esforço de legitimação popular que deve ser feita de maneira organizada e sustentável a fim de impor respeito às autoridades e a outras instituições. Este processo Tilly denominou de *Campanha*, a qual não se dá num único episódio. Fenômenos da organização política, tais como petição, declaração ou concentração multitudinária, entre outros fatores, constituem fases de publicização do movimento (IBIDEM, p.22).

O segundo aspecto tem a ver com as formas de ação política como a “criação de coalizões e associações com um fim específico, considerando a realização de reuniões públicas, peregrinação solene, vigília, concentrações, passeatas, manifestações, petições”. Ainda temos a construção de declarações para a mídia e os meios públicos de comunicação. Para Tilly e Wood tais formas de ação política devem ser compreendidas como o *repertório do movimento social*. Sobre isso, enfatizam os autores, o repertório do movimento social deve se justar ao repertório de fenômenos políticos como uma campanha política ou eleitoral. No entanto, explica o autor, o poder em movimento prolonga a mobilização política e social.

Por fim, o terceiro aspecto tem a ver com as questões intrínsecas ao movimento, tais como o Valor, a Unidade, o Número e o Compromisso ou simplesmente a (**WUNC**) dos participantes (IBIDEM, p 23). Sobre essas questões devemos lembrar que tais fatores são relevantes para compreendermos a dimensão moral das mobilizações. Com efeito, o valor que os agentes atribuem a sua ação política e o compromisso que indivíduos têm ao se filiarem na defesa do bem comum e ao reivindicarem a defesa de direitos de empoderamento cidadão, reforça o valor da dimensão moral do movimento.

C. Tilly e L. Wood esclarecem que é a combinação das campanhas, dos repertórios e as demonstrações morais da WUNC que dá o caráter distinto de fazer política dos movimentos sociais, uma vez que:

[Ver os Movimentos sociais] como uma forma única de confronto político: Confronto uma vez que esses movimentos sociais implementam uma série de reivindicações coletivas que devem ser aceitas e discutidas com os interesses de outras pessoas. Político

⁶⁰Para R. Mutzemberg (2015), o termo “Movimento social, como conceito, foi utilizado por Lorentz Von Stein, que se propunha analisar as ações do proletariado, do comunismo e do socialismo emergentes, daí sua identificação posterior com o marxismo” (Melucci, 1990 Apud Mutzemberg, 2015, p 420).

uma vez que, os governos fazem parte das reivindicações tanto como autores aliados do objeto quanto como objeto da reivindicação. (McADAM, TARROW e TILLY, (2001) apud TILLY e WOOD, 2009, p.21, tradução nossa).

Nesta direção, as formas contenciosas da ação coletiva se diferenciam das relações de mercado e da política representativa toda vez que elas “desafiam os detentores de poder, produzem solidariedade e fazem sentido para grupos específicos da população, situações e culturas nacionais” (TARROW, 2009, p. 20). O autor do *Poder em Movimento* (2009) contrasta as relações de confronto dos movimentos sociais identificando quais seriam as propriedades basilares, vejamos:

O extremismo é uma forma exagerada dos quadros de significados encontrados em todos os movimentos sociais; a privação é uma fonte particular de propósitos comuns que todos os movimentos expressam; e a violência é uma exacerbação de desafios coletivos. Em vez de ver os movimentos sociais como expressões de extremismo, privação e violência, eles são mais bem definidos como *desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridade*. Esta definição tem quatro propriedades empíricas: protesto coletivo, objetivo comum, solidariedade social e interação sustentada. (IBID, p.21)

Ao delimitarmos o entendimento conceitual de movimentos sociais e de ação coletiva fica evidente o interesse ou propósito comum que pode haver no movimento. Ao constarmos isto, podemos entender a possibilidade de emergência de outras motivações tais como: o agir por desprendimento ou a obrigação de fazer (por lealdade, por crença, por tradição). Tais motivações estão presentes na solidariedade moderna e na preservação da qualidade da relação social. É nesta perspectiva analítico-interpretativa que entendemos as ações coletivas mobilizada neste estudo.

Para avançar nesta discussão precisamos compreender as variáveis políticas ou estruturas de oportunidades políticas onde germinaram as mobilizações sociais investigadas nesta tese.

3.1.2 Oportunidades Políticas: Estrutura, Repertório do Confronto e Quadros Interpretativos

No âmbito desta pesquisa a *teoria do processo político* permite identificar que os movimentos sociais emergem mediante mudanças formais e informais do ambiente político, abrindo novos canais de reivindicações das lutas sociais. Essa reconfiguração da realidade social pode ocorrer de três maneiras. Primeira: tem a ver com o processo de “flexibilidade” das instituições políticas e sua adaptação às reivindicações oriundas das ruas. Segunda: pela

alteração nas interações entre o Estado e os movimentos sociais, reduzindo sanções como a repressão às mobilizações. Por fim, observa-se a existência de aliados estratégicos como movimentos sociais, partidos, mídia e elites dissidentes que aumentam as chances de grupos insatisfeitos expressarem suas demandas na esfera pública da vida social.

Confronto Político

Na discussão teórica realizada por McAdam, Tarrow e Tilly (2009) no artigo *Para mapear o confronto* (2009) o termo confronto político é proposto para compreender o fenômeno de enfrentamento social caracterizado por realizar reivindicações vinculadas à diferentes tipos de interesses e [...] pelo menos um grupo da interação (incluindo terceiros) é o governo, isto é, uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados num território definido” (p.12).

Segundo os autores norte-americanos, confronto político faz referência à luta política coletiva que a “TPP prioriza [como] uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação” (Alonso 2009, p 56, acréscimo nosso). Nesta perspectiva analítica a mobilização coletiva está dada num conflito entre reivindicadores sendo o Estado um dos integrantes envolvidos na discussão seja ele visto como alvo seja como mediador. Neste aspecto é relevante entender que: “O Estado nacional não apenas centralizou os alvos da ação coletiva como involuntariamente tornou-se um ponto de apoio para as reivindicações apresentadas contra antagonistas não-estatais ao funcionar como mediador” (TARROW, p. 90).

Com isto há que se entender que as posições são variáveis e os reivindicadores que tem acesso ao governo lutam para se manterem no poder exercendo controle sobre a população e sobre os indivíduos que pretendem reivindicar direitos sobre recursos que eventualmente estão sendo controlados pelos detentores do poder. Desta forma:

A ação coletiva de confronto é a base dos movimentos sociais não por serem estes sempre violentos ou extremos, mas porque é o principal e quase sempre o único recurso que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou Estados poderosos. Isto não significa que os movimentos não fazem outra coisa senão confrontar (IBID, p.19).

Em relação ao confronto político o pesquisador S. Tarrow também ressalta que outra característica interessante reside no fato da ação coletiva expandir a oportunidade de atuação para outros grupos e sujeitos, pois: “a expansão de oportunidade não apenas afeta o ‘sistema de alianças’ de um movimento; ela também afeta seus opositores reais e potenciais” (TARROW, 2009, p. 119). Dada essas especificidades no confronto dos atores sociais faz-se necessário

compreender o contexto de surgimento histórico-político-moral de conceitos estruturais para entender como se dá a construção social dos eventos de mobilização política tão presente na realidade social contemporânea.

Estrutura e oportunidades Políticas

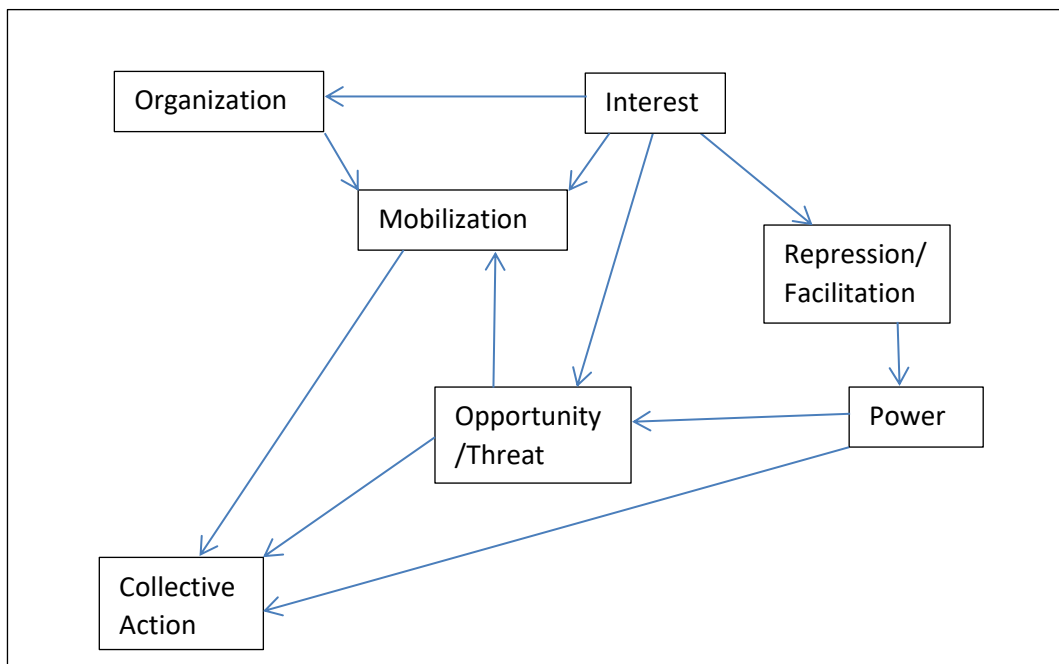
Segundo Tarrow (2009), os autores da TPP identificaram a necessidade de desenvolver recursos teóricos capazes de desvendar as condições políticas das ações coletivas. Assim “Nos Estados Unidos a relação entre política institucionalizada e movimentos sociais/revolução foi estabelecido por teóricos do *processo político* como C. Tilly (1978), D. McAdam e S. Tarrow (1983) ” (McADAM; McCARTHY & ZALD (1999). Com efeito, era necessário ampliar a perspectiva da abordagem política inerente à condição de mobilização dos agentes sociais a fim de entender em que medida uma dada situação histórico-contextual poderia emancipar ou inibir a construção das ações coletivas. Dado este enfoque conceitual faz-se necessário entender que:

A pedra fundamental desta tradição foi colocada por Charles Tilly, no seu clássico de 1978 *From Mobilization to Revolution*. Naquele livro, Tilly formulou um ‘modelo de sistema político’ para a análise da ação coletiva a partir do qual elaborou um conjunto de condições para a mobilização estando entre as principais as oportunidades-ameaças para os desafiantes e a facilitação-repressão das autoridades (TARROW, 2009, p. 36).

Ao adentrarmos no conceito de *Estrutura de oportunidade política* observamos haver três elementos seminais para entender como se dá a construção das relações sociais no desenvolvimento das mobilizações coletivas. Neste caso o *poder* ou extensão dos resultados da interação que faz prevalecer o interesse de um grupo sobre os outros é o primeiro aspecto a ser considerado. Há também a questão *repressão-facilitação*, que diz respeito ao entendimento de “cálculos sociais” ou fatores que acrescentam ou reduzem o custo da ação coletiva. Por fim, deve-se levar em consideração a noção de *oportunidade-ameaça*, que indica possibilidade de vulnerabilidade da causa social defendida pelo movimento coletivo (TILLY, 1977).

Na figura a seguir (figura 3) expomos o modelo de sistema político e de mobilização apresentado por Tilly, que sintetiza fatores político-sociais determinantes para a configuração das ações coletivas. Tal modelo foi aperfeiçoado posteriormente pelos teóricos da TPP.

Figura 3: Modelo de sistema político e de mobilização



Fonte: Tilly, 1977, p. 3-7

Neste processo investigativo de aprofundarmos nosso entendimento sobre a teoria do processo político observamos que a noção de oportunidade política teve maior atenção dos analistas da TPP isto tem a ver com o fato de tais oportunidades tratarem das possibilidades e chances de uma determinada ação social conseguir reverter ou reivindicar questões de interesse social mais amplo, pois: “Na atualidade os especialistas ressignificam a importância que tem o sistema político no momento de falar de oportunidades para a ação coletiva obter êxito na forma e na maneira como cada movimento social atuam no mundo social” (McADAM; McCARTHY & ZALD, 1999, p. 23, tradução nossa).

Para Tanto Tilly “formulou sua Teoria do Processo Político [...] que explica o surgimento e o desenrolar de mobilizações coletivas mediante a reconstrução do contexto político, ou da estrutura de oportunidades e ameaças políticas” (ALONSO, 2012, p. 21). Nesta linha de pensamento “embora o termo ‘estrutura’ tenha sido frequentemente usado para caracterizar oportunidades políticas e restrições políticas são situacionais e não podem compensar por muito tempo as fraquezas em recursos culturais, ideológicos e organizacionais” (TARROW, 2009, p. 106-107). Neste sentido o autor identifica alguns fatores relevantes, tais como: mudanças nos alinhamentos interpretativos, nas elites divididas, nos aliados influentes, na repressão e na facilitação de oportunidades e de restrições que condicionam o confronto político. Assim, segundo Tarrow (2009), com conceito de oportunidades é possível

compreender um conjunto de fatores indicativos sobre a emergência do confronto político, senão vejamos:

Entendo oportunidades políticas como dimensões consistentes - mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais - da luta política que encorajam as pessoas a se engajarem no confronto político. Entendo as restrições políticas como fatores - tal como a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocarem barreiras sólidas aos insurgentes - que desencorajam o confronto (TARROW, 2009 p. 38-9).

Constata-se, portanto, que o entendimento da oportunidade política põe ênfase nos recursos externos do grupo que se pretende mobilizar a fim “estimular o confronto” na reivindicação de valores, de interesse social e até de sobrevivência porque: “o conceito de oportunidade política enfatiza recursos *externos* ao grupo” (IDEM, p. 39). Sobre a relevância da oportunidade política para as ações do *Poder em Movimento* a passagem a seguir é esclarecedora, pois nos revela que:

É melhor começarmos considerando o confronto como um problema de ação coletiva e aqueles que o consideram diante de uma série de custos e obstáculos. Do ponto de vista de uma simples mobilização de recursos, aqueles que mais provavelmente se engajariam em confrontos seriam pessoas com pouco a perder, pois são eles que possuem os maiores recursos. Mas, se indagarmos quem tenta aproveitar as oportunidades externas, se verá que se engajariam em tais confrontos aqueles que tem muito a perder, pois são eles que, se não agirem, enfrentam a maior ameaça” (TARROW, 2009, p. 117).

Ao levarmos em conta a relevância da conjuntura social na construção do *poder em Movimento* o autor norte-americano enfatiza que as variáveis são diversas e precisam de uma combinação de fatores nos âmbitos políticos e organizacionais, internos e externos, estruturais e estratégicos para “situar os movimentos sociais e sua dinâmica particular, histórica e analítica” (p.18). Nesta direção fatores como estruturas de oportunidades e restrições políticas são relevantes para compreensão dos movimentos sociais. Porém, além das oportunidades externas que por si só não gerariam ação coletiva torna-se imprescindível que “os desafiantes empreguem repertórios de confronto conhecido, enquadrem suas mensagens de forma dinâmica e tenham acesso ou construam estruturas de mobilização unificadoras” (IBIDEM, p.99). Neste caso fica evidente como os conceitos de repertório e de quadros interpretativos são fundamentais para o amplo entendimento da teoria confrontacionista do processo político.

Repertorio do Confronto

Para os pensadores da TPP as ações coletivas não “inventaram” simplesmente uma nova maneira de atuar ou expressar os impulsos que sentem os agentes sociais. Ao contrário disto,

as mobilizações coletivas fizeram emergir um olhar ampliado e plural da vida social associacionista. Nesta direção os repertórios demonstraram haver:

[Uma] corporificação de uma tensão criativa entre inovação e persistência refletindo suas lógicas instrumentais e expressivas muito diferentes. A eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade temporariamente de pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos. O uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental e encoraja a inovação tática. Esta é a maior razão para a escalada e a radicalização das táticas em muitas campanhas de movimentos e leva os movimentos a fazerem concessões às suas facções mais radicais condenando-as a serem descritos com sucesso como “extremistas” por seus oponentes e pela mídia (McADAM, TARROW & TILLY, 2009, p 25).

Neste contexto dois aspectos merecem ser explicitados: um. Os movimentos sociais podem utilizar diferentes tipos de repertórios seja em sua forma já conhecida seja na conjunção de uma estratégia de mobilização com outros tipos de repertório (TARROW, 2009). Tal flexibilidade na forma do repertório também proporcionou a junção de diferentes reivindicações o que favorece ao engajamento e à participação de novos atores. Com isto, enfatiza Tarrow (2009): “as pessoas não agem coletivamente” apenas. Elas pedem, se reúnem, fazem greves, ocupam recintos, interrompem o trânsito, põe fogo e atacam os outros com intenção de ferir” (p. 39). Acrescenta ainda o autor: “as formas de confronto são herdadas ou raras, habituais ou pouco conhecidas, solitárias ou parte de campanhas conjuntas. Podem ser ligadas a temas que estão inscritas na cultura ou são inventadas na hora” (p.40)

Em segundo lugar, os atores ou grupos que fazem parte dos movimentos sociais não estão restritos a estes movimentos ou às suas atividades, podendo ser encontrados “canais coletivos tanto formais como informais que as pessoas possam mobilizar-se e engajar-se na ação coletiva” (MCADAM; MCARTHY; ZALD, 1999. p. 22). Desta forma pela mobilização de pessoas diversas atividades podem ser utilizadas paralelamente em diferentes repertórios pelos mesmos grupos.

Ainda tratando da concepção de repertório do confronto os autores da TPP conceberam o repertório como *performances*, isto é: “como interações que seguem uma partitura do Jazz”. Para estes autores as ações performáticas inovam a partir dos repertórios herdados e incorporam formas rituais da ação coletiva. Neste sentido o repertório de confronto caracteriza-se por ser: “aquele que incorpora umas reivindicações, seleciona um objeto das reivindicações, adiciona

uma autorepresentação coletiva e/ou adota meios que não tem precedente ou que estão proibidos dentro do regime político” (MCADAM; TARROW & TILLY, 2005, p. 53).

Segundo Tarrow (2009),

O repertório de confronto oferece três tipos básicos de ação coletiva: violência, ruptura e convenção. Eles combinam, em graus diversos as propriedades do desafio, da incerteza e da solidariedade. A primeira forma, a violência, é a mais fácil de ser iniciada, mas em circunstâncias normais é limitada a pequenos grupos com poucos recursos [...] A forma oposta, a convenção, tem a vantagem de criar rotinas que as pessoas entendem e que as elites iram aceitar ou até facilitar [...] a ruptura quebra a rotina, espanta espectadores e deixa as elites desorientadas, ao menos por um tempo (p. 138).

Portanto, ao analisarmos de maneira global a noção de repertórios de confronto político fica evidente como esse conceito mobiliza transformação e combinação nas estratégias do agir social. Na perspectiva de repertórios trabalhada por Tarrow a inovação e a difusão do conceito estão associadas aos ciclos de protestos⁶¹. Sobre o conceito de “ciclo de confronto” é importante perceber que o mesmo consiste em:

Uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades [...] Ele exige que o Estado monte amplas estratégias de reação que são ou repressivas ou facilitadoras ou uma combinação de ambas (TARROW, 2009, p.182-185)

Neste sentido os “quadros interpretativos” relacionados à determinação do ciclo de confronto completam a proposta de interpretação pois “os desafiantes precisam enquadrar suas reivindicações de modo a atrair seguidores e construir redes sociais e conectivas que se liguem umas a outras com uma definição compartilhada da realidade, de ‘nós’ e ‘eles’” (TARROW, 2009, p. 148).

Ao deslocarmos nossa discussão para a compreensão dos marcos de referência da ação observamos que nos ciclos de protestos os militantes costumam expressar suas reivindicações e indignações com uma determinada realidade. Segundo Tarrow (2009), “Quando uma nova

⁶¹ Segundo McAdam; Tarrow & Tilly (2009), os ciclos e os repertórios relacionam-se pelo menos de quatro maneiras diferentes: “primeiro, dentro de um mesmo ciclo, temas, símbolos e inovações táticas de ações individuais e grupais influenciam uns aos outros [...] Segundo, a interação intensa de um ciclo gera oportunidades e incentivos para inovações que são muito mais raras e mais arriscadas fora destes ciclos. Terceiro, o próprio movimento de um ciclo que vai de uma fase expansiva para uma retração altera as situações estratégicas de todos os participantes [...] quarto, as formas de ação associadas a reuniões de apoio, a obtenção de publicidade ou a pressão de reivindicações tendem a generalizar-se e tornar-se acréscimos de longo prazo aos repertórios de ação coletiva (p.26).

forma é ‘descoberta’ sua adequação a uma nova situação torna-se imediatamente óbvia, é amplamente adotada, espalhasse rapidamente e dá a impressão de ser uma inovação dramática” (p.136). Em outras palavras, quando emerge uma nova “janela de oportunidade” para interpretar e ressignificar o sentido do agir social faz-se necessário readequar a agenda das mobilizações a nova realidade da luta social identificada.

Quadros Interpretativos da ação coletiva

Para Tarrow (2009), o maior número de eventos de protesto não constitui a totalidade do movimento, pois, segundo o autor, há que se ressaltar as dinâmicas intrínsecas do próprio movimento. Desta forma, há que se perceber que existem “poderes internos” pelos quais eles (os movimentos) são conformados e preservados. Nesta direção: “O denominador mais comum dos movimentos sociais é, portanto, o interesse [...] o que traduz o potencial da ação de um movimento é o reconhecimento dos seus participantes de seus interesses comuns” (p.22). Com efeito, a noção de interesse emerge como um dos elementos mais relevante da mobilização social. Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2009), “os participantes dos movimentos sociais nacionais sempre afirmaram algum tipo de síntese entre identidade e interesse”. (p. 23). No entanto, limitar a motivação dos atores ao interesse utilitarista de custos e benefícios nos parecem ser um olhar restrito para a compreensão das ações coletivas.

Como falamos antes, para os teóricos da TPP compreender a ação coletiva implica valorizar a combinação de fatores estruturais e estratégicos das mobilizações sociais. Neste aspecto é importante identificar como as restrições e as oportunidades políticas são relevantes, bem como identificar em que medida o valor moral da confiança e da cooperação são necessários para a mobilização de consenso. Assim sendo, explicam os autores norte-americanos: “os quadros da ação coletiva não apenas desempenham esse papel de foco e pontuação; eles também funcionam simultaneamente como modos de atribuição e articulação” (SNOW & BENFORD, 1992, p.137). Enfim, a categoria “quadros interpretativos” dignifica e ressignifica a noção de ação coletiva, principalmente porque:

[A noção de] enquadramento interpretativo não se relaciona apenas à generalização dos descontentamentos, mas define o ‘nós’ e ‘eles’ na estrutura de conflito de um movimento [...] Isto significa prestar atenção aos “trajes” que os atores coletivos portam à medida que entram em cena e também aos enquadramentos culturais de suas reivindicações (TARROW, 2009, p. 41, acréscimo nosso).

Com efeito a existência de elementos mediadores entre oportunidades políticas e repertórios de mobilização, isto é, os significados compartilhados e conceitos pela qual as

peças constroem a definição da situação. Há que se reconhecer então que a existência desta percepção da situação e o fato de acreditar na ação para contribuir na solução da situação terminam sendo questões basilares na ação coletiva, em palavras dos próprios autores isto ficou registrado assim:

De fato, Snow não só adequou mais também modificou o conceito de Erving Goffman ao estudo dos movimentos sociais. O autor contribuiu na materialização do descontento dos estudiosos dos movimentos sociais pela pouca atenção que a TMR dá para as emoções e sentimentos (McADAM; McCARTHY & ZALD, 1999, p. 26, tradução nossa).

Nesta empreitada Tarrow também “resgata” da abordagem goffmaniana de *frame*⁶² a noção de ação coletiva, entendendo-a como “quadros interpretativos de ação coletiva”. Esta, por sua vez, como confirmado foi adotada pelo sociólogo D. Snow como categoria de entendimento cognitivo para demonstrar como os movimentos sociais constroem significados para a ação (TARROW, 2009).

Nesta direção a redefinição do conceito de *frame* de Goffman como quadros interpretativos que simplifica e condensa “o mundo exterior” revelou que este entendimento:

Não só destacam certos aspectos da realidade também atuam como base para a atribuição e articulação de significados. Entendidos desta forma, os quadros interpretativos concentram a atenção em uma situação particular considerada ela como problemática, produzem uma atribuição da sua responsabilidade a determinadas pessoas ou fatos específicos para deste modo articular propostas alternativas (HUNT; BENFORD & SNOW, 1994, p.228, tradução nossa).

Dessa forma, entendemos por *frames* a habilidade cognitiva dos militantes para construir interpretações sobre a conjuntura social que estão mergulhados e, por meio disto, ressignificar o sentido da mobilização social. Assim, os frames são percebidos como ferramentas cognitivas e guias da ação que permitem ao ativista questionar uma realidade social antes não problematizada, atribuindo responsabilidade aos grupos e as autoridades por tal situação problemática a fim de apresentar recursos para transformar tal situação (SNOW & BENFORD, 1992). Dada essas especificidades o uso dos frames em nossa pesquisa é justificado pelo fato deste conceito fortalecer a compreensão dos fenômenos simbólicos e culturais ligados às ações coletivas (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999; TARROW, 2009).

Ainda tratando da noção de frames, percebemos que, segundo Alonso (2009, p.78), “o conflito social passa para o plano da definição da realidade” onde as disputas políticas são apresentadas como eminentemente simbólicas. Desta maneira, o conceito de enquadramento

⁶² A ideia de frames advém do conceito de marco de referência de Erving Goffman na obra *Frames analysis: an essay on the organization of experience*, [1974 (2012)]. Tal conceito diz respeito aos princípios de organização que governam eventos e nosso envolvimento subjetivo nele.

interpretativo evidencia, por um lado, as práticas interpretativas e o caráter construído dos significados que orientam a ação. Por outro, tal noção amplia o entendimento da mobilização social, questiona o que lhes falta entender e enfatiza a organicidade do sistema. Isto possibilita o sujeito compreender que na interação face a face o fenômeno da percepção social torna plausível ressignificar a realidade social. Neste sentido a noção de “*alinhamento do quadro interpretativo*”, que é definida como “os esforços pelos quais os organizadores de um movimento social tratam de vincular as orientações cognitivas dos indivíduos com as orientações das organizações dos movimentos sociais” (SNOW E BENFORD, 1988 apud McADAM, 1994, p. 45, tradução nossa) tornou mais plausível trazer o fator moral das mobilizações sociais como um elemento que dá maior significado para o agir social.

Logo, compreender a relevância da luta social em defesa de utopias sociais como a do bem comum tornou a interpretação das ações coletivas latino-americanas mais evidente. Sobretudo pelo fato de que os “quadros interpretativos possibilitam o alinhamento num conjunto congruente de interesses, valores, objetivos e atividades como condição necessária para a participação, qualquer que seja a sua natureza ou intensidade” (MUTZEMBERGE, 2015, p. 422).

Neste sentido, para Tarrow (2009) o processo de alinhamento não é sempre fácil pois,

Primeiro, os líderes dos movimentos competem com outros movimentos, com os agentes da mídia e com o Estado pela supremacia cultural [...] segundo, os movimentos que se adaptam bem demais às culturas de suas sociedades perdem o poder de oposição e alienam seus apoiadores mais militantes [...] terceiro, as pessoas comuns fazem sua própria leitura dos acontecimentos (p.147).

Ao nos apropriarmos da noção de frames parecemos relevante destacar que tal noção nos ajuda a compreender a dimensão simbólica midiaticamente construída nas “campanhas de coalisão que constroem estruturas conetivas entre um número maior de pessoas e possibilitam a difusão dos movimentos para novos públicos” (p.78). Nesta direção estas estruturas conetivas possibilitam “a formação de coalizões sociais frouxas, frequentemente contingentes, lidando com questões afins ou paralelas e originando ciclos maiores de movimentos” (IBIDEM).

Destacando o enfoque associacionista potencializado pelos quadros interpretativos há que se perceber que nas “associações primárias e nos contatos face a face emerge a *solidariedade* nos movimentos sociais entre pessoas que se conhecem e confiam umas nas outras (TARROW, 2009, p. 78, destaque nosso). Os fatos morais criados nos laços de confiança construídos socialmente constituíram um ponto seminal de aproximação da TPP com o paradigma da dádiva, haja vista que é na construção de significado do agir social que emergem

as novas racionalidades da ação coletiva voltada para a construção de valores solidários e afetivos que desorganizam a instrumentalização egoísta da sociedade contemporânea.

Ao tocar nesta perspectiva associacionista, um termo caro para nossa tese, faz-se necessário mobilizar maior atenção teórica para esta situação porque percebemos que o campo interpretativo das ações coletivas revela-se como uma expressão original das abordagens antiutilitaristas enfatizando a formação das relações solidárias dos agentes sociais. Neste aspecto é relevante compreendermos que no âmbito moral do agir social a construção da confiança na formação de laços sociais é estratégica para impulsionar elementos subjetivos fundamentais para o agir egoisticamente desinteressado. Isto, entre outras coisas, amplia o impulso espontâneo do agir em prol da coletividade maior a partir do incremento de trocas vividas ritualmente nos planos das associações primárias e secundárias (MARTINS, 2008, 2017a, 2017b; CAILLÉ, 2004, 2008, 2013).

Ou seja, partindo de Tarrow e ampliando a concepção de emergência da solidariedade entre os ativistas sociais julgamos ser necessário ultrapassar a ideia de que as ações solidárias ficam reduzidas às interações face a face. Com isto ampliamos este entendimento interpretativo do agir social principalmente por acreditarmos que na dimensão moral “reside” a solidariedade que emerge no agir voluntarioso das alianças antiutilitaristas fundadas em trocas espontâneas desinteressadas (MARTINS, 2017b, p. 183ss).

Nesta última passagem está inerente o fato de que os indivíduos que agem tocados pelo espírito solidário da dádiva e prestam serviços em prol da produção coletiva do bem comum social. Eles, os atores sociais antiutilitaristas, são conscientes de que suas ações serão compensadas pelo retorno social mais amplo, ou como nos fala Caillé e Godbout (1999, p. 114-115): “[nas ações de dádiva] o retorno geralmente é maior do que a própria dádiva [...] existe um imediato retorno de energia para aquele que dá, ele se engrandece”. Enfim, o que se quer deixar evidente é a potencialização das ações sociais movidas pelo espírito solidário, aquele capaz de ampliar o interesse da ação a partir de uma percepção de que o ganho coletivo para o grupo social constitui um elemento motivador para impulsionar as mobilizações sociais.

Ainda tratando dos fatores associativos que impulsionam as ações coletivas observamos que os apelos de emotividade estão correlacionados ao quadro interpretativo da injustiça que focaliza na raiva motivações para o agir social, que pode “pôr fogo na barriga e ferro na alma” (GAMSON, 1992, apud TARROW, 2009, p. 145). Desta forma, há que se reconhecer a relevância do fator motivacional da injustiça e da indignação para as ações coletivas. Por um lado, tais fatores constituem atividades centrais dos movimentos sociais ao inserirem os descontentamentos em quadros interpretativos amplos que identificam a injustiça e

responsabilizam os outros para propor soluções. Por outro lado, evidencia-se que nenhuma transformação significativa de reivindicações em ação pode ocorrer sem que se estimule ou se crie energia emocional proativa. Sobre o fator emotivo nas ações coletivas Tarrow (2009), revela que:

Algumas emoções como o amor, lealdade e reverência são claramente mais mobilizadoras do que outras como desespero, resignação e vergonha. Algumas, como a raiva são ‘vitalizadoras’ e é mais provável que estejam presentes na deflagração de atos de resistência, enquanto que outras, como a resignação ou depressão, são de ‘desvitalizadoras’ e existem, mais provavelmente nas fases de desmobilização. Os pontos altos de confronto geram eixos emocionais em torno dos quais gira a futura direção do movimento. Com o passar do tempo, os empreendedores de movimentos se esforçarão para evocar esses eixos emocionais através da retórica, rituais e reuniões nos lugares em que ocorreram a injustiça ou vitórias passadas (TARROW, 2009, p. 145-6).

Nesta direção as discussões que tratam da relação entre os fatores motivacionais e suas correlações com a realidade social observamos que Tarrow, com o intuito de refinar o conceito de ciclo de confronto, correlacionou-o à discussão do ativismo internacional, o qual foi readaptado ao “quadro interpretativo abrangente” ou *Master Frame*. Sobre essa refinação teórica percebemos que:

Em 1992, Snow e Benford ampliam o conceito e passam a falar de master frames, os quais conectam crenças e ideias de grupos de protestos à estrutura de oportunidades políticas surgidas da conjuntura sociopolítica em dado momento histórico. Os master frames foram vistos como os principais determinantes dos ciclos de protesto em que surgem os movimentos sociais (GOHN, 2008, p. 90).

Diante desse contexto consideramos os *direitos coletivos*, como um dos macro *frames* possíveis da análise comparativa desta tese. Pois eles dizem respeito aos aspectos humanos e sociais inspirados nas perspectivas de valorização dos bens públicos, da justiça social e do igualitarismo, que por sua vez, refletem as sensibilidades cognitivas, afetivas, morais e políticas dos sujeitos (MARTINS, 2014, p.12). Neste aspecto a emergência dos novos direitos coletivos implica repensar o ideal de cidadania democrática em função da solidariedade moderna.

Nesta direção a compreensão do um mal-estar moral e emocional (identificado pelas ações coletivas) exige uma análise político-moral encontrada nas ações práticas dos sujeitos no contexto da interação social presente nos grupos culturais, em coletivos de bairros etc. Estas mobilizações entre os ativistas têm, antes de tudo, um sentido relacional. Por meio dos laços afetivo-emocionais construídos por pactos consentidos, a confiança no outro, o desejo por

justiça social e a prática afetiva de relacionar-se com o outro constroem *uma nova racionalidade do agir coletivo*⁶³ baseada na solidariedade moderna.

Vale a pena ressaltar, que mesmo existindo consenso na interpretação, ele não é suficiente para que ocorra a mobilização *in loco* visto que “as mobilizações envolvem tanto a ação estratégica, que é crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto à formação de solidariedades e identidades coletivas” (ALONSO, 2009, p. 72). Ou seja, para que os sujeitos queiram arriscar e/ou sacrificar pelo movimento social, deve existir uma “boa razão”. Para Tarrow (2009), isto tem a ver com as mudanças de percepção das oportunidades e as restrições políticas que inibem ou induzem a participação das pessoas em ações coletivas, pois, segundo ele, existe uma percepção de ameaça aos interesses, valores e sobre vivências dos grupos. Por outro lado, para Martins (2017b, p. 164), “arriscar-se na relação”, “acreditar no outro e fazer alianças sociais duradouras” constitui um dos mais altos valores do ser humano: o valor de ser solidário com outrem o que abre espaço para construção de relações desinteressadas o que, por sua vez, desperta a necessidade de ampliar possibilidade de construir sentimentos e valores tal como a amizade, o amor e a valorização da pluralidade simbólica do ser humano. E também movimentos sociais moralmente solidários.

Com efeito, para além dessas percepções acreditamos que a presença da solidariedade moral coletiva de caráter transcultural constitui um fator determinante para ativar o protagonismo das bandeiras que defendem a preservação do bem comum antiutilitarista latino-americano. Por isso, faz-se necessário para análise posteriores explicitar como o conceito de interesse e solidariedade fundamentam as novas racionalidades do agir coletivos, o agir moralmente motivado das mobilizações sociais investigadas neste trabalho, principalmente, quando percebemos que tais mobilizações tentam resgatar as utopias morais de justiça social presente nos novos direitos coletivos o que implica repensar o ideal de cidadania democrática e ampliar o entendimento do agir social em função da solidariedade moderna.

3.2 SOLIDARIEDADE MODERNA, UNIVERSALIZAÇÃO DO DOM E PLURALIDADE DE MOTIVAÇÕES.

O ciclo do dom permite compreender que a qualidade da relação entre o ser humano e a natureza em geral depende de uma *questão moral: a capacidade de correr o risco de se relacionar com outros* (MARTINS, 2008, p. 118, destaque nosso).

⁶³ Termo maussiano encontrado em Martins (2014;2016; 2017b).

Apresentamos antes a discussão sobre a teoria das estratégias das ações coletivas onde ficou estabelecido o entendimento do fator moral associado ao compromisso e o valor que os agentes sociais assumem para com a causa do movimento social. Agora fica por revelar o “outro lado da moeda”, a saber: a contribuição moral da dádiva para ampliar o entendimento dos fatores que animam os agentes sociais a doarem sua vitalidade humanista para com a causa antiutilitarista das ações coletivas latino-americanas.

Nesta direção, o fator moral reaparece mais uma vez como um fator decisivo de compreensão. Porém, diferente da ação estratégica, o paradigma da dádiva nos permite compreender, paradoxalmente, como o “risco” deixa de ser sinônimo de medo e desconfiança e passa a ser compreendido como um fator moral de empoderamento da associação humana. A tese é que ao nos associarmos livremente com o nosso diferente ficamos liberados também para a possibilidade de construirmos laços sociais plurais que ampliam o entendimento do humano solidário integral e abre espaço para emergir o que denominamos das novas racionalidades do agir coletivo.

Partimos do pressuposto que é preciso reconhecer a complexidade social desta nova fase de expansão de atitude egoísta da modernidade capitalista. A estratégia de maximização do interesse utilitarista é caracterizada pela busca de flexibilizar as normas e regras sociais para otimização da exploração dos recursos materiais e emocionais do humano e do ecológico. Tal estratégia também se deu pelo enfraquecimento das referências morais que regem o indivíduo moderno como ente social e solidário na organização das redes de sociabilidades primárias. O deslocamento de identidades grupais fragiliza as lutas sociais voltadas para o estabelecimento de garantias sociais e reconhecimento de direitos. Todo este processo de valorização do egoísmo no plano social fragiliza a formação de relações sociais fundamentadas em atitudes mais generosas fundadas na confiança e na solidariedade política.

Logo, a ideia de mobilizar a teoria da dádiva para este estudo foi relevante pelo fato de que ela problematiza os motivos e as condições práticas de surgimento de associações livres e espontâneas que são indispensáveis para fundar a vida social. Isto mediante os benefícios dos bens cívicos, das garantias cidadã e das disponibilidades de acolher, reconhecer e dignificar o outro e a si mesmo como um sujeito social plural e liberto da amarra utilitarista moderna (MARTINS, 2008, 2014 2017b); (MARTINS & BEZERRA, 2014).

Ainda tratando do fator moral presente nas ações coletivas é prudente entender que o agir dos sujeitos moralmente motivados descortina novas formas de reativar mecanismos interacionistas que conferem sentido social para a construção de outras racionalidades para além da prática instrumental. Para Domingues (2002) e Martins (2008, 2017b) a solidariedade social

constitui uma nova aposta na capacidade do sujeito moderno “saltar” os pactos mercantilista e colonialista da “eficiência instrumental” presente nas diversas facetas de socialização latino-americana. Isto se torna mais evidente quando identificamos o perfil antiutilitarista das mobilizações sociais que assumiram compromisso coletivo com causas sociais, tais como a defesa de bens públicos e dos direitos coletivos como um horizonte normativo (bandeira de luta) do bem comum da comunidade latino-americana.

Assim, temos que reconhecer o valor de um compromisso antiutilitarista a ser assumido pelos agentes sociais com vistas a favorecer que tais sujeitos estejam dispostos a compartilhar um futuro comum e a defender a liberdade como um valor humanista público. Isto facilita a formação de vínculo solidário-associativo o que exige reconhecimento e colaboração do outro para a construção de outra via de organização de sociabilidades que sejam liberatórias neste contexto de declínio dos ideais desenvolvimentistas.

Dada essa possibilidade de reativação dos vínculos solidários nas relações humanas dentro dos movimentos sociais, mobilizamos os recursos teórico-relacionais da dádiva para permitir uma outra chave interpretativa da realidade política que permita ressignificar a realidade social. Temos que ampliar o entendimento das mobilizações sociais latino-americanas não somente a partir do modo como usam recursos estratégicos, mas de como se motivam para o agir coletivo, pois os movimentos precisam construir códigos de condutas amparados nos ideais do bem comum. Isto permite reativar nas mobilizações sociais aspectos relacionados ao compromisso moral e afetivo com o grupo na perspectiva do agir solidário e de atitudes de reciprocidade que possibilitam ultrapassar as práticas egoístas na construção das relações sociais contemporâneas fragmentadas. Nesta sessão vamos aprofundar nossa incursão na teoria do dom para compreender como é possível ampliar o entendimento das mobilizações sociais moralmente motivadas. Assim sendo, para continuar nossa trajetória faz-se necessário examinar moralmente a ideia maussiana de solidariedade moderna.

3.2.1 Revisitando a Noção de Solidariedade Moderna

Encontramos na tese doutoral de Durkheim, *Da divisão social do Trabalho* (2010), um dos primeiros estudos sistematizado sobre o tema da obrigação de solidariedade que ele considera que valoriza o entendimento da sociedade como um “fato social”. Para avançar nos modelos de organização moral dos indivíduos Durkheim, naquela obra, procura analisar qual é a função da divisão do trabalho nas organizações sociais modernas. Segundo ele, tal divisão social poderia se dar a partir de duas espécies de solidariedade, a mecânica e a orgânica. Essa

distinção além de descrever as sociedades tradicionais e modernas demonstra as formas de mudança da integração social (TURNER et al., 1999, p.303). A tese de Durkheim é por demais conhecida mas fazemos questão de lembrá-la no contexto desta tese devido à importância da ideia de solidariedade moral não-utilitarista para se repensar as práticas dos movimentos sociais, hoje. As teses das solidariedades mecânica e orgânica (Durkheim, 2010) têm atualidade para se pensar o atual contexto na medida em que elas remetem para se entender quando o movimento se forma a partir de um pertencimento solidário dado por tradições e afetividades e quando ele se constitui a partir de contratos formais ou informais e pactos profissionais entre as partes envolvidas.

No atual contexto dos movimentos sociais a questão não é necessariamente de uma passagem de um tipo de solidariedade para outro, mas de se ver como ambos confluem para organizar os motivos subjetivos e objetivos da ação social. Trazendo essa reflexão para compreendermos as transformações no comportamento social atual observamos que a organização coletiva complexa requer práticas de diferenciação solidárias, afetivas e estratégicas, que contribuem para o desenvolvimento progressivo da consciência individual, pois “enquanto a precedente [solidariedade mecânica] implica que se assemelham, esta [solidariedade orgânica] supõe que eles diferem uns de outros”. (DURKHEIM, 2010, p.108). Nesse sentido, podemos reler a afirmação abaixo de Durkheim sobre a tensa relação entre consciência coletiva e individual não como uma passagem progressiva do simples ao complexo, mas como realidades coexistentes entre o individual e o comunitário. Vejamos o que diz o autor:

É necessário que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que nela se estabeleçam essas funções especiais que ela não pode regulamentar; e quanto mais essa região é extensa, mais forte é a coesão que resulta dessa solidariedade (DURKHEIM, 2010, p. 108).

Com efeito, recuperar estas definições é relevante para nossa tese, pois na medida em que põe ênfase na diferenciação entre as práticas sociais das sociedades tradicionais em comparação com as práticas da sociedade moderna percebe-se que a transição da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica está “baseada na diferença e na interdependência gerada pela divisão do trabalho” (WEISS, 2017, p.9). Isto tem particular importância para os movimentos sociais objetos de nossas pesquisas na medida em que a divisão do trabalho passa a ser redefinida por divisões outras de caráter afetivo, de gênero e religioso que afetam as ações sociais.

É possível evidenciar no contexto contemporâneo que estes tipos de solidariedade convivem de modos entrelaçados com impactos sobre as estratégias dos agentes sociais.

Trazendo isto para o campo da sociologia moral é possível observar que “... o cenário contemporâneo é marcado pela existência de uma pluralidade de grupos com seus próprios valores sagrados – portanto, não negociáveis – que coabitam um mesmo espaço” (WEISS, 2017, p.10).

O importante neste esforço de resgatar a contribuição do fundador da sociologia francesa é não perder de vista a questão da solidariedade como um valor moral que influi sobre as possibilidades de pactos grupais. Desta maneira, evidencia-se a originalidade dos estudos durkheimianos sobre a solidariedade moderna e sobre o individualismo moral que para ele é diferente do individualismo psicológico. Esta reflexão oferece novos parâmetros para compreender os motivos que interferem nas práticas do agir social do movimento social contemporâneo.

Segundo Turner et al. (1999), o estudo da moralidade em Durkheim constitui uma chave interpretativa seminal para entender o comportamento humano moderno e, acrescentamos, dos movimentos sociais em estudo, porque:

A moralidade é um certo tipo de regra que deve ser distinguido tanto dos aspectos morfológicos da sociedade como de outros tipos não morais, de regras normativas. A moralidade é um sistema de regras que reflete certas premissas subjacentes de valor sobre o desejável. A moralidade não só é externa e coerciva; é também interna. Ela convoca as pessoas a obedecerem a partir de dentro (TURNER et al., 1999, p. 333).

Nesta direção faz-se relevante evidenciar o valor que os estudos dos comportamentos morais têm para o entendimento das práticas sociais e políticas, pois há que se reconhecer que existe “uma clara concepção de relações complexas entre sistemas normativos, estruturas sociais e processos de personalidade dos indivíduos” (IBID, p. 333). Com efeito, essa passagem se coaduna com a nossa preocupação de compreender o processo de diferenciação no interior dos movimentos sociais sem que tal diferenciação se torne fragmentação identitária. Assim, quando Durkheim afirma, segundo lembra Weiss, que o indivíduo não é um ser egoísta motivado pelo auto-interesse utilitarista, mas pela “criação social que deve encarnar os atributos daquilo que é considerado verdadeiramente humano, a própria humanidade como obra coletiva” (WEISS, 2008, p. 252), nós concluímos que tal criação deve ser a base para promover novas modalidades de solidariedade dos sujeitos morais individuais e coletivos o interior do movimento social.

Logo, para Durkheim era interessante uma abordagem que revelasse o processo de diferenciação do comportamento humano moderno requerendo “uma conexão integral entre essas ordens [fatos sociais] e uma reforma igualitária de relações sociais” como lembra RAWLS

(2017, p.6). Esta autora lembra que para Durkheim a questão da solidariedade não está ligada ao esforço de ressuscitar tradições, mas de promover ações que organizem a igualdade, eliminando fatores que reproduzem a sociedade tradicional. Assim, diz Rawls sobre Durkheim:

A sociedade moderna e a base moral da ‘humanidade’ podem estar em crise. Contudo, ‘o remédio para o mal’, segundo Durkheim (407), ‘não está em ressuscitar tradições’. Isto é o que a maioria dos pensadores sociais propuseram. Para Durkheim, retornar à tradição irá destruir tudo. ‘O que devemos fazer para aliviar esta anomia’, ele argumenta, é eliminar as fontes externas da desigualdade, como a riqueza herdada e ‘introduzir nas relações [sociais] mais justiça (RAWLS 2017, p. 5, acréscimo nosso).

Com efeito, a releitura da tese durkheimiana sobre o processo de diferenciação do comportamento moderno a partir da noção de solidariedade entre o moderno e o tradicional é complexo. Por um lado, temos que entender uma limitação histórica dada pelo esforço do autor de organizar as bases do industrialismo nacional na França. Mas, por outro, temos que lembrar que Durkheim era um adepto do movimento associacionista francês e, logo, preocupado com as consequências da solidariedade moral para os pactos políticos concretos. Isto nos permitiu compreender como o fenômeno da justiça social, ou melhor, do *igualitarismo social* como um dos fundamentos das práticas de solidariedade moderna deve aparecer como uma bandeira de luta dos movimentos sociais no atual contexto. Pois em uma situação de crise “todos os participantes têm interesse em proteger todas as posições. Eles têm obrigação de proteger” de outra maneira não será provável “criar fatos sociais mutuamente inteligíveis”. (RAWLS, 2017, p.9).

No âmbito desta pesquisa a *dimensão moral das práticas sociais* emerge como um fio condutor para compreender o *ethos comunitário* presente na solidariedade moderna, aquela que pode ser entendida como uma prática de afetação na relação com outro. Neste âmbito julgamos ser fundamental aprofundar a relevância do fator moral nas práticas para analisar as mobilizações sociais latino-americanas. Seguindo o proposto por Durkheim (2010) podemos assinalar que o envolvimento moral dos sujeitos nos problemas sociais implica uma prática que é essencial coletiva. Somente assim podemos entender como os fatores morais e simbólicos permitem a formação de pactos e alianças significativas do sujeito contemporâneo (RAWLS, 2017).

Percebe-se então, que a presença de grupos secundários nas ações coletivas recria acordos de cooperação entre indivíduos que se fundam em compromisso moral necessário para repensar o ideal de cidadania democrática e republicana. Pois “é preciso um poder que se imponha e que represente os interesses da coletividade total, que se confunde com os interesses dos indivíduos” (WEISS, 2008, p. 254) mas também a questão de incluir a liberdade individual,

porém dentro dos limites de uma discussão sobre moral coletiva (MARTINS & FONTES, 2004).

Dessa forma a *noção de solidariedade* elaborada na tradição da escola francesa é entendida nesta tese não apenas como relação à existência de um *ethos comunitário* que envolve os participantes no mesmo compromisso moral, na vida, mas na perspectiva de partilhar ideais utópicas como a ideia de bem comum. O termo requer igualmente a motivação afetiva de relacionar-se com o outro, legitimando o exercício efetivo do direito comum em espaços coletivos como aqueles gerados nas ações coletivas (MARTINS & PINHEIRO, 2009; CHANIAL, 2004).

Assim, a noção antiutilitarista de *solidariedade* revela-se adequada para analisar a pluralidade de motivações (interesse e espontaneidade da ação) do sujeito coletivo na dinâmica associacionista e organizacional. Esta pluralidade é refletida nas ações e atitudes solidárias focalizadas no *ethos* comunitário, nas práticas afetivas e no exercício público dos direitos em espaços coletivos.

Ao avançarmos nesta discussão antiutilitarista compreendemos que a noção de solidariedade tratada neste estudo faz-se relevante para compreender como se dão as alianças e vínculos associativos configurados nas ações coletivas moralmente motivadas pelo agir plural nos movimentos que estamos estudando. Nesta linha interpretativa concordamos com Rawls (2017) quando enfatiza que as ações práticas de solidariedade devem conter a confiança construída nos pactos dos indivíduos e da reciprocidade nos serviços do grupo e no processo de produção de consenso das ações sociais. Por conseguinte, as lutas cooperativamente criadas focalizam a justiça social que é fator central no processo de repensar a cidadania e a defesa plural dos direitos coletivos.

Ao compreendermos a relevância do debate sobre o igualitarismo moral como fundamento das práticas de solidariedade faz-se necessário problematizar a exigência de reciprocidade para reivindicar organização do bem comum social latino-americano. Isto, por sua vez, desloca nossa atenção para a “triple obrigação de dar, receber e retribuir” que define o sistema da dádiva (Mauss, 2003) e para as motivações antiutilitaristas presente na ação social, abrindo assim novas interpretações da solidariedade moderna.

3.2.2 A Universalização do Dom: Contribuições para Repensar as Ações Coletivas Moralmente Motivadas

Uma sociologia e uma filosofia maussiana do dom, ao contrário [dos paradigmas unilaterais], não procuram imputar à ação outra coisa senão seus próprios determinantes positivos e normativos imanentes. Neste sentido, constituem uma verdadeira sociologia

e filosofia da práxis (CAILLÉ, 2002, p.17, acréscimo e destaque nosso).

Com o intuito de aprofundarmos nosso entendimento sobre a complexidade das ações coletivas latino-americanas moralmente motivadas mobilizamos a teoria da dádiva⁶⁴, especialmente. Pensamos, em particular, na discussão da universalização do dom como uma concepção seminal para entendermos como tais práticas sociais deslocaram a lógica do interesse mercantil da mobilização coletiva, e, ao mesmo tempo, liberaram alianças fundamentais no risco paradoxal de confiar em outrem. Nesta trilha “incerta” e potente do estar juntos emergiu modos de resistência que se constituíram num caminho primordial favorável às práticas sociais sinérgicas voltadas para reivindicar a utopia do bem comum como uma das possibilidades de transformar a realidade de maximização da exclusão social latino-americana dos últimos anos.

Deste modo, ao avançarmos no entendimento da universalização do dom será possível compreender a crítica aos paradigmas tradicionais unilaterais, identificar como opera o paradigma do dom nas práticas sociais. Isto é, entender a relevância do *sujeito total* proposto por Mauss (2003) para abrir novas possibilidades para o agir dotado de significado. Isto nos possibilitará avançar na compreensão do que denominamos de pluralidade de motivações das mobilizações sociais. Com efeito, antes de iniciarmos este percurso discursivo faz-se necessário compreendermos a relevância do *Ensaio sobre a Dádiva* (2003) para nossa tese. Marcel Mauss “foi no fundo o advogado talvez mais ativo na França do socialismo associativo, não hesitando em se empenhar pessoalmente e investir seu dinheiro para apoiar essa causa” (CAILLÉ, 2002, p.32). Esta passagem revela o quanto Mauss investiu materialmente e sentimentalmente para construir um arcabouço epistemológico capaz de revigorar e atualizar o modo das ciências sociais interpretar a realidade social.

Para a especificidade deste trabalho nos interessa demonstrar como determinados aspectos do *Ensaio* constituem um suporte paradigmático para compreendermos como, em pleno século XXI, era da transformação das pessoas em mercadoria⁶⁵, ainda há espaço para entendermos como a vida associativa pode operar numa outra lógica mais plural portadora de significado para a vida em sociedade (CAILLÉ, 2002; MARTINS, 2017b).

⁶⁴ Na obra *Itinerários do Dom: Teoria e sentimento* (2019) o autor realizar uma genealogia profunda do que significa o termo *troca*, palavra utilizada para definir dádiva ou dom. No desenvolvimento do texto, explica o professor Martins, que uma das possibilidades de compreensão de troca advém do significado de *échange*, palavra que contém maior complexidade de entendimento e pode significar tanto trocas de mercadorias como também de bens gratuitos generosos ou mesmo insultos e injúrias (p.8). Nesta direção o autor nos esclarece que um bom entendimento da palavra dádiva ou dom é utilizá-la como sinônimo de troca, mas, ressalta o autor, a troca deve ser entendida como tudo aquilo que circula ritualmente entre os sujeitos sociais.

⁶⁵ Cf. BAUMAN, 2008.

Nesta direção o pensamento de Mauss (2003) desloca-se para sociedades tradicionais a fim de verificar que ações desinteressadas paradoxalmente não faziam parte apenas dos modelos de socialização primária, mais que isto: tais relações sociais além de fundamentar a vida moderna baseavam-se em contratos construídos socialmente pelos próprios indivíduos. Estes últimos, explica Mauss, exprimem o que ele chamou de *fenômeno total*, visto que as normas da religião, as regras das famílias e as condutas morais configuram idiosincrasias da vida social daqueles indivíduos. Sobre tudo isto este intelectual francês salienta a importância da sua obra:

Este trabalho é fragmento de estudos mais vastos. Há anos nossa atenção dirige-se ao mesmo tempo para o regime do direito contratual e para o sistema de prestação econômica entre as diversas sessões ou subgrupos de que se compõem as sociedades ditas primitivas, e também as que poderíamos chamar de arcaicas. Existe aí um enorme conjunto de fatos. E fatos que são muitos complexos. Neles, tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até as da proto-história. Nestes fenômenos sociais ‘totais’, como nos propomos chamá-las, exprimem-se de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares de produção e consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar com os fenômenos estéticos em que resulta estes fatos e fenômenos morfológico que estas instituições manifestam (MAUSS, 2003, p. 187).

Na esteira disto Mauss ao considerar que a realidade social constitui um conjunto de fatos complexos, um fato social total, ele nos revela a existência de uma “obrigação social – a dádiva – que se impõe nas interações concretas entre os homens e que obedece a uma determinação relativa passível de ser modificada no curso da troca de bens entre indivíduos” (MARTINS & FONTES, 2004, p. 36). Tal prática social “aparentemente livre e gratuita, no entanto, é obrigatória e desinteressada” (MAUSS, 2003, p.188). Isto permitiu entender como se dá a construção dos laços solidários que são fundamentais para compreendermos a força social existente nas práticas do agir moralmente motivado da mobilização social.

Mauss nos conduz para o interior da realidade moral que movimenta as práticas do agir social. No *Ensaio*, ele dá relevância ao que denominou “sistema de prestações sociais” ao demonstrar o caráter voluntário, gratuito e, ao mesmo tempo, obrigatório e interessado como uma forma da moral contratual. Nesta direção ao problematizar a questão enigmática: “que força existe na coisa que se dá que faz com que o donatário a retribua?” (MAUS, 2003, p. 52) desenvolveu uma nova forma de pensar as relações sociais no âmbito da economia e da moral. Em termos morais do agir humano, ele percebeu haver um “espírito”, o *hau*, uma motivação desinteressada que faz circular generosidades, valores solidários, que são fundamentais para

problematizar as maneiras rígidas das relações humanas postuladas pelo mercado e pelo Estado (CAILLÉ, 2002)

Ao conhecer o alicerce que mobiliza as relações do agir moral Mauss percebeu que a circulação de tais valores não advinha da superestrutura social, tão pouco emergia de uma atitude racionalmente calculada da ação social. Diferente de tudo isto Marcel Mauss desvenda o “rochedo”, o fundamento que libera práticas sociais moralmente motivadas a partir das trocas que circulam, entre sujeitos morais, no sistema social da tripla obrigação: dar-receber e retribuir. Curiosamente, explica Mauss, essa maneira de relacionar-se com outrem não está limitada às sociedades tradicionais, uma vez que é possível estender esta maneira plural de vida social às nossas próprias sociedades: “uma parte considerável de nossa moral e de nossa própria vida permanece sempre nesta mesma atmosfera da dádiva, da obrigação e ao mesmo tempo da liberdade. Felizmente, nem tudo está ainda classificado exclusivamente em termos de compra e venda” (MAUSS, 2003, p. 175).

Demonstrada a relevância do Ensaio para nossa tese faz-se necessário avançar nesta discussão maussiana a fim de compreender como a questão da universalização do dom contribui para entendermos a singularidade presente no agir coletivo das mobilizações sociais. Neste aspecto a ideia geral da universalização do dom consiste em revelar como o dom representa uma possibilidade radical de “fincar” o agir moral do sujeito social como um marco histórico das ciências sociais na luta utópica contra o poder hegemônico utilitarista.

Nesta direção Caillé (2002) realça o debate do antiutilitarismo afirmando que para além dos cientistas sociais da virada do século XX que criticam o utilitarismo economicista, faz-se necessário os homens de todas as sociedades humanas refletirem sobre a expansão do egoísmo contemporâneo que sufoca as formas de existência solidária do agir social (p.18). Assim, ao avançar na construção da crítica ao espírito egoísta moderno Mauss enfatiza, segundo Caillé (IDEM), que a obrigação paradoxal da generosidade – uma perspectiva de antiutilitarismo prático – constitui o alicerce, a rocha de toda moral possível, que é aí que se deve entender o núcleo da vida social. Isto, supostamente, nos leva a seguinte indagação: ao se confirmar a universalização do dom haverá algo mais importante no campo das ciências sociais? (IBIDEM, p. 16).

Logo constata-se, a hipótese, segundo o qual o paradigma sociológico e antropológico positivo deve repousar sobre a afirmação da universalidade da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. Ao nos associarmos ao pensamento antiutilitarista reconhecemos a relevância de tal tese sobre o universalismo do dom, sobretudo pelo fato daquela tese possibilitar um movimento autêntico de reflexão em certos fundamentos do pensamento sociológico.

Neste percurso de envolvimento com o paradigma maussiano há que se levar em conta a relevância de repensar a ideia de significado da ação social, visto que aos termos em conta a universalização do dom a dimensão ética do agir social ganha maior relevo. Ao ampliar-se o olhar para o agente social em interação, observamos como ele incorpora na práxis a dimensão simbólica e plural como um dos elementos primordiais do viver em sociedade. Nesta direção ratificar a universalização do dom implica obrigatoriamente, numa perspectiva da sociologia relacional, compreender que a prática da ação humana agora é exercida pelo sujeito total moralmente motivado.

Sobre a relevância da universalização do dom a passagem seguinte nos revela que:

Há uma dimensão moral explícita nessa tensão, na medida em que a aceitação do universalismo da dádiva contribui para problematizar as teses que buscam naturalizar o egoísmo utilitarista (mercado) ou as crenças e regras absolutas (estado), e que são apenas constructos culturais historicamente delimitados. Diferentemente, o universalismo do dom valoriza a solidariedade moral coletiva de caráter transcultural e presente, desde sempre, nas instituições primárias, como aquelas familiares, associativas entre outras. Nesse sentido, o universalismo do dom não é apenas uma engenharia teórica, mas uma condição ontológica necessária para os seres vivos construírem comunidades, independentemente do humano e do não humano (MARTINS, 2017b, p. 167).

Com efeito, a passagem acima é bastante esclarecedora e sustenta nossa hipótese de que para além das motivações política da práxis social os agentes sociais moralmente motivados cultivam um comportamento político seminal de ressignificar quadros interpretativos de lutas. Assim, eles podem tornar tais marcos mais significativos para a conquista de direitos coletivos que dizem respeito a maneiras e possibilidade de abrandar o cenário de descaso e fragilização de bem comum e bens públicos na sociedade. A universalização da dádiva como cultura de reciprocidade contribui para neutralizar sentimentos e atitudes egoístas. Ao mesmo tempo, ela canaliza esforços construídos solidariamente numa perspectiva mais voluntariosa de ressignificar o sentido de fazer alianças e de pensar em conjunto as novas possibilidades da vida em sociedade em defesa do bem comum.

Desta maneira de interpretação do dom emerge uma questão interessante para nossa tese: como operar a ideia de universalização do dom na discussão moral dos ativistas. E também: a universalização do dom pode ser um modo de agir no cotidiano dos sujeitos coletivos ampliando a racionalidade dos movimentos coletivos? Para esclarecer esta questão, segundo Caillé (2002), “é preciso entender que a totalidade social não preexiste aos indivíduos como tampouco o inverso” (p.18).

Nesta direção, o pensador francês salienta que para operar a sociabilidade inerente ao espírito do dom temos que ser consciente das inter-relações e interdependências que nos torna consciente da importância do outro para dar significado à vida em sociedade. Por conseguinte, a relação interdependente gera motivação para nutrir práticas sociais mais horizontais, aquelas que correlacionam os indivíduos tornando-os atores e protagonistas do mundo social. Sobre o papel da interdependência no espírito dom é relevante entender que:

O paradigma do dom não pretende analisar como se gera o vínculo social nem a partir da base - a partir dos indivíduos sempre separados – nem a partir do alto- a partir de uma totalidade social de través e sempre existente aí – mas de algum modo a partir do seu meio, horizontalmente, em função do conjunto de inter-relações que ligam os indivíduos e os transformam em atores propriamente sociais. A aposta sobre o qual repousa o paradigma do dom é que o dom constitui o motor e performador por antonomásia das alianças. O dom é quem as sela, as simboliza, as garante e lhes dá vida. Quer se trate de um dom inicial ou de um dom refeito tantas vezes que nem mesmo pareça mais dom, é dando que se declara disposto a tomar parte do jogo da associação e da aliança e que se solicita a participação dos outros no jogo (CAILLÉ, 2002, p. 19).

Ao analisarmos a passagem acima fica evidente como a dimensão simbólica do dom constitui um fator seminal para transformar radicalmente as possibilidades do agir social dotado de significado coletivo. Com essa percepção do simbólico compreendemos como o dom sela as alianças. Neste sentido, Martins (2008, p. 118) já sinalizava para o fato de que as práticas sociais mobilizadas pelo espírito do dom se constituem numa rede de valores morais e simbólicos que se inserem no mais profundo dos indivíduos. Tal concepção é fundamental para entender a relevância que Mauss dá ao termo, pois para ele:

[...] a ideia de simbólico significa muito mais que estados mentais isolados, mas, sim, símbolos de um estado geral e de um conjunto de atividades e de imagens e, sobretudo utilizados como tais pelos mecanismos mais profundos da consciência [...] isto fazia nossa teoria entrar em quadros mais gerais [...] há muito pensamos que uma das características do fato social é precisamente seu aspecto simbólico (MAUSS, 2003, p.328).

Mauss mobiliza a categoria do simbólico para expressar “o fluxo de intenções, de imagens, de gestos e de ações plenas de significações ritualísticas e que se expressam na circulação de bens materiais e imateriais entre grupos e indivíduos” (MARTINS, 2017b, p.181) presentes nas práticas sociais. Com efeito, Mauss ao trazer a noção do simbólico para o campo da ação social precisou ampliar o entendimento “engessado” que a teoria sociológica tinha do sujeito social. Neste aspecto, como observa o próprio Mauss, foi necessário recorrer *aos serviços recentes prestados pela psicologia à sociologia*. Dentre outras questões a contribuição

da psicologia social para o pensamento maussiano permitiu o célebre pensador francês caracterizar o que ele denominou de *homem total*. Sobre este ator social Mauss esclarece que:

Quer estudamos fatos especiais ou fatos gerais, no fundo é sempre com o homem completo que lidamos como eu vos disse. Por exemplo, ritmos e símbolos põem em jogo não apenas as faculdades estéticas e imaginativas do homem, mas todo seu corpo e toda e toda sua alma ao mesmo tempo. Na sociedade mesma, quando estudamos um fato especial, é com o complexo psicofisiológico total que temos que lidar (MAUSS, 2003, p.336).

Diante desta perspectiva de entendimento do sujeito numa perspectiva relacional, entendemos a complexidade da dimensão simbólica na organização de solidariedades coletivas. Compreendemos como a ação social fundada na doação espontânea e generosa possibilita construir práticas desinteressadas que mobilizam os indivíduos para ações coletivas. Para isto, é relevante compreender que a ação social precisa incorporar valores como a amizade, a solidariedade, e a estima pelo outro. A partir desta ampliação do sentido intersubjetivo das práticas o paradigma maussiano contribui para ampliar o entendimento que havia sobre o papel da motivação e do interesse na ação do sujeito social.

3.2.3 Sobre o Conceito de Interesse na Teoria Relacional do Dom

Ao mergulharmos no universo relacional da dádiva identificamos o conceito do interesse como uma espécie de chave interpretativa para empreender a releitura das ações coletivas moralmente motivadas em prol do bem comum. Ou seja, iniciativas capazes de articular diversos interesses em acordos políticos e morais envolvendo variados seguimentos da sociedade (CAILLÉ, 2002; MARTINS, 2017b).

Diante desta percepção ampliada de interesse como um dos motivos da prática social fica evidente que a noção de interesse limitado ao agir instrumentalizado não comporta o entendimento interpretativo amplo que damos para este conceito. Sobretudo porque:

É problemático reduzir as motivações ao egoísmo e concluir que todos ser humano funciona pelo interesse individualista sem considerar que também vivemos do dom, de ações desinteressadas, de amor gratuito, de obrigações aceitáveis mutuamente, da liberdade de viver e compartilhar, enfim, que só vivemos relacionalmente (MARTINS, 2016a, p. 3, tradução nossa).

Desse modo nossa releitura sobre tal conceito absorve estas interpretações do dom sobre o interesse a fim de compreender a pluralidade de motivações encontradas nas mobilizações sociais estudadas nesta tese. Nesta direção recorreremos aos trabalhos de Caillé (2002; 2013), Caillé & Godbout (1999) Martins (2008; 2017b) e Godbout (1998). Tais autores defendem que o olhar relacional do dom revela novas racionalidades do agir social em defesa do bem comum,

que incorporam o interesse por si, mas também pelo outro, e, por outro lado, ações moralmente desinteressadas e voltadas para uma causa social mais ampla. Por conseguinte, observamos que compreender a pluralidade de motivações das ações coletivas implica conhecer como a sociologia pode ampliar o entendimento do interesse egoísta para liberar nova compreensão plural das práticas sociais. Principalmente, ao se considerar que a pluralidade de motivos compartilhados ajuda a evidenciar a confiança mútua, o que favorece a formação de vínculos e laços de desinteressamento na circulação do agir coletivo.

Para avançar na interpretação antiutilitarista das ações coletivas mobilizamos as ideias de Caillé (2013) principalmente pelo fato deste autor fazer um estudo genealógico da noção de interesse. Ele lembra que desde o início da época moderna (século XVII) o interesse configurou-se como principal “modelo” ordenador das relações sociais inspirando os processos de mercantilização. Este último, como se sabe, constituiu novo significado para os vínculos humanos, fragilizou o reino da tradição religiosa e articulou a sobrevalorização moderna do interesse individual. Nesta direção, segundo Godbout (1999, p. 65), “a ideologia mercantil valoriza a possibilidade de romper uma relação sem mais nem menos, quando o bem que se adquire não satisfaz”, o que constitui uma maneira de fragilizar na prática as solidariedades que se formam em esferas da cumplicidade desinteressada. Com a hegemonia do utilitarismo na vida social temos, então, um sistema de poder que desvalorizou as ações gratuitas para impor um sistema de controle das relações sociais que geram conflitos sociais crescentes em todas as esferas institucionais.

Para criticar essa visão estreita das relações humanas Caillé (2002) compreende que as ações⁶⁶ sociais entendidas como um *fato social total* permite à sociologia ampliar o entendimento de práticas de associação, de laços comunitários, de sistemas de pertencimentos promovendo ações coletivas mais solidárias, que, no nosso entender deve instruir os novos entendimentos dos movimentos sociais. Assim sendo, na perspectiva da dádiva a concepção de interesse deixa de ser compreendida como um propósito mesquinho que reduziria o pacto coletivo a um contrato de indivíduos desconfiados disputando espaços de poder. Ao contrário, nesta perspectiva relacional as mobilizações sociais podem ser vistas como frutos de “consensos” que avançam para um entendimento plural da prática social. A gratuidade da associação no movimento social então pode ser vista como resultado da gratuidade da ação coletiva, como o prazer encontrado no próprio ato de agir coletivamente, como resultado de

⁶⁶ Segundo Caillé (2002, p.42), a ação social é por natureza simbólica, tendo de significar ativamente misturando indissociavelmente obrigação e liberdade, interesse e desinteresse.

uma obrigação aceita mutuamente com o intuito de construir uma racionalidade alternativa ao agir egoísta do sujeito moderno (GODBOUT, 1998; CAILLÉ, 2002; 2013; MARTINS, 2016a; 2017b).

A partir desta perspectiva transcultural e processual Caillé compreende que o conceito de interesse está inserido numa pluralidade de motivações irredutíveis e é classificada em quatro possibilidades de identificação. O *interesse em* é o primeiro tipo de entendimento. Ele é caracterizado pela racionalidade instrumental e pela exterioridade em relação a uma atividade social. Nesta situação o sujeito não faz algo movido por um sentido existencial mesmo que comunitário. Ao contrário, sua ação não é motivada pelo prazer do fazer com os outros. Há um vazio de sentido na prática do agente social, pois, explica Caillé, a ação social está fundamentada numa razão contabilizada. Isso, em outras palavras, esclarece o fundamento das teses neoliberais, principalmente porque: “como o individualismo radical tem desconstruído o pacto republicano aumentando as desigualdades, as injustiças e diminuindo as perspectivas da liberdade e da igualdade para todos e por todos” (MARTINS, 2017a, p. 22), então a lógica do interesse contribui inevitavelmente para destruir os vínculos sociais.

Com relação ao segundo tipo de interesse, *interesse por* (pessoal) aquele sociólogo francês explica que “Esse” *por* revela que a ação social segue na contramão da via expressa do egoísmo. Por isso, quando exercemos ações de mobilizações ou intervenções sociais interessadas por alguém ou por uma atividade social relacional o agir se efetua por si próprio. É o que nos fala Godbout (1998, p. 93, acréscimo nosso) nesta passagem “[o agir] não está subordinado a nenhuma condição de tempo, quantidade ou qualidade”. Ou seja, na relação de interesse por o que estar em jogo são os laços e vínculos construídos nas tramas do mundo social. Neste sentido é fundamental ressaltar a importância do *interesse por* nas relações pessoais dos agentes sociais, uma vez que a relação social mobilizada pelo dom pode ser configurada em qualquer tipo de sociedade seja ela hierarquizada ou não, seja ela distinta por classe ou não. Enfim, nas ações sociais (e coletivas) regidas pelo espírito da dádiva o *interesse por* estar presente em todas as esferas da vida coletiva na qual as relações humanas continuam a exercer um papel protagonista de atuar na construção social da realidade (CAILLÉ, 2002, 2013).

Ao sermos “tocados” pela dimensão moral do *interesse por* fica evidente como tal noção constitui um elemento determinante para a ampliação do significado político do agir social. Neste sentido o ato de envolvimento com causas sociais tem um fim em si mesmo que se completa enquanto sujeito de ação no mundo social. Para Godelier (2001), isso tem a ver com o fato de que os sujeitos e grupos envolvidos nas ações sociais têm “todo o interesse, para se

reproduzir e para reproduzi-las, em se mostrar desinteressados. E o interesse em dar, em mostrar-se desinteressado residia, finalmente, em um caráter fundamental do dom [inscrito na ação coletiva]” (p. 24, acréscimo nosso). Nessa passagem fica evidente como a ideia de interesse constitui um “enigma” interessante para aprofundarmos nossa compreensão sobre as motivações que impulsionam a ação dos agentes sociais. Pois o ato de dar algo como agir coletivo em prol do bem comum torna evidente no próprio ato de doação o desinteresse inscrito na ação do agente social. Por conseguinte, o retorno do bem recebido não será pessoal, mas será coletivo. Sobre isso Godbout (1998) ressalta que o que recebemos é maior do que damos. É interessante observar o *interesse por* na experiência social do jogador de futebol. O exemplo é bastante esclarecedor: “Antes de fazer do esporte seu ganha-pão, o jogador profissional se lança no jogo por paixão, por *interesse por*. É difícil crer que ele continue a ser um bom jogador se vier a perder todo o prazer no jogo” (CAILLÉ, 2013, p. 34).

Assim, observamos que o prazer de fazer *por*, de se mobilizar *por* desperta nos sujeitos das ações coletivas uma disposição, um elo para o agir coletivo fundamentado no próprio prazer que emana do ato comunitário. Nesta direção esta noção de interesse: “implica valorizar sempre a presença de dois ou mais protagonistas de uma trama simbólica, emocional e sentimental nas origens do pacto social que gera a instituição imaginária da sociedade” (MARTINS, 2019, p. 183).

Além do *interesse em* e do *interesse por* Caillé demonstrou que a pluralidade de motivações da ação é fundamentada pelo *espírito do dom* da *obrigação paradoxal de dar* e da chamada *obrigação de ser espontâneo*. Tais características compõem a dimensão paradoxal da liberdade de agir livremente sem estar influenciado por uma motivação instrumental. Paradoxalmente, o ato de dar livremente implica ao doador a construção de um sentimento de obrigação maior do que seu ego, é o gesto do agir coletivamente. Assim, a obrigação de dar (tempo, incentivo, esperança, etc.) constitui a construção de um sentido de moralidade comunal. A obrigação de ser espontâneo advém de uma atitude de liberdade, de ser livre na ação relacional do dom. A espontaneidade da ação constitui uma motivação livre das normas sociais unilaterais e do poder egoísta do mercado. Isto ganha maior relevo na medida em que o ato de espontaneidade “consiste em fornecer uma razão externa para a ação, em encontrar uma causa para o movimento espontâneo da alma que faz com que se tenha tendência a dar e a retribuir, movimento sem o qual nenhuma sociedade pode existir” (GODBOUT, 1998, p. 9).

A partir dessa pluralidade de motivações Caillé (2013) nos brinda o conceito de *desinteressamento*. Esta ideia é proposta por uma atitude moral do indivíduo envolvido com um agir desprendido, pois o sujeito revestido da atitude desinteressada é capaz de sacrificar

outros interesses em nome de um gesto de generosidade. Tal postura do dom apresenta um elevado grau de comprometimento com a atitude moral societária. A ideia de desinteresse não consegue “traduzir” a força moral do desinteressamento. O desinteresse representa apenas a ideia de: “desprendimento que (...) continua, todavia, de algum modo vinculado ao interesse” (CAILLÉ, 2013, p.1).

Para superar o adjetivo utilitarista do interesse a ideia maussiana de desinteressamento emerge como uma possibilidade autêntica de compreender as ações coletivas deste estudo. Ela permite combater o entendimento de que os agentes sociais agem influenciados pela ideia de que os desejos privados conduzem necessariamente ao bem comum. Criticar a ideia de que a ação egoísta é um processo intrínseco à vida em sociedade leva os sociólogos a não entenderem sob que circunstâncias o movimento social pode ou não emergir, pode ou não atingir seus propósitos que são sempre refeitos na prática política. Desconstruir o entendimento de que cada sujeito “faz a sua parte” desconsiderando a força motriz da ação coletiva, constitui um passo importante para entender as mobilizações sociais moralmente motivadas

Por isso, nos identificamos com a noção maussiana de desinteressamento, aquela que privilegia pagar o preço moral de associar com outrem com vistas a valorizar o fato de que “o interesse material pode ser sacrificado pela obrigação moral, pelo prazer ou pela espontaneidade” (CAILLÉ, 2013, p. 37). Apenas assim, considerando do prazer da própria ação e da atitude gratuita do agir moralmente motivado, podemos configurar novas racionalidades, novas perspectivas de entendimento dos movimentos coletivos, em particular aqueles latino-americanos que estudamos nesta tese.

Com o debate sobre a contribuição do dom para as teorias dos movimentos sociais restamos enfatizar elementos em comum demonstrando pontos de conjunção interpretativo da teoria da dádiva com a discussão estratégica da TPP. Isto pode evidenciar caminhos analíticos para se ampliar o debate teórico.

O primeiro fator comum tem a ver com o fato que as duas teorias consideram que a dimensão cognitiva do ator social não é suficiente para distensionar a estrutura de poder que fragiliza a vitalidade moral do sujeito contemporâneo. Esta fragilização emerge de uma espécie de “valor” individualista que tende a sabotar a ação coletiva. Contra tal prática é favorável se pensar as possibilidades de os movimentos coletivos organizarem pactos que incluam as diversidades de interesses dentro de um interesse maior – mesmo que individualmente desinteressante – mas que promova as ações solidárias proativas. Assim, para avançar neste aspecto de superar a lógica unilateral de análise cognitivista das ações coletivas mobilizamos as ideias de Silva (2016). Segundo este pesquisador, desde os anos 1960 a temática da ação

coletiva começava a flertar com as teorias morais. Nesta direção revela o pesquisador: “Mesmo após a chamada “guinada cultural”, que influenciou intensamente os estudos de movimentos sociais a partir da década de 1980, há autores que permaneceram investindo contra um racionalismo exacerbado que permearia todas essas abordagens” (SILVA, 2016, p. 42).

Ao trazermos essa aproximação relacional das ações coletivas para a postura interpretativa da TPP observamos que essa corrente teórica mobiliza ideias procurando enfatizar a relevância do fator cultural para ampliar o entendimento do agir coletivo. Nesta perspectiva, autores como Tilly e Tarrow dão maior relevância para a questão da solidariedade como um dos elementos do fator político-relacional na discussão dos movimentos sociais. Senão vejamos:

(...) mais tarde também chamada de Teoria do Confronto Político –, que propunha investigar a relação entre a emergência ou enfraquecimento dos grupos e as nuances macropolíticas que oportunizam, ou obstaculizam, as lutas. Essa última proposição, que se ramificou nas décadas seguintes e recebeu volumosas adaptações locais e revisões conceituais, é hoje vastamente mobilizada em estudos de movimentos sociais. Nesse ínterim, os teóricos vinculados a ela ampliaram seu leque conceitual para dar conta da esfera da cultura e abriram suas portas a perspectivas sociológicas relacionais (IBID, p. 42).

Em paralelo, a teoria da dádiva defende a necessidade de ressignificar o valor que tem a perspectiva cognitiva unilateral de interpretação da sociedade. Pois, na perspectiva do dom, a ação social é eminentemente paradoxal o que não quer dizer necessariamente contraditória. Trata-se de entender com Mauss a presença de uma tensão permanente que gera conflitos, mas também alianças e que se explicam pelas variedades de motivos que regem as práticas dos agentes sociais. Este entendimento é fundamental para desfazer a visão “simplista” dos movimentos sociais que aparecem quando se analisa os movimentos seja pela soma de interesses individuais (individualismo) seja por uma totalidade que nega as individualidades (holismo). Sobre esta particularidade da teoria da dádiva faz-se relevante compreender que a proposta maussiana

[...] não se enquadra facilmente num certo binarismo cognitivo (sujeito x objeto; ator x ator; agência x estrutura; holismo x individualismo), abrindo-se a uma dinâmica fluida e pluri-relacional das trocas e bens em circulação. Em primeiro lugar, as doações não envolvem somente bens materiais, mas igualmente simbólicos; em segundo lugar, ela se abre para uma série de interações de objetos que escapam de qualquer modelo sistemático fundado no binarismo cognitivo, para propor uma espécie de ordem moral e estética do cotidiano que se impõe sobre as pessoas morais, consideradas individualmente ou coletivamente (MARTINS, 2019, p.18).

A partir deste olhar plural da vida social a conjunção teórica realizada nesta tese libera novas possibilidades para o entendimento do agir moral focado numa proposta humanista de reivindicar e assegurar a relevância dos bens públicos e do bem comum como fundamentos de garantias sociais para a perspectiva de sociedades convivialistas. O objetivo é apostar no fator associativo como um caminho alternativo de assegurar a dimensão plural da associação como um meio de obter sentido para o agir coletivo. Neste sentido, acreditar na perspectiva antiutilitarista da vida associacionista implica entender que

[...] as cooperativas de mutualidade são advindas do mesmo seio que as associações. Isso significa que elas não são formadas com uma perspectiva de rentabilização do capital investido, mas com o objetivo de satisfazer um interesse coletivo ou um interesse mutuo (Gui, 1993), de contribuição ao *bem comum* ou de *resposta a demandas sociais de certas categorias da população* (LAVILLE, 2001, p. 77, destaque nosso).

A partir deste olhar plural da realidade outra questão, o significado da ação social, emerge como fator comum desta conjunção teórica. Por um lado, como visto anteriormente, a dimensão cultural pôde ser compreendida como uma possibilidade interpretativa do agir político do sujeito social. Por outro, o significado da práxis social pode ser enriquecido pela valorização do fator simbólico, que amplia as possibilidades de sentido do agir moralmente motivado dos sujeitos.

Para os teóricos da TPP o fator simbólico tem a ver como base de ação para os atos sociais. Ou seja, é pela ampliação do entendimento da conjuntura política e pela definição da situação (GOFFMAN, 2012) que o sujeito do confronto político elege guias, caminhos e marcos interpretativos para o agir social. Esta interpretação do mundo foi denominada de *frames*⁶⁷ e foi utilizada pelos autores da TPP. Tal recurso interpretativo permitiu que os agentes sociais organizassem sua experiência de lutar por causas sociais que dão significado para o agir compartilhado. Desta maneira o fator simbólico ao ser incorporado na TPP possibilitou uma percepção ampliada da forma como vivemos em sociedade vivenciando interesses comuns e reatualizamos nossa ação no mundo ao mesmo tempo em que a praticamos. Neste esforço de conjunção teórica podemos propor que o sistema da dádiva funciona como um frame, como base de redes associativas que focalizam o bem comum do grupo quando o processo interativo é intensificado pelas mobilizações, pelos encontros e pelas disputas de narrativas dentro do campo.

⁶⁷ Segundo Martins e Bezerra (2014, p. 45) este conceito é original do sociólogo E. Goffman. Tal noção diz respeito às bases dos atos nos quais cabem motivos, intenções e características específicas dos atores sociais.

Trazendo essa discussão para o paradigma do dom e, ao mesmo tempo, não se distanciando do fator político, compreendemos que a imersão no simbólico, isso é no universo de significantes que dão sentido ao viver juntos, canaliza a ação do sujeito social para uma dimensão mais complexa das práticas sociais. De fato, a dimensão simbólica do dom libera novas possibilidades de entendimento do interesse como perspectiva moral do agir social. Na esteira disto a ideia de interesse e desinteressamento emerge como ação antiutilitarista que nos incita a pensar novas maneiras do agir coletivo no interior do frame do sistema do dom como expressão dinâmica dos fundamentos do movimento social. A perspectiva simbólica amplia o significado do que motiva os atores coletivos a atuarem como mobilizadores de novas utopias para ressignificar a importância do direito e das políticas sociais para os seguimentos menos favorecidos socialmente. Nesta direção a perspectiva simbólica inerente aos laços associativos e a construção de alianças entre indivíduos moralmente motivados constitui outro fator de transformação do significado que tem a temática das significações compartilhadas para trocas desinteressadas.

Assim sendo, na construção desta conjunção teórica a ideia do sujeito simbólico emerge como outro ponto em comum, visto que tanto na TPP quanto na teoria da dádiva a práxis do sujeito social humanista precisa mobilizar *poder em movimento* para desconstruir o processo de legitimação ideológica do *homo economicus*. Isto é, daquele sujeito que é motivado pelo interesse egoísta e que desconsidera as tramas morais da vida solidária. O fato é que as práticas monetárias fragilizam as diversas correntes e modelos sociais de construir ações coletivas favoráveis às práticas solidárias desinteressadas.

Fechamos essa discussão teórica evidenciando que para ressignificar as novas racionalidades do agir coletivo é relevante repensar a qualidade da relação social como um fator primordial para o empoderamento das ações coletivas. Isto requer maior atenção para com o fator moral, pois:

O desenvolvimento dos estudos da dádiva entre uma sociologia da prática e uma sociologia da ação significa igualmente a possibilidade de repensar as regras e os contratos numa outra perspectiva, em que se valoriza a experiência moral, estética e afetiva dos grupos e dos indivíduos na organização das suas instituições (...) [isto contribui para superar] erros, insuficiências, pontos-cegos e cumplicidade com o totalitarismo, mas, ao mesmo tempo, conservando o seu ideal teórico e prático emancipatório [que existe no agir moralmente motivado do sujeito maussiano] (MARTINS, 2019, p. 15).

4. MARCHA PATRIÓTICA: OPORTUNIDADES, REPERTÓRIOS E QUADROS INTERPRETATIVOS

Se le avisa a Mauricio Babilonia allá en Macondo, que suelte las mariposas amarillas que ¡la guerra terminó! (Cien Años de Soledad/ Gabo)

Neste capítulo centramos nosso foco na descrição analítica das ações coletivas do movimento político e social Marcha Patriótica (MARCHA). Ele pode ser entendido como um movimento político e social constituído por diferentes setores da sociedade colombiana, tais como coletivos indígenas, universitários, camponeses, afrocolombianos e coletivos de mulheres comprometidos com o projeto político nacional de reivindicar a construção da paz com justiça social como um bem comum da nação.

A construção do texto também tomou por base tanto a análise documental de textos e artigos produzidos pela própria Marcha quanto a interpretação e apreciação de textos sociológicos que deram respaldo ao trabalho mais amplo de articulação e mobilização política realizado pelo coletivo nos últimos anos. Nesta direção as contribuições da Marcha⁶⁸, da Prensa Rural⁶⁹, os aportes de Rodriguez & Silva (2017), Lozano Guillén (2014), Cruz (2017) tiveram relevante contribuição para a construção deste texto. Como era visto a Marcha representa a retomada histórica de movimentos sociais e políticos em prol da paz na Colômbia essas ações coletivas representam uma nova voz de resistência dos antigos movimentos sociais de outrora que foram silenciados pela força opressora da violência nos anos noventa.

Inspirada na lógica conceitual da teoria do processo político nosso estudo privilegiou dar ênfase na gênese do movimento, na estrutura e no projeto de articulação política para entender como foi possível o desenvolvimento dessa ação coletiva numa nova proposta de entendimento moral da paz como um bem comum da nação. Para realizar essa inserção no movimento lançamos mão das estruturas de oportunidades políticas, do repertório de confronto e dos quadros interpretativos de ação coletiva como chaves de leitura dos dados coletados. De forma sintética organizamos o itinerário do capítulo do seguinte modo. Na primeira parte apresentamos o processo de paz, a repressão e a discriminação das mobilizações sociais como as oportunidades políticas das ações coletivas do movimento. Na segunda, identificamos a estrutura orgânica e os repertórios de confronto. Por fim, nos debruçamos sobre os quadros interpretativos da Marcha Patriótica.

⁶⁸ Site oficial da Marcha Patriótica: <<https://marchapatriotica.blogspot.com/>> Acesso em: 15 de out. 2016.

⁶⁹ Site oficial: <www.prensarural.org/> Acesso em: 15 de out. 2016.

O Movimento Político e Social Marcha Patriótica (MARCHA⁷⁰) “nasceu” no dia 21 de abril de 2012 numa das maiores manifestações já registradas na Colômbia. Sua plataforma político-cultural acolhe camponeses, indígenas, coletivos de mulheres, movimento estudantil e muitas outras organizações sociais representativas do território nacional. O lema simbólico “*pela segunda e definitiva independência*” constitui um fator de mobilização para MARCHA, na medida em que a construção de espaços de convivência democrática enfatiza uma mensagem clara e contundente sobre a necessidade de ressignificar a luta participativa em prol da cultura de paz.

Este sentimento de luta social é expresso pela militante Ângela Maria Robledo ao enfatizar sua adesão à Marcha Patriótica:

No último 21 de abril estive ali. Aquilo foi um grande cenário democrático [...] adicionei-me à proposta da Marcha Patriótica de assinar e ressaltar que na Colômbia a paz é urgente e possível. E para que a paz seja verdadeira e durável, é necessário que o barulho dos fuzis e das bombas silencie, mas também como o Mestre Fals Borda diz: que se enraíze no *ethos* da resistência (ROBLEDO, 2014, tradução nossa).

Esta passagem constitui uma primeira possibilidade de entender as ações coletivas da Marcha Patriótica. Nesta organização social a ideia de interesse ou desinteresse em prol da paz como um bem comum reivindica a constituição de uma cosmovisão antiutilitarista. Tal abordagem defende a construção de uma nova realidade social da nação compreendendo reorganização da sociedade a partir da cultura de paz amparada por princípios morais que são traduzidos pelas práticas de bons costumes, da confiança, da construção de normas de convivência e da socialização de ideias não mercantis guiada pelo espírito democrático-moral da paz como um bem social da nação.

Vale ressaltar ainda que essas motivações delineadas acima estão inseridas no contexto histórico da saída negociada do conflito colombiano o que, em termos da teoria do processo político, constituiu uma das oportunidades políticas deste movimento social.

4.1 OPORTUNIDADES POLÍTICAS: PROCESSO DE PAZ E REPRESSÃO SISTEMÁTICA

McAdam (1999) observa que: “a mínima abertura do sistema político [...], a estabilidade nas coalisões das elites [...], a presença ou ausência dos aliados do movimento social no interior

⁷⁰ Optamos pela nomeação do movimento como “Marcha” respeitando a maneira “familiar” como próprios militantes que conhecemos no trabalho de campo referem-se cotidianamente à organização. No entanto, é prudente reconhecer que nos documentos oficiais, nos comunicados e nas cartilhas educativo-informativas do movimento utilizam-se a sigla MAPA.

das elites e a capacidade de repressão do Estado” (p. 54, tradução nossa) constituem as variáveis que nos permite compreender a conjuntura e formação das oportunidades políticas inerentes à formação das mobilizações sociais.

Parra Tarrow (2009), a estrutura de oportunidades políticas faz referência ao conjunto de elementos do contexto político que incentivam ou obstaculizam a ação coletiva. Por isso, as oportunidades podem ser compreendidas como os contextos de lutas políticas capazes de engajar as pessoas no confronto social. Tais oportunidades também dizem respeito às restrições de como a repressão e/ou barreiras do sistema de poder podem desencorajar insurgentes.

Nesta ótica, entendemos que a gênese e o desenvolvimento da Marcha têm correlação com alguns destes fatores apresentados. Nesta perspectiva o primeiro fator a destacar tem a ver com as condições geradas pela saída negociada do conflito armado. A segunda causa diz respeito à repressão política e social sofrida pela Marcha na sua mobilização pela paz como um bem social da nação. Dada as diferentes configurações em que ocorreram as mobilizações da Marcha nos últimos anos achamos prudente demonstrar cronologicamente as principais ações coletivas que caracterizaram as oportunidades políticas vivenciadas por este movimento social (ver figura 4).

Figura 4 Retrospectiva das principais ações da Marcha (2010-2017)



Fonte: (Rodriguez & Silva, 2017).

4.1.1 Saída Negociada do Conflito Armado e a Construção da Paz com Justiça Social

Segundo Lozano Guillén (2014), Marcha Patriótica surge antes dos processos de diálogos de paz de Havana (Cuba) em 2012. O movimento realizou o esforço de organizar tantos setores rurais quanto os urbano-sindicais e outros representantes de organizações populares para reorganizar a luta antiutilitarista da paz com justiça social. Um dos mais importantes antecedentes da Marcha acontece em 2009 no “*Encuentro Campesino, Afrodescendiente e Indígena del Magdalena Medio*” promovido - dentre outras organizações sociais e políticas - pela Asociación Campesina del Valle del Río Cimitarra (ACVC), a qual recebeu o prêmio nacional da paz (2010)⁷¹.

Vale ressaltar que a Marcha nunca esteve alheia ao processo de paz. Suas ações ficaram registradas historicamente na comemoração do bicentenário da independência colombiana (ver figura 4). Neste evento realizou-se a primeira grande ação coletiva: “*Marcha Patriótica y Cabildo Abierto por la Independência*”.

Sobre isso é importante reconhecer que:

A procura da paz na Colômbia pelo caminho pacífico de entendimento e acordos sem bases militares no nosso espaço nacional e com total autodeterminação seria uma grande conquista na luta dos povos. Neste empenho convocamos a população através da Marcha Patriótica pela independência pela soberania, pela paz e pelos direitos populares (MARCHA PATRIÓTICA, 2010, tradução nossa).

Essa passagem nos permite compreender que a luta pela paz é vista como uma aposta na transformação estrutural da Colômbia. Simbolicamente as mobilizações em defesa da paz configuram-se num convite para aprofundar a democracia, a justiça social e a soberania da nação que devido ao histórico do combate à violência teve seu território governamentalizado por várias operações e políticas de militarização social como uma solução unidirecional para resolver os problemas conflituosos da nação andina. Ademais convém ressaltar que as mobilizações de julho de 2010 se converteram num novo momento de mobilização nacional para tentar reverter a chaga da violência social (ver figura 4).

⁷¹ A ACVC desenvolveu um processo de resistência camponesa no conflito mantido por muitos anos contra o paramilitarismo e a política da “seguridade democrática” dos governos Uribe Vélez (2002-2010). Este governo, vale salientar, tentou pôr fim às zonas de reserva camponesa. Com a construção de autêntico processo de resistência ao poder conservador-oligárquico a ACVC obteve o Prêmio Nacional de Paz 2010. Para maiores esclarecimentos sobre este reconhecimento ler: La Asociación Campesina del Valle del Río Cimitarra - ACVC: Premio Nacional de Paz 2010. Disponível em: <<https://www.prensarural.org/spip/spip.php?article4898>> Acesso em: 15 de set. 2016

Esta manifestação também foi palco para fortes críticas ao governo de Uribe Velez que rejeitou o estabelecimento de um acordo humanitário com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP) para pôr fim ao drama dos sequestrados e negociar a libertação de presos políticos. Esta posição político-radical do governo Uribe Velez incentivou a necessidade das mobilizações em defesa da paz como um bem comum de justiça social.

Então, pensa-se num movimento social e político; político e social isso é importante para que a sua plataforma pudesse liderar uma saída negociada capaz de intervir nos acordos humanitários, por exemplo. E, ao mesmo tempo, seja mediador de saídas econômicas, sociais e políticas para que o povo possa realmente superar o conflito social⁷² (EL PROFE, 2017, tradução nossa, informação verbal).

Entre outras coisas, é valioso recordar que nesta manifestação, ocorrida na capital Bogotá, chegaram mais de 15 mil pessoas e, literalmente, elas tomaram o campus da Universidade Nacional da Colômbia (UN). Com o passar do tempo e o aumento da aglomeração estima-se que os militantes a favor da paz mobilizaram perto de 100 mil participantes. Na ocupação da UN desenvolveram *cabildos abertos*⁷³ com diversas temáticas como soberania nacional, trabalho, problemática agrária, problemática urbana e comunidades étnicas. Cada um destes *cabildos* temático procurou reorganizar as demandas sociais das ruas com a discussão moral mais ampla do conflito social armado e da paz com justiça social (MARCHA PATRIOTICA, 2010).

Neste contexto é importante lembrar que a Colômbia, em termos de cultura política, ainda não avançou conquistas efetivas de direitos fundamentais, tais como o direito à liberdade ideológica, o respeito à diferença e o direito de viver numa sociedade que cultiva ambiente de paz (GRISALES, 2013). Atingir esses ideais de sociedade, na prática, constitui mais um desafio de pôr em risco a própria vida dos militantes da Marcha. Nesta direção as dificuldades observadas para realizar protesto social no governo Uribe Velez constituem-se numa atitude política vigorosamente reprimida em virtude da implementação do Estado beligerante houve maior controle social do Estado conservador além de exercer o poder de “garantir” a

⁷² Entrevista realizada em janeiro de 2017, Bogotá.

⁷³ A figura do *Cabildo* faz referência histórica ao modelo de organização política de origem espanhola que através de reuniões ou sessões resolvia os problemas administrativos das antigas colônias. Segundo L. Bethell (1998), “Cada vila tinha seu próprio conselho ou cabildo, uma corporação que regulava a vida dos habitantes e fiscalizava as propriedades públicas - as terras comunais, florestas, pastagens e as galerias de rua com suas tendas de comércio - de onde derivava grande parte de sua renda”. Este modelo de administração das demandas populares será importante na organização da Marcha. A solução das demandas advindas dos Cabildos em defesa da paz constituiu-se numa estratégia seminal para construir a produção de consenso no processo de construção social do movimento.

continuidade das políticas de direitos humanos e sociais naquela conjunção político-histórica da Colômbia (IBIDEM).

No desafio de reivindicar a paz com justiça social como um bem comum foi importante lembrar que a primeira grande ação coletiva gerou forte tensão nas instituições militares do governo. Pois a grande multidão de ativistas provocou receio e tensão na caserna colombiana, uma vez que se temia que essa mobilização pudesse disseminar um conjunto de revolta popular de dimensões imprevisíveis. Sobre isso é revelador observar que:

Durante três dias, 19, 20 e 21 de julho de 2010 chegam os representantes e a maioria se reúne na Universidade Nacional. Foi nesta universidade que a multidão se aglomerou em cabildos. A universidade colapsou e não havia mais espaço onde hospedar o pessoal. Eu levei o pessoal na minha casa aqui em Bogotá e todos fizemos a mesma coisa. Bogotá encheu de camponeses, indígenas, afros [...] ou seja, a coisa foi tão assustadora que hoje já sabemos de algumas anedotas e conversas informais que vieram dos diálogos de Havana. Os generais Mora e Naranjo falaram para Pablo Catatumbo [representante das FARC-EP]: ‘Nós nesse dia estávamos aquartelados achando que todos esses filhos da puta (sic) vinham nos pegar com armas’ (EL PROFE, 2017, tradução nossa, informação verbal).

Vale ressaltar que em outras regiões do país a comemoração do bicentenário dos povos resultou, entre outras coisas, em um *Memorial de Agravios*⁷⁴, versando sobre os problemas das regiões e em oposição às novas políticas extrativistas do governo Uribe Velez.

Com discurso mais reformador que a gestão Uribe Velez o governo de J. M. Santos (2010-2018) desenvolveu uma estratégia política que gerou expectativas na sociedade colombiana, sobretudo, nos círculos acadêmicos, jornalísticos, como também nas organizações políticas que tratam do tema. Chamava atenção o fato de que foi Juan Manuel Santos, o ex-ministro de defesa e um burocrata da alta oligarquia do país cafeeiro que intensificou a política de *seguridad democrática* do governo anterior fosse, curiosamente, no governo dele onde se concretizaram os diálogos de paz. Porém, antes disso, há que se perceber que, por um lado, ocorreu uma divisão do grupo político que defendia as ideias conservadoras do ex-presidente Álvaro Uribe Velez. Por outro, emergiu um novo governo preocupado em repaginar a imagem do conflito armado do país e para tanto começou a criar espaços de diálogos com movimentos sociais e grupos políticos que apoiam a conquista da paz na Colômbia.

Ao criar esta nova agenda política humanitarista no seu governo o ex-presidente Juan Manuel Santos foi acusado no círculo das elites da oligarquia política de “traidor da sua classe”. Nesta transição do estilo ultraconservador do governo de Uribe Velez para uma postura mais

⁷⁴ Comunicado de emancipação política que teceu uma forte crítica à construção social da violência colombiana.

conciliadora do governo Santos há que se reconhecer que este último, por cultivar estilo mais aberto e democrático e ser menos beligerante para com os movimentos sociais, incentivou a profusão de novos diálogos para pôr na ordem do dia a discussão da paz com justiça social no cotidiano da sociedade.

Ainda tratando desta transição dos governos colombianos há que se entender que o “legado” do ex-presidente Uribe passava por uma crise de legitimidade pelos escândalos em que se viu envolvido por escândalos da “*parapolítica*”, da “*yidispolítica*” e das “*chuzadas ilegales*” que foram identificados pelo Departamento Administrativo de Seguridade - DAS (LOPEZ DE LA ROCHE, 2014).

A partir da construção de uma conjuntura mais viável para construção da mobilização social a Marcha conclamou seus atores sociais para organizar outra ação coletiva de grande proporção no mês de abril de 2012 (ver figura 4).

Dada a conjuntura favorável com o novo governo Santos e dada a proporção nacional que atingia as convocatórias do movimento havia chegado a oportunidade política de fundar um novo momento de lutar pela paz com justiça social. Durante os dias 21 e 22 de abril de 2012, no Centro de Convenções de Bogotá, uma multidão de dezenas de milhares de pessoas celebram a formalização oficial do Movimento Marcha Patriótica. Naquela oportunidade perto de 80 mil pessoas de diferentes regiões do país acompanharam o evento. Mais de 1700 organizações constituíram o “Movimento Político e Social Marcha Patriótica pela Segunda e Definitiva Independência” (MARCHA PATRIÓTICA, 2012a). No dia 23 de abril o evento finalizou com uma mobilização pelo centro da cidade exibindo símbolos e declarando refrãos bolivarianos (ver figura 5).



Figura 5 Logomarca da Marcha (2012)

Neste contexto de oportunidades políticas para a mobilização coletiva ocorreu algo seminal: a declaração política nacional do movimento que manifestou o empenho na procura de uma solução política para o conflito armado. A declaração foi fruto daquelas mobilizações de abril de 2012 que reivindicava a construção de um processo de paz no território nacional. Todo o evento teve o propósito de impulsionar processos constituintes regionais e locais em

prol da solução política da paz com justiça social, as quais convergiram na Assembleia Nacional Constituinte (MARCHA PATRIÓTICA, 2012b).

No entanto, foi na declaração do Comité Político Nacional (MARCHA PATRIOTICA, 2012c) que se definiu a agenda de trabalho da Marcha onde explicitou-se a paz como um dos eixos centrais do seu projeto político. Nesta declaração além de convocar a “grande assembleia nacional” para o mês de novembro do mesmo ano houve a formação dos *Consejos Patrióticos Departamentales* (CPDs) no território nacional. Paralelamente, houve as mobilizações sociais para a defesa do território e da soberania nacional para os dias 20 e 21 de julho daquele ano.

Neste contexto de reivindicar a paz como um bem social alicerça na proteção da justiça social emergiu a “greve nacional pela soberania, pela terra e pelo território contra o modelo econômico dominante”. Vale ainda registrar que no dia 12 de outubro os diversos movimentos sociais que advogam pela defesa da paz como um bem da nação instituíram a data como “Dia da Dignidade”. Nesse momento representativo convocou-se a sociedade colombiana para um grande debate sobre a importância da paz para o país: o *Grande Debate Nacional pela Paz e pela Solução Política e Pacífica*. (MARCHA PATRIÓTICA, 2012c).

Vale a pena conferir, de forma visual e didática, a construção social das etapas pelas quais se constituiu o acordo geral para o fim do conflito e a construção da paz estável e duradoura apresentada pela comissão negociadora do governo Santos e as FARC- EP nos diálogos da Havana (26/08/2012) (Ver figura 6).

Figura 6 Histórico do processo Diálogos de Paz (2011-2016)



Fonte: El espectador, 2016

É relevante registrar que durante as negociações de Havana houve maior abertura política dos movimentos sociais na cena social colombiana. Sobre isso observamos que Marcha Patriótica aproveitou a oportunidade da divulgação do acordo geral dos diálogos e convocou uma reunião extraordinária e ampliada do Comité Patriótico Nacional (COPAN) para reivindicar oficialmente a sua participação e dos outros movimentos sociais na mesa de negociações entre o governo Santos e as FARC-EP.

Nesta direção o cessar-fogo bilateral entre o governo e a guerrilha era um meio de impedir que a guerra atrapalhasse os diálogos e a realização de uma assembleia nacional constituinte para ratificar os acordos advindos dos diálogos de paz em Havana (MARCHA PATRIÓTICA, 2012d). Por conseguinte, tais acontecimentos constituíram um cenário de oportunidades políticas favoráveis à construção dos acordos gerais do diálogo de Havana e encorajaram os militantes da Marcha patriótica para a luta política e para a mobilização de outros movimentos com diferentes cenários e repertórios para defender a paz como um bem comum da nação.

Assim, o grupo “Colombianos e Colombianas pela paz”, que faz parte de Marcha como uma sessão político da esquerda progressista, convocou uma entrevista coletiva nacional para anunciar detalhes de como seriam conduzidos os diálogos de paz⁷⁵. Ao mesmo tempo, divulgou a realização do primeiro congresso pela paz após os primeiros diálogos de Havana no mês de novembro daquele ano. Neste contexto o coletivo ratifica haver “a necessidade de construir uma cultura de paz que inclua o desarme da linguagem” e apresenta publicamente o documento “A paz como refém e a necessidade de uma mudança imediata para a sua conquista” (MARCHA PATRIÓTICA, 2012e, tradução e grifo nosso).

O ano 2013 foi declarado “o ano das lutas pela paz com justiça social”. Aqui observa-se um amadurecimento do projeto de defender a paz como um bem de justiça social da nação. Por isso, formaram-se grupos de trabalhos temáticos na Marcha para conduzir a primeira reunião da Junta Patriótica Nacional (JPN) a fim de desenvolver questões tais como: a consolidação organizativa da Marcha, a luta pela paz com justiça social e construção do movimento político como uma proposta alternativa de governo democrático (MARCHA PATRIÓTICA, 2013a, tradução nossa).

No balanço apresentado pela Junta Patriótica Nacional corrobora-se o ano de 2013 como o ano histórico de lutas pela Paz. As grandes mobilizações como: “el Paro Nacional Agrario y Popular”, a “Jornada Nacional de protesto y paros indefinidos” (REMAP, 2013), a greve

⁷⁵ Cf. EL PAÍS, 2013.

“Catatumbo resiste”, O Movimento Indígena e afrocolombiano na “minga⁷⁶” pela luta dos territórios contrários à economia extrativista na defesa da água e da natureza e a mobilização de coletivos de mulheres pela paz ilustram o poder seminal que haviam alcançado a luta antiutilitarista da paz com justiça social (MARCHA PATRIÓTICA, 2013b, tradução nossa).

Não obstante, é a ação coletiva de 9 de abril (9A) onde a Marcha consegue demonstrar o seu poder de mobilização e legitimidade. A “marcha pela paz, a democracia e a defesa do público” convocada inicialmente pela Marcha Patriótica e apoiada por múltiplas organizações almejaram transformar a data do *bogotazo*⁷⁷ no símbolo de luta pela paz.

Com o lema “Somos más, Ahora si la Paz” o prefeito de Bogotá, Gustavo Petro Urrego declarou o ‘9A’ como dia cívico e pediu ao governo nacional fazer o mesmo a fim de garantir maior participação possível de cidadãos e cidadãs nesta multitudinária Marcha Nacional pela paz que será um evento histórico sem precedentes e uma digna homenagem à memória de Jorge Eliecer Gaitan, o *Caudillo* do Povo (MARCHA PATRIÓTICA, 2013c, tradução nossa).

Desta maneira, o prefeito de Bogotá, o presidente, J. M. Santos e diversos outros movimentos sociais e partidos políticos aderiram às manifestações sociais para reivindicar a defesa da paz com justiça social (MARCHA PATRIÓTICA, 2013c; TAMAYO, 2013).

Nesta manifestação a Marcha mostrou senso de oportunidade e conseguiu legitimar o seu movimento político e social ao demonstrar sua capacidade de convocatória e de agregar diferentes plataformas de coletivos sociais pela causa da paz como um bem comum geral da nação. Esta “eficiência” logística e a legitimidade social do poder de mobilização do movimento fez a sociedade compreender que: “tudo o que aconteça daqui para frente com a esquerda colombiana estará referindo-se a este movimento também” (TAMAYO, 2013, tradução nossa). Com isto ganhou maior repercussão o apoio e o envolvimento da Marcha durante a construção dos diálogos, que foi permanente, desenvolveu diferentes atividades e demandou participação ativa do movimento nas mesas de trabalho instaladas em Havana para construir o acordo.

Nesta direção é valioso ressaltar que uma das maiores crises das negociações de paz ocorreu quando o presidente Santos anunciou a suspensão temporária dos diálogos (2014) pelo motivo do suposto “sequestro” do General Alzate do exército nacional realizado pelas FARC-EP. Para assegurar os avanços alcançados a Marcha emitiu um comunicado exortando ao

⁷⁶ - A minga é a construção solidária de grupos de trabalhos para resolver coletivamente os problemas sociais da comunidade (ESCOBAR, 2011).

⁷⁷ Para A. Alape. *El Bogotazo memorias del Olvido*, 1983. O bogotazo caracterizou o dia do assassinato do líder político Jorge Eliecer Gaitan, no ano de 1948. Popularmente este fato histórico ficou conhecido na Colômbia como *el Bogotazo*. Isto gerou uma série de protestos e desordens que desencadeou um período histórico conhecido como “*La Violencia*”.

governo e as FARC-EP a necessidade primordial de se reestabelecer os diálogos e pôr na agenda o tema de cessar-fogo. Esta foi uma maneira de blindar as negociações que estavam em andamento (MARCHA PATRIOTICA, 2014a).

Na próxima sessão iremos demonstrar o que implica realizar mobilizações sociais numa sociedade que utiliza a estigmatização social como uma estratégia política para deslegitimar a prática cidadã de reivindicar a conquista da paz como um bem comum da sociedade (GRISALES, 2013; BETANCUR, 2006).

4.1.2 A questão histórica de criminalização das mobilizações sociais colombianas

Segundo Betancur (2006), a questão da violência colombiana assume múltiplas formas para além da violência direta que atinge os cidadãos que não têm nenhum vínculo político ou institucional. Ressalta a autora, que a criminalização sobre o ato cidadão da reivindicação social para avançar na conquista de direitos coletivos como o êxito da paz com justiça social é uma chaga social presente no cotidiano daquela sociedade. Tal criminalização sobre as atitudes humanista de reivindicar o bem comum da paz pode ser percebido, numa perspectiva beligerante da violência de Estado, como uma ameaça ao projeto de controle autoritário da violência social colombiana. Este projeto de controle estatal da violência, como se sabe, foi implementado por uma elite oligárquica conservadora que governamentaliza o país desde os anos 1960 (ESCOBAR, 2010; ALVARADO, GENTILI, RUEDA, 2016).

Dada esta realidade a luta pela paz com justiça social ganha novos “contornos” para reivindicar a utopia antiutilitarista da paz num território marcado pela anomia social da violência histórica. Isto amplia os desafios dos atores coletivos, visto que reivindicar a paz implica também defender-se do poder beligerante estruturado e defendido a “ferro e a sangue” pela elite colombiana.

Deslocando essa discussão para a questão estratégica da TPP observamos que, conforme Tarrow (2009), as restrições do mundo social e a participação em ações de ativismo político nos contextos das diferentes maneiras de desobediência à ordem civil constituem fatores favoráveis à construção de oportunidades políticas para o confronto político. Tais situações, por sua vez, podem produzir consequências tanto na emergência de repressão geral, quanto na capacidade das autoridades desenvolverem estratégias de repressão o agir político antiutilitarista dos militantes. Porém, no caso da Colômbia não é necessária muita investigação para identificar que a repressão e a criminalização sobre as ações coletivas dos movimentos de

esquerda são uma realidade constatada há muito tempo. A respeito disto é prudente entender que:

Por períodos sucessivos, a violência e o terror voltam a levantar sua horrível cabeça da medusa, como cópia quase fiel do acontecido antes, agora ao adentrarmos no novo século a tragédia repete-se passo por passo de maneira irresponsável (FALS BORDA, 2005, p.13, tradução nossa).

Há que se entender que a repressão no só faz referência às ações do confronto político. Acrescenta-se a isso *a repressão* contida no paramilitarismo como um outro ator do conflito armado na história contemporânea da violência colombiana (CHÁVARRO & PINHEIRO, 2018). Desta forma, a repressão e a criminalização da Marcha pode ser analisada em termos da estigmatização social pela qual a organização social é submetida permanentemente. Ademais há que se falar da repressão oficial que ainda existe e da violência paramilitar, que é financiada pela oligarquia latifundiária daquele país.

Estigmatização das Ações Coletivas

A estigmatização da mobilização social constitui uma das principais maneiras de deslegitimar as ações coletivas de um movimento social que obteve reconhecimento nacional como é o caso da Marcha. Neste aspecto há que se reconhecer que a acusação que o Exército nacional fez ao afirmar que o trabalho da Marcha estaria sendo financiado pela guerrilha das FARC-EP provocou desconfiança sobre a autonomia política do movimento social em questão. Este fato aconteceu dias antes da segunda grande ação coletiva e da formalização da “Marcha patriótica pela segunda e definitiva independência” como movimento social formalizado pelos cânones democráticos colombianos (ver figura 4).

Tal acusação ficou sustentada a partir do material eletrônico encontrado em arquivos eletrônicos de um dos maiores líderes da guerrilha “apelidado” de “Mono Jojoy” durante o ano de 2010⁷⁸. O caso teve ampla repercussão nacional e foi realizado pela Fiscalía General que equivale às atribuições do Ministério Público do Brasil. Dada tal repercussão desse acontecimento o então presidente Santos poucos dias após a formalização do movimento pediu esclarecimentos sobre os supostos nexos entre a Marcha e as FARC-EP. A passagem a seguir mostra o tom em que foi feito o pedido de esclarecimentos: “Não podemos permitir ambiguidades, ou se está na legalidade ou na ilegalidade” (El ESPECTADOR, 2012b, tradução nossa).

⁷⁸ Cf. EL ESPECTADOR, 2012a.

Como se observa estas denúncias e as exigências por parte das autoridades gerou não só dúvidas de legitimidade na ação política da Marcha, mas também causou confusão na população em geral porque até aquele momento as conversações com as FARC-EP estavam em processo preliminar (ver figura 3). A gravidade da situação mobilizou ações solidárias de políticos conhecidos nacionalmente tais como Piedad Córdoba⁷⁹, Carlos Lozano e Andrés Gil. Todos eles são “*voceros*”⁸⁰ da Marcha e concederam os esclarecimentos necessários para minimizar as tensões e desinformações nos primeiros anos do agir do movimento.

Desde o dia 23 de abril [2012] tanto o ministro Pinzón quanto Álvaro Uribe vem repetindo o mesmo discurso. Desde o nosso surgimento da Marcha emergiram múltiplas difamações [...] temos uma relação com eles [as FARC-EP] no compromisso das reivindicações políticas e sociais do povo em geral. Aqui o que se mantém é uma concepção de que tudo projeto social alternativo é relacionado as FARC-EP ou com a insurgência (SEMANÁRIO VOZ, 2013a, tradução nossa).

Formalmente Marcha solicitou audiência com o governo Santos para denunciar à presidência da república o processo de estigmatização e perseguição que estava sofrendo. Neste contexto de desconstrução da estigmatização social a então militante, Piedad Córdoba, *vocera* e fundadora da Marcha, esteve reunida com Aurelio Irragorri, alto conselheiro político do governo Santos com o intuito de denunciar que em diferentes regiões do território o exército nacional pediu à população para não ter contato com o movimento porque “eles são das FARC-EP” (LA SILLA VACIA, 2012a).

Outro elemento preocupante de discriminação das ações coletivas na Colômbia tem a ver com a estigmatização política sobre os militantes o que pode desencadear casos de genocídios como foi o caso histórico da União Patriótica-UP⁸¹. Por isso é importante perceber que todo esforço é necessário para explicar que a UP e a Marcha são propostas diferentes, pois o temor está em que os líderes sociais e militantes da Marcha terminem sendo estigmatizados e corram o risco de terem o mesmo destino fatídico da UP.

Não é possível comparar a fala da ex-senadora Gloria Cuartas quem foi prefeita de Apartadó pelo partido extinto UP. A UP nasce de um momento de

⁷⁹ Foi senadora da Colômbia, uma militante ativa do movimento negro em defesa da Paz com justiça social. Em 2017 lançou sua pré-candidatura à presidência da República.

⁸⁰ A tradução de *vocero* para o português poderia ser equivalente à *Porta-voz*, porém achamos interessante manter a palavra no espanhol, na medida em que como ficará explícito em seguida é com a metáfora política que irá emergir novos atores políticos da Marcha. Tais militantes da paz com justiça social advogam em nome do movimento e compartilham a função de liderança com funções e atividades políticas concretas o que supera a concepção tradicional de porta-voz.

⁸¹ A violência armada e legalizada pelo Estado atacou não só aos grupos armados, mas também aos grêmios políticos como foi o caso do genocídio do partido político União Patriótica na década de 1990. Para maiores esclarecimentos (MOLANO, 2015).

negociação entre um grupo insurgente e o governo [1985]. A Marcha Patriótica pelo contrário emerge de movimentos sociais (LA SILLA VACIA, 2012a, tradução nossa).

Também o jornalista e militante Carlos Lozano (2014) numa entrevista empenha-se em diferenciar a origem das duas organizações:

Marcha patriótica surge num novo momento espaço político e social. Seu objetivo fundamental é contribuir para paz com democracia e justiça social. A primeira [União Patriótica] foi constituída pelas FARC com o ideal de emergir no cenário político quando fosse efetivado o acordo de Paz daquela época [nos anos 1990] (LOZANO GUILLÉN, 2014, tradução nossa).

Porém, logo iniciaram as denúncias por parte da Marcha Patriótica de assassinatos dos seus militantes. Em 2013, houve a denúncia de 23 militantes assassinados no território nacional (EL ESPECTADOR, 2014a); no ano 2016, quatro anos após conformação oficial da Marcha, segundo dados da imprensa, foram 124 ativistas mortos (MARCHA PATRIÓTICA, 2016a). Na entrevista realizada com um dos voceros da Marcha, David Flores, ele sintetiza de maneira concreta os momentos em que o fenômeno da violência começa a atormentar e a afligir os militantes da Marcha:

A violência aumenta em certos contextos. O primeiro deles. Antes, durante e depois das mobilizações sociais que a Marcha convoca. O segundo cenário se dá nos momentos prévios e posteriores dos anúncios mais importantes sobre o processo de paz entre o governo e a guerrilha das FARC-EP (EL ESPECTADOR, 2016a, tradução nossa).

Segundo Carlos Guevara, coordenador em 2016 do programa ‘somos defensores’, Marcha Patriótica sofre uma dupla estigmatização. A primeira delas é feita por atores armados ilegais que identificam o movimento como uma facção política das FARC. A segunda advém do próprio sistema político formal que não reconheciam a legitimidade e a popularidade das ações políticas mobilizadas pela Marcha (EL ESPECTADOR, 2016a).

A Violência como Mecanismo de Controle da Sociedade Colombiana: desafios de resistência ao processo de Estigmatização da Mobilização Social

Para compreender o fenômeno social da violência colombiana faz-se necessário recorrer às determinadas correntes analíticas da sociologia política a fim de compreender com maior propriedade como a questão social da violência foi utilizada como um mecanismo de controle e de dominação mais amplo da sociedade cafeteira. Diante diversas possibilidades fizemos uma breve aproximação do pensamento sociológico francês presente em P. Bourdieu (2011) e M. Foucault (2008). Isto nos permitiu construir um entendimento basilar de como a violência pode

ser mobilizada como um instrumento estratégico de controle social. Nesta direção as ideias de Bourdieu nos permite entender que a prática da violência de Estado consiste num tipo de processo social simbólico estruturado nos comportamentos (*habitus*) dos indivíduos que passam a codificar os atos agressivos como uma “espécie” de conduta normalizada ou absorvida pelo tecido social mais amplo a partir da convivência cotidiana com as práticas de violência. Tal “convivência” com o Estado beligerante promove processo de socialização da violência. Ou seja, emerge uma “espécie” de aprendizagem que torna a práxis da violência mais presente nos circuitos de interação da população (CASTRO, 2016). Por outro lado, a perspectiva foucaultiana da violência compreende a socialização das práticas de agressão como uma estratégia de govenamentalizar, de exercer poder sobre a vida de outrem. Este último autor entende que o Estado se apropriou de diversos mecanismos de controle (polícia, dados estatísticos e outros sistemas de controle) para dominar as práticas de resistência ao poder instituído do estado beligerante (CASTRO, 2016; FOUCAULT, 2008).

A partir destas visões diferentes, mas também complementares sobre o fenômeno social da violência observamos que a estratégia de governamentalização da vida exercida ora pela violência de estado ora pela violência paramilitar sobre os cidadãos colombianos atuam simultaneamente como um dispositivo de controle social unidirecional da organização social político-solidária da sociedade inibindo a formação de processos de resistência democrático-cidadão nos últimos cinquenta anos da nação colombiana (GRISALES, 2013; ESCOBAR, 2010).

Neste contexto, segundo Grisales (2013), no artigo *Colômbia: a memória em meio à guerra*, ressalta a autora, há um imaginário da sociedade colombiana sobre os atores coletivos baseado numa: “imagem generalizada de que o passado violento da nação se fez com guerras fratricidas e com atos de violência que jamais terminam” (p. 129, tradução nossa). Nesta direção a construção social da violência colombiana “repousa” num imaginário de que os fatos e os acontecimentos violentos tendem a acontecer “normalmente” como já havia ocorrido antes.

É nesse contexto de controle social que observamos com preocupação o processo de estigmatização dos atores sociais da Marcha, uma vez que segundo os dados estatísticos da imprensa formal até abril de 2018 foram registrados 161 militantes assassinados. Este dado alarmante provocou a atitude da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) solicitar ao Estado colombiano medidas cautelares para proteger pelo menos 389 ativistas do movimento Marcha Patriótica (EL ESPECTADOR, 2018a).

Em 2014, Marcha publicamente denunciou o assassinato de vinte e seis ativistas, dos quais catorze deles são “assassinatos seletivos”, ou seja, as vítimas foram alvo de ação

paramilitar, aqueles que são contra os acordos de paz pelo fato do acordo tratar de aspectos relacionados à reforma agrária. Ainda tratando desses assassinatos é esclarecedor entender que ativistas vítimas do “controle social” estavam envolvidos em reivindicações camponesas de terras ou contra macroprojetos de interesse estratégico-econômico do neoextrativismo. Dados oficiais da imprensa local afirmam que as forças militares estavam envolvidas no “desaparecimento” de outros onze ativistas. Seis deles estariam em mãos do exército nacional e cinco teriam sido pegos pela unidade antimotim da polícia (ESMAD). Há ainda outro militante morto que foi identificado, segundo dados do Exército, em confrontos militares contra grupos ilegais (EL ESPECTADOR, 2014a).

Assim sendo, observamos que a repressão imposta pelos grupos paramilitares pode ser dada mediante ameaças, perseguições e até assassinatos. É importante salientar também que o caso acima apresentados não é um fato isolado, pois como ficou evidenciado ao mergulharmos nos acontecimentos do ano 2012 - ano em que surge Marcha Patriótica – alguns fatos tiveram repercussão nacional como o caso da ex-senadora e militante da Marcha Piedad Córdoba recebeu ameaça de morte pelo grupo paramilitar Águias Negras (MARCHA PATRIÓTICA, 2012f).

No que diz respeito à violência oficial além dos atos agressivos identificado nos protestos e em outras mobilizações sociais como apresentamos anteriormente há que levar em consideração os dados da imprensa virtual (blog, editoriais independente e etc.) e as perseguições e detenções realizada por militantes a outros militantes do movimento, tais como: Andrés Gil, Huber Ballesteros e Francisco Toloza todos eles *voceros* nacionais da Marcha Patriótica (EL ESPECTADOR, 2014a, RODRIGUEZ & SILVA, 2017; MARCHA PATRIOTICA, 2012g, 2017a; SEMANARIO VOZ, 2013b, 2014a).

Dando continuidade ao processo de entendimento de como o poder governamentalizador do controle social da violência dissipa as energias vitalista do processo de resistência das ações coletivas contra o poder oligárquico da Colômbia. Faz-se necessária citarmos alguns casos conhecidos na imprensa nacional que tiveram entre outros objetivos estigmatizar e deslegitimar a luta antiutilitarista da paz com justiça social. Nesta direção dos acontecimentos a Marcha fez registros de alguns casos que evidenciam ainda mais o processo de estigmatização das suas mobilizações sociais. Uma delas revela que o membro Andrés Gil - vocero e integrante da Junta Patriótica Nacional (JPN) foi detido de maneira irregular quando viajava à cidade de Barcelona no desejo de conseguir apoio de organizações para as mobilizações em defesa da paz realizada pela Marcha (MARCHA PATRIOTICA, 2012g).

Outro caso, ocorrido no dia 25 de agosto de 2013, foi a detenção de Huber Ballesteros, dirigente do “Paro Agrário Popular”, líder sindicalista da Central Unitária de Trabalhadores – CUT (COL) e *vocero* da Marcha Patriótica. Para a Marcha a detenção sistemática de militantes sem nenhuma fundamentação real constitui mais uma tática de estigmatização do poder oficial para criminalizar o protesto social (SEMANARIO VOZ, 2013b). Em janeiro de 2017 Huber Ballesteros após três anos de detenção recuperou sua liberdade por força de decisão do tribunal 24, que trata de controle de garantias sociais dos cidadãos (MARCHA PATRIOTICA, 2017a). Há que se ressaltar o caso do professor Francisco Javier Toloza quem desempenhava a atividade de coordenação internacional da Marcha. Ele foi preso na cidade de Cúcuta o dia 4 de janeiro de 2014 (SEMANARIO VOZ, 2014a). O responsável pelo setor internacional da Marcha recuperou sua liberdade o dia 27 de março de 2014 após comprovar que estava privado da liberdade sem possibilidades exercer o direito de defesa da sua suposta acusação (REMAP, 2014a).

Diante deste controle social que tenta sufocar a vitalidade social das ações antiutilitarista a Marcha soube reverter o processo de estigmatização e de repressão militar e paramilitar das suas atividades para pôr ênfase na oportunidade política configurada nos tratados dos processos de paz e na construção de uma agenda pública que frisava a constituição de um momento emblemático-histórico vivenciado pela Colômbia⁸².

Surge então a pergunta, a saber: *como é possível no contexto de repressão sistemática, onde a vida está literalmente em jogo, que a Marcha patriótica tenha conseguido manter o propósito antiutilitarista da paz com justiça social?*

Uma das respostas a esta pergunta reside no fator paradoxal que emerge nas oportunidades políticas da Marcha. Pois como nos fala Tarrow (2009) as oportunidades de emergência das ações coletivas advém de situações mobilizadas por fatores históricos capazes de ressignificar a realidade social. Neste caso a discussão dos acordos de paz, as atividades de mobilização moral e social contra a repressão e criminalização política do poder conservador oligárquico constituem fatos históricos de resistência em prol da paz com justiça social.

Isso, por um lado, no plano macrossocial, demonstra como a luta por paz com justiça social representa a mobilização de forças sociais para a construção da paz como um bem comum da nação. Isto também favoreceu à recomposição de vínculos sociais fragilizados pela violência

⁸² Dentre algumas conquistas alcançadas merece destaque o prêmio Nobel da paz recebido pelo ex-presidente Santos em 2017 e a visita histórica do Papa Francisco em 2017 no mesmo ano de 2017

e a formação de novos espaços de convivência democrática para que fosse possível articular a formação de mundos utópico-morais da paz com justiça social no país cafeeiro.

Por outro lado, no plano microsocial, o fortalecimento de ativismo político como o da marcha demonstra como essas ações coletivas podem mobilizar novas possibilidades dos indivíduos se sentirem parte de um processo mais amplo de transformação social na qual a paz apresenta-se como uma realidade fática. Como exemplo disso podemos citar o fato da Colômbia ter sido considerada o país do ano de 2016 pela revista *The Economist* (RODRÍGUEZ-RAGA, 2016).

Por isso observamos haver uma dimensão paradoxal das ações coletivas da Marcha. Salientamos que a questão paradoxal também é um fator interessante para analisar a disposição política de atuar deste movimento. Nesta direção percebemos haver algo de semelhante, uma espécie de aproximação das mobilizações a favor da paz com o fenômeno social total encontrado no *Ensaio Sobre o Dom* (2003), pois neste último, como explicou Mauss, uma doação simbólica pode gerar uma dívida moral e existencial. Deste fato acreditamos que a doação das ações políticas contra o poder conservador implicou o desejo de construir uma outra Colômbia mais fraterna que ao entender a força paradoxalmente e desinteressadamente das ações antiutilitaristas do dom liberar novas motivações mais plurais que oxigena o ativismo político das ações sociais da Marcha.

4.2 ESTRUTURA ORGÂNICA E OS REPERTÓRIOS DE CONFRONTO DA MARCHA

Após abordarmos as estruturas de Oportunidades Política vamos nos debruçar sobre a estrutura orgânica e os repertórios do movimento. Sinteticamente esta sessão estar conformada da seguinte maneira. Um: apresentar a estrutura orgânica da Marcha como movimento de movimentos. Dois: investigar os repertórios do Confronto da Marcha. Três: descrever o Paro Nacional Agrário y Popular como uma performance do confronto. Neste sentido é fundamental compreender a Marcha como uma “constelação” social que agrega vários atores coletivos.

4.2.1 Um movimento de movimentos: O efeito fractal da Marcha Patriótica

Nos documentos oficiais a Marcha esclarece que a confluência de indivíduos constitui-se num processo que articulou atores coletivos e plurais advindos de diversas organizações. No contexto desta diversidade há que se perceber a relevância de alguns atores político-institucionais que fazem parte do movimento. Sobretudo, destacamos a presença do Partido

Comunista Colombiano (PCC), o Poder Ciudadano (PC) e a Asociación Campesina del Valle del Rio Cimitarra (ACVC). Também estão articulados às atividades da Marcha a Asociación de Zona de Reserva Campesina (AZRC), a Federación de Estudiantes Universitarios (FEU), o coletivo Maestros en Marcha, a Coordinadora Nacional Agraria Popular (CONAP), a Asociación Colombiana de Estudiantes Universitarios (ACEU) e a Mesa Amplia Nacional Estudiantil (MANE), dentre muitas outras. Segundo o *vocero* da Marcha-Bogotá, o movimento social da Marcha está configurado por três grandes setores: o primeiro o PCC, o segundo Poder Ciudadano, que pertence a esquerda Liberal. Por fim destaca-se o CONAP, que é a principal entidade de congregação dos trabalhadores rurais e constitui um dos seguimentos mais representantes do movimento⁸³ (AMAUTA, 2017, informação verbal).

Porém, didaticamente, podemos falar de três blocos: o primeiro é o bloco agrário constituído pelas organizações camponesas, organizações indígenas e organizações afro colombianas; o segundo diz respeito ao bloco juvenil-estudiantil conformada pelos jovens e estudantes; por fim, o terceiro bloco é formado pelos coletivos das vítimas do conflito armado e dos cidadãos de bairros. Estes três blocos podem ser correlacionados como três grandes mobilizações que fazem parte das “rotinas para a reivindicação”. Ou seja, eles configuram os repertórios do confronto. Como exemplo disto basta citarmos que no encontro de camponeses, afrodescendentes e indígenas realizado no município de Barrancabermeja, no ano de 2009, foi um dos principais eventos para a divulgação do evento cívico de comemoração do bicentenário da independência da colombiana. Isto constata o poder de amplo alcance social e territorial das ações mobilizadas pela Marcha.

A partir desta ampla circulação de práticas sociais desinteressadas em acumular poder ou recursos sociais da sociedade há que se perceber a emergência de circuitos sociais morais que defendem a construção da paz com justiça social como um bem comum mais amplo da sociedade. Isto caracteriza o espírito político-moral que, segundo Caillé (2002; 2008), permite circular atitudes desprovida do egoísmo instrumental e práticas de acolhimento social o que é fundamental para disseminar ações solidárias e plurais revitalizadoras das novas racionalidades do agir social em defesa dos direitos coletivos da nação.

O desejo de reverter os danos sociais do conflito armado, o sonho de estabelecer a paz como um bem comum da nação entre outras atividades políticas do legado histórico e das lutas populares constituem características do ativismo político proposto pela Marcha. Sobre isso é esclarecedor conhecer o que atesta nos documentos oficiais desta organização: “Um exercício

⁸³ Informação fornecida por Amauta em entrevista realizada em janeiro de 2017, Bogotá.

de ação coletiva e de um novo tipo de política em função do interesse social implica a fundação de um movimento político e social que assuma premissas baseada no acumulado histórico das organizações populares” (MARCHA PATRIOTICA, 2015a, tradução nossa).

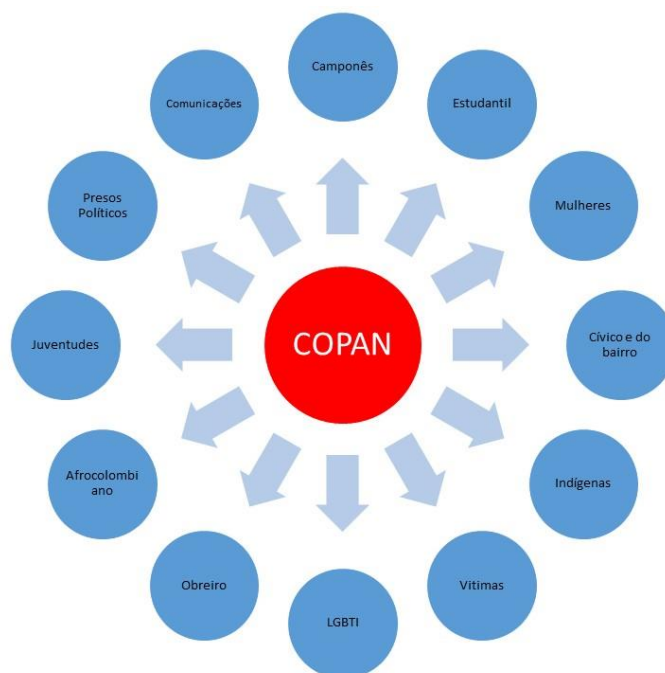
Neste movimento de movimentos foi interessante conhecer, na medida em que fazíamos nosso trabalho de campo, como os militantes ressignificam suas experiências nesta organização social pois para pertencer a Marcha é necessário estar vinculado a algum tipo de organização ou coletivo popular, tais como: toda forma de organização popular e democrática, partido ou agrupamento, iniciativa, ação social específica pode fazer parte do movimento marcha patriótica (MARCHA PATRIOTICA, S/D).

Entretanto, na realização do primeiro Consejo Patriótico Nacional (CPN) realizado em abril de 2012 a mesma atividade que proclamou a Marcha como movimento político e social, definiu também a estrutura formal com instancias de participação, direção e coordenação que pretendeu ser “uma alternativa política que construa o novo poder baseado na democracia e na soberania popular” (MARCHA PATRIOTICA, 2015a). Assim, a estrutura orgânica da Marcha define três instancias de direção nacional: Consejo Patriótico Nacional (CPN), o Comité Patriótico Nacional (COPAN) e a Junta Patriótica Nacional (JPN).

Em nossa experiência de inserção no movimento e a partir do acesso a alguns documentos oficiais do coletivo observamos que o CPN consiste em uma estrutura matricial do movimento. Nele são tomadas decisões estratégicas para toda a organização. A formação de participação se dá por eleição interna do próprio movimento e os representantes ficam dois anos no mandato. Neste caso são eleitos representantes nacionais, regionais e distritais (MARCHA PATRIOTICA, 2015a).

Já o COPAN seria uma “espécie” de órgão deliberativo das decisões da CPN. Sua função primordial é pôr em práticas as deliberações do comité nacional a partir da formulação de ações estratégicas previamente planejadas. É interessante ressaltar que a composição do COPAN pretende a inclusão da diversidade de setores que constituem a sociedade colombiana: Mulheres, camponeses, indígenas, LGBTI, juventude, dentre outros (Ver figura 7). Outra função do COPAN é auxiliar a articulação política dos conselhos estaduais e municipais. Vale ressaltar que no COPAN estão presentes dois representantes dos CP estaduais, dois representantes de cada uma das organizações nacionais e um setor de comunicações (MARCHA PATRIOTICA, 2015a).

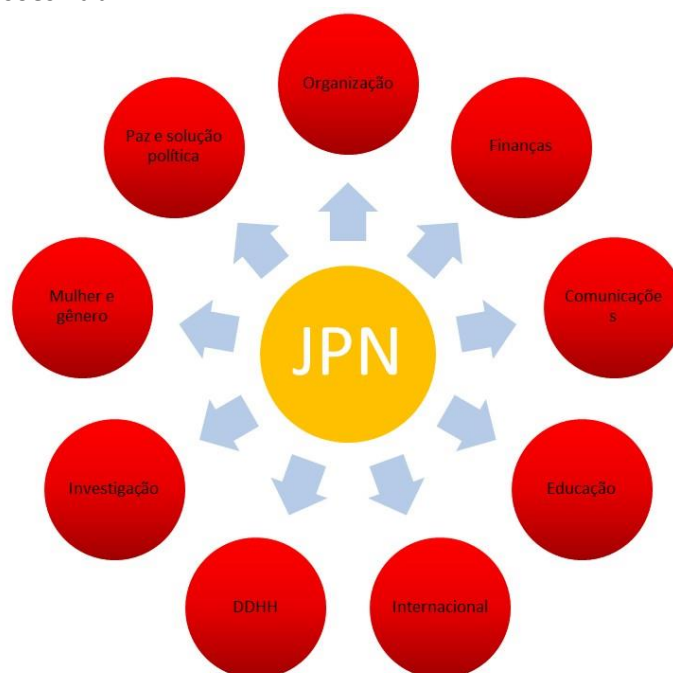
Figura 7 Setores Sociais da Marcha



Fonte: Marcha Patriótica, 2015a.

Por fim, há que se destacar o JPN. Ele é o órgão estratégico responsável pela implementação das ações definidas pelo CPN e dos planos traçados pelo COPAN. Os membros da JPN advêm dos delegados patrióticos eleitos no COPAN. Os eleitos da junta têm que executar as funções políticas delegadas nos âmbitos nacional, regional e distrital. Neste órgão a composição é realizada por comissões sendo destaque o centro de pesquisa em assuntos de interesse dos temas convivalista e antiutilitaristas mobilizados pela Marcha (Ver figura 8). É valioso ressaltar que é na JPN que são eleitos os *Voceros* do movimento. O cargo é de caráter rotativo e a cada seis meses é eleito um novo representante. Ressaltamos que os 4 (quatro) membros da JPN elegidos como voceros têm funções na comissão política da marcha (MARCHA PATRIOTICA, 2015a).

Figura 8 Comissões na JPN



Fonte: Marcha Patriótica, 2015a

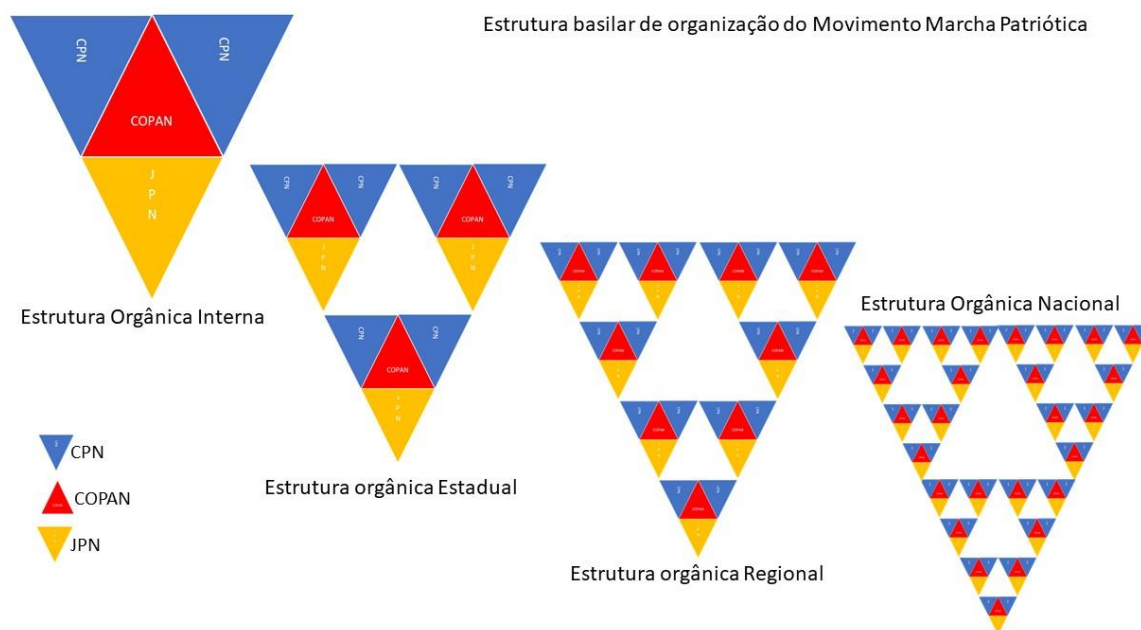
Nos gráficos apresentados fica evidente como ocorre a disposição político-plural e democrática da Marcha. A junta consegue articular a diversas demandas advindas das capilaridades subterrânea do mundo social onde há forte laços político-solidários presentes na associação política dos sujeitos sociais (MARTINS; FONTES, 2004). Um exemplo nítido destas capilaridades está no papel dos conselhos estaduais que captam a “temperatura política” da vida cotidiana dos subúrbios colombianos e traduzem estas temperaturas (demandas por reconhecimento, por exemplo) em demandas políticas para serem implementadas no ativismo político geral do movimento.

Dada esta capilaridade do movimento é interessante descrever a resposta de um dos nossos entrevistados quando perguntamos pela verticalidade e o do suposto formato piramidal que achávamos estar fundamentada a Marcha:

Eu penso que alguns de nós estamos explicando errado a estrutura da Marcha. Alguns dos companheiros compreendem nossa estrutura de maneira vertical. Eu acredito que a maneira correta de explicar a estrutura é tendo em conta como o processo histórico de construção da Marcha, então eu vejo a estrutura assim... [Pirâmide invertida] para entender Marcha tem que entender que na pirâmide na parte mais alta estaria localizada o CPN, no meio é possível localizar o COPAN como instância intermediária e a ponta que ao nosso ver seria a base da pirâmide invertida estaria a JPN. Em cada uma das instancias de participação estão os COPAN estaduais, os setores populacionais e para o funcionamento temos as comissões (AMAUTA, 2017, tradução nossa, informação verbal).

Ao realizar a entrevista com Amauta percebemos que a pirâmide invertida é uma realidade latente do movimento! E mais, tal realidade é replicada tanto nos estados quanto nas regiões e locais de atuação do movimento. Para “materializar” essa replicação da estrutura orgânica da Marcha recorremos aos recursos de representação geométrica da *Junta de Sierpinski* (ver figura 9).

Figura 9 Estrutura orgânica da Marcha Patriótica



Baseado nesta forma elementar da geometria fractal compreendemos que as cópias “minúsculas” do conjunto do fractal da organização estão em todos os níveis (locais, estaduais e regionais). Isto nos permite compreender o poder de mobilização e a capacidade de utilizar diferentes repertórios de confronto nas articulações políticas organizadas pela Marcha Patriótica como movimento de movimentos.

4.2.2 Repertórios do confronto da Marcha

Fazendo um breve exercício de sistematização de diferentes ações coletivas da Marcha Patriótica é possível evidenciar os três principais aspectos do confronto publicamente organizado: a violência, a ruptura e o protesto convencional. Neste conjunto limitado de rotinas para a reivindicação os teóricos do processo político vão nomear de repertório do confronto (MCADAM, TARROW, TILLY, 2005). Por sua vez, Marcha demonstra que o seu ativismo político possibilitou alcançar um “acumulado histórico junto às organizações populares” (MARCHA PATRIOTICA, 2015a).

No repertório do confronto construído pela Marcha ao longo da seu agir político é possível evidenciar os *Paros* (as greves) um dos tipos de repertório. Para o contexto colombiano essas atividades são marcadas por níveis de elevada violência, contudo tanto as greves, as passeatas, os protestos quanto as manifestações fazem parte da agenda de repertórios convencionais das ações coletivas. Nesta direção os painéis ocorridos no *Paro Nacional agrário* de 2013, que conseguiu níveis solidariedade jamais conhecido na história recente da Colômbia, é um exemplo de repertório de ruptura mobilizados pela marcha.

O quadro a seguir demonstra os diferentes repertórios de confronto da Marcha. Ela foi redigida obedecendo a ordem cronológica dos eventos (Ver quadro 1). Nela encontramos elencados os principais registros de atividades políticas que o movimento liderou em defesa da paz com justiça social. Destacamos que nessa relação há ações coletivas que tiveram repercussão nacional, pois, como foi descrito anteriormente, a estrutura fractal orgânica do movimento possibilitou maior poder de articulação dos atores coletivos.

Quadro 1 Repertorio de Confronto Marcha Patriótica

Data	Nome da Mobilização	Tipo de repertorio	Demandas/ reivindicações da Ação Social
19-21/07/2010	Conmemoración del bicentenario de independencia	Passeata-Manifestação Cabildo abierto	Reivindicação da segunda e definitiva independência
21-23/04/2012	Formalización de Marcha como movimiento político y social	Congresso-Passeata	Apresentação pública do Movimento político e social Marcha Patriótica
30/05/2012	Maestros en Marcha	Greve	Defesa da educação pública
28/06/2012	Gran Caravana “Por la vida, la armonía territorial y la paz”	Passeata	Exigência de diálogo e uma saída política e negociada ao conflito social e armado da Colômbia.
18/06/2012	Marcha Herman Henry Diaz por el Departamento del Putumayo	Manifestações Carta aberta	Denúncia do desaparecimento do líder político da Marcha Patriótica realizada no marco de políticas extrativistas conhecidas como “locomotoras mineras” que vem gerando estigmatização nas comunidades.
14/07 até 7/08 2012	Lanzamiento Consejos patrióticos Departamentales CPD en 16 departamentos.	Passeatas Comunicado Oficial da formação dos CPD	Do 14 de julho até o dia 7 de agosto o Movimento Marcha Patriótico consolida a sua estratégia organizativa dos CPD.
4-12/10/2012	Semana de la indignación por la Paz con Justicia Social	Semana Manifestações Passeatas Pronunciamentos	Visibilidade das problemáticas relacionadas à educação, Saúde, seguridade social, serviços públicos, condições laborais e de salário, biodiversidade, terras e territórios, Direitos Humanos, Recursos naturais, dentre outros.

		Atividades culturais	
Data	Nome da Mobilização	Tipo de repertório	Demandas/ reivindicações da Ação Social
09/04/2013	Marcha por la Paz, la Democracia y la defensa de lo Público	Passeata, Atividades culturais	Reafirmação do desejo nacional da Colômbia com uma Paz estável e duradoura.
11/06 até 03/08/2013	Paro Campesino del Catatumbo.	Greve Bloqueio de ruas estaduais	Exigência ao governo estadual e nacional a efetivação dos acordos para a formação da Zona de Reserva Campesina (ZRC). O cesso da erradicação forçosa dos cultivos de uso ilícito e a suspensão dos megaprojetos de mineração e energéticos.
19/07/2013	Paro Minero Chocó	Greve Bloqueio de ruas estaduais	Suspensão dos megaprojetos de mineração e energéticos
27/07/2013	Movilización popular en defensa del territorio en Timba, Cauca	Protesto	Suspensão de megaprojetos energéticos e pela defesa do território.
19/08/2013	Paro Nacional Agrario y popular, jornada 19 de agosto al 12 de septiembre de 2013	Greve Bloqueios de ruas nacionais Passeatas Pannels	Preterir os acordos do Tratado de Livre comercio. Exigência de subsídios para produtos campesinos, tirar tarifas para insumo agrícolas. Efetivação dos acordos combinados com antecedência.
12/10/2013	Minga indígena, social y popular en defensa de la vida, el territorio, la autonomía y la soberanía	Minga	Continuidade dos protestos campesinos, desta vez as comunidades indígenas do sul do país pela defesa da vida, do território, da autonomia e soberania.
15-17/03/2014	Gran Cumbre Agraria Campesina, Étnica y Popular	Cumbre	Debates e construção de agenda de mobilização unitária com demandas de caráter nacional que “defenderemos nas ruas prescindindo do que nos separa e nos encontrando no que nos junta”
16/10/2013	Toma al Icetex	Ocupação	Construção de mesa de diálogo na interlocução com a Mesa Amplia Nacional Estudiantil MANE
30/10/2013	Marcha Blanca	Protesto	Pretensão de uma nova proposta do sistema de saúde.
9/05/2014	Paro Nacional agrário	Greve Bloqueio de ruas nacionais Manifestações, Pronunciamentos	Exigências de mudanças reais nas políticas agrárias do país, como ação coletiva paralela à Cumbre Agraria e pedido da mesa única nas diferentes regiões.
9 /04/2015	Jornada por la paz del 9 de abril	Jornada Atos culturais Pronunciamentos	Apoio ao Processo de Paz na Habana e os diálogos entre o governo Santos e as FARC-EP. Exigência de uma mesa de conversações com as guerrilhas das ELN e o EPL.

25/05/2015	Paro por la paz en el Pacífico nariñense y caucano	Protesto	Reivindicação da Paz com Justiça social que comprometa ao governo em temáticas da educação, saúde, infraestrutura, serviços públicos e produção agropecuária dentre outras necessidades vitais que historicamente tem padecido nas comunidades do sudoeste colombiano.
14/10/2016	Gran jornada de movilización nacional por la paz	Jornada Passeata Atos Culturais	Requerimento na defesa do Acordo da Habana. Após do plebiscito maioritariamente sido votado pelo não que iria referendar o Acordo com as Farc-Ep.

Nestes repertórios, há que se destacar as formas distintas de agir coletivamente em prol da paz com justiça social. Algumas ações merecem destaque. A *minga*, um tipo de ação coletivo solidário de origem indígena, foi muito mobilizada como um novo tipo de protesto social organizado pela Marcha. Há ainda as atividades de *congresso*, *as jornadas*, *as semanas* e finalmente *a cumbre*, as quais foram identificadas como tipos de encontros ou atividades de origem científico-acadêmicas. Tudo isto remete a uma resignificação dos repertórios herdados pelo conjunto de movimentos sociais e organizações populares que integraram a Marcha. Para além das caracterizações dos repertórios o que está implícito nessas descrições é a diversidade de organizações que fazem parte da Marcha, tais como a MANE, a FEU, os Maestros em Marcha entre outros. Esta variedade de formas de reivindicação permite a “participação de amplas coalisões de atores em campanhas conjuntas de ação coletiva” (TARROW, 2009, p. 137).

Com efeito, no intuito de considerar o teor emocional e cultural que permite identificar as práticas de solidariedade moderna das ações coletivas propomos uma descrição da performance do público presente nestas ações coletivas. Nosso foco de análise parte da narrativa dos atores sociais, pois como afirma Tarrow (2009) o choque violento, a ação coletiva convencional e a ruptura criativa são aspectos do confronto publicamente organizado que têm em comum, de um modo ou de outro, o fato de ser performances públicas com conteúdo emocional e cultural.

Segundo R. Mutzemberg (2015) para a análise dos protestos sociais deve-se considerar. Um: identificar os atores envolvidos, as suas reações, os posicionamentos que emergem nesses confrontos. Dois: a mobilização de recursos (materiais e imateriais) e três: os quadros de referência/valores que são mobilizados. Por fim, a definição dos contextos e as lógicas subjacentes. Neste sentido optamos pelo modelo analítico de Mutzemberg (IDEM) para analisar uma das ações coletivas mais exitosas mobilizada com o apoio da Marcha, a saber: *A greve nacional agrária*.

4.2.3 A performance do confronto: *Todos somos agro descendientes*

O Paro Nacional Agrário foi compreendido como um dos repertórios de *ruptura* mais significativo da Marcha. A relevância dessa ação coletiva se deu, principalmente, pelas ações solidário-simbólica da *ruana*⁸⁴, pelos desafios políticos e pelas incertezas que ação coletiva despertou na sociedade colombiana em geral (CRUZ, 2017). Uma das causas desta mobilização antiutilitarista nacional ocorreu devido a denúncia feita pelos movimentos sociais sobre o não cumprimento dos acordos do governo Santos para com os agricultores e produtores de café que fazem parte da *Mesa Nacional de Unidad Agropecuaria*. Com a repercussão das articulações em defesa da causa agrária novos atores sociais foram agregados como o movimento pela dignidade dos produtores agropecuários.

Em linhas gerais, as manifestações sociais rejeitam os acordos do livre comercio e demandam subsídio estatal para apoiar a produção nacional e valorizar a agricultura familiar colombiana. Na prática o movimento reivindicava diminuição nos impostos de matérias-primas e dos insumos agrícolas importados. Tendo como precedente as organizações que fizeram parte das negociações da região norte em Santander e a greve mineira (Ver Quadro 1) esta configuração política delegou a *Mesa Nacional Agropecuaria y Popular de Interlocución y Acuerdo* (MIA) como o coletivo que aderiu e foi um dos líderes deste movimento nacional. Para esta organização o acesso à terra, a luta pela reforma agrária, abertura de negociação política com os trabalhadores de minas, a conquista de investimentos sociais, e o reconhecimento de direitos trabalhistas para os trabalhadores da mineração constituíam as principais demandas que mobilizaram o paro nacional.

Nesta greve nacional também participou o *Coordinador Nacional Agrario* (CNA) que agrupa trinta organizações de dez estados e tem como parte das suas reivindicações a rejeição do extrativismo mineral de grande porte, a proteção da mineração artesanal de pequena escala e a reivindicação de direito trabalhista e garantia de políticas de assistência social. Vale ressaltar que nos primeiros dias do protesto a mídia não deu relevância para ações coletivas em curso que estava acontecendo. A conscientização dos acontecimentos deveu-se, principalmente, ao

⁸⁴ A *Ruana* palavra de origem chibcha que significa “terra de cobertores” é um tipo de vestuário de estilo poncho exterior. Este vestuário é típico da região dos andes da Colombiano e constitui um símbolo de austeridade, força espartana, trabalho e muito empenho. Em 2011 ela foi lembrada simbolicamente por um dos líderes da greve dos produtores de cebola: “Esse dia a *ruana* deixou de ser um cobertor para transformar-se num símbolo de resistência” a ideia foi tão bem aceita que se tornou símbolo da greve nacional agraria daquele ano” (EL ESPECTADOR, 2013d).

trabalho de denúncia dos ativistas em diferentes redes sociais digitais, como também devido aos inúmeros episódios de violência física a que foram submetidos os militantes.

Em termos de estratégia política do confrontacionista, foi importante verificar que no início da greve a Marcha, estrategicamente, denunciou as diferentes ações políticas de desmobilização que os seus militantes eram submetidos no território nacional (MARCHA PATRIÓTICA, 2013d). Paralelamente, o governo Santos faz um balanço da primeira jornada da greve, agradecendo aos cidadãos pela colaboração “de forma construtiva com informação oportuna” para que a força pública pudesse impedir o bloqueio das ruas. Durante o pronunciamento o ex-presidente Santos também desestimulou a greve e afirmou que “a greve não tinha sido da magnitude anunciada” (EL TIEMPO 2013a, tradução nossa). Foi durante este protesto que o *vocero* nacional da Marcha Patriótica Huber Ballesteros foi preso⁸⁵ o que ampliou a repressão oficial a que foram submetidos todos os ativistas naquele momento do governo (SEMANARIO VOZ, 2013b).

Em outra linha de ação política que teve por objetivo criminalizar as mobilizações sociais identificamos que as palavras do presidente Santos pretenderam desestimular o paro nacional ao afirmar que: “a *tal* (sic) greve nacional agrária não existe”⁸⁶ (PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA- COLOMBIA, 2013a, informação verbal). Isso promoveu maior indignação moral nacional e descontento com a presidência nacional que não reconhecia a relevância daquelas demandas sociais. Reconhecendo a gravidade da situação político-social que vivenciava o país os meios de comunicação começaram a alertar para a serenidade das reivindicações sociais e as consequências de negligenciar tais reivindicações⁸⁷. “Espontaneamente”, em poucas horas, emergiu uma série de protestos o que obrigou a presidência da república reconsiderar a afirmação de menosprezo para com as causas mobilizadas pela Marcha e os outros coletivos sociais (EL ESPECTADOR, 2013a). Mesmo com a postura de retratação presidencial desencadeou-se uma série de protestos como painéis e um novo repertório simbólico emergiu: a *Ruana*.

Este novo repertório foi o responsável pelo maior desempenho das ações coletivas naquele momento, visto que houve maior sentimento de indignação, ampliação da unidade popular e uma aliança de interesses solidários (ou uma espécie de *desinteressamento*

⁸⁵ Falamos sobre esta temática no subitem de Repressão Oficial e Violência Paramilitar ainda neste mesmo capítulo.

⁸⁶ Informação fornecida pelo Presidente Juan Manuel Santos en la XXXV Caminata por la Solidaridad, 25 de agosto 2013a. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=HWlj_pj9IPU > Acesso em: 26 de setembro 2018.

⁸⁷ Curiosamente os jornais *El Espectador* e *El Tiempo*, meios de comunicação reconhecidos nacionalmente, de caráter abertamente conservador foram grandes protagonistas da difusão da greve agrária nacional.

maussiano) das causas sociais envolvendo as dimensões urbana e rural da sociedade colombiana. Em termos das ações sociais mobilizadas pelo espírito do dom pudemos observar que o sentimento de indignação coletiva moral generalizada não ocorreu de forma gratuita e inconsequente como geralmente ocorre em manifestações políticas mobilizadas por intolerância ideológica, por exemplo.

Ao contrário disso, observamos a constituição de atitudes políticas voltadas para a noção de cidadania ativa como observou Martins (2012). Isto implica compreender que a cidadania não apenas uma ideia abstrata, mas sim a conquista de direitos, a ressignificação de modos de viver em comunidades de paz o que pode diminuir a precariedade político-social da relação sociedade-estado colombiano. Assim sendo, essas ações coletivas permitiram circular práticas de solidariedade moderna compatíveis com o pensamento neomaussiano, ou melhor, como o “dom nobre⁸⁸”. É assim que as manifestações espontâneas conhecidas como *cacerolazos* ou *panelazos* constituem um exemplo típico de dom nobre.

Sobre a constituição de ações coletivas mobilizadas pelo espírito do dom é interessante perceber que no mesmo dia do discurso presidencial que desconsiderava as ações coletivas do paro agrário nacional os habitantes de *Tunja*⁸⁹ saíram às ruas para gritar (dizer) ao governo que “a *tal* greve” sim existia e que cessasse a repressão contra o protesto social. No dia seguinte o barulhento protesto estava sendo replicado em pelo menos 13 cidades colombianas entre elas as mais populosas como Bogotá, Cali e Medellín (EL ESPECTADOR, 2013b). Tal repertório de ação permitiu evidenciar a espontaneidade do agir coletivo na medida em que o lema “*#yomepongolaruana*” em tradução livre (*#eubotominharuana*)⁹⁰ conseguiu convocar várias cidades que aparentemente nada tinham a ver com as reivindicações da greve camponesa, porém nessas ações coletivas foi possível o interesse pelo outro, sobretudo, no lema “*todos somos agro descendientes*”. Estes elementos de reconhecimento social das ações coletivas ampliaram canais de solidariedade na dimensão transnacionais.

Por conseguinte, essas ações sociais repercutiram em países como Espanha, Alemanha, México e Argentina, dentre outros. O eco da transnacionalidade dos movimentos sociais exigia

⁸⁸ O dom nobre conceito/noção que Marcel Mauss defendeu mediante a retomada da generosidade e do “*desinteressamento*”. Este último diz respeito ao neologismo no pensamento neomaussiano de Alain Caillé que faz do dom uma certa espontaneidade desinteressada mais que também continua vinculado ao interesse seja este um interesse instrumental (*interesse em*) ou interesse pelo outro (*interesse por*). (CAILLÉ, 2013).

⁸⁹ É interessante esclarecer que Tunja é a capital de um dos estados agrícolas mais representativos da Colômbia e o uso da *ruana* é cotidiano, pois naquela cidade está postada no topo dos andes colombianos. É desta região andina a ideia de vestir a *ruana* como símbolo de solidariedade às lutas dos camponeses que estavam sendo implementadas em diferentes regiões do país. Este evento ficou conhecido como “a rebelião da *ruana*”.

⁹⁰ É fundamental entender neste contexto que o ato de pôr a *ruana* explicita uma atitude solidária de reconhecimento identitário das raízes camponesas que foi replicado em todo o país.

soluções para a crise agrária e respeito para com os manifestantes da *ruana*. Um dos líderes sociais da greve, ligado à associação dos produtores de cebola descreveu o acontecimento assim:

Sempre falo que o maior ganho da greve foi criar consciência. A união dos camponeses com as grandes cidades foi um ato sem precedentes. O que era com os campesinos era com todos. O povo estava cansado e a greve foi um acordar, foi demonstrar que ao colombiano interessa-lhe sim o seu país, interessa-lhe sim saber quem o governa, e sim! É possível unir-se e mobilizar-se em prol de um objetivo comum (EL ESPECTADOR, 2013c, tradução nossa).

Bogotá foi paralisada por mobilizações de diferentes setores como sindicais, camponeses e estudantes expressando solidariedade com os camponeses e, ao mesmo tempo, reivindicando suas demandas próprias. Na batucada nacional pela educação como repertório da Mesa Amplia Nacional Estudiantil (MANE), que também integra Marcha Patriótica observamos a essa ação coletiva com o lema “Todos com *ruanas* e com atabaques em solidariedade com a greve agrária também” (EL ESPECTADOR, 2013c, tradução nossa).

É válido perceber o reconhecimento do fortalecimento das estratégias de repertório das ações coletivas como essa em destaque, principalmente, quando as instituições oficiais reconhecem a legitimidade das reivindicações sociais. Neste caso a presidência da república utilizou a figura metafórica da “tormenta” para fazer referência às diferentes manifestações que aconteceram o que o fez reconhecer o protesto como válido e legítimo “o protesto pacífico fortalece a democracia”, porém, arguiu que não será permitido que as manifestações fiquem em mãos dos violentos (PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA- COLOMBIA, 2013b⁹¹, informação verbal).

O prenúncio da tormenta foi materializado horas más tarde quando no dia dos protestos em Bogotá apresentaram-se atos de vandalismo em diferentes pontos da cidade deixando como consequência dois jovens mortos, 196 feridos entre polícias e manifestantes, milhões de pesos colombianos (moeda local) desperdiçados pela destruição de lojas nas áreas comerciais e a militarização da cidade. O prefeito de Bogotá decretou toque de recolher. No dia seguinte num novo pronunciamento do presidente Santos reiterou:

Ontem eu fiz um enfático chamado para que as manifestações se realizassem sem violência. Muitos o fizeram, mas desafortunadamente várias das mobilizações foram infiltrados por vândalos que só queriam propiciar dano e destruição (PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA- COLOMBIA, 2013c⁹², tradução nossa, informação verbal).

⁹¹ Declaración del Presidente Juan Manuel Santos. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=SmR9qLyA-s8>> Acesso em: 26 de set. 2018.

⁹² Allocución del Presidente de la República de Colombia Juan Manuel Santos, 30 de agosto de 2013c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cbAinJnfhol>> Acesso em: 26 de setembro 2018.

Para além dos atos de militarização da cidade e do não reconhecimento imediato da urgência das ações coletivas do *paro nacional* é curioso como o poder oficial usa a estratégia de criminalização do ativismo político. Na prática a Marcha foi responsabilizada pelos atos e acusada de manipular a mobilização para desestabilizar o governo, senão vejamos: “Sabemos que o Movimento Marcha Patriótica procura só conduzirmos a uma situação sem saída para impormos a sua própria agenda” (PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA- COLOMBIA, 2013c, tradução nossa).

O desfecho dessas ações coletivas só ocorreu quando o presidente Santos convocou o *Gran Pacto Agrario*, que reuniu médios e grandes produtores para definir uma agenda de negociação. Após alguns dias houve uma negociação com o *Coordinador Nacional Agrário* (CNA), o qual a Marcha está associada, nesta oportunidade firmaram-se acordos com a *Mesa Nacional Agropecuaria y Popular de Interlocución y Acuerdo* (MIA) no setembro de 2013. Após os avanços significativos da negociação realizou-se uma assembleia do Pacto Agrário na qual estava os integrantes da *Ruana* na *Cumbre Nacional Agraria y Popular* e os outros coletivos envolvidos nessa ação coletiva nacional. Houve um acordo geral e os representantes das organizações populares resolveram cessar o movimento.

Em síntese, a rebelião da *ruana* mostrou haver circulação de solidariedade social entre coletivos sociais com uma mobilização nacional jamais conhecida na história recente da Colômbia. Em parte, tal mobilização ocorreu como uma resposta às críticas do presidente Santos, porém identificou-se também a prática moral de justiça para com as demandas dos camponeses e que o próprio Santos aceitou as reivindicações como reais e válidas. A obrigação de apoiar ou proteger os interesses dos camponeses para preservar e proteger os próprios interesses tiveram significativo reconhecimento social.

Vale ressaltar que durante as diversas ações coletivas que compuseram o *paro nacional agrário* ocorria, paralelamente, os tratados de paz em Habana (Cuba) discutindo justamente as questões de reforma agrária inerente aos acordos de paz. Isso demonstra como a questão agrária constitui uma variável fundamental nas ações coletivas que defendem a paz com justiça social.

Em termos da teoria do processo político observamos que apesar dos 12 mortos, dezenas de feridos e judicialização de militantes nas semanas da greve evidenciou-se capacidade de mobilização e de atitudes de solidariedade contemporânea entre camponeses e cidadão urbanos. Também foi possível compreender o *Paro Nacional Agrario* como performance do confronto expondo a violência como uma característica dessa atividade política (Tarrow, 2009). Para

além disso observamos que as atitudes solidárias motivadas pela dimensão moral maussiana foi exemplificada na pluralidade de motivações dos diversos coletivos envolvidos no paro nacional, há que se perceber o agir espontâneo e a atitude moral de desinteressamento para com a causa social do *paro nacional* foi fundamental para o êxito das mobilizações.

Após demonstrar o contexto das oportunidades políticas e a mobilização de recursos da ação social (repertórios do confronto) nos debruçamos sobre os fatores subjetivos que influenciam os atores sociais a se engajarem no movimento social.

4.3 QUADROS INTERPRETATIVOS DA MARCHA

Segundo Hunt, Benford e Snow (1994) três dimensões são fundamentais na construção dos QI: um: *o diagnóstico da realidade* e a partir deles os antagonistas ou responsáveis pela situação e como detonadores de determinados acontecimentos. Dois: *o prognóstico* que especifica o que deveria ser feito e quem deveria agir afim de sanar uma “anomalia” social identificada no diagnóstico. Três: *o processo de construção* e compreensão de razões essenciais, elementos de motivação, o horizonte normativo que justifica a ação coletiva.

A partir da alta densidade alcançada pela Marcha no tecido social colombiano identificou a oligarquia conservadora e a política econômica neoliberal, aquela que dissipa e govenamentaliza a práxis antiutilitarista do sujeito social, como os principais antagonistas do movimento (ZIBECHI, 2015; SANTOS, 2016; RODRIGUEZ & SILVA, 2017; MARTINS, 2017a, 2019). Assim sendo, identificamos oligarquia conservadora colombiana como um antagonista do movimento pelo fato da mesma utilizar de estratégias de poder, sobretudo pelo uso de prestígio e de influência que as mesmas gozam para redirecionar a organização do Estado democrático que passa a priorizar e defender a construção de projetos políticos de interesse do grande capital e dos maiores latifundiários (representam o setor patriarcal da sociedade são conhecidos como os “senhores” da guerra) em detrimento de políticas sociais preocupadas com a defesa do bem comum popular da nação.

Nesta direção o prognóstico que mobiliza as ações dos agentes sociais antiutilitaristas defende a urgência de ressignificar as conquistas das políticas progressistas latino-americanas baseadas numa linguagem moral e antiutilitarista capaz de reverter o espírito egoísta unilateral da práxis econômica neoliberal (MARTINS, 2017a, 2019, CAILLÉ, 2002, SANTOS, 2016) para tanto há que se reconhecer a legitimidades dos atores políticos engajados em projetos políticos alinhados ao pensamento de esquerda progressista latino-americano, aqueles que

reconhecem ser necessário mobilizar política públicas respaldadas no espírito convival o que é vital para ressignificar a conquista de bens cidadão reivindicados pelas *gentes del común*.

No âmbito do horizonte normativo, aquela “dar” vitalidade antiutilitarista para o movimento, identificamos que o entendimento moral *da paz com justiça social* constitui a motivação seminal que animam a justifica o agir antiutilitarista da Marcha no processo de reorganizar o entendimento da paz como um bem comum da nação.

4.3.1 Marco Diagnóstico da Marcha: contra o bloco conservador oligárquico neoliberal no poder e pela segunda e definitiva independência

Ao nos debruçarmos sobre as práticas sociais do cotidiano da Marcha percebemos que uma maneira estratégica de construir um processo de resistência para reorganizar estrutura conservadora e oligárquica que govenamentaliza as principais instancias democráticas da nação colombiana foi diagnosticar a paz com justiça social como um bem comum da nação capaz de reconstruir do tecido político da sociedade. Na prática esta estratégia privilegiou tanto a reivindicação de políticas voltadas para o reconhecimento das diferenças e de conquistas cidadãs baseadas em garantias jurídico-sociais quanto na construção de repertórios políticos (protestos, passeatas, reuniões, manifestos e etc.) voltados para defender a paz como um bem social mais amplo que se abre para a construção e garantia de novos direitos cidadãos. Foi a partir destas duas perspectivas que o diagnóstico da luta “pela segunda e definitiva independência”. Unificou diferentes frentes de lutas sociais em defesa da paz como um bem comum da nação.

Nesta direção a convocatória realizada para a comemoração do bicentenário de independência (ver Quadro 1) afirmava existir uma independência inconclusa. Por isso, o comunicado oficial visou envolver os militantes para manifestarem o seu descontentamento com tal situação o que acarretou mobilizações sociais nas casas, nos bairros, nas universidades, nas escolas e nas fábricas etc. (MARCHA PATRIÓTICA, 2010). O comunicado também advertia sobre o medo que pairava na sociedade colombiana e convidava a população para “florescer [despertar] o melhor de nós, colombianos e colombianas que lutam pela paz com justiça social, em contra da intervenção norte-americana e a favor da independência que nos fará livres” (MARCHA PATRIÓTICA, 2010).

Nesta primeira grande convocatória atenta-se para o fato de que: *está en marcha la independencia*, como também se torna visíveis os laços de solidariedade e irmandade entre os povos pois: “é uma *marcha* que quebra a fragmentação das lutas e os movimentos [sociais] para

permitir o reconhecimento da grandiosidade das ações [coletivas] e das atividades dos movimentos e organizações” (MARCHA, 2010, tradução nossa). A segunda independência como objetivo a ser alcançado parte da procura pela valorização e o resgate da história na constituição de povos que passaram de ser colonizados pelos espanhóis até constituir-se – pelo menos formalmente, mas ainda inconclusa de fato - como repúblicas soberanas. A comemoração do bicentenário desta perspectiva de segunda independência “exige rememorar as suas maiores promessas incompletas [...] a construção de verdadeiras e soberanas repúblicas em toda a região da nossa América com critérios multiétnicos e multiculturais” (MARCHA, S/D, p.16, tradução nossa).

Neste diagnóstico político-social identificamos quebrar as correntes para que o povo ocupasse a universidade pública, saber que eram muitos os que estavam proclamando o grito de independência também foi uma maneira de gerar automotivação:

Eu estive na porta da universidade nacional quebrando os cadeados da UN para que entrassem os camponeses. Ao ver entrar “o rio de gente” eu chorei! Porque foi emocionante ver as pessoas entrarem ao *campus* que estava fechado e nós [estudantes] tivemos que a abri e ver entrar o povo. Era o que sempre tínhamos sonhado: a universidade para o povo! Ver filas intermináveis de gente e ser ciente depois de 10 anos de participar do movimento estudantil que não estava doido e que como eu existiam milhares de pessoas que também estavam fazendo algo. Esse dia recuperei todas as forças que precisava e que em algum momento tinha perdido, pois passava por uma etapa muito sombria [de perseguição política] na minha vida. Nesta manifestação [20 de julho de 2010] recuperei todas as forças, tantas que são as mesmas que me tem hoje aqui⁹³ (EL INGENIERO, 2017 tradução nossa, informação verbal).

Para Marcha patriótica o ideal de promover uma *Segunda e Definitiva Independência* é alcançar a paz com justiça social. Um estado soberano com democracia, com um modelo econômico e político onde o direito a saúde, educação, moradia, lazer, cultura seja uma realidade, além da proteção dos recursos naturais como um dever efetivo do estado (MARCHA PATRIÓTICA, S/D), ou seja, a construção da nação colombiana que defenda a soberania de direitos coletivos e a conquista dos bens comum seja uma realidade fática da nação. Contudo, como havíamos falado, a estratégia de pôr no radar dos movimentos sociais a defesa de segunda e definitiva independência tinha que enfrentar um inimigo maior: o Estado conservador que implementa política neoextrativista e dissipa a vitalidade subjetivas das forças coletivas que defendem o bem comum como uma nova razão de viver juntos numa sociedade plural. Nesta direção a passagem a seguir demonstra como a política neoliberal teve amplo apoio da conjuntura política daquela época, senão vejamos:

⁹³ Informação fornecida por El Ingeniero em entrevista realizada em janeiro de 2017, Bogotá.

O governo Santos vem aprofundando o processo de neoliberalização da economia e da sociedade. Isso foi iniciado faz mais de duas décadas. Tal continuísmo favorece essencialmente ao capital financeiro transnacional e os grandes grupos econômicos que – pensando exclusivamente no seu desejo de lucro - impõe um modelo econômico empobrecedor. Tal modelo vem desindustrializando o país, reduzindo a produção agrícola, propiciando uma terceirização e estimulando ao extremo a especulação financeira; assim como durante a última década uma exploração intensiva da nossa riqueza em hidrocarbonetos, minerais e fontes de água, acompanhando-a da produção de agrocombustíveis, de exploração florestal e de megaprojetos de infraestruturas (MARCHA PATRIÓTICA, 2012b, tradução nossa).

Reiterando essa análise de instrumentalização da vida social a Marcha compreende que o neoliberalismo na sua fase do neoextrativismo, além das consequências nefastas em termos socioeconômicos, produz uma degradação da soberania e uma desigualdade social cada vez mais ampla. Ele também promove a depredação socioambiental, apropriação da riqueza social mediante o deslocamento das populações rurais da sua própria terra, como também desorganiza a construção do fortalecimento identitários dos povos afrocolombianos e indígenas.

Por fim, conforme indicou Martins (2005, 2017a) o neoliberalismo incentiva à mercantilização da vida social o que se constitui num fator de desregulação dos códigos morais dos cidadãos e favorece à corrupção como um mal-estar sociedade contemporânea. Na esteira disto há que se reconhecer que a forte influência do neoliberalismo na política promove a chamada privatização da política (BALLESTRIM, 2018). Na prática tal privatização exerce poder de “interesses mercantil” ou “*ganancias*” para deslocar a balança de poder a favor da elite conservadora e governamentalizadora da sociedade.

É nesta perspectiva de contra-poder ao poder oligárquico instituído que a Marcha reivindica a solução pacífica para o conflito um novo diagnóstico da luta pela paz com justiça social. É válido ressaltar que nos primórdios do movimento o adversário maior da Marcha era a estratégia política de estigmatização do ativismo político em prol da paz com justiça social. Isto adveio da “herança” do governo Uribe. Para aquele ex-presidente e seus correligionários políticos o fortalecimento do Estado beligerante ratificava o discurso conservador de que a política de segurança social implica “a continuação necessária da guerra” (MARCHA PATRIOTICA, S/D, p.22).

Na esteira disso observamos que a fragilização da sociedade ordenada pela “socialização” ou normalização da guerra civil não declarada constituiu uma espécie de controle social operado por setores oligárquicos da sociedade, que além do poder social tinham também poder influência sobre o controle na exploração de riquezas minerais do território colombiano, tais como petróleo e minérios de ferro. Esta conjunção de poder (social, financeiro, político)

dava plena condições para o encastelamento de pequenos grupos de controle que ditam as regras sociais de sobrevivência da nação colombiana. Dada esta cadeia de poder nas mãos da elite conservadora era notório a continuação do regime de controle operado pela violência do confronto armado e antidemocrático.

Por isso no manifesto pela solução política do conflito armado Marcha emite um comunicado ao governo Santos para que escute o povo colombiano e aceite a proposta de se envolver na procura efetiva de uma solução política do conflito. “Convencidos estamos que a saída é política e não militar” (MARCHA PATRIOTICA, 2012h, tradução nossa). Tal constatação implicou a construção de um sentimento comum de que era necessário construir mecanismos políticos democráticos e jurídicos mais amplos capazes de assegurar constitucionalmente os acordos de paz que vinham sendo tecidos como mecanismo para referendar os acordos da mesa de negociação da Habana (MARCHA PATRIOTICA, 2012c; 2013e).

A realização das constituintes regionais, territoriais e temáticas, propostas por Marcha direcionadas à maior participação possível com critérios de amplitude são um exercício pedagógico, um espaço para somar forças a favor da paz com justiça social. Além de ser uma via popular para fazer chegar propostas e iniciativas que enriquecerão o debate da Mesa de *la Habana* e a temática da futura Assembleia Nacional Constituinte (LOZANO GUILLEN, 2014, p. 68, tradução nossa).

Neste marco diagnóstico a Marcha Patriótica explicita seus antagonistas na Declaração Política da seguinte maneira:

Mesmo que o governo Santos tenha se empenhado para parecer renovador e modernizador nós da Marcha o consideramos a continuidade de um projeto hegemônico e de alinhamento com o *bloco no poder* que tem garantido a sua continuidade do seu governo. Sem deixar de lado os conflitos diferenças entre facções que constituem o bloco promovido pelos setores mais belicosos e de ultradireitas ligados ao *narcoparamilitarismo*. Para além da retórica não se manifestam novas condições que permitam afirmar que estamos caminhando para superar as estruturas autoritárias, criminais, mafiosas e corruptas que caracterizam o regime político colombiano (MARCHA PATRIÓTICA, 2012b, tradução e grifo nosso).

A oposição à oligarquia como antagonista constituída pelas elites econômicas e os setores políticos tradicionais numa estreita correlação com capitais transnacionais que promovem o “terrorismo de estado” e atua em prol dos interesses privados terminam sendo responsáveis pela situação na qual está imersa a nação.

Assim sendo, a partir de um diagnóstico de problemas estruturais da sociedade colombiana que rejeita todo tipo de imposição imperialista e colonialista que desorganizam a

vida democrática e a liberdade de expressão em defesa da paz com justiça social. A Marcha patriótica definiu o bloco de poder formado por autoridades políticas corrompidas pelo narcoparamilitarismo, as oligarquias formadas por latifundiários e os representantes da tradição econômica do neoliberalismo, tais como os grandes empresários e os representantes do neoextrativismo depredador das riquezas naturais da nação como os seus principais antagonistas.

Para reverter essa engrenagem político-social se fez necessário constituir uma alternativa de organização política que fosse capaz de propor uma articulação social que defendesse a paz com justiça social como bem social comum da nação.

4.3.2 Marco Prognóstico: as *gentes del común* e o ato de articular setores da esquerda

A partir do prognóstico construído pela Marcha Patriótica identificou-se na figura política das *gentes del común* o agente social que deveria agir politicamente em defesa da paz com justiça social. Nesta direção observa-se que:

A Marcha Patriótica é um movimento político e social que se concebe como o lugar de encontro de múltiplos processos de organização, resistência e luta das *gentes del común* e de diversos setores sociais e populares que tem decidido fazer seu o exercício da política com o propósito de materializar as transformações requeridas na sociedade, na economia para avançar de forma decidida até atingir a segunda e definitiva independência (MARCHA PATRIOTICA, SD, P. 19, tradução nossa).

A conotação do *comum* parece-nos uma maneira de reivindicar a ideia republicana de comuneiro na história do país, porém é possível ser lida como a forma de denunciar a ampliação das pessoas socialmente excluídas, tais como os proletários, os sem importância, a “ralé” dos quais fazem parte as minorias étnico-raciais, como também todas aquelas pessoas que se sentem ameaçadas ou não pelas políticas neoliberais e neoextrativistas.

Neste aspecto a metáfora do comuneiro comunga que na ideia de comunidade é possível criar novas possibilidades de reivindicar a paz com justiça social como uma necessidade (de interesse) geral do movimento porque:

A Marcha assume como sua a defesa dos territórios e dos planos de vida das comunidades camponesas, indígenas, afrodescendentes, *raíces* quilombolas e apoia irrestritamente os processos de *zonas de reserva campesina* (ZRC), os resguardos indígenas, os territórios coletivos para as comunidades afrodescendentes, e respalda ainda toda iniciativa da produção coletiva, democrática, autônoma e autogestora do território (MARCHA PATRIOTICA, SD, p. 33, tradução nossa).

Por outro lado, o discurso também apresenta a intenção de articular diferentes setores da esquerda e dos movimentos sociais para que seja possível a superação do modo de vida

imperialista na Colômbia e a transformação estrutural do estado. Marcha define como um dos seus objetivos a “*contribuição da mais ampla unidade do povo colombiano*”, isto ficou explícito na entrevista de Carlos Lozano (2014), *vocero* nacional:

Marcha tem bem presente o tema da unidade. Esse é um sentir: a unidade da esquerda, dos setores democráticos. Inclusive no ideário da Marcha planeja-se não só a unidade da esquerda, mas também os setores democráticos e progressistas para involucrarmos no processo de unidade. É esse o debate que tem a Marcha. Porém, foi o critério que se fundamentou a Marcha: não se limitar à esquerda, não acreditar que este era um novo partido político que podia facilmente substituir outros já existentes por ser considerado anárquico ou com algum outro critério excludente. Não! A Marcha Patriótica surge na ideia de ser um fator de unidade, de propiciar a unidade (LOZANO GUILLEN, 2014, p. 10, tradução nossa).

Como consequência da unidade que preconizou a Marcha, por sua vez, conseguiu articular os ativistas do mundo rural e da cidade com setores sindicais e partidos de esquerda e promoveu a articulação desses seguimentos sociais como o Partido Comunista, com o *Poder Ciudadano* e com *Polo Democrático Alternativo*. Assim sendo, sua base social é formada por organizações e associações camponesas, indígenas e afrodescendentes que confluem com movimentos urbanos sindicais, populares, cívicos e comunais além das organizações estudantis tais como a FEU e a ACEU de projeção nacional. Há ainda os setores que representam os interesses das mulheres, das questões culturais e das organizações LGBTI (ver figura 7).

Por conseguinte, Marcha conseguiu especificar quem deveria agir é a *gente del común* num movimento de grande influência na luta popular com projeção política e social nacional. Aqui vale a pena ressaltar o papel dos *first movers* como bem explicou Tarrow (2009) são aqueles líderes sociais fundadores como geradores de confiança, pois como explicita um dos voceros da Marcha-Bogotá. Esses comuneiros fazem parte de uma nova geração de líderes, pois:

Para mim a mobilização social da última década tem a ver por um lado, com o florescimento de novas gerações de líderes. Nós decorremos do genocídio das décadas dos anos setenta, oitenta e início dos noventa. Nós somos filhos órfãos porque nossos dirigentes sociais, aqueles que tinham que estar aqui foram mortos. Porém, após vinte anos temos novas lideranças. Então (sic), esta nova onda [de mobilizações] coincide com o surgimento de novos líderes no país. De novos líderes camponeses, de novos líderes estudantis, de novos líderes populares em que em alguns casos ocorreu de maneira espontânea porque não houve possibilidade de formar-se justamente pela “brecha” que abriu o genocídio. Dalí que [a geração dos novos líderes] é um fator determinante pois tudo isto [a mobilização social] retornou quando logramos ter uma nova geração [de líderes] que estiveram na frente de tudo isto (EL INGENIERO, 2017, tradução nossa, informação verbal).

A partir da fala do militante - comuneiro observamos que além da articulação de diferentes seguimentos sociais o objetivo da Marcha é arquitetar expressões de mobilização e resistência que congrega diferentes formas de mobilização e luta social para representar a luta pela paz com justiça social como um bem comum das *personas comuns*.

No ideário de interpelar num tipo de solidariedade que o trabalho coletivo promove, os sonhos coletivos e a esperança geram confianças no espírito de colaboração e articulação que se reativam na metáfora do *MARCHAR* o que se materializa na ação simbólica de caminhar juntos, de “lutar coletivamente por uma forma particular da ação política: a mobilização” (MARCHA PATRIÓTICA, 2012b, tradução nossa).

Assim, no empenho de vivenciar os desejos das pessoas (*gentes del común*) tais como os valores morais da paz, justiça, independência, esperança e autonomia são ideias que dão sentido de viver aos que fazem *as gentes del común, da comunidade*. Tal sentido de comum foi o que nutriu o libertador da primeira independência: *Simón Bolívar* e os seus precursores. Isso, ao nosso entender, constituiu uma espécie de “gramática de sentidos” no imaginário simbólico desses protagonistas libertários da nação.

4.3.3 Marcos de Motivação: sobre a paz com justiça social como bem comum da nação.

Reivindicar o desejo de independência e a construção da paz duradoura num país que sofreu séculos de dominação imperialista e décadas de violência do maior conflito armado da América Latina constitui um desafio complexo para mobilizar motivações antiutilitaristas fundamentada por práticas morais solidárias voltadas para a formação de valores e atitudes preocupados em defender a paz com justiça social como um bem comum. Na verdade, como foi visto, a paz entendida como um bem comum constituiu-se numa metáfora poderosa da prática social antiutilitarista do movimento que ao pôr a conquista da “segunda e definitiva independência” como um objetivo simbólico do movimento tornou evidente que a luta em defesa da paz é antes de qualquer coisa a conquista de direitos e de valores cidadãos capazes de trazer empoderamento social para as *gentes del común*. Com efeito, houve uma disseminação extensa das práticas solidárias espalhada pela marcha nos diferentes modos de interação do cotidiano colombiano, pois a conquista da paz com justiça social não era apenas uma bandeira de luta da Marcha era uma bandeira de luta *comum* da colômbia.

Nesta direção a difusão de slogans de alto alcance social tais como “está en Marcha la segunda y definitiva independencia, (estar em marcha a segunda e definitiva independência) “Marcha de la Alegría, la Esperanza y la Dignidad”, (Marcha da alegria, da esperança e da

dignidade”. Indica o quanto os ideais antiutilitarista do movimento começou a reorganizar as expectativas de uma nova construção social da realidade do país cafeeiro. Tal realidade, como vimos, remete a defesa de atitudes e valores das *gentes del común*, que agem na esperança de conquistar a autonomia e a justiça que lhe foram subtraídas do cotidiano por um longo período de desesperança social. Ou seja, para Marcha estes slogans de paz e independência são possíveis pela construção de engajamento associativo, pois para esses militantes os princípios de solidariedade e cooperação são valores morais do mundo social:

Em contraposição à exaltação do individualismo, o mercantilismo e a competição de todo preço, a Marcha tem como referente os valores culturais da solidariedade, a cooperação e a fraternidade. Sua proposta é essencialmente humanista e descolonizadora (MARCHA PATRIÓTICA, S/D, p. 38, tradução nossa).

Nesta passagem fica evidente como as ideias de paz e independência constituem bandeiras sociais do movimento. Por conseguinte, as noções de solidariedade, cooperação, humanização, entre outras se alinham com as ideias do movimento maussiano que propõe uma reflexão crítica a fim de desconstruir a lógica mercantil de sociedade presente na ideia de “eficácia” das relações humanas.

Ao invés disso, os ideais mobilizados pela Marcha Patriótica como a questão da democratização de vida comunitária e a valorização das pessoas comuns (dos povos) coaduna com a noção moral e sociológica de *comum*. Isso foi definido com maior propriedade por P. H. Martins no texto: *A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação* (2005). Para esse autor a ideia de comunidade deve ser percebida como “[um] convite para se entender que a vida associativa pode, inclusive, constituir um elemento diferencial importante para se pensar uma moral do indivíduo que seja compatível com a sobrevivência do coletivo democrático” (p.51).

Fica claro como as ideias mobilizadas pela Marcha convoca a população colombiana e os atores coletivos a fim de canalizar as ideias de associação e coletividade das pessoas comuns para atingir a construção de valores morais onde a independência verdadeira da nação democrática possa se concretizar na conquista política e efetiva da paz com justiça social. Com efeito, a defesa da democracia como uma realidade política da nação que possa garantir processos de organização coletiva do trabalho, tais como a formação de espaços para o cooperativismo, para as associações de ajuda mútua fundamentadas nas ideias do bem comum, como também a possibilidade de construir mecanismo de resistência política contra atitudes utilitaristas da tradição neoliberal (CHANIAL, 2004; MARTINS, 2005) são possibilidades de

novas formas de socialização capaz de ressignificar a estrutura do atual modelo de sociedade colombiana.

Assim sendo, a Marcha patriótica como um dos atores políticos envolvido na negociação do conflito armado teve a preocupação de colaborar na construção de uma transformação estrutural da sociedade e do estado capaz de atingir a *democracia real*, ou seja, a construção de estruturas de organização política que supere o modelo neoliberal na fase de neoextrativismo e favoreça à implementação da reforma agrária integral e a materialização dos direitos fundamentais tais como: acesso à saúde, educação e o trabalho digno. A luta pelos direitos indígenas, afrodescendentes, mulheres, jovens e da comunidade LGBTI também figuram bens comuns fundamentais para a vida democrática da nação.

Por isso, é interessante evidenciar que a agenda de negociações das FARC-EP e o governo de Santos, a maioria desses direitos estiveram sempre na pauta do projeto político da Marcha o que, segundo o movimento, é fundamental para iniciar as transformações social, econômica, políticas-estruturais capazes de mobilizar dispositivos para implementar um modelo de sociedade baseada nos parâmetros de *gente del común* (das pessoas comuns). A ressignificação da Marcha ao definir seu caráter *patriótico* pelo compromisso indeclinável da autodeterminação dos povos e a crítica a qualquer forma de dominação imperialista e colonial, consequentemente, defende a ideia da “*Pachamama*” na qual os colombianos e colombianas sentem-se ligados por vínculos morais, culturais, afetivos e históricos:

A partir dos princípios da solidariedade e cooperação com os povos [...] Marcha Patriótica reconhece como sua tradição emancipação da nossa primeira independência, reconhece a existência na nossa nação e da região de uma tradição de luta anti-imperialista e do pensamento crítico latino-americano (MARCHA PATRIOTICA, S/D, p. 15, tradução nossa).

Na construção da grande pátria latino-americana, Marcha resgata a memória promovendo o reconhecimento de ilustres *comuneros* (líderes sociais e ancestrais) que configuraram importantes movimentos de resistência, mas não constam nos livros de história tradicionais.

Materializando essas entidades de resistências sociais latino-americanas há que se conhecer como esses agentes históricos inspiraram a Marcha. Em primeiro lugar enfatizamos a personalidade da caciqua indígena *Gaitana*, líder da resistência contra a conquista espanhola, outro símbolo de transformação social advém do *Cimarrón Benkos Biohó*, líder e libertador dos escravos *cimarrones* de Cartagena, neste contexto é interessante conhecer a personagem histórica da Policarpa Salavarrieta (*la pola*) heroína patriota da independência da Colômbia. O líder social, o comuneiro José Antônio Galán, foi um ilustre colombiano líder da insurreição

dos Comuneiros. Nesta lista ainda consta Antonio Nariño precursor da independência da *Nueva Granada*, feminista e libertária Manuelita Zaéns, por fim, referenciamos as ideias de Simón Bolívar, libertador e emancipador latino-americano, como uma das fontes de inspiração da Marcha:

Como falou o libertador, a unidade é nossa divisa. Nós propomos construí-la na base e com a mais ampla gama de organizações amigas e irmãs. As propostas de trabalho que estamos construindo são pela unidade, pois no encontro que teremos de cumprir com o nosso dever histórico junto ao povo colombiano e chegaremos nele juntando todas as nossas rebeldias (MARCHA PATRIOTICA, 2012a, tradução nossa).

Não é por acaso que na bandeira do movimento estar em destaque a imagem de Simón Bolívar. Essa herança histórica funciona como um dispositivo simbólico de luta que encoraja os militantes recuperarem o símbolo de nação, de pátria e ainda conclama os ativistas a inspirarem sua ação social em torno das *Gentes del Común* na formação da sociedade nacional e na implementação de direitos coletivos e de cidadania pois, “não é possível se implementar direitos de cidadania no território nacional sem considerar os sentimentos de pátria e a mobilização política do povo que permitem às populações construírem vínculos de solidariedades e direitos comuns” (MARTINS, 2017a, p.5).

Consequentemente, é na articulação do projeto político da Marcha que observamos a concepção da *democracia real*, principalmente, quando o conceito refere-se a necessidade de:

Avançar para a democracia com caráter popular, real, direto, comunitário e de autogestão, ou seja, uma democracia que propenda pela participação real do povo na construção do poder da base, encaminhada ao controle e administração do Estado para transformar as lógicas de desigualdade, opressão, discriminação e violência (MARCHA PATRIÓTICA, S/D, tradução nossa).

Nesta construção de significados da Marcha Patriótica houve o alinhamento dos valores, interesses, desinteressamentos, objetivos e atividades da *gente del común* na construção da paz com justiça social o que pode ser lido como a valorização dos bens comuns por parte da Marcha. Isso foi o que verificamos em suas ações coletivas moralmente motivadas, pois como E. Restrepo afirmou “a esperança é a filha mais bonita deste processo”⁹⁴, referindo-se à necessidade de levar a diante o processo de paz e descolonizar o pensamento utilitarista que fragiliza os bens comuns da nação.

Assim sendo, nosso envolvimento com a teoria antiutilitarista da dádiva e das ações coletivas, por um lado, nos permitiu compreender que a ação coletiva das *gentes del común*

⁹⁴ A entrevista completa pode ser assistida no site: <<https://www.clacso.org.ar/megafon/megafon7.php>>
Acesso em: 25 de nov. 2018.

foram alinhadas ao *macro frames* dos direitos coletivos e da cidadania amparados no lema da paz com justiça social. Isto nos permitiu a construção de quadros interpretativos fundamentais para as motivações do agir estratégico preocupado com as negociações do conflito armado.

Por outro lado, no contexto sociológico do agir moral, observamos que a obrigação maussiana do agir na construção social da paz com justiça social teve por base os valores morais, tais quais tiveram as *mariposas* libertárias amarelas na obra de Gabriel Garcia Márquez, ou seja, o agir moral dos militantes de reivindicar a construção da paz como a possibilidade de “voar” livremente numa sociedade que passa a compreender a paz como um bem comum dos indivíduos.

Enfim, deixamos uma reflexão problematizadora: nesta construção das ações coletivas da Marcha como foram construídos os laços de solidariedade antiutilitaristas? Até o momento nossa imaginação sociológica aponta que a ideia de solidariedade advém de uma postura de igualitarismo moral tal qual (RAWLS, 2017) já falava da necessidade da sociologia revisar esse conceito para compreender as novas tramas das etapas dos acontecimentos sociológico. Porém, antes de chegar neste questionamento é fundamental compreender a construção social das ações coletivas que foram protagonizadas no Brasil pelo Movimento Passe Livre.

5. MOVIMENTO PASSE LIVRE: OPORTUNIDADES, REPERTÓRIOS E QUADROS INTERPRETATIVOS.

Essa meta “Curta”, no entanto, estava diretamente ligada à meta mais ambiciosa de transformar um serviço mercantil em direito social universal.
Pablo Ortellado

Neste capítulo nosso foco concentrou-se nas mobilizações sociais brasileiras que emergiram na década dos anos 2010. Nosso foco de estudo foi o Movimento Passe Livre (MPL). Interessou-nos a descrição analítica das ações coletivas as quais foram “motivadas por forças do protesto e da indignação [moral]” (GOHN, 2017, p.12). Paralelamente, na mesma década, Marcha Patriótica da Colômbia também surgiu e demonstrou protagonismo coletivo e poder de mobilização social em prol da paz como um bem comum daquela nação.

Portanto, a Marcha e o MPL emergiram numa conjuntura de crises econômico-político-sociais que durante os anos de 2009 a 2011 assolaram vários países e ainda ressoam com significativa contundência em várias nações latino-americanas. A Primavera Árabe (2010) e Occupy Wall Street (2011) aparecem como uma espécie de “modelo” destas ações coletivas contemporâneas, sobretudo, porque questionaram a forma como os administradores públicos tentaram contingenciar os efeitos das respectivas crises assinaladas (BRINGEL, MUÑOZ, 2010) e elegeram o caráter apartidário (não antipolítico) das lutas sociais (PESCHANSKI, 2018).

Ademais estas mobilizações caracterizam-se por terem estruturas de organização presente em todo território da nação e defendem a horizontalidade política como uma nova postura plural no processo de tomada de decisão. Isto dificulta práticas de autoritarismo das lideranças e consolidam a vitalidade democrática dos fóruns de decisões e dos comitês regionais como instâncias deliberativas adequadas para o amadurecimento das propostas político-morais do movimento (SARAIVA, 2010; LOZANO GUILLÉN, 2014; PESCHANSKI, 2018). Enfim, as estratégias de ação empreendidas por esses dois movimentos sugerem um novo modelo de “civilização” das ações coletivas construindo uma maneira autêntica de mobilizar novas racionalidades para o agir social.

Diante disto a organização geral do capítulo levou em consideração um *corpus de textos* formado tanto pela análise documental de textos e artigos produzidos pelo próprio MPL e pelos seus militantes intelectuais quanto pela interpretação e apreciação de textos sociológicos que deram respaldo ao trabalho mais amplo de entendimento de como essa ação coletiva “desestabilizou” as linhas tradicionais de interpretação sociológica dos movimentos sociais da última década no cenário político-social brasileiro (GONH, 2017; SCHERER-WARREN,

2015; PESCHANSKI, 2018; JUDENSNAIDER, 2013, GREGORI, 2013; SARAIVA, 2010; SARAIVA PANTOJA, 2017, SANTAREM, 2014).

Mantendo a mesma estratégia analítico-descritiva que foi utilizada no capítulo anterior pomos ênfase nos aspectos mais significativo do coletivo social. Esta estratégia explicativa implicou destacar tanto a gênese da organização, a estrutura e o projeto de articulação do movimento quanto o entendimento da estrutura de oportunidade política, do repertório de confronto e dos quadros interpretativos do MPL. A partir do aprofundamento destes recursos chaves da teoria do processo político foi possível explicitar como as estratégias antiutilitarista do MPL ressignificou a discussão da mobilidade urbana tornando evidente que o ato de ir e vir precisa ser assegurado como um direito social mais amplo, um bem comum da sociedade.

Em linhas gerais, o Movimento Passe Livre (MPL) emergiu no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2005) na plenária nacional pelo passe livre. A partir deste evento o MPL passou a ser reconhecido coletivamente e institucionalmente como movimento social constituído por princípios específicos de atuação antiutilitarista.

Esta organização teve origem na rede federativa de coletivos locais a partir de ações coletivas que tiveram repercussão nacional como: a *Revolta do Buzu* e a *Revolta da Catraca*. Nestas oportunidades o Passe Livre demonstrou força de mobilização que talvez nem ele mesmo era consciente da relevância e amplitude da sua luta social. Sobre isto observamos:

[...] rejeitando os argumentos pretensamente “técnicos” e “racionais” das autoridades o MPL mobilizou milhares de manifestantes duramente reprimidos pela polícia. Esses manifestantes se transformaram em dezenas de milhares e, depois, em milhões (à custa, é verdade, de certa diluição política) e os poderes locais foram obrigados a, precipitadamente, revogar os aumentos. Primeira lição importante: a luta compensa, é possível ganhar e dobrar as autoridades “responsáveis”! (LOWY, 2014).

Esta passagem demonstra a força de mobilização com propósito comum que arregimentou milhares de militantes oriundos de diversas bandeiras sociais do mundo urbano. Estes ativistas incorporaram no agir político a característica da multimilitância (SARAIVA, 2010) o que possibilitou mobilizar milhares de cidadãos nas jornadas de junho de 2013 focados em reivindicar ações antiutilitaristas contra o Estado com o intuito de demonstrar que o amplo acesso ao transporte público precisa liberar novas formas de entendimento político-solidário da mobilidade urbana. Desta maneira as mobilizações do MPL forjaram a compreensão do transporte urbano a partir da perspectiva do direito coletivo voltado para o bem-estar social dos cidadãos.

Ao avançarmos no entendimento das ações coletivas do MPL ficou evidente que o movimento soube aproveitar a oportunidade política oriunda do processo de “sucateamento”

dos serviços de mobilidade urbana público e da privação de acesso ao transporte gratuito e de qualidade nos centros urbanos do Brasil. Neste contexto é interessante ressaltar que o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista brasileiro (ALVES, 2014) gerou uma conjuntura de desajuste político-social que foi “denunciado” antecipadamente pelas manifestações sociais pós-jornadas de junho de 2013.

Portanto, reivindicar a gratuidade do transporte coletivo revela que diferentes segmentos da sociedade brasileira sofrem uma série de restrições e exclusões para ter acesso à mobilidade urbana compreendida como um bem social. Isto, de certa forma, demonstrou como a precarização do transporte público constituiu-se numa chaga social que o MPL soube entender ao focalizá-la como uma questão social que precisa ser enfrentada efetivamente (ANTUNES, 2018). Pôr esta discussão em evidência no contexto da oportunidade política confrontacionista constitui um exemplo de protagonismo das ações coletivas.

5.1 OPORTUNIDADES POLÍTICAS: OS VINTE CENTAVOS E A TARIFA ZERO

Em tempos de guerra,
Nada é de maior importância
que saber usar a oportunidade
(Diplomata florentino)

Segundo (McADAM; TARROW; TILLY, 2009), o impacto e as transformações da realidade são refletidos nos movimentos sociais quando as mudanças têm ressonâncias na vida política dos indivíduos. Isto, ressalta os autores, possibilita a formação de novas vias de confronto e lutas sociais que são oriundas de oportunidades políticas para os atores ou sujeitos sociais dinamizarem o conflito político. Estas configurações ocorrem a partir das seguintes possibilidades:

Os movimentos sociais se desenvolvem dentro de limites colocados por estruturas prevaletentes de oportunidade política: as organizações formais de governo e de políticas públicas; a facilitação e a repressão das reivindicações dos grupos desafiantes por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p.26).

A partir desta passagem é possível evidenciar o paralelismo dessas ideias com o nosso objeto de pesquisa. Por um lado, a Marcha apresentou uma reivindicação “favorável” à conjuntura de negociações de paz com justiça social entre o governo Santos e as FARC-EP, por outro, o Movimento Passe Livre teve maior visibilidade nas jornadas de junho de 2013 o que permitiu o MPL apresentar a pauta antiutilitarista da mobilidade urbana para o governo Dilma. Isto, estrategicamente, possibilitou o movimento acionar as estruturas de mobilização e alinhá-

las ao frame pelo direito de ir e vir e pela gratuidade do transporte o que possibilitou o MPL mobilizar a revogação do aumento da tarifa como uma das oportunidades políticas da mobilização social. Nesta direção os governos municipais foram identificados pelo MPL como antagonistas das suas ações coletivas.

Assim sendo, as estruturas de oportunidades políticas do Passe Livre advêm das adversidades do acesso às cidades decorrentes da “dificuldade” financeira dos indivíduos utilizarem o transporte coletivo. Esta dificuldade é materializada simbolicamente pela *catraca*, que funciona como dispositivo de controle segregador da experiência cidadã de o acesso às grandes metrópoles brasileiras, pois:

O transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor [...] dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe à mobilidade de ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade (MPL-SP, 2013, p. 21-22).

Destarte, o Movimento Passe Livre definiu-se como “um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um *transporte público de verdade*, gratuito para o conjunto da população e sem fim lucrativo” (TARIFA ZERO, 2014). Em vista disto, constatamos que a gênese e o desenvolvimento do MPL têm a ver com a luta sistemática pelo transporte público gratuito caracterizado pela ausência do espírito do capitalismo entendendo-o como um serviço público que reconhece à importância do direito à cidade como um bem comum antiutilitarista. Neste aspecto a sistematicidade das principais ações coletivas do MPL logrou o reconhecimento social de “manifestante e interlocutor confiável da população” (GREGORI, 2013, p.100). Tal reconhecimento pode ser demonstrado a partir da confiança popular do movimento construída ao longo das diversas jornadas mobilizadas nos últimos 15 anos (ver figura 10).

Figura 10 Retrospectiva das principais Ações do MPL



5.1.1 Aumento da Tarifa: Os Vinte Centavos

Diferente da MARCHA, que teve origem e antecedentes sociais do mundo agrário, conforme constatamos, o MPL é um movimento que emerge do mundo urbano e tem no universo social da juventude uma das características preponderantes do movimento (SARAIVA, 2010). Em linhas gerais, o movimento iniciou suas atividades em Salvador-BA nas manifestações estudantis da “Revolta do Buzu” no ano de 2003. Vale lembrar que o reajuste das tarifas anunciado para o mês de outubro daquele ano fez que muitos estudantes saíssem às ruas obstruindo o trânsito e, ao mesmo tempo, demonstrando a indignação com a mercantilização do transporte público. Desde das primeiras ações coletivas as mobilizações do MPL já circulavam com o “DNA político” da ausência de representatividade partidária na construção da luta social pelo passe livre. Sobre o caráter da representatividade espontânea do movimento é prudente reconhecer que:

[...] essa comissão não tinha representatividade nenhuma dos estudantes, o movimento surpreendentemente cresceu com uma espontaneidade que chega a provocar admiração e espanto a quem está acostumado com isso e está

acompanhando de perto, pois não dá para ver a dimensão disso só pelos jornais e pela janela dos ônibus presos nos engarrafamentos (CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE, 2003 apud SARAIVA, 2010, p. 66).

Ainda tratando das principais mobilizações que deram origem ao MPL há que se reconhecer que a ação coletiva da *Revolta da Catraca* constituiu outro antecedente da luta pela gratuidade do transporte público. Esta ação política em prol do transporte público em Florianópolis ocorreu entre os anos de 2004 e 2005. Tais manifestações foram caracterizadas pela força da repressão policial contra jovens manifestantes que protestavam contra os acréscimos sucessivos na tarifa do transporte público praticados naqueles dois anos. Tais mobilizações ganharam repercussão nacional devido a implantação da lei que implementava o Passe Livre. Isto foi fundamental para o surgimento de outros núcleos do MPL em várias regiões do país, senão vejamos:

O movimento então configurado ganhou visibilidade nacional e resultou na aprovação na Câmara dos Vereadores de uma lei que implantou o passe livre, posteriormente considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça catarinense. Mesmo tendo perdido a batalha legal pelo passe livre no local, essas lutas, também divulgadas pelo CMI, estimularam o aparecimento de núcleos de luta pelo passe livre em cidades como Brasília, São Paulo, Recife, Fortaleza, Salvador, além de outras, sempre com um caráter de intermitência em suas manifestações de massa (SARAIVA, 2010, p. 66).

Estes dois fatos formam parte dos antecedentes que deram início a um movimento horizontal, autônomo, independente, não partidário, mas não anti-partido. A maneira autônoma de defender direitos e bens sociais conquistados pela sociedade civil demonstrou a afinidade do MPL com os preceitos político-morais defendidos pelos ativistas e intelectuais do movimento antiutilitarista. Ao aproximar a luta em defesa do passe livre com os preceitos morais do pensamento maussiano destaca-se a perspectiva moral anticapitalista das mobilizações sociais o que ressignifica a crítica ao processo de instrumentalização e mercantilização dos serviços públicos de interesse social comum contido do transporte coletivo.

A explicação sobre a mercantilização das práticas sociais e a crítica à forma utilitarista de organização social foi mobilizada inicialmente por M. Mauss em *Ensaio sobre o dom* (2003). Posteriormente pensadores como A. Caillé, J. Godbout, C. Lefort e P.H. Martins atualizaram a discussão político-moral daquele pensador francês clássico. Nesta direção observamos que na obra *História Crítica da Filosofia Moral e Política* (2005)⁹⁵ os autores organizadores tomam por base as contribuições do filósofo C. Lefort para salientar que a ideia de democracia não deve ser entendida apenas como um conceito abstrato da ciência política. Para eles a democracia deve ser entendida como um modo de organização política que supere o poder normalizador-

⁹⁵ Cf. CAILLÉ; LAZZERI; SENELLART (Orgs.), 2005.

administrativo do Estado empoderando os cidadãos a reorientarem suas ações no mundo social. Sobre isso achamos fundamental ressaltar que:

O regime democrático não se reduz (...) ao dispositivo institucional e constitucional que articula a relação entre poderes públicos e a sociedade civil. Também se caracteriza por aquilo que Tocqueville mostrou ser um movimento irreprimível para nivelar [igualar] condições, que remodela completamente das ordens do antigo regime, conduz ao desmembramento da ordem teológico-política e a emergência de novas forma de associação civil e política (CAILLÉ; LAZZERI; SENELLART, 2005, p. 758, acréscimo nosso).

A partir do horizonte de inspiração anticapitalista do movimento e do legado histórico constituído com as primeiras ações coletivas antiutilitaristas (revoltas da Catraca e do Buzu) emergiram novos modos de associativismo político-moral preocupados com a questão social do transporte público de qualidade desvinculado do interesse mercantil. Em termos práticos, observamos que o reconhecimento do MPL para com a questão antiutilitarista da mobilidade foi um dos fatores que provocou o cancelamento do reajuste nas tarifas do transporte público em várias metrópoles nacionais após as mobilizações de junho de 2013. Portanto, os reajustes das tarifas, naquela época, constituíram-se numa oportunidade política que o movimento soube mobilizar para demonstrar à sociedade brasileira a força política dos movimentos sociais que defendem a construção plural de novos direitos coletivos como o bem comum da mobilidade urbana, materializado na luta anticapitalista do *Passe Livre*⁹⁶.

Sobre esse protagonismo do *Passe Livre* é interessante perceber que naquela época (junho de 2013) os militantes do MPL ainda não tinham a dimensão que as manifestações contra os vinte centavos iriam atingir: “Essas manifestações [contra o reajuste da tarifa], todavia, ocorrem há muitos anos em todo o país, porém com menor ressonância. Desta vez a escala e a repercussão foram enormes” (GREGORI, 2013, p.99).

Um dos militantes do MPL-SP descreveu a sistemática repercussão das manifestações pelo *Passe Livre* assim,

Paralelamente ao desenvolvimento político desigual e complexo do MPL, as avenidas do Brasil são tomadas de norte a sul por uma onda de mobilizações urbanas ainda que espaçadas [...] Cidades como Salvador e Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba; São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória; Aracaju, Maceió, Recife, João Pessoa, Fortaleza, Natal e Teresina; Belém, São Luís, Rio Branco e Manaus: Distrito Federal, Goiânia e Cuiabá registraram, em algum momento ao longo dessa década, com maior ou menor intensidade manifestações com a temática do ‘Passe Livre’ ou contra o aumento das tarifas (POMAR, 2013, p. 14).

⁹⁶ Segundo A.C Saraiva (2010) o ideal do *Passe Livre* advém do I Encontro Nacional do MPL “ocorrido no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o MPL passa a se definir coletivamente como movimento social, estabelecendo claramente seus princípios de atuação e vindo a se chamar Movimento *Passe Livre*. (Mendes, 2007 apud SARAIVA, 2010, p. 68).

Uma vez disseminadas os ideais antiutilitarista do Passe Livre em todo país observou-se o anúncio do governo federal de postergar os reajustes da tarifa do transporte público até junho 2013⁹⁷. Esta medida foi um esforço de evitar que o reajuste da tarifa em capitais como São Paulo e Rio de Janeiro aumentasse o impacto da pressão social a favor da gratuidade do transporte público. Senão vejamos:

Enquanto outras prefeituras tinham concedido o aumento em janeiro, Haddad o havia postergado a pedido da presidenta Dilma para ajudar a conter a inflação no primeiro semestre. Em troca do sacrifício a presidenta havia prometido uma desoneração de tributos que dava margem para um aumento de tarifa abaixo da inflação (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 43).

Sobre isso é importante reconhecer as observações de Nogueira (2013), principalmente, o fato de que o governo Dilma ao optar pelo controle da inflação demonstrou “desconhecer” a relevância político-sociais dos clamores das ruas isto acelerou o desgaste da sua gestão implodido politicamente o que lhe restava de governabilidade. Nesta direção o que parecia ser uma estratégia de controle social do governo neodesenvolvimentista do PT, na verdade, caracterizou-se pela falta de habilidade política para entender o que falava as vozes da rua, pois: “ [...] de certa forma ao fazer esse movimento, o governo jogou um holofote na questão. Provavelmente isso acentuou a repercussão dos protestos sobre os aumentos que foram maiores em anos anteriores” (GREGORI, 2013, p. 99).

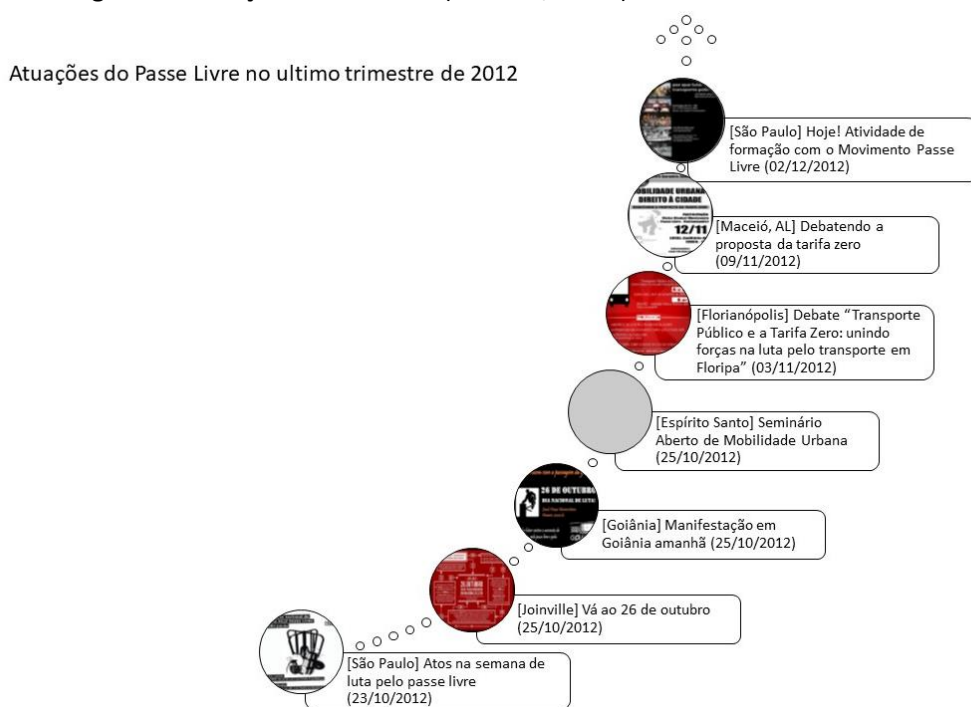
De fato, esta aparente “falta” de habilidade política do poder executivo para perceber essa questão social do transporte público ficou evidente nesta passagem:

Frente à possibilidade de novo aumento na tarifa nos ônibus de SP o MPL chama todos a se mobilizarem na quarta-feira 28/11 a partir das 17h em frente à Câmara Municipal de onde sairemos em passeata pelo Centro. Neste dia, os vereadores realizarão a primeira votação do Orçamento 2013. Isto é muito importante para a decisão sobre um eventual aumento (TARIFA ZERO, 2012).

Porém, esta não foi a única convocatória que o Passe Livre realizou no ano anterior às jornadas de 2013. Vejamos algumas as ações que foram realizadas no ano 2012 e que terminaram sendo quase que eventos “preparatórios” para as jornadas de junho de 2013. (Ver figura 11).

⁹⁷ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,sp-e-rio-decidem-adiar-alta-na-tarifa-de-onibus,140769e> Acesso em: 25/06/2016.

Figura 11 Atuações Passe Livre (out-dez/ 2012).



Fonte: Tarifa Zero

Segundo P. Santarém (2014), o que está identificado nestas mobilizações sociais é a construção de uma cultura política diferenciada, uma vez que:

Um conjunto de cidades brasileiras conviviam com a possibilidade iminente de aumento das passagens de ônibus. Empresários do Transporte Coletivo negociavam localmente seus aumentos com as prefeituras recém-eleitas, utilizando-se para isso de todo arsenal possível, desde planilhas de custo de caráter duvidoso a greves declaradamente patronais. Uma cultura de lutas, forjada nos últimos dez anos em especial pelo Movimento Passe Livre (MPL), continha um histórico recente de mobilizações de pequeno e médio porte em mais de cem cidades do país, com algumas vitórias. Apesar de constantes, estas mobilizações contra os aumentos das passagens tinham espaço razoável, mas nem de longe central no imaginário político oficial (SANTAREM, 2014, p. 14).

Segundo Gregori (2013), outro fator decisivo na construção da oportunidade política das ações coletivas organizadas pelo MPL nas Jornadas de 2013 foi a maior visibilidade dos ganhos que a agenda anticapitalista do movimento traria para o cotidiano da população. Este assunto provocou destaque nas manchetes de vários veículos de comunicação, tais como: “Baixa da tarifa de ônibus vai aliviar inflação em junho e julho⁹⁸”. Isto suscitou comentários como:

A redução nas tarifas de transporte público anunciada nas principais capitais do país puxará para baixo a inflação em junho e julho. "Esses serviços têm peso

⁹⁸ Disponível em: conecontabil.com.br/baixa-da-tarifa-de-onibus-vai-aliviar-inflacao-em-junho-e-julho
Acesso em: 18 de maio 2018.

substancial e influenciam muito a inflação no curto prazo", explicou o economista André Braz, da Fundação Getúlio Vargas (ESTADÃO, 2013a).

Vale ressaltar que em relação à hegemonia das grandes empresas de comunicação brasileiras muitas delas utilizaram-se do poder que possuem para confundir a população com excesso de informação e coberturas “cinematográficas” das ações coletivas. O objetivo era legitimar e “fundamentar” um hipotético falso moralismo⁹⁹ das ações coletivas que, em princípio, foram formadas para evidenciar a questão social da mobilidade urbana no país. Sobre o poder de exercer a desinformação pelo excesso de informação é prudente entender que:

O poder da grande mídia fez com que a imprensa funcione como força política explícita, seja no estilo de um ‘quarto poder’ que vigia e pressiona seja como instigadora de formas sutis de desobediência civil ou mesmo de golpes políticos. A ausência de diversidade de opinião no atual sistema midiático brasileiro e o processo de ideologização das notícias aparecem com claro sinal negativo, a destacar o caráter pouco democrático da sociedade (NOGUEIRA, 2013, p. 196).

Sobre a relevância das mobilizações de 2013 percebemos que foi construído um canal de diálogo com a presidência da república o que levou a ex-presidente Dilma Rousseff a reconhecer que haviam movimentos sociais legítimos naquele momento de turbulência social do país (NOGUEIRA, 2013).

Este fato contribuiu para impulsionar a força política do MPL que passou a ser considerado um ator político decisivo no debate sobre o transporte coletivo e a defesa da *Tarifa Zero* como alternativa ao transporte público mercantilista. Curiosamente, após o encontro de alguns representantes do grupo com a presidenta Dilma para tratar das pautas mobilizadas pelo [MPL] o próprio movimento afirmou que: “o governo federal está despreparado para debater as medidas para melhorar o transporte coletivo” (Ver figura 12).

⁹⁹ Sobre este falso moralismo evidenciamos o fato de que muitos meios de comunicação entenderem propositalmente que o objetivo dos protestos tinha a ver com a questão da corrupção de alguns partidos de esquerda. Como será visto nesta tese isto não foi o lócus político das jornadas de junho em 2013. Todavia, é importante destacar que fenômeno da corrupção é um problema social mais geral da sociedade brasileira o que derruba a hipótese de que este fato patológico seja um problema de ideologia política (NOGUEIRA, 2013).

Figura 12 O MPL é recebido pela presidenta Dilma no Planalto Central



Fonte: foto de recorte de Jornal¹⁰⁰

Em termos de oportunidade política o prestígio alcançado pelo MPL provocou a manifestação pública, via entrevista coletiva ou comunicado oficial, de atores sociais influentes na conjuntura política brasileira. Os pronunciamentos do ex-presidente Lula e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso demonstram como as ações do MPL repercutiram no cenário político daquela época. Ambos terminaram pronunciando-se a favor das mobilizações ao reconhecerem que as reivindicações das ações coletivas eram legítimas. Como exemplo citamos as palavras do ex-presidente Lula sobre a questão da mobilidade urbana:

Ninguém em sã consciência pode ser contra as manifestações da sociedade civil porque a democracia não é um pacto de silêncio, mas sim a sociedade em movimentação em busca de novas conquistas. Não existe problema que não tenha solução. A única certeza é que o movimento social e as reivindicações não são coisa de polícia, mas sim de mesa de negociação. Estou seguro, se bem conheço o prefeito Fernando Haddad, que ele é um homem de negociação. Tenho certeza que dentre os manifestantes, a maioria tem disposição de ajudar a construir uma solução para o transporte urbano. (JUNDENSNAIDER et al., 2013, p. 161).

Segundo Nogueira (2013), uma das tendências do governo Lula foi a “institucionalização” de muitos movimentos sociais fazendo que estes atores sociais estivessem atraídos “pelo Estado e para o Estado”. Coincidência ou não, muitos dos movimentos terminaram “ocupando sempre mais espaços na esfera estatal e governamental [...] os movimentos tiveram que se dedicar à gestão e a modificar parcialmente sua agenda e seu estilo de atuação” (p. 113).

¹⁰⁰ Adquirido do acervo pessoal de uma militante MPL nov/2017.

“O despertar das ruas” para o governo Dilma pode ser compreendido como uma mudança de postura crítica ao processo de institucionalização dos movimentos. Nesta direção o legado do período lulista, percebido como o “articulador dos movimentos sociais”, teve efeito contraditório na tentativa da administração Dilma melhorar a articulação com os movimentos. Na verdade, tal legado acabou sendo mais um problema que uma solução (NOGUERIA, 2013).

Destarte, não é de estranhar que depois de um período “morno” de mobilizações sociais as ações coletivas promovidas pelos movimentos autônomos, sem partido e independente foram ativadas. Para o MPL que estava nas ruas há oito anos lutando pela gratuidade do transporte público o aumento da tarifa por decreto facilitou as estratégias do movimento ratificar os antagonistas do confronto político:

[...] na verdade, tem um responsável. Se tem alguém que tem controle sobre a situação, alguém que pode esfriar essa revolta que está em curso é o prefeito e o governador. Eles decretaram o aumento da tarifa e quando eles decretaram esses aumentos, por decreto, sem discussão, aumentaram a tarifa, foram eles que instalaram a revolta popular na cidade¹⁰¹ (ESTADÃO, 2013b, informação verbal).

Neste aspecto a reação de insatisfação e irritação que foram colocadas nas Jornadas de junho demonstraram haver um mal-estar social que advém do descontentamento generalizado com o poder público. Isso provocou perplexidade e desencanto com a crise que se instalava no Brasil. Diante desta falta de sentido para vida social as ações coletivas assumiram a obrigação moral de agir contra os problemas de descaso público com o objetivo de evitar o agravamento da situação. Logo, a questão da mobilidade urbana “desatou” um sentimento de necessidade para agir em prol de outrem porque: “Os aumentos da tarifa não se tratam de uma questão técnica, mas política, como provam os diversos lugares em que a pressão popular conseguiu revertê-los” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p.160).

Por isso, a indignação difusa do mês de junho permitiu que sujeitos políticos organizados na hierarquia de poder horizontal fossem legitimados e se tornaram referências para mediar com o poder público a discussão da mobilidade urbana. O MPL-SP, por exemplo, teve respeito e o reconhecimento dos conselheiros e gestores da cidade de São Paulo. Para a professora E. Maricato da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (FAU-USP) as ações coletivas expressaram afetos de um novo momento: “saúdo essa nova geração. Meu coração está em festa. É um novo ciclo de política urbana para o país” (IBID et al., 2013, 184). Da mesma forma outro dos conselheiros refletia:

¹⁰¹ Informação fornecida por Caio Martins em entrevista o dia 12 de junho de 2013b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RNFFbzitm2A>> Acesso em: 5 de nov. 2018.

Quando começou o movimento que eu não conhecia ainda, perguntei: 'mas por vinte centavos?', depois que vi que tinha sido abaixo da inflação. Depois me atentei que defendiam o passe livre. Por que não? Pode ser possível. Esse é o maior aprendizado que todo administrador público tem que ter nesse momento (JUDENSNAIDER et al., 2013, 184).

O MPL como ator principal das jornadas de junho teria uma demanda única, clara, específica, pontual e simples como afirmou na entrevista um militante do MPL-SP.

Revogar o aumento da tarifa sem discussão! “Bom, a reivindicação das manifestações é bem clara: a gente está se colocando na rua contra o aumento das tarifas de ônibus. Mas o próximo passo cabe à prefeitura e ao governo do estado dar, que é revogar esse aumento de 20 centavos e voltar o valor da tarifa para R\$: 3,00¹⁰² (RODA VIVA, 2013, informação verbal).

Portanto, a objetividade e clareza reafirmadas pelo MPL em diferentes meios de comunicação sobre a pauta única demonstrava também a necessidade de combater o desvirtuamento das mobilizações induzido pela mídia. A indignação com a repressão policial foi uma indignação contra a luta pela redução das tarifas afirmou uma das militantes. “No centro de tudo isso estão os 20 centavos, que não deixam de ser a pauta única e a mobilização como um todo. A pauta central permanece sendo os 20 centavos”¹⁰³ (BRASIL DE FATO, 2017).

O fato de ter uma pauta única e tão pontual não tirou força e, sim, deu maior clareza a legitimidade do movimento. Para a pesquisadora A. Saraiva (2010) é interessante compreender a concepção restrita dos movimentos que lutam por ‘causas pontuais. Ressalta ela, ao contrário do que expressam as avaliações superficiais do movimento a construção de uma pauta única demonstrou no discurso do MPL uma visão abrangente e o profunda sobre o sentido do seu agir político-estratégico das ações antiutilitarista a favor do passe livre.

O objetivo de curto prazo é bem claro, é a redução da passagem, a revogação do aumento. O movimento, de fato, defende uma pauta mais ampla, defende a *Tarifa Zero*. Ele acha que uma vez que o transporte é essencial para circular pela cidade, para as pessoas se apropriarem da cidade, ele não deveria ser pago mediante tarifa. Porque enquanto existir a tarifa, na verdade, os aumentos vão a vir todo o ano, porque os custos aumentam todo o ano. Então é uma decisão política a existência da tarifa. Então o movimento politicamente defende isso, mas não é por isso que as pessoas estão na rua. As pessoas estão na rua pela revogação do aumento (RODA VIVA, 2013, informação verbal).

A revogação do aumento como uma meta de curto prazo, como uma meta objetiva, concreta e exequível demonstra existir no MPL uma clara orientação para a conquista estratégica de resultados. Nesta direção a revogação do aumento da tarifa foi mobilizada pelo

¹⁰² Informação fornecida por militantes do MPL em entrevista realizada o dia 17 de junho de 2013.

¹⁰³ Entrevista completa no site Brasildefato. Disponível em: <

<https://www.brasildefato.com.br/2017/07/01/grande-midia-convocou-classe-media-em-2013-diz-integrante-do-mpl/>> Acesso em: 19 de fev. 2018.

movimento como uma oportunidade política seminal para pôr em evidência que o reajuste da tarifa no sistema de transporte público faz parte de um entendimento mais amplo do transporte compreendido como uma prática de serviço mercantil em detrimento da concepção moral da mobilidade urbana compreendida como um bem comum social, uma vez que deslocar-se e ter acesso à direitos básicos como o direito de ir e vir à cidade deve ser visto como uma garantia de reconhecimento da cidadania ativa dos indivíduos (MARTINS, 2005, 2017a). Sobre a construção da luta social para compreender o transporte público como um bem comum é relevante escutar o depoimento de uma militante do MPL no conselho de transporte municipal de São Paulo. Sobre isso, vejamos:

Eu acho que o prefeito se contradiz quando fala que está querendo discutir a questão em termos políticos e não técnicos e vem com a gente com um monte de planilha, para falar o custo disso e daquilo [...] se tem dinheiro para construir toda uma infraestrutura para receber megaevento, para privilegiar o capital financeiro, para privilegiar diversos setores que não o povo, deve haver a mesma disposição para revogar o aumento [...] eu acho que a questão não é simplesmente remanejar impostos, não, o que está colocado é que os empresários do transporte têm um lucro absurdo com isso. A gente tem que tirar o lucro dos empresários. É daí que tem que vir a Tarifa Zero. Porque um direito público não deve ser encarado como fonte de lucro para ninguém, deve ser encarado como um direito. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 183).

Esta postura política e a revogação da tarifa ajudou também a reforçar e evidenciar a função democrática das ações coletivas, porque:

Em primeiro lugar eu acho interessante pontuar que a gente é um movimento social que luta por transporte público. A gente está cumprindo nosso papel enquanto movimento social, que é levar as pessoas para a rua, que é pautar nossa reivindicação na luta por um transporte verdadeiramente público [...] O que a gente (sic) está pautando é uma inversão de prioridades no orçamento; então que se priorize o investimento em transporte público, e não em transporte privado como acontece hoje em dia. [...] Então (sic) a gente tem que fazer um questionamento: será que não existe mesmo financiamento, será que não existe mesmo recurso? Ou será que é uma opção política que não prioriza o investimento em transporte público? (RODA VIVA, 2013, informação verbal).

Estas afirmações e questionamentos feitos pela militante do MPL-SP pareciam ter ressonância suficiente para que o poder público brasileiro refletisse o que significou aquela situação de impasses sociais. Uma resposta interessante sobre isso emergiu do Palácio do Planalto. A presidenta Dilma Rousseff reconheceu a força das mobilizações como uma mensagem direta daquela “nova” configuração político-democrática para mobilizar questões sociais, sobretudo pelo fato da ampla participação dos cidadãos e da reivindicação de direitos relacionado ao bem comum da sociedade.

O Brasil hoje acordou mais forte [...] os que foram ontem às ruas deram uma mensagem direta ao conjunto da sociedade, sobretudo aos governantes de todas

as instancias. Essa mensagem direta das ruas é por mais cidadania [...] pelo direito à participação. Essa mensagem direta das ruas mostra a exigência de transporte público de qualidade e a preço justo. Essa mensagem direta das ruas é pelo direito de influir nas decisões de todos os governos, do legislativo e do judiciário [...] essa mensagem direta das ruas comprova o valor intrínseco da democracia, da participação dos cidadãos em busca dos seus direitos¹⁰⁴ (informação verbal).

5.1.2 Tarifa Zero e O direito à cidade

Uma das contribuições promovida pelas mobilizações sociais do MPL foi demonstrar haver dependência entre a questão antiutilitarista da mobilidade urbana e a construção de ações coletivas voltadas para uma postura político-democrática moral favorável a ampliação dos direitos coletivos da sociedade. Isto, dentre outras maneiras, adveio, da *oportunidade política* do movimento conhecer a proposta antiutilitarista de transporte público denominada *Tarifa Zero* (JUDENSNAIDER, 2013; GREGORI, 2013). Este entendimento ampliado da função social do transporte público foi resultado de pesquisa que se deu no processo de reflexividade na atuação do movimento o que promoveu a necessidade de aprofundar as questões do transporte coletivo no contexto político-econômico daquele momento.

Nesta atitude antiutilitarista de aprofundar a discussão moral-solidária da mobilidade urbana levou o MPL a construir novas articulações com seguimento acadêmico, servidores públicos e com especialistas do assunto. Para Saraiva (2010), tais acontecimentos abriu um novo caminho de entendimento sobre o que seja o *direito à cidade*:

Assim, nem bem o novo governador tomou posse em 2008, os ativistas concluíram que a lógica do transporte local mudaria. José Roberto Arruda vinha com uma proposta modernizadora do setor concretizada no projeto ‘Brasília Integrada’, para o qual articulou vultosos empréstimos no Banco Interamericano de Desenvolvimento e no Banco Mundial. Os estudos, então, voltaram-se não só para o aprofundamento do conhecimento sobre a proposta do governo, mas também para a constituição de uma perspectiva própria e ampla sobre o tema. Foi dessa forma que o MPL-DF iniciou, em princípios de 2007, a elaboração de sua proposta de ‘*Direito à Cidade*’. Para isso, o coletivo buscou textos, realizou seminários com a colaboração de alguns professores da Universidade de Brasília e, posteriormente, entrou em contato com o ex-secretário de transporte do governo Luíza Erundina (SP), Lúcio Gregori (SARAIVA, 2010, p. 72, destaque nosso).

Após esse momento de mergulho acadêmico na discussão sobre o *direito a cidade* formou-se novas redes de diálogo sobre o amadurecimento da questão o que permitiu o MPL compreender com maior propriedade a relação entre mobilidade urbana e o mundo da política.

¹⁰⁴ Informação fornecida em depoimento da Presidenta Dilma Rousseff, (13 de junho de 2013). Presidenta Dilma se pronuncia sobre manifestações e ressalta transformações sociais. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=KQhwyaGNLbU> >. Acesso em 10 nov. 2018.

Isto repercutiu no agir do movimento ao definir a questão da *Tarifa Zero* como uma dimensão da mobilidade urbana. Nesta direção a ideia plural da mobilidade urbana como um direito coletivo voltado para o bem comum dos cidadãos incorporou-se ao agir político do movimento o que será tratado como maior profundidade na próxima sessão.

Mobilidade Urbana: a Proposta da Tarifa zero

Segundo o ex-secretário Lúcio Gregori do governo Erundina (SP) e autor da proposta *Tarifa Zero* para o transporte coletivo (POMAR, 2013) o projeto é apenas a “ponta do iceberg” chamado mobilidade urbana e metropolitana. Para o autor da proposta foi necessário superar enormes desafios para reconhecer a função social da mobilidade urbana contida na proposta antiutilitarista da tarifa zero, sobretudo, o fato da Constituição Federal não reconhecer a mobilidade urbana como direito social, vejamos o que estabelece o sexto artigo constitucional:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)¹⁰⁵

Ao não elencar a mobilidade como um direito social tal qual a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a alimentação, o lazer, dentre outros direitos automaticamente estar-se-ia negando a acessibilidade dos direitos, pois “a mobilidade urbana e metropolitana [é] necessária para acessar boa parte dos serviços relativos aos demais direitos” (GREGORI, 2013, p. 101).

Neste sentido, afirmou o ex-secretário, a primeira questão é a inclusão da mobilidade no sexto artigo da Constituição Federal, o qual já foi proposto pela Emenda Constitucional PEC 74 no Senado Federal e que, por sua vez, adveio da proposta PEC 90 da Câmara dos Deputados Federais. Sobre isso é fundamental compreender que:

A inclusão da mobilidade [...] a través da aprovação da PEC 74 do Senado, já aprovada na Câmara sob a denominação de PEC 90, de autoria da deputada Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo. A PEC 90 é de sua iniciativa: durante seu governo, em 1990, a Tarifa Zero foi proposta e encaminhada junto com a respetiva reforma tributária, que gerava recursos adicionais ao orçamento municipal, a fim de garantir esse novo serviço pago indiretamente, e não no ato de sua utilização, como ocorre com a coleta e destinação final do lixo, a iluminação pública, para não falar da saúde, educação e segurança pública (GREGORI, 2013, p. 101).

¹⁰⁵ Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641309/artigo-6-da-constituicao-federal-de-1988> > Acesso em: 11/11/2018.

Tal proposta antiutilitarista que abrange a mobilidade num olhar ampliado de longo prazo mobilizou no horizonte político-social a construção de uma visão ampliada e “utópica da desmercantilização dos transportes públicos coletivos, tornando-os gratuitos” (GOHN, 2017, p. 32). Tal atitude antiutilitarista implica mudanças radicais no olhar economicista do transporte coletivo que nos lemas do movimento Passe Livre ficou conhecido como “por uma vida sem catracas” (ver Figura 13).

Figura 13. Logomarca MPL



Vale ressaltar que em 2015 houve uma nova conquistada do MPL. Foi aprovada uma emenda na constituição federal que reconheceu a mobilidade urbana como direito social. O Senado Federal aprovou em primeiro turno a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 74/2013 no dia 18 de agosto. Vejamos a redação oficial da proposta.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou no final da manhã desta segunda-feira (30) um pedido de urgência, a ser encaminhado ao presidente Renan Calheiros, para a apreciação da PEC 74/2013. Essa PEC inclui o transporte como um direito social. O requerimento foi aprovado por sugestão de Paulo Henrique Santarém, do Movimento Passe Livre (SENADO FEDERAL, 2015).

Após quatro anos das jornadas de junho de 2013 L. Gregori (2017) identificou como um dos legados do Passe Livre o fato de que: “o MPL transformou a discussão do transporte público. Ela saiu do campo dos especialistas, dos engenheiros, e passou a ser um problema político” (CARTA CAPITAL, 2017). Sobre isso vale destacar que desde 2013 uma das militantes ao ser entrevista no Programa Roda Viva deixou estabelecido a relação entre mobilidade e política, como também externou algumas inquietações do movimento. Neste aspecto L. Gregori (2013) destaca que estão:

Aí incluídas formas de exercício de democracia, reforma tributária, separação entre interesses privados e interesses públicos, cuidado melhor, mudanças e inovações, nos chamados serviços públicos. Menos palavras e mais ação consequente e de prioridade efetiva na defesa dos interesses da maioria (GREGORI, 2013, p.100).

Portanto, entender a proposta da *Tarifa Zero* pressupõe tanto uma maneira diferente de enfrentar os interesses privados do transporte público quanto compreender o transporte como

serviço público significa rever o olhar utilitarista inscrito nos pontos “sensíveis” do sistema capitalista, porém, o caráter propositivo do MPL despertou a necessidade de compreensão de mecanismos que levaram à gratuidade do transporte coletivo para o centro do debate político nacional. Senão vejamos:

Do ponto de vista econômico, o capitalismo não é incompatível com o passe livre. Desejável e viável, aliás, a proposta [tarifa zero] contribui para a eficiência da reprodução do capitalismo. Mas, e nisso reside o caráter explosivo da proposta, também é compatível, principalmente, com uma alternativa social – em que elementos de justiça social e econômica não são residuais, mas o centro gravitacional de toda a atividade econômica – e se coloca como um desafio aos interesses de grupos capitalistas poderosos (PESCHANSKI, 2013, p.110).

É justamente este caráter antiutilitarista de justiça social que mobilizaram as ações políticas que reivindicaram o direito a ir e vir e “o direito de poder movimentar-se pela própria cidade. A partir deste olhar social da mobilidade urbana foi possível compreendê-la com maior amplitude para construir ferramentas de transformação social desta questão urbana (LEGUME & TOLEDO, 2011). Em outras palavras, o direito à cidade “mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade, mas de acordo com o desejo de nossos corações” (HARVEY, 2013).

Direito à Cidade

Neste contexto, há que se entender que no sistema neoliberal as cidades terminam sendo o centro da valorização e financeirização do capital:

Concebidas enquanto empresas em concorrência umas com as outras pela atração de capitais (e eventos, é óbvio), as cidades e os territórios se oferecem no mercado global entregando a capitais cada vez mais móveis (foot loose) recursos públicos (subsídios, terras, isenções). A guerra fiscal é apenas uma das formas da urbanidade global, que empurra coalizões locais de poder a buscarem articulações em níveis nacional e internacional que assegurem a cada cidade – leia-se, aos capitais e capitalistas localizados – uma inserção, mesmo que subordinada, no mercado global (VAINER, 2013).

Tal fato nas palavras de Zibechi (2015) significa provocar o “extrativismo urbano”. Ou seja, um modelo de acumulação que se concretizou no Brasil em torno dos megaeventos esportivos e das grandes obras de infraestrutura que gerou grandes alterações na estrutura urbana e afetaram de maneira contundente os setores mais precarizados das cidades. Com efeito, nesta última década o Brasil foi sede dos Jogos Mundiais Militares (2011), da Copa das Confederações FIFA (2013), da Copa do Mundo FIFA (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016). Ratificando a fala de Zibechi identificamos que “importantes e valorizados são os megaeventos e só em função deles ocorrem investimentos em mobilidade, mesmo assim discutíveis em muitos casos” (GREGORI, 2013, p.100).

Na contramão dos megaeventos emergiu a Tarifa Zero que como afirmam os militantes do MPL a *Tarifa zero é uma luta de todos e muda todo*. Neste sentido, lutas a favor do transporte público e gratuito enfrentam um modo de governar muito complexo, na medida em que as perpetuações de desigualdades incluem dimensões menos evidentes como a segregação espacial e a especulação imobiliária que estrategicamente são invisibilizadas pelo sistema governamentalizador da vida social (ZIBECCHI, 2015).

Por isso, a proposta de ter acesso ao serviço de transporte sem nenhum tipo de cobrança implica construir uma nova postura antiutilitarista de desafiar a ordem hegemônica vigente da perspectiva político-neoliberal que “coordena” as regras da política de mobilidade urbana. Sobre a possibilidade de reverter essa realidade instrumental do transporte urbano é necessário atentar que:

A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais (HARVEY, 2013).

Portanto, é importante entender que ao desafiar a organização neoliberal do transporte urbano a proposta da *Tarifa Zero* promulga que “os transportes coletivos urbanos devem ser encarados como um serviço público essencial, e nessa condição devem caminhar rumo à gratuidade total e universal” (LEGUME; TOLEDO, 2011). Nesta direção ressaltamos que a proposta do passe livre tem fundamentos sólidos, em termos de experiência fática, porque existem exemplos e experiências nos Estados Unidos, Europa e até mesmo no Brasil na qual as cidades que oferecem transporte gratuito e universal. As cidades brasileiras como Agudos e Tijuca do Sul mostram que a *Tarifa Zero* é uma utopia real (PESCHANSKI, 2018). Consequentemente, a proposta estaria em concordância com os princípios de democracia, igualdade e solidariedade contemporânea. Assim sendo, “o direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais” (HARVEY, 2013).

Trazendo essa discussão da mobilidade urbana mobilizada pelo MPL para o contexto da teoria do processo político observamos que o MPL compreendeu a oportunidade política do aumento da tarifa como um momento estratégico para desencadear a possibilidade de novos ativismos sociais o que gerou novas oportunidades políticas do confronto político. Na sessão seguinte ampliamos nossa análise do MPL deslocando o foco para a estrutura orgânica do movimento e para os repertórios que impulsionaram suas reivindicações sociais.

5.2 ESTRUTURA ORGÂNICA E OS REPERTÓRIOS DE CONFRONTO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE

Ao tratarmos da estrutura orgânica e dos repertórios do confronto do MPL apresentamos a questão da horizontalidade como um recurso “inovador” que, em termos da teoria do processo político, constituiu-se numa expressão mais dinâmica e plural das mobilizações sociais.

5.2.1 Estrutura orgânica: Os princípios de horizontalidade, da autonomia, de Independência e o pacto federativo

A partir da autodefinição do MPL vimos que na estrutura orgânica do movimento não há organização central das suas ações. “Não existe hierarquia neste movimento. Não existe uma direção centralizada onde poucos decidem por muitos. Todos têm igual poder de participação” (TARIFA ZERO, S/D). Consequentemente, a organização política do MPL é fundamentada por ser um:

Movimento social de transporte, autônomo, horizontal e **apartidário**, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras, etc. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes nem respondem a qualquer organização central (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2015).

A questão da horizontalidade como forma de organização (GOHN, 2017; ZIBECHI, 2015) e sem comando central permitiu acentuar o princípio de autonomia e as formas próprias do fazer, porém, o movimento estruturou-se territorialmente em princípios federativos de organização, quais sejam: o princípio de frente única e o pacto federativo que respeita a autonomia de organização local: “uma aliança em que as partes obrigam-se (sic) recíproca e igualmente na qual os movimentos nas cidades mantêm a sua autonomia diante do movimento federal” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, S/D).

Nesta forma de organização rizomática¹⁰⁶ existem algumas “diretrizes” na constituição do pacto federativo do movimento que reconhece a autonomia dos grupos associados o que

¹⁰⁶ Interpretamos que a forma estrutural orgânica do MPL pode ser compreendida a partir do modelo rizomático proposto pelos pensadores G. Deleuze e F. Guattari. Para eles: “Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço [...] cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas. Os agenciamentos coletivos de enunciação funcionam diretamente nos agenciamentos mecânicos, e não se pode estabelecer um corte radical entre os regimes de signos e seus objetos” (IBIDEM, p.4). Para maior aprofundamento: Deleuze, G., & Guattari, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, 1995.

impede que haja a sobreposição de um sobre outro o que, consecutivamente, preserva o princípio da horizontalidade do movimento e identifica a instância do grupo de trabalho. Logo,

Em nível federal, é formado por representantes dos movimentos nas cidades, que constituem um Grupo de Trabalho (GT). O GT é formado por pelo menos 1 e no máximo 3 membros referendados pelas delegações presentes no Encontro. Os grupos locais de luta não presentes devem ter o aval dos movimentos que fizerem parte do GT. Deve-se garantir a rotatividade dentro do GT de acordo com as decisões do MPL local (LOPES & HEREDIA, 2014, p. 291).

Desta maneira, entre os diferentes princípios tais como: federativos, horizontalidade, autonomia e de independência foram tecendo-se a estrutura organizativa do movimento (MENDES, 2007; SARAIVA, 2010; MPL, 2015). Segundo R. Zibechi (2015), a consolidação do movimento se deu em 2006 no II Encontro Nacional quando formalizaram o pacto federativo com treze coletivos e a participação de 160 militantes. Em termos de organização, afirmou Zibechi que se criaram grupos de trabalhos voltados para comunicação, organização, apoio jurídico e outro para o estudo sobre Transporte.

Ao compreendermos este modelo arbóreo de organização rizomática do MPL foi possível entender a expansão do movimento, sobretudo, por estarmos acompanhando no site e nas diferentes plataformas sociais algumas postagens que o movimento realizava através da internet. Neste aspecto identificamos que a rede mundial de computadores permitiu ampliar o repertório de confronto com os canais de contrainformação, principalmente, porque tais meios foram utilizados como: “instrumento de participação, mobilização e criação de identidade” (BRINGEL, MUÑOZ, 2010, p. 30). Assim sendo, é interessante analisar a importância dos instrumentos tecnológicos mobilizados pela organização tal como “*flyer*” postado pelo MPL-DF. Tal recurso permitiu maior interação com os militantes ao mostrar narrativas textuais e as singularidades do seu agir político, como também localiza geograficamente, neste caso, as cidades do grande Distrito Federal onde o movimento desenvolve trabalho de base (Ver figura 14).

Figura 14 Quebrando a catraca pela base



Fonte: Site MPL-DF

Portanto, achamos interessante ressaltar a independência no agir que o coletivo tem em cada cidade isto faz parte dos princípios organizativos do movimento como o da autonomia, por exemplo. Sobre isso percebemos que: “Os coletivos do MPL são independentes entre si, em suas ações locais, desde que respeitem os princípios organizativos nacionais [...] O MPL depende apenas das pessoas que o constituem” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, S/D).

Vale ressaltar que tais princípios trazem inspiração de correntes anarquistas, libertárias e autonomistas do movimento zapatista (GOHN, 2017; SARAIVA, 2010; ZIBECHI, 2015). Deste último, o MPL mobiliza algumas características que estão presentes na sua composição orgânica, quais sejam: a autonomia que o leva a rejeitar subsídio político-econômico do governo; a construção de poderes não estatal, ou seja, a formação de poder inspirados na comunidade como assembleia, por exemplo, que é utilizada nas tomadas de decisões antiutilitaristas.

Sobre o princípio de autonomia o MPL entende que por meio desta é possível “optar por controlar e escolher seus próprios rumos, defender a autogestão do sistema de transportes e organização da própria vida” (MENDES, 2007, p.11). Isso também foi entendido nas palavras do movimento assim: “A autonomia é o mesmo que autogestão. Significa que todos os recursos

financeiros do movimento devem ser administrados, criados e geridos pelo movimento” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, S/D).

O depoimento de um dos ativistas autônomo do MPL nos ajuda a entender a complexidade do princípio de horizontalidade no processo organizativo do movimento, uma vez que ao reivindicar a construção do processo de mobilização como parte de uma cultura política vivenciada (MENDES, 2007, p.34) estabeleceu-se um caminho, um sentido para viver fundamentado no paradoxo moral-relacional do oxímoro “mandar obedecendo” o que culminou num ativismo processual. Sobre a perspectiva zapatista¹⁰⁷ do movimento observamos que essa inspiração política se materializou na maneira como o movimento trabalha a ideia de *liderança*, ou melhor, no fato da não-liderança, ou seja, o MPL opta por não reverenciar a ideia do líder. Esta perspectiva de pensamento político do líder é “diluída” no próprio movimento pela figura do “referente”, do não do líder (LOPES et al., 2014).

Curiosamente, nas jornadas de junho alguns militantes foram identificados como celebridades pela imprensa oficial, sobretudo pela repercussão causadas por algumas entrevistas concedidas ao jornalismo da TV Cultura e do Jornal o Estado de São Paulo, por exemplo. Para Saraiva Pantoja (2017), a ideia de antiprotagonismo é uma característica do MPL. Segundo ela, as funções de negociação, articulação e oratória são rejeitadas como objeto de prestígio no movimento, uma vez que na ética grupal do MPL o fato de querer ser protagonista do movimento pode ser lido como uma atitude de traição aos princípios da organização (IDEM).

Corroborando com as questões assinaladas anteriormente identificamos dois fatos que ressaltam o ideal do não protagonismo defendido pelo movimento social em estudo. O primeiro dele diz respeito ao fato de que os nomes de alguns militantes autônomos são nomes fictícios e estão correlacionados à sigla MPL. Os nomes ficcionais Maria *Paiva Lins* (M.P.L) e Paique Lima (P.L), por exemplo. Isto, estrategicamente, permite valorizar a ideia do coletivo ao invés dos indivíduos, pois os nomes têm correlação com a sigla MPL¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Segundo A. Susi (2010) El movimiento zapatista tiene su génesis en el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) surgió “a finales de los años setenta, como grupo marxista de naturaleza mestiza que se planteaba reivindicaciones fundamentales de democracia y de desarrollo nacional; el EZLN nació como filiación del Ejército Insurgente Mexicano (EIM), después Frente de Liberación Nacional (FLN). Se distinguió de los grupos armados de aquellos años sobre todo por los métodos de lucha y durante más de dos décadas se dedicó a un trabajo silencioso con las comunidades de la Selva Lacandona” (IBID, p. 148) .

¹⁰⁸ No entanto, isto também pode ser lido como uma maneira de esconder a identidade individual, favorecendo assim o processo de “identização”, como é o caso do rosto coberto do *pasamontaña*, personagem político zapatista que ganhou a simpatia da sociedade civil pelo “o rosto dos sem rosto” e que qualquer um pode usá-lo. (SUSI, 2010).

O segundo fato é que ao não ser possível identificar os líderes diminuiu-se a possibilidades dos militantes serem cooptados pelas instituições governamentais. Tal estratégia política do não protagonismo também favoreceu o MPL “invisibilizar” as responsabilidades e as funções dos militantes no interior do movimento. Esta mobilidade das funções e dos espaços ocupados chamou a atenção dos meios de comunicação e dos especialistas acadêmicos, pois como falou L. Saraiva Pantoja (2017), a *Mobilidade* termina sendo a principal pauta do agir coletivo como também o elemento basilar na conformação interna do MPL. Por isso, segundo esta pesquisadora e militante: foi “necessário criar resistências à cristalização do poder, à fixidez das posições. É necessário criar uma anti-hierarquia: a mobilidade” (SARAIVA PANTOJA, 2017, p. 64).

Neste sentido, a mobilidade destaca-se também como estrutura organizativa, tal como a horizontalidade e a perspectiva de autonomia de dar-a-si-próprio suas próprias leis:

Esses movimentos frequentemente valorizam mais o processo do que o resultado: é o meio pelo qual atuam, a horizontalidade, a democracia direta, assim como a criatividade das suas ações, que dão a eles sabor e sentido. As lutas são ao mesmo tempo experiências vivas de uma democracia comunitária e espaço de autoexpressão contracultural. Algumas vezes, essa dimensão processual é sobrevalorizada e mesmo contraposta aos resultados práticos da ação política (ORTELLADO, 2013, p. 227).

Sobre o princípio de horizontalidade e os processos de tomada de decisão por consenso falaremos sobre isso nos capítulos seguintes, pois é neste princípio que identificamos uma maneira autêntica de fazer política mobilizada pelo MPL (ZIBECHI, 2015; SARAIVA PANTOJA, 2017). Antes disso, faz-se necessário compreender os repertórios do confronto que o MPL propôs na inauguração do novo ciclo de protestos (GOHN, 2017).

5.2.2 Repertórios de Confronto: Entre a Ação Direta e o Ativismo Online

“Fechando Ruas para Abrir Caminhos” (MPL-DF)

Para compreender os repertórios confrontacionista do MPL foi necessário entendermos as características da estrutura de mobilização das ações coletivas do movimento. A primeira dela tem a ver com a ação direta como forma de fazer política ou como afirmam os militantes: “a política se faz nas ruas”. O segundo aspecto diz respeito à utilização da internet como um dispositivo de repertório político utilizado nas mobilizações em defesa do passe livre.

Ação Direta do MPL

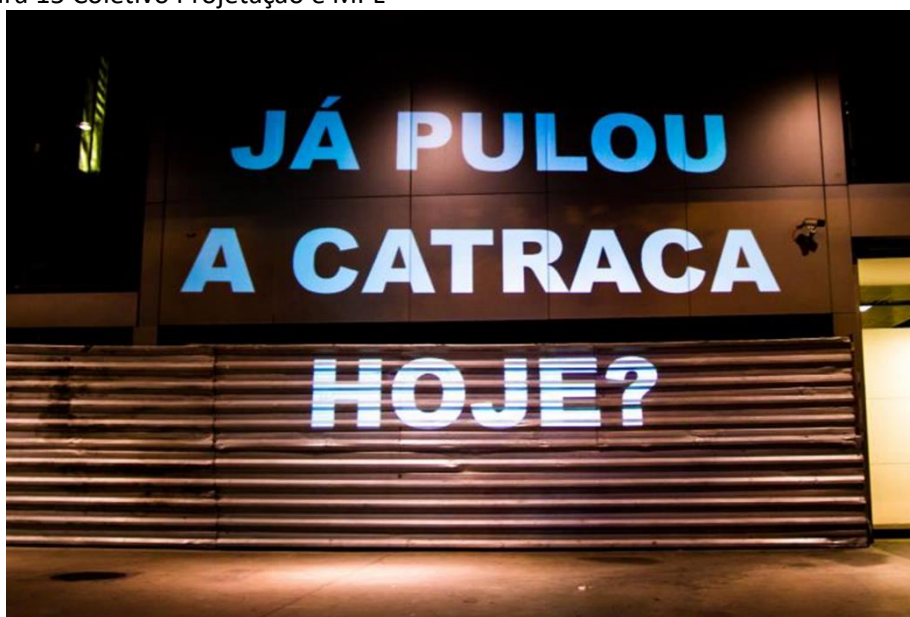
Segundo P. Lima (2014), a noção de *Ação direta* advém do movimento operário anarquista que:

Busca acabar com as mediações sociais hierárquicas utilizando métodos mais imediatos de ação; um conjunto de práticas de luta que são, basicamente, conduzidas apesar do Estado ou contra o Estado, isto é, sem vínculo institucional ou econômico imediato com canais e instâncias estatais (SOUZA, 2012¹⁰⁹ apud LIMA 2015, p. 2).

Neste sentido a maneira de fazer política com auto-organização e contra o estado a fim de atingir as demandas mobilizadas teve maior protagonismo ao utilizar a ação direta como princípio de atuação estratégica. Para Lima (2015), essa postura de fazer política possibilitou eliminar as mediações entre pessoas e instituições estatais, uma vez que tal estratégia funcionou “como [uma] forma de reação aos problemas da sociedade que a manifestação de rua (sic) seguiu num processo de enfrentamento, diálogo ou interlocução com as instituições” (LIMA, 2015, p. 18).

A figura apresentada a seguir demonstra a projeção utilizada como um comunicado estratégico. Esta maneira de comunicação coletiva retrata bem a noção de ação direta, ou seja, ao realizar as ações coletivas o MPL não precisa “pedir” intermediação para reivindicar o movimento de forma direta convoca os militantes (ver fig. 15).

Figura 15 Coletivo Projeção e MPL



Fonte: midiaindependente.org.

Neste contexto de ação direta do movimento o ato de pular a catraca, de bloquear corredores centrais de transporte coletivo constitui exemplos do que o MPL considera ação direta. Nesta direção o lema: “fechando ruas para abrir caminhos” foi uma das comunicações

¹⁰⁹ SOUZA, Marcelo Lopes De. “Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? (1ª parte)”. 2012. Disponível em:< <http://passapalavra.info/2012/04/56901>>.

de ação direta mais divulgada durante as jornadas de junho de 2013. Ainda tratando dos repertórios há que se reconhecer outras estratégias de mobilização do MPL tais como: ocupações de prédios, o catracaço, a ocupação de terminais de ônibus, bloqueios de vias urbanas, Aulão formativo sobre a postura antiutilitarista do projeto Tarifa Zero, dentre outras. A seguir destacamos as principais mobilizações do movimento entre os anos de 2013 e 2016. Neste levantamento de dados focamos nas ações coletivas mobilizadas principalmente pelo MPL-DF e pelo MPL-SP por serem as que tiveram maior impacto e representatividade alcançados (ver quadro 2).

Quadro 2 Principais Mobilizações do MPL 2013-2016

Data	Nome da Mobilização	Tipo de repertório	Demandas/ reivindicações da Ação Social
06-19 /06/2013	Jornadas de Junho	Revolta popular	Conquistar a revogação do aumento em mais de 100 cidades.
27/06/2013	Aula pública	Aulão	Tarifa zero e mobilização popular
07/12/2015	Manifestações estudantis em São Paulo	Manifestações	Tarifa zero e mobilização popular
26/01/2016	Protesto SP	Protesto	Contra o aumento passagens para R\$ 3,80
2017	Ocupação DF-TRANS	Ocupação	Lutas pela manutenção do Passe Livre Estudantil
18/07/2017	Protesto contra cortes no Passe Livre para estudantes	Protesto	Contra a restrição imposta pela Prefeitura contra o Passe Livre Estudantil
19/09/2017	Comissão de Legislação Participativa		Mobilidade Urbana como Direito Social
18-24/09/2017	Semana da Mobilidade 2017	Seminário sobre a Mobilidade	Várias atividades movimentaram o Distrito Federal. Nesta semana discutiram-se academicamente questões com a defesa do Direito à Cidade e a questão da mobilidade sustentável.
08-12/2018	Formação catraqueira!	Curso geral de formação MPL-DF	Realizar formação na perspectiva geral de transporte e ferramentas de militância do movimento

Com efeito, a estratégia da ação direta como uma maneira de luta social demonstrou uma aproximação do movimento com a perspectiva anarquista do agir social. Isto ficou mais evidente ao constatararmos haver uma perspectiva libertária que promove significado para a luta anticapitalista do MPL. Nesta direção as marchas realizadas sem autorização governamental, a ocupação das vias de grande fluxo veicular, a interrupção do trânsito e as ocupações de instituições representativas do poder público podem ser interpretadas como ações políticas libertárias que contestam o poder governamentalizador estatal da vida social. Sobre as ações

coletivas contra esse poder arbitrário instituído é relevante atentar para o depoimento que nos explica os bastidores das ações diretas.

[...] em 2005 começamos a ouvir rumores de um novo aumento de passagem resolvemos nos adiantar. Nossa ideia foi de lançar uma campanha pela redução das passagens antes que o clima de aumento de tarifas se consolidasse. Éramos poucos/as nessa reunião, mas optamos por uma estratégia ousada: fechar as quatro principais ruas de Brasília – L2 sul e norte, W3 sul e norte - e reunirmos os quatro grupos na Rodoviária do Plano Piloto, marco zero da cidade. Nos dividimos ali em grupos de trabalho que se responsabilizariam por procurar os grêmios estudantis das escolas localizadas em cada via pensando juntos uma estratégia de manifestação. Corro o risco de parecer pueril, mas poucos momentos em minha vida foram tão emocionantes como o dia em que esta manifestação ocorreu. Ninguém de nós tinha grandes experiências de organizar manifestações, o que nos deixava por um lado desprotegidos/as e por outro diante de todas as possibilidades. Pode-se dizer hoje que o ato foi pequeno: éramos cerca de 500 pessoas. Para mim, era um mar de gente, que conseguiu romper com a normalidade da cidade e suas manifestações cotidianas na Esplanada. Compartilhávamos a sensação de estarmos propondo algo novo, para o qual ainda não havia reações preparadas, explicitada tanto na proposta de ocupar as vias onde geralmente não haviam manifestações, como na nossa negação da existência de lideranças ou recusa a dar entrevistas para a mídia corporativa (SARAIVA PANTOJA, 2017, p. 49)

Por conseguinte, quando identificamos a formação do repertório de confronto a partir da transgressão que caracteriza o agir do movimento isto nos permitiu reinterpretar o agir dos militantes, sobretudo, pelo fato do repertório envolver “não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que eles sabem sobre como fazer e que os outros esperam que façam” (TARROW, 2009, p. 51).

No caso do MPL “dar-se-ia uma espécie de síntese entre as formas de atuação tradicionais e uma forma mais maleável advinda do caráter multimilitante dos ativistas autônomos” (SARAIVA, 2010, p. 107). Portanto, este caráter multimilitante identificado por essa pesquisadora ficou caracterizado pelo fato das ações coletivas serem feitas simultaneamente com a participação e envolvimento de militantes de diferentes coletivos o que possibilitou maior fluxo de interações sociais, como também ampliou a rede de repertórios construídos nas diferentes ações coletivas. Com isto o conjunto de rotinas da ação coletiva assume um caráter dinâmico e performático a partir do momento em as estratégias do repertório de confronto vai sendo interiorizado pelos militantes emerge o espírito solidário que dá maior sentido a luta antiutilitarista construída pelas mobilizações sociais do MPL. Para aprofundar nosso entendimento sobre o agir estratégico do movimento foi fundamental entender que:

[A] ocupação como ação direta, realizada de forma a obter algo reivindicado pelo grupo/coletivo, sem recorrer a instituições intermediárias [...] outros movimentos também considerados radicais que não funcionam necessariamente com base nos princípios da horizontalidade e do consenso fazem uso,

igualmente, dessa estratégia, como o MST e a Via Campesina. Tratando-se dos movimentos em foco, a ocupação da Reitoria da Universidade de Brasília foi um exemplo da utilização dessa estratégia de luta. Essa ocupação perdurou por dezesseis dias, com grande repercussão na mídia, que, por sua vez, especialmente na de circulação local, já tornava públicas as denúncias de malversação de recursos públicos por parte do reitor e do grupo acadêmico que com ele administrava a universidade naquele momento (SARAIVA, 2010, p. 116).

Como destacou a passagem anterior este tipo de repertório esclarece como outros movimentos utilizam a mesma estratégia. Para Saraiva (2010), os rituais sociais que ocorreu nas ocupações demonstraram como este tipo de repertório torna-se uma “estratégia de resistência política”, uma maneira de fazer política fortalecendo as relações de solidariedade entre os participantes da ocupação que nem sempre foram integrantes orgânicos do MPL, senão vejamos:

A partir da ocupação da Reitoria da UnB, ocorreu um significativo aumento de participantes nas reuniões do MPL, o que se pode atribuir à visibilidade que o movimento autônomo adquiriu na oportunidade. Muitos deles viriam a se afastar posteriormente, mas alguns permaneceram como ativistas orgânicos não só do MPL, mas também de outros movimentos autônomos (SARAIVA 2010, p. 119).

Desta maneira, as repercussões deste tipo de repertório fizeram com que as causas sociais defendidas pelo Movimento Passe Livre transcendessem o movimento estudantil para outras lutas da sociedade porque: “as mobilizações não são mais somente espaços de reivindicação, mas propriamente o local de constituição de uma consciência” (LIMA, 2014, p.11).

Ativismo On-line

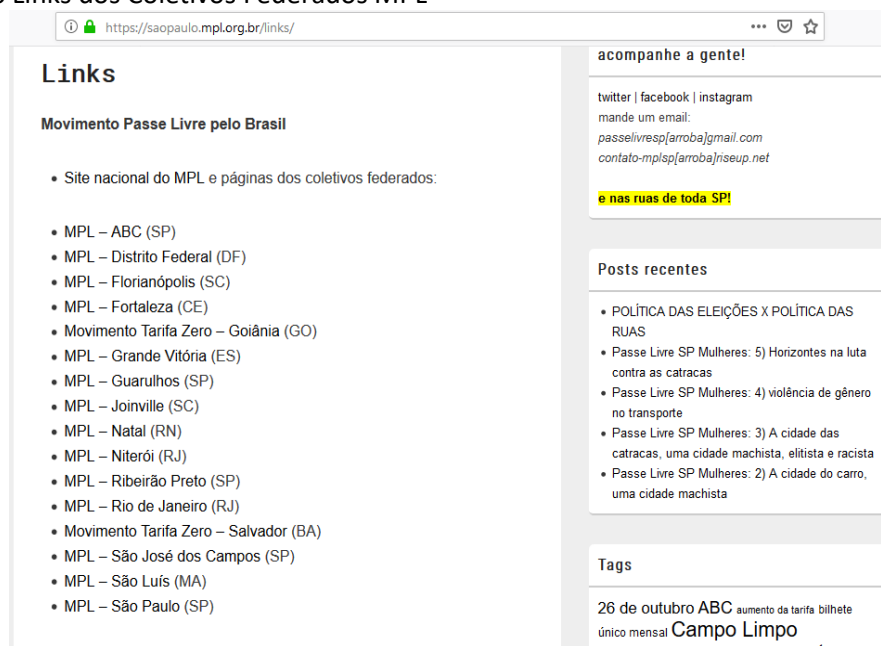
Após falarmos como o MPL reinventou as ações diretas trazendo para o centro da discussão o debate da mobilidade urbana como uma questão de interesse social isto, por um lado, contribui significativamente para que nas jornadas de 2013 o MPL emergisse como o principal ator daquele fenômeno sociológico dos movimentos sociais, por outro, os especialistas entenderam que a internet e a comunicação virtual, transformaram-se tanto num instrumento de mobilização quanto numa ferramenta de participação (BRINGEL; MUÑOZ, 2010).

Antes de prosseguir com a discussão da relação internet-ações coletivas vale ressaltar que, em termos da sociologia da educação, o fenômeno da internet provocou mudanças nos processos de socialização dos indivíduos, ou seja, houve uma radicalização da maneira como devemos nos comportar, compartilhar maneiras de ser, agir e pensar com o fenômeno

sociológico das interações virtuais (GÓMEZ, 2015). Neste sentido, o uso da internet tornou-se outro tipo de estratégia no agir dos movimentos sociais. O uso das ferramentas *on line* implicaram mudanças nos repertórios e nos processos de difusão das estratégias do movimento (TARROW, 2009).

Neste aspecto da inovação digital é importante reconhecer que internet já era utilizada com certa regularidade pelos meios de comunicação, como também pelos diferentes coletivos do MPL como ficou demonstrado no site nacional do MPL (<https://www.mpl.org.br/>) e nas postagens desde o ano 2008 no site que organiza o material de debate sobre mobilidade e direito à cidade (<http://tarifazero.org/>). A partir dessas informações há que se reconhecer o valor estratégico que as ferramentas digitais mobilizaram na construção do confronto político em defesa do passe livre seja pelo fato haver maior divulgação das atividades realizadas por cada um dos coletivos seja pelo motivo de ampliar o alcance das diferentes estratégias que cada coletivo desenvolveu na rede federativa do movimento. Na página do movimento é possível identificar diversos links de páginas eletrônicas do MPL (ver figura 16).

Figura 16 Links dos Coletivos Federados MPL



Fonte: Site MPL

Certamente, como foi demonstrado, a internet promoveu um tipo de independência e dinamismo para divulgar as ideias do movimento sem depender do poder midiático-comercial. Sobre isto no início dos anos 2010 o movimento já havia entendido que o uso da internet era: “uma forma de não depender das mídias corporativas para difusão das ideias do grupo. Até porque as ideias que o grupo deseja difundir na grande maioria das vezes batem de frente com as ideias que a mídia corporativa divulga” (SARAIVA, 2010, p. 221).

Retomando a ideia do parágrafo anterior, percebemos que nos anos 2010 o movimento já usava a internet ativamente. A ocupação da reitoria da UNB demonstra isso, porque:

Os ocupantes passaram a contar com um sítio (ou blog) e uma rádio via internet, por meio dos quais disseminavam as notícias, apelos e lembretes relativos à ocupação. Os filmes realizados por eles próprios, muitas vezes atuando simultaneamente como integrantes do Centro de Mídia Independente (CMI), também abundaram. Um detalhe importante foi a grande proximidade com o que se convencionou chamar o ‘espírito de maio de 68’ (SARAIVA 2010, p. 118).

Curiosamente, chama a atenção que no mesmo depoimento a pesquisadora apresenta certa desconfiança sobre a eficácia da divulgação *on line*, sobretudo, por causa da incerteza se este tipo de convocação atingiria o público alvo do movimento. Sobre isso vejamos o que ela disse: “não acredito que a utilização das novas tecnologias consiga realmente atingir a parcela da população que mais necessita ter contato com essas ideias. Muitas vezes, os vídeos e as informações acabam circulando entre um grupo mais restrito” (IDEM, p. 221).

No entanto, depois de pouco tempo, essa desconfiança foi desconstruída e as mobilizações pela internet tornaram-se uma estratégia bastante utilizada pelo movimento, principalmente, pelo mega poder de convocação que essa ferramenta possibilitou com o fenômeno digital das redes sociais, tais como *facebook*, *twitter*, *whatsapp*, entre outros. Toda essa expansão quase “incalculável” de atingir diversos perfis de ativistas, de diferentes crenças político-ideológicas levou o MPL a divulgar uma nota bastante reveladora sobre os limites do ativismo *on line*, senão vejamos: “O Passe Livre convocou mais não é dono das manifestações, não tem como botar limites... difícil assegurar, pois estão revoltados” (ESTADÃO, 2013b, informação verbal).

Portanto, segundo esse militante, “Não é só o Facebook, MPL é referência de Luta”. Talvez, no calor dos acontecimentos das jornadas de junho, a importância da internet não foi percebida completamente. Sobretudo, pelo fato do grupo precisar reafirmar a credibilidade do movimento como demonstrou o entrevistado Caio. Tal fato, ao nosso entender, possibilitou a formação de vínculos entre os militantes do MPL com os ativistas de outros coletivos o que promoveu interações de multimilitância fundamentais para as conquistas alcançadas naquele momento.

Voltando a reafirmar o protagonismo mobilizado pelas redes interativas do mundo digital vimos que o facebook passou de ser uma ferramenta de comunicação que articula e divulga a agenda de atividades. Essa aceleração da comunicação utilizada pelo ativismo digital constituiu-se num fato social sem precedentes para as ações coletivas brasileiras até aquele momento, pois: “a parcela dos novíssimos atores que entraram em cena em junho de 2013

representada pelo MPL e outros grupos autonomistas ou socialistas continuou nas redes sociais on-line” (GOHN, 2017, p. 59). Para essa pesquisadora o uso das tecnologias acrescentou força e potência às manifestações pelo fato da internet representar um meio para atingir os fins almejados pelos movimentos sociais. Neste aspecto acreditamos que o MPL foi além do uso da tecnologia digital para a divulgação de suas ideias. Ou seja, o movimento tornou o mundo digital um novo *locus* de repertório do confronto político.

Neste aspecto do ciberativismo digital vimos que o MPL soube incorporar as novas tecnologias digitais como táticas estratégicas do ativismo político. Como exemplo disto analisamos um dos relatos de violência policial que foi disseminado pelo facebook no dia 12 de junho de 2013 o fato provocou grande discussão sobre a maneira como o poder público atuava durante aquelas manifestações:

Bom dia para quem está acordando [...] estou escrevendo isso agora porque estou muito indignado para dormir [...] estou chegando do 3º grande ato pela redução do preço da passagem em São Paulo, mas precisamente da Santa Casa após ser covardemente golpeado na cabeça por um soldado da tropa de choque que não conseguir identificar (por sorte, fiz tomografia e não tive nenhum dano mais sério!) [...] eu estava afastado do tumulto, isolado com minha câmera em punho [...] fotografando o momento mais tenso da manifestação na Av. Paulista, enquanto a tropa de choque detonava bombas de efeito moral, além de muito gás lacrimogêneo [...] quando cai, pessoas que nem estavam na manifestação e viram a covardia do soldado me arrastaram para dentro do metrô [...] tentei voltar para casa, mas não consegui andar por conta a dor [...] foi guiado por passageiros (anjos) até a Consolação [...] tenho que agradecer aos funcionários daquela estação que cuidaram de mim e me levaram para o hospital com muito zelo, mesmo com chuva e bombas explodindo adiante [...] também foi muito bem atendido na Santa Casa [...] e aí é que vem a parte interessante: eu estava meio depressivo, mas uma médica e disse: ‘obrigado por defender nossos direitos! Fica tranquilo que a gente vai cuidar de você! [...] e cuidaram! [...] acabei ficando amigo de metade da enfermaria, dentre médicos e pacientes [...] com tudo isso cheguei à seguinte conclusão: QUINTA SERÁ MAIOR! e não darei a outra face! (JUDENSNAIDER, 2013, p. 66).

No relato do manifestante agredido misturou-se, simultaneamente, indignação com a violência sofrida na própria pele e a satisfação com a solidariedade da população, desta forma, por um lado, as redes sociais tornaram-se vitrine para visibilizar a violência policial; por outro, transformaram-se num “território” de confronto da discussão política. Desta forma, os relatos nas redes sociais disputavam com as narrativas dos atos públicos dos movimentos que eram narrados pela mídia corporativa. Tal fato ficou evidente nas manchetes veiculadas pela Folha de São Paulo e pelo Estado de São Paulo, uma vez que estes veículos de informação davam destaque para as “denúncias” do suposto vandalismo realizado pelos manifestantes. Os anúncios a seguir refletem o que acabamos de mencionar: “Contra tarifa, manifestantes

vandalizam centro e paulista¹¹⁰” e “Confronto e destruição marcam maior protesto contra alta da tarifa de ônibus em SP”¹¹¹.

Ainda discutindo o papel da imprensa nas jornadas de junho também foram publicados vídeos e imagens que tiveram repercussões nacional e tornaram-se virais nas redes sociais. Um deles é o que mostra o jornalista da ONG educacional Aprendiz sendo alvo de violência policial¹¹². Outro fato que teve enorme repercussão foi o destaque dado ao policial que teria sido quase linchado por alguns ativistas. A precária função social da imprensa para narrar os acontecimentos com ponderação político-social pode ser vista nesta passagem:

Um policial militar com rosto banhado de sangue, cercado e agredido com socos, chutes e pedras por cerca de dez manifestantes [...] após se levantar, sangrando, o PM tirou a arma do coldre e a apontou para os manifestantes. Depois para o alto. Tive certeza de que ele iria tirar. Mas o policial militar não disparou nenhum tiro (FOLHA DE SÃO PAULO, 12 de junho de 2013).

Em termos do confronto político, os antagonistas do movimento também usaram as tecnologias digitais para tentar descaracterizar o agir moral do MPL o elogio, do então governador Geraldo Alkmin, via Twitter, representa isso: “quero me solidarizar com o soldado, que foi covardemente agredido e se manteve firme e prudente frente ao absurdo que fizeram (...) poderia ter consequências mais graves” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013). Esta linha discriminatória de interpretar as ações coletivas do movimento ao associar atos violência com a imagem do MPL provocou maior visibilidade das ações do movimento e deslocou-o o confronto das ruas para as arenas do confronto político digital.

A partir deste deslocamento e com a emergência do ativismo digital surgiram novas estratégias de narrar-vivenciar o cotidiano do confronto políticos. Neste aspecto merecem destaque o fenômeno das *transmissões simultâneas* e com elas formaram-se profissionais para trabalhar neste novo frente do confronto político. A organização *Midia Ninja*¹¹³ é um exemplo desta nova estratégia do confronto político. Este grupo social alternativo do poder midiático caracterizou-se pelo trabalho de narrativas independentes pelo jornalismo de ação. O trabalho dele ganhou destaque pelas transmissões *via streaming* dos protestos de junho de 2013. Além disto, a organização serviu de fontes para blogueiros de rua e jornalistas que utilizavam dispositivos eletrônicos como celulares e laptops conectados à internet para informar e atualizar

¹¹⁰ Disponível em:

<<https://search.folha.uol.com.br/?q=Contra+tarifa%2C+manifestantes+vandalizam+centro+e+paulista&site=to dos>> Acesso 05/12/2018

¹¹¹ Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,confronto-e-destruicao-marcam-maior-protesto-contralta-da-tarifa-de-onibus-em-sp,1041317>> Acesso 05/12/2018

¹¹² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-yy-GwaDJE4>> Acesso 05/12/2018

¹¹³ Maior informação em <<http://midianinja.org/>> Acesso em: 05/12/2018

os milhares de seguidores sobre os últimos acontecimentos daquelas manifestações¹¹⁴. Sobre as características deste grupo observamos que:

Um grupo, chamado N.I.N.J.A., siglas em português de Jornalismo Independente e Narrativas de Ação, circula pelas ruas com smartphones, câmeras e um gerador mantido em um carrinho de supermercado – um estúdio de produção improvisado e itinerante (NEW YORK TIMES, 20/6/2013, tradução nossa).

Com isto observamos que o repertório de confronto foi ampliado: a internet foi utilizada estrategicamente como um palco de visibilização do confronto político. O discurso foi amplificado a partir de novas estruturas de mobilização. Assim, criaram-se novas articulações e gerou-se maior difusão dos ideais do movimento a partir dos meios virtuais o que, consecutivamente, abalou a hegemonia do poder midiático e do discurso político predominante. Enfim, o mundo digital abriu novas possibilidades para as ações coletivas do MPL. Concomitantemente, observamos ainda que as possibilidades oferecidas pela internet foram aproveitadas pelos novos perfis de mobilização social no novo ciclo de protesto que foi inaugurado (GOHN, 2017).

Neste sentido, por um lado, segundo afirmou Tarrow (2009), as mudanças tecnológicas como a internet deu aos movimentos sociais inovações internas na forma de organização quase que tornando a internet uma forma de organização. Por outro, a interação e confronto espalhados através do ciclo de protestos produziram determinadas vantagens para os desafiantes no uso das redes sociais e das tecnologias, porém estas ampliações dos repertórios também foram aproveitadas pelo estado que procurou dinamizar suas estratégias de reação.

Ainda trabalhando na perspectiva dos repertórios observamos que as táticas de repressão da polícia militar foram modificadas a partir das jornadas de junho de 2013, principalmente, nas manifestações de 2015 porque houve uma mudança na postura agressiva da força policial que conseguiu “abrandar” a imagem de órgão “repressor” das jornadas, mudou o seu próprio discurso recriando e divulgando sua “nova” maneira de agir a partir das redes sociais¹¹⁵. Segundo Bringel e Muñoz (2010), o uso das novas tecnologias de informação e comunicação constituíram-se em ferramenta-chaves de informação, tal como as narrativas dos próprios movimentos sociais. Ou seja, para esses autores o mundo digital teve efetiva importância na

¹¹⁴ A Mídia NINJA esteve presente mostrando de dentro o verdadeiro motivo das gigantes manifestações de 2013. Um dos acontecimentos históricos foi a prisão arbitrária de Filipe Peçanha, repórter da Mídia Ninja que transmitia os protestos no Largo do Machado no dia 22 de julho de 2013. Para assistir o vídeo veja <<https://www.youtube.com/watch?v=Dwf8Plgk1vA>>. Veja também o documentário feito pela Ninja sobre a cobertura das jornadas de junho de 2013 <<https://www.youtube.com/watch?v=5yjvo9RJ50U>> Acesso em: 5 de dez. 2018

¹¹⁵ Ver também <<https://www.youtube.com/watch?v=zWjokhKfPOg>> Acesso em 5 de dez. 2018

participação e na mobilização dos indivíduos que antes acessavam os movimentos social a partir dos boletins e panfletos distribuídos nas ruas.

Após abordar a questão da ação direta e o ativismo *on line* ou digital como repertórios das ações coletivas do MPL faz-se necessário aprofundar o entendimento do movimento para compreender como tais ações coletivas conseguiram construir seus guias de ação ou quadros interpretativos.

5.3. QUADRO INTERPRETATIVO DA AÇÃO COLETIVA DO MPL

A partir da Teoria do Processo Político compreendemos que os significados partilhados que guiam as ações coletivas do MPL estão correlacionados aos princípios de atuação do movimento. Este entendimento foi ampliado no decorrer das próximas sessões deste trabalho. Sinteticamente, afirmamos que o MPL estabeleceu um confronto de *ação direta* com instituições estatais ao defender luta pela gratuidade do transporte público como bem social comum dos cidadãos. O que resultou em conquistas significativas para a sociedade.

Nesta direção ao mobilizarmos as ideias propostas pelo Hunt, Benford e Snow (1994) sobre a construção dos quadros interpretativos percebemos que nossa análise deste enquadramento orientado para a ação coletiva precisou ser ampliado para que fosse possível entendermos o enquadramento de diagnóstico, o enquadramento de prognóstico e o enquadramento motivacional do confronto político analisado. Isso, com efeito, nos proporcionou uma compreensão rigorosa do fenômeno sociológico investigado.

Neste contexto, o enquadramento da ação coletiva o MPL definiu o Estado, principalmente as esferas municipais como adversário, as quais foram criticadas pelos argumentos e reivindicações do movimento. Logo ficou estabelecida a mercantilização do transporte público como o principal problema identificado pelo movimento. Por conseguinte, articulou-se o *projeto político Tarifa Zero* como alternativa a esta perspectiva mercantil de acesso às cidades. Por isso, o ato simbólico de *pular a catraca* emergiu no horizonte normativo (guia de ação) para construir a ideia do transporte público como direito e não um mero serviço comercial, ou seja, o MPL deixou claro que suas ações visavam garantir o direito à mobilidade, *o direito à cidade*.

5.3.1 Enquadramento de Diagnóstico: Pela Desmercantilização do Transporte Público

Antes de identificar os adversários do MPL foi necessário aprofundar o processo de gênese do movimento para entendermos como a desmercantilização do transporte público emergiu no horizonte normativo no agir político do movimento. Em linhas gerais, as ações coletivas da Revolta de Buzu (2003) em Salvador (BA) e a Revolta da Catraca (2004) ocorrida em Florianópolis (SC) foram os primeiros atos de reivindicações sociais e antecedentes que deram origem ao Movimento Passe Livre. O qual desde os anos 2003 já questionava a mercantilização do transporte público. A passagem a seguir ilustra os motivos político-econômico-sociais que dão sentido ao existir do MPL, pois:

Hoje em dia uma das grandes formas de arrecadação de capital ‘legal’ e sob a exploração de operários e da população, é o transporte coletivo privado, ilegal, feito sem licitação, sem transparência, favorecendo às empresas ligadas à família Amin que estava no poder – o marido no Governo do Estado a esposa na prefeitura. Com poderes no aparelho de Estado, nas instituições políticas, na justiça, os donos do transporte coletivo criaram todas as condições ‘legais’ para super-explorar o transporte da cidade, um dos mais caros do mundo! Esse tipo de situação esmaga a população e provoca grande indignação de amplos setores que fazem utilização do transporte coletivo. Nesses últimos três anos, levamos a campanha do passe-livre que foi um importante primeiro passo no sentido de enfrentar os donos do transporte coletivo. Hoje estamos aptos a pressionar essa reivindicação até a vitória. Se pretendemos realizar uma atividade militante focada, é contra esse setor que devemos concentrar nossos esforços. É na luta contra o transporte municipal que poderemos incendiar a população contra os setores mais atrasados, oligárquicos que se mantêm na condução e na divisão da exploração: * Guerra aos exploradores do transporte coletivo em Florianópolis. * Mobilização e paralisação no dia da inauguração do Sistema Integrado, e de um possível reajuste. * Levantar a discussão do transporte coletivo municipal e público, sob o controle do Estado (JRI apud VINICIUS, 2005, p. 27).

Neste trecho fica claro como a postura antiutilitarista para repensar o transporte como um bem comum da sociedade movimenta as sinergias sociais do MPL. Vale ressaltar que no grupo Juventude Revolução Independente (JRI), uma das fontes de dados da pesquisa, era uma das integrantes da Campanha pelo Passe Livre (CPL). Eles mobilizaram a luta contra a mercantilização do transporte coletivo em Florianópolis. Tais acontecimentos promoveram um amadurecimento político-ideológico do MPL com o aperfeiçoamento da discussão sobre a desmercantilização do transporte houve um processo de transformação das ideias do movimento o que ressignificou o protesto contra o aumento da tarifa para a discussão antiutilitarista e anticapitalista de compreender o transporte público como um bem comum do cidadão que pode outorgar aos indivíduos o direito de acesso à cidade, porque:

A privatização da gestão financeira do transporte é só uma das muitas outras tentativas do prefeito empresário de transformar a prefeitura de São Paulo em um balcão de negócios. Além de lucrarem com o deslocamento que fazemos na cidade o prefeito João Dória ainda quer que seus amigos empresários lucrem com a própria cobrança da tarifa além de usarem o dinheiro da população na especulação financeira e vender os dados pessoais dos milhares de usuários! (TARIFA ZERO, 2017).

Portanto, ao identificar as prefeituras como os principais antagonistas das suas ações coletivas o MPL percebeu que o poder público municipal fragilizava os bens comuns da sociedade, sobretudo pelo fato do “Seu ‘autismo’ social e político, sua incapacidade de perceber a velha toupeira que trabalhava no subsolo do tecido social” (VAINER, 2013) isso, entre outras coisas, fez com que o Movimento Passe Livre colocasse maior contundência na luta contra o aumento das tarifas do transporte público nas manifestações de 2013. Curiosamente, o primeiro grande ato contra o aumento das tarifas do foi articulado via facebook assim:

No último domingo, dia 02 de junho, a prefeitura e o governo do Estado aumentaram o valor da tarifa do transporte público da capital paulista para 3,20. Apesar do argumento de que o aumento é abaixo da inflação e da promessa da implementação do bilhete único mensal, defendemos que tudo aumento da tarifa é injusto e aumenta a exclusão social. No Brasil existem mais de 37 milhões de pessoas que não podem usar o transporte por causa dos altos valores das passagens. O Passe Livre luta junto à população por um transporte público de qualidade e pela tarifa zero para todos (JUDENSNAIDER, et. al., 2013, p, 28).

Após identificar o poder público como antagonista do movimento a violência policial emergiu também como outro antagonista do confronto político o que dificultou a atuação do movimento devido ao foco (deslocado da realidade) que a imprensa deu a este aspecto da violência das jornadas de 2013. Ao retomar o foco para a discussão da desmercantilização do transporte o MPL deu luz ao problema de descaso e exclusão social presente no transporte urbano. Com isto o movimento demonstrou haver um processo social mais amplo de precarização da vida inerente na concepção mercadológica da mobilidade urbana. Sobre essa concepção mercantilista do direito de ir e vir que fragiliza o empoderamento cidadão de direito à cidade é prudente reconhecer:

[...] que os TCUR's [Transporte Coletivo Urbano] no Brasil funcionam sob uma lógica de mercadoria, ou seja, em função do lucro de alguns grupos empresariais locais. Estes, em geral, organizam a circulação na cidade de forma que mais possam ter lucros sobre serviço. A dinâmica de centralização dos principais serviços e ofertas de trabalho em pontos específicos das cidades - em geral seus centros - e o afastamento das moradias dos trabalhadores e trabalhadoras de seus locais de trabalho faz com que o fluxo de circulação urbana cresça regularmente. Esta demanda pela circulação da força de trabalho de casa até o trabalho torna-se vital para o próprio funcionamento da cidade (SANTAREM, 2014, p. 18).

Dada essa lógica capitalista de funcionamento do transporte público há que se reconhecer que, por um lado, a manutenção da mercantilização do transporte público foi a “melhor” maneira encontrada para “aperfeiçoar” a logística comercial da mobilidade urbana a fim de garantir o pleno desenvolvimento das cidades ou regiões metropolitanas brasileiras. Por outro lado, o deslocamento aos grandes centros urbanos implica um processo constante de mortificação ou fragmentação de vitalidade do sujeito social, uma vez que estes deslocamentos são caracterizados por longas viagens caóticas, estressantes e sem o mínimo conforto para começar ou finalizar a jornada de trabalho cotidianamente. Sobre a lógica de funcionamento do transporte e a precarização do sujeito social é relevante entender que:

O funcionamento do serviço enquanto mercadoria precariza a qualidade do mesmo. Adiciona-se a isto outro princípio de que o financiamento deste serviço público se dá principalmente pelas tarifas pagas pelos usuários/as. Estes, que moram tão mais longe do centro quanto suas rendas são menores, pagam mais caro quanto maior é o seu deslocamento. Assim os aumentos de tarifas de ônibus convertem-se em um tipo de redução salarial: as viagens de ônibus/van/metrô são parte integrante da jornada de trabalho e seu pagamento é parte perdida do salário; é uma primeira etapa da venda da força de trabalho. Isso se tratarmos somente do espaço de trabalho. A própria circulação pelas cidades está relacionada também a dinâmicas de exclusão à circulação no espaço urbano, dado que sem transporte não se pode usufruir dos recursos urbanos mais básicos (SANTAREM, 2014, p. 19).

Consequentemente, esta compreensão instrumentalista do transporte coletivo levou o movimento identificar a necessidade de desmercantilização do sistema de transporte urbano para tanto foi necessário tanto pôr em pauta a desmercantilização do transporte como uma das principais bandeiras do movimento quanto construir um significado autêntico de atitude antiutilitarista voltado para repensar novas possibilidades de cidadania dos indivíduos que utilizam o transporte coletivo. Sobre esse olhar crítico e antiutilitarista do MPL observamos que: “O anticapitalismo traduz o projeto de desmercantilização dos transportes, considerando o seu papel de bem e direito público essencial, não podendo ser tratados, assim, como mercadoria” (SARAIVA, 2010, p. 77).

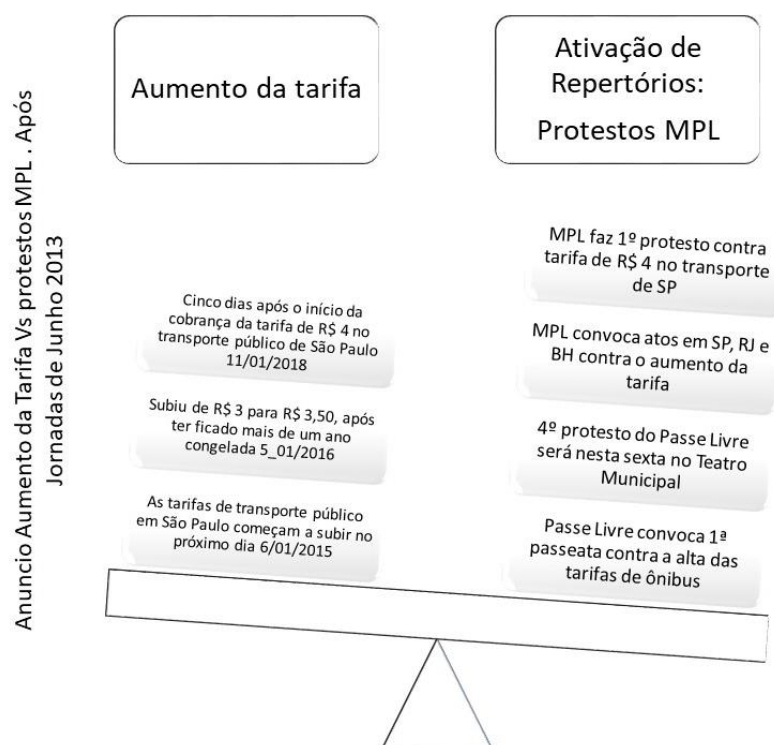
Ademais, vale ressaltar, que o MPL identificou que quem paga o transporte coletivo, na verdade, é quem não deveria arcar com este custo, uma vez que as classes menos favorecidas são as que mais são sobretaxadas pelo exorbitante sistema de arrecadação tributário brasileiro:

Nada do que a gente faz é de graça! O que a gente discorda é a sobretaxa num setor, porque o usuário do transporte coletivo ele paga os impostos que subsidiam as vias para carros, ele paga os impostos que subsidiam os gestores de transporte que subsidiam os empréstimos feitos para as empresas, as isenções fiscais feitas para as empresas, e, além disso, ainda paga a tarifa, e é justamente o usuário. Então nosso sistema de transporte é tão inteligente, a inteligência é tão bestial! O transporte coletivo é feito de uma forma que é utilizado por quem tem menos recurso que é a população da classe C, D e E, e essa população é sobretaxada de impostos no consumo, nos impostos cotidianos, nos impostos de tarifas estatais e ao mesmo tempo paga tarifas enormes. ‘E aí tá se querendo

que a mobilidade desse certo’, olha que inteligência de burro! Não tem outro nome para dizer que você coloca uma pessoa que tem um salário mínimo para pagar a tarifa para subsidiar o transporte e se ele não pagar a cidade não funciona. ‘É justamente por não existir almoço grátis que os ricos têm que pagar o almoço’. Então é essa nossa leitura!¹¹⁶ (CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL, 2017, informação verbal).

A partir desta realidade “punitiva” dos indivíduos que utilizam o transporte público o MPL pôs ênfase na luta social contra a mercantilização do transporte e o que parecia atos isolados em algumas capitais ganhou maior densidade coletiva ao se perceber as mobilizações anticapitalista do transporte urbano ocorreu “Em quase todas as capitais houve mais de uma revolta contra os aumentos de tarifas, constituindo uma cultura de lutas urbanas constantes contra aumento da passagem, um evento que ocorre em ciclo” (SANTAREM, 2014, p.20). Interpretando este “fenômeno” confrontacionista da nova cultura política em defesa da desmercantilização do transporte identificamos que ao serem anunciados os aumentos da tarifa pelos governos municipais o MPL ativou repertórios de confronto na tentativa de desorganizar a ampliação de precarização social da mobilidade urbana. Esquemáticamente a figura elaborada abaixo descreve esta estratégia do movimento (ver figura 17).

Figura 17 Aumento da tarifa X ativação dos repertórios de Confronto



¹¹⁶ Informação fornecida por um militante do MPL na plenária 04 Câmara de dos deputados federais em 19 de ag. 2017. Para maiores informações ver: < <http://www2.camara.leg.br/> Acesso em: 5 de dez. 2018.

5.3.2 Enquadramento Prognóstico: Tarifa Zero como Projeto Político e a Multimilitância como dispositivo de articulação

A Tarifa Zero em princípio foi uma proposta técnica realizada nos anos 1990 que teve o objetivo de demonstrar a viabilidade tributário-social de desenvolver políticas públicas de transporte urbano sem custo adicional para os indivíduos que fazem uso do sistema. Nesta direção esta proposta política foi a primeira estratégia de compreender o transporte público numa perspectiva cidadã do bem comum. Trazendo essa discussão tributária para o contexto político social e antiutilitarista do transporte urbano mobilizado pelo MPL observamos que o movimento ressignificou a questão da *Tarifa Zero* ao identificá-la no contexto do *enquadramento prognóstico* do movimento. Isto implicou transformar a luta em defesa do transporte público e gratuito numa alternativa para defender a viabilização da tarifa zero como uma das soluções para desorganizar o processo de mercantilização do transporte coletivo brasileiro.

Segundo Saraiva (2010), foi a partir desta visão crítica sobre o olhar egoísta e instrumental instalado no transporte público pelos governos municipais que o MPL aproximou-se da proposta *Tarifa Zero* elaborada pelo Lúcio Gregori. Tal “encontro” permitiu um “caminhar perguntando¹¹⁷”. Com o convívio e a troca de informações com o próprio Gregori ocorreram vários debates acadêmicos como o que abordou a questão da: “Tarifa Zero é Possível? ” (Ver figura 18). Nesta oportunidade participaram o ex-secretário L. Gregori, o pesquisador Mauro Zilbovicius (POLI-USP), o ativista Chico Whitaker (fundador do Fórum Social Mundial), dentre outros.

¹¹⁷ Consiste numa ampla maneira de viver-atuar do MPL na qual uma das atitudes tem a ver com o fato de estudar e pesquisar academicamente as pautas defendidas pelo movimento o que proporcionou clareza, profundidade e maior consistência às bandeiras antiutilitarista defendida pelo movimento. Cabe ainda esclarecer também que foi esta filosofia do saber que permitiu o grupo conhecer, estudar e adaptar as propostas da tarifa do Gregori às ideias do grupo.

Figura 18 Debate Tarifa Zero é possível



Fonte: Cartaz elaborado pelo MPL-SP (26/04/2011)

Para além dos debates sobre a tarifa zero esta discussão foi incorporada no agir do grupo e nas estratégias de luta. A discussão antiutilitarista da Tarifa Zero também ficou presente no repertório movimento no formato de “aulões” e na práxis do “catracaço” pela defesa da Tarifa Zero (ver Quadro 2). Aprofundando a questão da tarifa zero é fundamental entender que em primeiro lugar a proposta está fundamenta numa redistribuição social da arrecadação de impostos. Ou seja, a tarifa zero é uma proposta alternativa de reforma tributária com o objetivo antiutilitarista afinado com os propósitos de mudança social defendido pelo MPL. Isso pôde ser compreendido na seguinte passagem:

O projeto de Lúcio Gregori propunha que os transportes coletivos passassem a ser financiados com recursos oriundos de impostos, o que pressupunha a sua municipalização. A municipalização dos transportes, por sua vez, promove uma transformação na lógica dos transportes, uma vez que implica na contratação dos ônibus de empresas privadas, como uma espécie de fretamento. Ou seja, os ônibus assim ‘fretados’, são postos para circular em variadas linhas. A tarifa, dessa forma, não estaria mais vinculada ao contrato de fretamento, posto que sua arrecadação pertenceria a prefeitura e não às empresas que fretam os ônibus. A Municipalização, em suma, trata de separar o custo - pago pelos fretamentos - da tarifa - cobrada dos usuários, o que não ocorre no sistema de concessões, no qual custo e tarifa são interdependentes, de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A prefeitura, no sistema municipalizado, pode cobrar a tarifa que desejar, o que lhe abriria a possibilidade de não cobrar nada diretamente dos usuários, mas, ao contrário, fazê-lo indiretamente, por meio de impostos, taxas e outras receitas. Nesse caso, dar-se-ia precisamente a tarifa zero (SARAIVA, 2010, p, 101).

Sobre a origem da proposta ressaltamos que a Tarifa Zero é de autoria intelectual de Lucio Gregori. Foi apresentada no poder legislativo como (Proposta de Emenda Constitucional) PEC 90 pela deputada Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo na década de 1990. Especificamente, o texto do documento pretendeu realizar uma reforma tributária relocando recursos adicionais ao orçamento municipal “a fim de garantir esse novo serviço pago indiretamente, e não no ato de utilização” (GREGORI, 2013, p, 101) como acontece atualmente com outros serviços públicos em geral.

Nas palavras de uma das militantes do MPL a questão da tarifa zero é percebida pelo grupo assim:

Nossa ideia de imposto progressivo é que o transporte seja uma responsabilidade do Estado custeado com impostos progressivos ou aplicação mais bem-feita do que já existe e que as pessoas não paguem mais pelo ônibus. Por isso é que umas das nossas grandes metas é a “tarifa zero”; uma pessoa poder pegar o ônibus em qualquer momento sem pagar e em qualquer momento justamente sem limite de transporte que permite um acesso, um real acesso a cidade e não baseado apenas nos horários do trabalho¹¹⁸ (MPL-DF, 2017, informação verbal).

Após vários debates dentro do próprio MPL percebeu-se a relevância das ideias da proposta pelo engenheiro Lúcio Gregori. O MPL, por sua vez, adaptou-as às suas reivindicações de desmercantilização do transporte público (CARTA CAPITAL, 2017). Nesta direção “A partir dos estudos realizados e de inúmeros debates travados nos coletivos, a proposta da tarifa zero passou a ser vista pelo MPL como um meio de subverter a ordem dos transportes, bem como de toda a estrutura da cidade” (SARIAVA, 2010, p. 102).

Para além do projeto político *Tarifa Zero* que o identificamos no enquadramento prognóstico do MPL foi interessante verificar a questão da *multimilitância* como um dispositivo de articulação que subverteu as maneiras do agir, uma vez que permitiu a adesão de outros atores comprometidos com princípios semelhantes, como também pela ausência de filiações ideológicas que colocassem limites no agir político dos ativistas permitindo-lhes maior fluidez. Assim sendo, a multimilitância tem a ver com o ativismo do militante autônomo advindos de diferentes coletivos que compartilham os mesmos princípios, porém as pautas podem ser diversas. Sobre a noção de multimilitância é prudente entender que:

¹¹⁸ Informação fornecida por uma militante do MPL em entrevista realizada 10 de nov. 2017. MPL-DF, Brasília.

A multimilitância é o outro lado da fluidez que costuma caracterizar o Movimento Passe Livre-DF e demais movimentos autônomos. Os integrantes do MPL costumam circular por diversos movimentos autônomos, raciais, étnicos, punks, de apoio aos zapatistas, de gênero, Centro de Mídia Independente, Madu, Bicicleta Livre ou o Movimento Santuário dos Pajés. Boa parte desses ativistas se mantém ligada a dois ou mais coletivos simultaneamente (SARAIVA, 2010, p. 106).

Dada a pluridiversidade das narrativas encontradas na multimilitância do MPL é possível identificar as idiosincrasias desta característica num depoimento dos militantes. A fala de uma ativista exemplifica o que seria multimilitância no cotidiano fático da práxis social em defesa da tarifa zero:

A entrada no MPL-DF (que até então se chamava Comitê Autônomo pelo Passe Livre) me pôs em contato com toda esta rede de grupos autônomos, *com a qual passei também a me envolver*. Entre eles, o principal nessa época era o Centro de Mídia Independente – um coletivo de produtores/as de mídia livre, organizados em uma rede nacional que geria o nosso grande veículo de informação sobre manifestações naquela época: www.midiaindependente.org. O Centro de Mídia Independente era a versão brasileira da rede internacional conhecida por Indymedia, que se organizava de forma semelhante em vários outros lugares do mundo e era um fruto direto da manifestação em Seattle 1999, em oposição à reunião de cúpula da Organização Mundial do Comércio (SARAIVA PANTOJA, 2017, p. 38).

Esta construção da rede de grupos autônomos permitiu que os integrantes do movimento participassem e atuassem reiterativamente em diferentes coletivos o que facilitou a construção de vínculos e articulações necessárias para o trabalho coletivo. Tais interações favoreceram à compreensão de princípios como a horizontalidade, apartidarismo, independência e apropriada autonomia, as quais foram ganhando uma maneira *sui generis* no cotidiano do coletivo (IDEM). Desta maneira, as articulações em função dos seus integrantes, das responsabilidades e das funções assumidas para continuidade das lutas como dos princípios de atuação permitiu uma maior ênfase no agir do integrante como sujeito político e membros da organização (SARAIVA, 2010, p. 109).

Assim, a autora também afirma que a força do movimento pode ser entendida tanto pela forma de articulação entre coletivos e grupos autônomos quanto pela capacidade de manifestar-se simultaneamente por diferentes fatos que geram indignação antiutilitarista fundamental para emergir “uma concepção de mundo libertaria, solidaria e permeada por uma vontade de distribuição equitativa de direitos sociais, mescladas a um desejo de autonomia – ou seja, uma perspectiva anticapitalista

autônoma” (SARAIVA, 2010, p. 111).

Finalmente, de uma maneira sintética e poética o movimento descreve seu processo de luta identificado nesta concepção de mundo.

Como um fantasma que ronda as cidades deixando marcas vivas no espaço e na memória, as revoltas populares em torno do transporte coletivo assaltam a história das metrópoles brasileiras desde sua formação [...] num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao *ir e vir* do trabalho e coloca *catracas* em todos os caminhos da cidade. E, no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. É em meio a essa experiência concreta da luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre (MPL-SP, 2013).

Nesta passagem identificamos como o agir do movimento foi resignificando-se, sobretudo, na força de expressão tais como “participação” e de “indignação” das causas morais defendidas pelo grupo. Por isso, o MPL reivindicou o direito à cidade, o direito de ir vir e identificou na *catraca* o símbolo ou dispositivo de impedimento deste direito coletivo.

5.3.3 Enquadramento Motivacional: Por uma Vida Sem Catracas! Na Procura do Bem Comum

Ao estudarmos as ações coletivas mobilizadas pelo MPL percebemos que o movimento mobilizou uma discussão profunda sobre a questão social da mobilidade urbana. Isso, entre outras coisas, demonstrou que o movimento não estava preocupado em protestar por ações pontuais como a questão dos vinte centavos, por exemplo. Ao contrário disso, as ações coletivas do MPL nos permitiram entender que:

O transporte coletivo é, ao mesmo tempo, a primeira etapa da venda da força de trabalho, que por imperiosa necessidade, desloca-se todos os dias para os locais de produção e venda de mercadorias e ofertas de serviços, e o instrumento primordial e transversal que garante o acesso aos equipamentos públicos e à cidade em geral, o transporte deve ser pensado como um direito social fundamental, de interesse público coletivo (POMAR, 2013, p. 16).

Como já falado, o movimento ampliou e divulgou suas pautas de luta realizando o papel social de revelar no debate da mobilidade urbana de há que se compreender a importância moral do ato de ir e vir como um *direito à cidade*. Logo, a atitude de defender e lutar *por uma vida sem catracas!* Reflete que:

O Movimento Passe livre é um movimento social que luta pelo transporte público. Lutar pelo transporte público é lutar pelo direito à cidade. É lutar por uma cidade onde as pessoas possam se deslocar, ter acesso aos seus direitos. Ter acesso à educação pública, ter acesso à saúde pública, acesso a lazer, acesso à cultura. Isso é o Passe Livre um movimento social, pode ter gente das mais diversas ideologias que se encaixem nisso, é uma demanda social... nesse sentido nossa luta é pelo fim das catracas¹¹⁹ (ESTADÃO, 2013, informação verbal).

Portanto, o símbolo da catraca (ver figura 4, 6 e 10) “tatuada” nas cidades brasileiras mostrou o desejo antiutilitarista na construção do *direito à cidade*. Também lemos este fato como uma convocação do MPL à mobilização de ações motivadas pela indignação de convivermos com um dispositivo político que nos retira a liberdade de exercer o ato de ter direito (acesso) à cidade. Logo, estabeleceu-se o “ativismo processual”, ou seja, um conjunto de relações solidárias que tiveram na crítica e na luta anticapitalista “combustível” para defender a possibilidade de vivermos numa democracia onde o direito à cidade seja uma realidade fática:

Essa é parte da aposta de movimentos como o MPL-DF, de que de alguma forma a *indignação* com as faltas e as crueldades do Estado resultarão em manifestação, barricada, organização. As resistências, no entanto, são muitas e assumem formas diversas (SARAIVA PANTOJA, 2017, p. 119).

Por isso, no horizonte normativo do MPL a luta contra o aumento da tarifa e a constituição da *Tarifa Zero* tornaram as principais bandeiras apresentadas na logomarca do movimento, tal como nas *hashtags* reproduzidas nas redes sociais em defesa do passe livre. Neste sentido as redes interativas digitais construídas e compartilhadas em fórum de discussões virtuais tais como: #descatraca, #passelivre, #passelivrejá, #porumavidasemcatracas, #pulacatraca, #tarifazero e, #queimacatraca entre muitas outras representam chamado moral para ressignificar a luta pela liberdade e por uma vida sem catracas, pois:

[o] mundo pelo qual lutamos não estará pronto amanhã ou após um grande momento de êxtase coletivo, mas sim presente nas relações que realizamos agora. Nossos objetivos passam por um completo mundo novo futuro, mas nossos meios passam por um completo mundo novo agora. A autogestão, a democracia direta e a horizontalidade são simultaneamente nossos meios e nossos fins (Carta Aberta à Sociedade: apud SARAIVA, 2010, p.78).

Neste sentido as lutas transformam-se em experiência viva por *democracia direta*. Um espaço de auto-expressão e um “processo de aprofundamento da democracia [caracterizada pelo fato de] incorporar uma crescente capacidade de fazer

¹¹⁹ Informação fornecida por Caio Martins em entrevista realizada o dia 12 de junho de 2013.

política” (ORTELLADO, 2013, p. 234). É relevante destacar que uma característica da democracia direta defendida pelo MPL tem a ver com a disposição moral do agir político “mandar obedecendo” que na prática está vinculada ao fato de criar vínculos sociais fundamentais para os princípios de horizontalidade e autogestão para a constituição da democracia direta defendida pelo movimento. Isto assume maior relevância ao entendermos que “O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade” (MPL-SP, 2005).

Por isso, na carta de princípios o MPL ratifica “Deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar aos movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente” (MPL-SP, 2005). Neste sentido, o valor moral de luta revolucionária que segundo o movimento advém das ruas termina sendo parte do enquadramento motivacional. Assim sendo, acreditamos que o M P L ressignificou um tipo de ação coletiva baseada em valores morais que não podem ser diferenciados e descontextualizados do seu agir político. Talvez seja isto uma contribuição importante para entender como o MPL transformou o cenário político-social brasileiro ao ser o principal protagonista das jornadas de junho.

Portanto, a ressignificação das ações coletivas do MPL compreendeu que tanto o direito de ir e vir quanto o direito à cidade podem ultrapassar a simples lógica dos argumentos abstratos e constituírem uma *utopia real* na qual o caráter propositivo induz à necessidade de apreensão dos mecanismos e estratégias que viabilizariam à gratuidade do transporte coletivo tornando a discussão tecnicista numa discussão pública capaz de transformar a construção daquela realidade social. Esta construção de utopias que dão sentido à vida nos fez perceber que o uso do oxímoro “mandar obedecendo” do movimento estava conectado ao “estilo de decidir os próximos atos de mobilização com os militantes sentados nas ruas e em assembleias instantâneas nas quais todos contribuem para as decisões tomadas” (SARAIVA, 2010, p. 64).

Logo, não foi por acaso que o MPL realizou o ato utópico de quebrar *uma catraca pela base*, pois isto terminou sendo uma maneira de subverter a ordem vigente. Outra questão revelada pelo MPL tem a ver com a defesa do caráter anti-protagonista da liderança nas ações coletivas em defesa do passe livre, visto que a questão anti-protagonista foi identificada como um fator moral-associativo do grupo que deu maior sentido ao agir antiutilitarista da mobilidade urbana. Tal fato proporcionou uma espécie de conscientização favorável ao entendimento de que a dimensão associativista do “nós” sustentou todo processo reivindicação pela

desmercantilização do transporte coletivo.

Na construção social do MPL as interações do cotidiano tiveram destaque nas mobilizações realizadas, a luta contra o discurso oficial da mídia, a formação dos laços de confiança que se criaram, o entendimento social de que formação do espírito coletivo precisava sobrepor-se as atitudes individuais, a socialização do caminhar perguntando como um modo de viver das ações coletivas e a arte paradoxal de mandar obedecer transformaram a maneira confrontacionista de reivindicar direitos sociais. A partir destes aspectos sociológicos destacados no modo de organizar as mobilizações coletivas percebemos que o movimento construiu um marco interpretativo que deu significado ao seu agir político e a atitude moral do MPL enquanto movimento social autêntico. Isto, por um lado, permitiu a formação dos militantes autônomos que caminharam na contracorrente da cultura política hegemônica. Por outro, as ações coletivas do MPL permitiram que o movimento canalizasse as pautas das jornadas de junho para pôr em debate a ideia antiutilitarista da mobilidade urbana.

Esta nova conjuntura de reivindicações antiutilitaristas mobilizadas pelo MPL nos possibilitou alinhar a reivindicação da mobilidade urbana à questão moral dos direitos coletivos. Tais direitos sociais da nação, em termos da teoria do processo político, foi compreendido nesta tese como macro-frame de direitos coletivos e do bem comum. Neste sentido, “o MPL aprendeu que era preciso uma expressão política própria ao mesmo tempo horizontal e contrária a aumento” (ORTELLADO, 2013, p. 236). Com isto o movimento conseguiu agir coletivamente entre a luta estratégica contra o aumento da tarifa e a obrigação política do “mandar obedecendo” ampliando o leque da *tarifa zero* para a desmercantilização do transporte para todos.

Fica então um novo aprendizado por realizar:

Uma vez posto em marcha, um movimento horizontal, sem lideranças claras, tem suas delícias – assim como as tem um rio difícil de controlar – e suas dores – assim como as tem um rio difícil de controlar. Temos de aprender a não nos assustar com isso também (SAKOMOTO, 2013).

6 NOVAS RACIONALIDADES DO AGIR SOCIAL EM DEFESA DO BEM COMUM

Nos capítulos anteriores apresentarmos de maneira paralela o agir estratégico das mobilizações sociais da Marcha Patriótica (COL) e do MPL (BR) tendo em conta a configuração das oportunidades política da ação social, a organização dos atores coletivos e a construção dos marcos interpretativos que mobilizaram o ativismo político.

Neste capítulo identificamos de maneira comparativa entre o Brasil e a Colômbia as contribuições do atuar estratégico/racional moralmente motivado. Trata-se de um agir antiutilitarista que valoriza a construção de laços solidários favoráveis à emergência da atitude de desinteressamento em defesa de causas sociais, configurando o que denominamos das novas racionalidades do agir social. Nesta direção o capítulo demonstra como a ressignificação da mobilização social opera uma transformação radical na construção das alianças antiutilitaristas. Isto nos permitiu comprovar que as ações coletivas latino-americanas forjaram novas possibilidades de evidenciar a luta social em defesa do bem comum como um princípio político primordial.

A construção deste último capítulo buscou responder à questão norteadora de compreender *até que ponto a pluralidade de motivações nos permite realizar uma releitura das ações coletivas (do Brasil e da Colômbia), demonstrando como o interesse e a espontaneidade do agir se fazem presentes de modo diferenciado na produção de solidariedades*. Neste aspecto, nossa argumentação procurou demonstrar a importância dos laços de solidariedade. Entendemos estes como força motivadora para incitar a luta anticapitalista pelo bem comum, de maneira a revelar como a coletividade tem regras próprias e paradoxais irredutíveis ao interesse egoísta e utilitarista da vida moderna.

É pertinente frisar nossa maneira de entender algumas noções seminais para este trabalho de resgate compreensivo a fim de valorizar as questões da solidariedade, das novas racionalidades, da pluralidade de motivações e o tema do bem comum. Estes constituem um conjunto de conceitos e entendimentos que culminam com o fato dos sujeitos sociais estarem envolvidos no compromisso moral de associação com o diferente para, de maneira plural, construir novos mundos para o agir social. Deste modo a mobilização social põe em foco a “prática afetiva de relacionar-se com o outro e o exercício efetivo de uma prática pública dos direitos em espaços coletivos” (MARTINS & PINHEIRO, 2009, p. 135).

Da mesma forma, o universalismo do dom como condição ontológica (CAILLÉ, 2002) da associação permite romper com o dualismo metodológico que engessa o vislumbre de novas

possibilidades de emancipação solidária para o agir social. Neste aspecto o envolvimento com a teoria do dom nos permitiu entender que:

O objetivo e o subjetivo não são realidades distintas, constituindo apenas partes de uma mesma consciência coletiva; e a razão não é o oposto das emoções, na medida em que a própria racionalidade se constitui de impressões afetivas e imagéticas que o sujeito constrói sobre o mundo e que interferem no modo de se calcular e se planejar a ação social (MARTINS, 2017b, p. 168).

Desta maneira, as novas racionalidades do atuar coletivo latino-americano comungam com o princípio associativo do paradigma da dádiva, uma vez que o agir social em defesa do bem comum tem motivações advindas de impressões afetivas e sentimentais que permitem construir uma nova razão para agir estratégico/racional.

A ideia das novas racionalidades neste trabalho tem a ver com o fato de que as ações coletivas moralmente motivadas ao canalizarem energias sociais com o objetivo de resgatar direitos coletivos de interesse social, instituíram uma práxis social que se distingue do interesse utilitarista e unilateral da ação social. Ou seja, atuar em defesa da paz com justiça social e em prol da gratuidade do transporte coletivo é entendido nesta tese como um dos indicadores destas novas racionalidades do agir coletivo moralmente motivada, na medida em que são ações que vão além das estratégias cognitivas impulsionadas pelo benefício próprio ou pelo interesse de controle. Por isso, a dádiva é seminal para configurar uma racionalidade expressiva necessária para a formação de alianças políticas na vida cotidiana.

Na perspectiva antiutilitarista o bem comum aparece como a arte de conviver que implica o sentimento fundamental de viver junto (*vivre ensemble*) (CAILLÉ et al. 2016). Assim, o bem comum é “o convite para se entender que a vida associativa pode, inclusive, constituir um elemento diferencial importante para se pensar uma moral do indivíduo que seja compatível com a sobrevivência do coletivo democrático” (MARTINS, 2005, p. 51).

Ao falar de pluralidade de motivações estamos trazendo os fundamentos de uma abordagem, inspirada no movimento maussiano, que propõe o exercício paradoxal da reciprocidade como uma possibilidade de organizar o coletivo. A dádiva como uma teoria relacional da ação indissociável entre interesse e desinteressamento (CAILLÉ, 2002; MARTINS, 2005) presente no agir estratégico/racional moralmente motivado, é relevante para entender a complexidade paradoxal que envolve a construção de alianças das ações coletivas latino-americanas. Neste sentido,

A reflexão comparativa sobre os fundamentos das alianças nas sociedades tradicionais levou Mauss a sair de uma visão utilitarista das ciências sociais para entender que as pessoas agem por interesse para si, mas não somente: também agem pelo interesse pelo outro (desprendimento) ou por motivos não

interessados, como aqueles da obrigação, da liberdade e do prazer (MARTINS, 2017b, p. 168).

Nas próximas sessões tratamos de explicar como tal agir social ressignificou a prática das mobilizações sociais analisadas neste estudo. Na primeira sessão fazemos uma releitura das ações coletivas, demonstrando como os princípios, as maneiras de agir, as pautas dos dois movimentos e a construção da aliança constituíram pontes seminais para uma pluralidade de motivações ressignificando a maneira tradicional do agir coletivo. Na segunda e última sessão mobilizamos uma reflexão antiutilitarista, demonstrando como a mobilização social latino-americana desta tese contribuiu para ressignificar o sentido da luta antiutilitarista. Esta trouxe a discussão sociológica do comum como uma característica primordial das novas racionalidades do agir social.

6.1 NOVAS RACIONALIDADES DO AGIR SOCIAL: UMA RELEITURA DOS PRINCÍPIOS E DAS PRÁTICAS ADOTADOS PELAS AÇÕES COLETIVAS

Articular a discussão dos marcos de interpretação (frames) com a discussão maussiana da pluralidade de motivações constitui uma estratégia seminal para aprofundar a práxis cotidiana das ações coletivas antiutilitaristas da Marcha e do MPL. Neste movimento reflexivo consideramos a questão da solidariedade um fator "indispensável a qualquer ordem social. Tal solidariedade só pode surgir da subordinação dos interesses materiais a uma regra simbólica que os transcende" (CAILLÉ, 1998, p. 7). Assim, podemos entender como opera o comportamento unidirecional e utilitário do agir instrumental, que canaliza a atitude de atuar juntos para as motivações "legitimada" pela previsibilidade do interesse egoísta.

Questionando este modelo engessado da política "associacionista" da previsibilidade de vantagem egoísta, a aposta da dádiva de postular novas racionalidades para a prática coletiva considera fundamental o entendimento de que "a sociedade funda-se, sobretudo, na ambivalência da reciprocidade: existe o interesse, mas também o desinteresse, o contrato e o vínculo espontâneo, o pago e o gratuito" (MARTINS, 2005, p. 62). A dádiva para os maussianos é entendida como "qualquer prestação de bem ou de serviço, sem garantia de retorno, com vista a criar alimentar ou recriar os vínculos sociais" (CAILLÉ & GODBOUT, 1999, p. 29). Paradoxalmente é nesta ausência de garantia, mas na presença da liberdade, que o espírito do dom mobiliza práticas sociais caracterizadas por atitudes de interesse, obrigação e espontaneidade. Juntas tais atitudes provocam um deslocamento da práxis humana na direção

do agir social preocupado com a organização de ações de resistência e comprometidas com o fortalecimento dos direitos coletivos e o empoderamento cidadão.

A partir da perspectiva multidimensional da teoria do dom (CAILLÉ, 2002), faz-se necessário compreender o aspecto das “incondicionalidades condicionais” presentes no agir antiutilitarista. Segundo Martins (2017b, p. 177), tal princípio maussiano sugere que “a obrigação de fazer se opõe à liberdade de decidir fazer e que o interesse de fazer se opor ao desejo espontâneo de fazer pelo outro”. Nesta direção a concepção de interesse é “despida” do interesse instrumental do “interesse em”, porém, há que se considerar a existência do prazer ou do “interesse por” (CAILLÉ, 2013, p. 37). Ainda tratando da pluralidade, Caillé (2013) demonstra ser relevante o entendimento da *obrigação paradoxal de dar* ou a *obrigação de ser espontâneo* para o agir livre do espírito utilitarista. Para este pesquisador francês este agir ambivalente implica também o fornecimento de uma razão externa para o "movimento espontâneo da alma" (p.37).

Dada a importância deste movimento da alma, isto é, do sentido do agir para ressignificar a prática social, faz-se necessário reconhecer a relevância do interesse fundado no desprendimento material ou *desinteressamento*. Este é encontrado “desde o instante em que o interesse econômico ou mais geralmente o interesse instrumental, o interesse *em* é sacrificado” (CAILLÉ, 2013, p. 35). Ao se “despir” da armadura egoísta o sujeito revestido da atitude de *desinteressamento* sacrifica outros tipos de interesses a favor de atitudes genuinamente solidárias no mundo social. Ao levarmos em conta a relevância que tem a discussão do interesse como ação simultaneamente para si e para o outro para a ação social, identificamos haver uma relação de comprometimento com o outro, de proximidade com o diferente, com a coletividade que é coextensiva da realidade social. Logo, os aspectos motivacionais associados à condição do outro como espelho e condição do existir social, permitem compreender o poder que tem a solidariedade moderna ou desinteressamento nas práticas sociais moralmente motivadas.

Para entender esta ambiguidade entre a condicionalidade e a incondicionalidade, a obrigatoriedade e a gratuidade, o interesse e o desinteressamento interpelamos os quadros interpretativos ou frames das mobilizações sociais. Acreditamos que é nesta moldura de organização social onde a pluralidade de motivações, o desinteressamento, em particular, nos permite entender como os atores sociais tanto individuais quanto coletivos trazem os ideais do dom para a estruturação dos marcos diagnóstico, prognóstico e o horizonte normativo que justifica a ação coletiva.

Para dar maior respaldo a nossa análise sobre o desinteressamento das mobilizações sociais faz-se necessário a aprofundar a compreensão das pautas, da configuração de lideranças e o processo de produção de consenso da Marcha e do MPL.

5.1.1 As Pautas que Mobilizam: as Conversações com as Guerrilhas, a Gratuidade do Transporte, Diálogos de Paz e Direito de Ir e Vir

Partimos do pressuposto que a ação coletiva tem fatores motivacionais relacionados ao interesse e ao desinteressamento. Assim sendo, esclarece os autores da teoria da dádiva, na prática social é possível encontrar interesse instrumental, prazer, obrigação e espontaneidade, ou seja, há uma pluralidade de motivações que potencializa a ação coletiva. No caso das ações coletivas latino-americanas tais motivações plurais possibilitaram emergir o agir estratégico/racional em defesa do bem comum.

Ao direcionarmos a questão da pluralidade para analisar os casos específicos tratados nesta tese observamos que as diferenças existentes entre Marcha Patriótica (COL) e o Movimento Passe Livre (BR) são bastante evidentes. Estes movimentos estão constituídos por pautas, genealogias, estilos e estruturas, à primeira vista, bem diferentes. Porém, ao mesmo tempo, há pontos em comum que conduzem o agir social destas mobilizações coletivas na luta pela existência e resistência do bem comum como bem de interesse social e moral da sociedade. Compreender as diferenças de pautas de mobilização implicou constatar que cada um dos movimentos apresenta seus próprios marcos interpretativos. Ou seja, cada mobilização social identificou causas sociais que envolvem interesses históricos de justiça social e de garantia de direito dos povos que, no entanto, estão sendo postos em xeque com a ascensão do pensamento egoísta e unidirecional do poder neoliberal latino-americana.

Por um lado, no caso da Marcha (caso colombiano) a *paz com justiça social* foi mobilizada como um horizonte normativo. Isto deu maior sentido de identidade plural para a causa social e implicou reivindicar uma saída negociada do conflito armado a partir a urgência de encontrar caminhos para resolver os problemas estruturais advindos do conflito social e armado. Por outro lado, no caso do MPL, *o direito à cidade* foi transitando da luta antiutilitarista da Tarifa Zero para uma questão ampla do direito cidadão de ir e vir por uma vida sem catracas. É curioso destacar no caso brasileiro que as ações antiutilitarista identificaram na catraca um dispositivo de poder, que simbolicamente “seleciona” quem tem “direito (capital, por menos que seja) de ir e vir.

Ainda tratando das pautas sociais observamos que a Marcha ao reivindicar a saída negociada do conflito armado, compreendeu, estrategicamente, haver uma oportunidade política nas negociações entre o governo Santos e a guerrilha das FARC-EP. Isto, em termos da dádiva, constitui um momento seminal para fomentar o agir político moral mobilizado no fator motivacional (*interesse em*) de pôr fim a uma violência armada¹²⁰ que leva mais de seis décadas no território nacional colombiano. Porém, na medida em que o processo de diálogo com a guerrilha das FARC-EP se desenvolvia no meio de dinâmicas divergentes a paz com justiça social foi ganhando novos sentidos: “a paz - entendida como um conjunto de processos econômicos, culturais e ecológicos que trazem consigo uma medida de justiça e de balanço das ordens sociais e naturais” (ESCOBAR, 2010, p. 32). Assim, enfatiza o autor, o desejo de paz na Colômbia pode ser visto como uma resposta “à globalidade imperial imposta através da violência responsável por um debate sobre distribuição, entendendo este último como a procura de um sentido compartilhado de paz e justiça” (IBID, p. 32).

Nesta reivindicação comum por paz e por justiça social observamos que as mobilizações antiutilitaristas põem em evidência a falência humana e ambiental do tecido social colombiano, uma vez que a lógica imperialista do capitalismo neoextrativista configura ações anti-convivialistas fragmentando o fortalecimento de princípios da comum humanidade do sujeito social. Nesta direção as mobilizações sociais colombianas impuseram práticas sociais de resistência ao princípio mercantilista de fragilização do tecido social.

A construção de mobilizações nacionais a favor da paz com justiça social pode ser lida como um exemplo desta prática de resistência social anti-utilitarista à postura imperialista. A paz está “impressa” na *obrigação moral* da Marcha (2012c) pelo fato de os ativistas sociais terem “colocado em marcha nosso coração. Seguirá em marcha a esperança para alcançar em marcha a dignidade”. A passagem do pesquisador Escobar (2010) ganha maior sentido, na medida em que:

Como valor a paz com justiça não pertence completamente ao domínio da racionalidade, mas também ao domínio da ética [moral]. Isto requer uma atitude de transformação, de cuidado e de preocupação ante a diferença e a injustiça. Paz e justiça devem ser vistas sempre como um processo, algo que pode só ficar perto de forma assintótica, porem jamais algo a serem alcançado (ESCOBAR, 2010, p. 32).

Curiosamente, o trecho acima corrobora com a prática social dos agentes da Marcha de seguir com esperança de alcançar a dignidade de viver numa sociedade mais fraterna que valora

¹²⁰ Para compreender as minúcias sociológicas que explicam a construção político-social da violência na Colômbia ver Fals Borda (1962).

a construção de novos instrumentos políticos de promoção da vida como um bem comum social. Na construção utópica e real da paz com justiça a harmonia social é interpretada pelos ativistas da Marcha como um meio e como um fim de conquista da justiça social e de igualdade coletiva para os cidadãos colombianos. Tal interpretação plural nos permite equipará-la com a ideia de bem comum, que é uma nova sensibilidade afetiva fundamental para a garantia comprometida com os direitos coletivos¹²¹.

No caso do MPL, diferente da Marcha, a mobilização antiutilitarista configura uma oportunidade política classificada de *oportunidade-ameaça* (TARROW, 2009), porque as mobilizações contra o aumento da tarifa foram metodicamente realizadas e configuraram-se no interesse (*interesse em*) da luta pelo transporte público. Porém, na medida em que as convicções do movimento foram amadurecendo a luta do transporte público, gratuito e de qualidade incorporou nas pautas do agir social a necessidade de reivindicar à liberdade e a obrigação moral de recriar na cidade “não apenas caminhos de ir e vir, mas de poder criar em sua cidade, em seu espaço público, um momento de encontro para diálogos sobre os desejos e rumos do país” (REIS, 2013, p, 377).

Tais pautas de mobilização demonstraram a relevância das práticas político-morais para resistir ao aumento da desigualdade e da injustiça que podem ser revertidas com a luta social a favor dos direitos coletivos¹²². Neste deslizamento do horizonte motivacional de pautas concretas para a reivindicação solidária e generosa de direitos coletivos, é possível compreendermos a questão da mobilidade urbana como uma reposta antiutilitarista ao bloco do poder oligopolista da elite empresarial que domina o sistema de transporte urbano no país.

Assim sendo, as ações coletivas do MPL constituem uma frente de luta interessante que remete às raízes dos problemas sociopolíticos mais abrangentes de justiça social, envolvendo a liberdade cidadã de ir e vir. Tal luta por justiça compreende o bem comum e os direitos coletivos como a “razão essencial” que justifica a ação coletiva influenciada por novas racionalidades do agir coletivo. Sobre os novos paradigmas de interpretação das lutas sociais envolvendo garantias cidadãs comuns observamos que:

Importância de se pensar um novo paradigma da ação coletiva que enfatize o valor da solidariedade e da participação na sociedade civil. Esta observação é mais do que justificada num mundo globalizado, em que crescem as demandas por reconhecimento, por participação e por inclusão, bem como as reações

¹²¹ Segundo Martins (2015), os direitos coletivos se refletem novas sensibilidade cognitivas, afetivas, morais e políticas “enfocando aspectos humanos e inspirados nas perspectivas de valorização dos bens comuns, da justiça social e do igualitarismo” (IBID, p. 12).

¹²² Entendido este como novas sensibilidades que valorizam o bem comum, a justiça social e o igualitarismo (MARTINS, 2015, p. 13)

violentas pelas recusas desses direitos à cidadania e à vida saudável (MARTINS, 2019, p. 105).

Ao envolvermos a discussão antiutilitarista com novas bases epistemológicas de interpretação do agir social identificamos a questão do *desinteressamento* espelhado nas pautas de mobilização como o primeiro elemento de confluência entre as práticas sociais da MARCHA e do MPL. A partir da nossa incursão na TPP identificamos que na diversidade de pautas é possível evidenciar a extrapolação de frames, isto é, as guias de ação regionais transformaram-se em macro agendas da mobilização social que a teoria das estratégias dos movimentos sociais denomina de *macro-frame*¹²³ da mobilização social.

Neste percurso interpretativo das ações coletivas a obrigação moral para o agir juntos tem um valor primordial para a configuração da ação coletiva. Ou seja, o risco de se associar a outrem para além da desconfiança do diferente, paradoxalmente, permite emergir o sentimento de comprometimento pela causa social que não envolve apenas o diferente, mas também uma parcela significativa da sociedade. Retomando a questão dos frames, vale lembrar que nossa incursão nas ações coletivas moralmente motivadas permitiu identificar que a ampliação moral de ressignificar o poder de agir juntos para formar novos mundos, mobilizou o macro-frame dos direitos coletivos como uma bandeira de luta mais ampla das duas ações latino-americanas. Isto, em termos maussiano, está associado ao que Martins (2019) identificou como o dom da democracia. Prática política caracterizada por repensar a vida associacionista e macrosocial dos agentes coletivos. Ela nos permite entender que:

No contexto do dom da democracia, o argumento da libertação individual e coletiva se realiza quando a liberdade é vivenciada como processo intersubjetivo – dos afetos, dos desejos, das escolhas – e processos objetivos – das obrigações de eleger o bem público como sendo mais relevante que aqueles individuais na manutenção da ordem social complexa. Há que se considerar a liberdade do outro no momento de decidir sobre o interesse de ficar ou sair da relação contratual. E isto não se faz racionalmente, mas apenas por sentimentos positivos fluídos envolvendo as partes (p. 243).

Os direitos coletivos como macro-frame nos parece ser uma forma de enfrentar a mercantilização da vida. Ou seja, uma prática antiutilitarista das ações coletivas que ao eleger o dom da democracia como uma inspiração moral para o agir social, evidenciou a importância das relações de desinteressamento com a ordem social coletiva. A mobilização do outro, o vizinho, o desconhecido e todos os simpatizantes sejam eles anônimos ou declarados preocupados com a organização complexa da vida social depende deste tipo de desprendimento mutuamente consentido. Nesta direção o macro-frame dos *direitos coletivos* inspirado pelo

¹²³ O Master-frame mantém as mesmas características dos frames, mas eles envolvem um contexto mais abrangente influenciando diversas outras organizações de movimentos sociais (OMS) que se alinham às oportunidades políticas de um determinado momento histórico (SNOW E BENFORD, 1992)

dom da democracia foi identificado como instrumento cognitivo que guia estas mobilizações sociais. Isto também implicou a construção de novos significados simbólicos favoráveis à constituição de novos sentidos para o agir social fundamental no enfrentamento coletivo de resistência ao modelo de pensamento mercantil e neoliberal da sociedade moderna.

Ainda tratando do fator simbólico no contexto das mobilizações sociais há que se reconhecer a relevância dessa discussão para a interpretação das ações coletivas, pois, como vimos no capítulo 2, a dimensão simbólica opera uma conjunção teórico-interpretativa envolvendo a teoria da dádiva e a TPP. Isto é relevante para entendermos a construção de novos imaginários na relação social entre o território, a política e a prática antiutilitarista do agir social.

Ao entendermos os frames como metáforas específicas, representações simbólicas e cognitivas (ZALD, 1999) trazemos a proposta maussiana para ressignificar o entendimento estratégico do termo. Liberamos, assim, uma reinterpretação do agir na medida em que a dádiva como sistema teórico-prático permite observar os fatores materiais e simbólicos, objetivos e subjetivos "ampliando a significação do que se troca para o campo do simbolismo, por um lado, e para a valorização do contexto, por outro" (MARTINS & BEZERRA, 2014, p.37). Neste processo de ampliação do entendimento simbólico da ação há que se reconhecer que a prática das ações coletivas preocupadas em reivindicar o bem comum da paz com justiça social se revela como uma atitude política capaz de ressignificar a memória histórica e afetiva da independência quando o país se torna República. Tal aproximação simbólica com a coisa pública libera energias para o agir social do povo colombiano. Ao pôr ênfase na causa antiutilitarista da paz eles conseguem tanto superar os problemas da violência social quanto resgatar no imaginário ativista a possibilidade de construção de uma nova sociedade que reconheça a relevância de reorganizar a vida democrática da nação.

Neste aspecto a “nova” república colombiana deve prioritariamente entender a paz como um meio de reconhecimento primordial para reativar pactos de justiça cidadã, valorizando a dinâmica do sufrágio universal como uma via de empoderamento social das diferenças e defendendo a associação solidária como um caminho primordial para salvaguardar a paz com justiça social como um bem comum da nação. Tal entendimento sobre a nova utopia democrática colombiana nos permite identificar o compromisso moral dos agentes sociais com a formação deste novo tecido social proposto pela Marcha. Como ficou evidente, a mobilização pela paz com justiça social constitui também um projeto de utopia cidadã fundamental para a reorganização da nação, visto que a história social de um país dividido politicamente e fragmentado territorialmente pelo conflito armado, há mais de seis décadas, requer um modelo político *comum* que valoriza a justiça social.

Esta última tem valor fundamental para sanar a fratura da violência no país porque reconhece que a violência acentuada nos últimos tempos tem a ver com as estratégias das grandes empresas de aumentar o saque das riquezas das sociedades periféricas. “A pretensão universal e hegemônica da globalização [neoliberal] se mostrou profundamente assimétrica em termos de ritmos, intensidade e abrangência, produzindo desigualdades e injustiças que acentuaram as diferenças” (BALLESTRIN, 2013b, p. 243).

Assim sendo, a figura do *Comuneiro* (líderes simbólico-ancestrais da primeira independência, identificado pelos frames interpretativos da Marcha) atualiza a memória histórica e lança um olhar solidário para os colombianos e colombianas. Ele incorpora os fatores morais, sentimentais e econômico-cultural correlacionando os ativistas do movimento com as *gentes del común* antiutilitaristas. A metáfora do comuneiro atualiza o fundamento do espírito do dom para a questão da paz com justiça social colombiana. O Comuneiro é o símbolo de desinteressamento, da generosidade, dos líderes que lutaram e que darão a vida se necessário pelas convicções emancipatórias inerentes a fundação utópica da nova república. Ele demonstra a capacidade do sujeito social apostar na relevância da vida social solidária em detrimento do caráter individualista da ação social unidirecional. Neste aspecto o comuneiro maussiano da Marcha reativa o ideal da vida comum, aquela que se contrapõe ao princípio egoísta da competição tão presente na sociedade neoliberal (DARDOT & LAVAL, 2017; MARTINS, 2017a, 2017b, 2019).

Tal vitalidade moral presente na metáfora do comuneiro colombiano nos remete à proposta antiutilitarista do Manifesto Convivialista (2016). Nesta proposta ousada contra o bloco de poder governamentalizador do mundo social emerge a alegoria da *gente del común*, uma nova metáfora caracterizada por atitude generosa advinda de práticas desinteressadas. Isto nos permite aproximar a simbologia do comuneiro ao princípio convivial da “comum humanidade”¹²⁴ na medida em que “há somente uma humanidade, que deve ser respeitada na pessoa de cada um de seus membros” (MANIFESTO, 2016, p. 26). Assim, nas ações coletivas da Marcha podemos identificar na unidade patriótica a condição prática para assegurar força das alianças e dos vínculos antiutilitaristas desinteressados. O objetivo é a construção de um projeto de sociedade onde a vida político-solidária voltada para a cidadania da paz com justiça

¹²⁴ Segundo O Manifesto Convivialista (2016 [2013]) “A única política legítima é aquela que se inspira em um princípio de comum humanidade, de comum socialidade, de individuação e de oposição controlada”. O princípio de comum humanidade versa que “acima das diferenças de cor de pele, de nacionalidade, de idioma, de cultura, de religião ou de riqueza, de sexo ou de orientação sexual, há somente uma humanidade” (IBID, p.26).

social conseguir reverter a possibilidade de fracasso da mobilização social num território político profundamente fragmentado pelo interesse elitista imperialista colombiano.

Ampliando o olhar desta discussão sociológica podemos identificar que os sentimentos patrióticos legitimaram a visão de justiça social como razão de espontaneidade desinteressada baseada numa experiência antiutilitarista que se nega a aceitar um crescimento econômico unilateral para poucos em detrimento das relações sociais convivialistas da nação.

Deslocando nossa análise antiutilitarista para as ações coletivas do MPL observamos que a representação simbólica de "quebrar a catraca pela base" (ver figura 4 -logomarca, cap. 4) pode ser lida de duas maneiras. A primeira possibilidade diz respeito à capacidade de resistência ao bloco de poder conservador que impõe a lógica mercantil no sistema de transporte público. Neste sentido a luta contra a mercantilização da vida atravessada por catracas foram mobilizadas pelas:

[Manifestações de junho 2013] que foram desencadeadas em São Paulo por coletivos organizados, com o predomínio do Movimento Passe Livre (MPL), a partir de uma demanda pontual – contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos. Quando o ‘povo’ viu, na TV e jornais, jovens sendo espancados por lutarem por bandeiras que eram também suas, como a mobilidade urbana, ele também saiu às ruas (GOHN, 2014, p. 431).

Por outro lado, o MPL além de reivindicar a ampliação de bens públicos fundamentais tais como os direitos à saúde e a educação de qualidade, traz uma inovação primordial para os espaços de luta do ativismo político social. Isto se revela ao equiparar o acesso às cidades como um bem público que deve ser entendido numa lógica das conquistas cidadãs do sujeito moderno (SARAIVA PANTOJA, 2017; PESCHANSKI, 2018).

A segunda maneira de entender a reivindicação antiutilitarista por uma vida sem catracas diz respeito a construção de uma prática social potente que se dispõe a “quebrar” (questionar) a ordem vigente, construindo *per se* uma política de não mediação que inclui desafiar as formas regulamentadas de fazer manifestações e discutir questões que “nos afetam”. Quando a ordem vigente declara que toda forma de ativismo político deve ser comunicada previamente para o Estado mediador o MPL declara seu descontentamento convocando os ativistas a “quebrar a catraca pela base” não só como ato legítimo de rebeldia, mas também como estratégia de horizontalidade de poder, de desconstrução dos dispositivos que governam a vitalidade antiutilitarista do sujeito social. Assim sendo, ao reivindicar a quebra do poder unidirecional que tenta regular as práticas solidária o agir do MPL revela que as relações plurais e democráticas para defender uma vida sem catraca precisam levar a sério o fato de que:

A horizontalidade, então, se trata da ‘não divisão entre diretoria e base’, e da possibilidade das pessoas se aproximarem das instâncias decisivas “de acordo

com suas vontades”. A definição é concisa, e seu valor está em demonstrar que estamos, antes de tudo, lidando com uma negativa: não somos como as organizações da esquerda institucional, não trabalhamos pela pirâmide. O princípio é, dessa forma, um conceito aberto: a bem da verdade, não sabemos ao certo como funciona uma coletividade horizontal (isso é algo a ser inventado), mas sabemos que não queremos ser verticais (SARAIVA PANTOJA, 2017, p. 60).

Vemos, aqui, um descontentamento político de interesse teórico. Ele revela uma maneira de subverter a retórica democrática e os rumos da modernização oligárquica que longe de acabar com as brechas de desigualdade parecem estar cada vez mais aprofundando as mesmas. Como foi relatado, a prática política da horizontalidade não goza de uma previsibilidade científica que “garante” a “eficácia” da ação egoísta utilitariamente calculada. Porém fica claro que há na prática do agir coletivo horizontal um olhar social e igualitarista de acreditar que a força do agir juntos num mesmo patamar de diálogo recíproco ressignifica o poder antiutilitarista da luta em defesa do bem comum.

Tal defesa do atuar democrático não é difícil de ser compreendido pelos cidadãos e pelos indivíduos que constroem cotidianamente os imaginários sociais da vida coletiva. O dia a dia é caracterizado, muitas vezes, por horas “perdidas” nas viagens de ônibus onde devido a condição insalubre e patológica do transporte “público” brasileiro em que a vida vai se definindo aos poucos. Assim, a rotina diária das longas horas no transporte público, a guerra urbana por chegar ao destino, as filas intermináveis e o tempo sociológico do ócio perdido nas estações e nos terminais da vida com catracas, constituem uma pequena radiografia do que significa a luta antiutilitarista do MPL por uma vida sem catracas.

Para identificar os aspectos basilares das ações coletivas latino-americanas há que se reconhecer a transformação singular das relações sociais presentes tanto na metáfora dos ativistas inspirados no *comuneiro* (caso colombiano) quanto nas ações de liberação do sujeito social que atua horizontalmente por uma vida sem catracas. Em ambos os casos observamos que o agir político dos agentes coletivo põe ênfase na sociabilidade e na transformação subjetiva. Esta ação ampliada da subjetividade coletiva, segundo Bringel & Pleyers (2017), constitui uma marca relevante do ativismo contemporâneo dos movimentos de indignação global.

O fenômeno sociológico da *horizontalidade* como princípio norteador no MPL e a questão da *gentes del común* como marco prognóstico articulador da MARCHA constituem um fato evidente do fortalecimento da dimensão comportamental como um princípio moral relevante para o engajamento da prática anticapitalista. Pois a “radicalização dos valores e princípios [...] relativos à politização do cotidiano e às solidariedades entre indivíduos e

coletivos” (BRINGEL, 2016, p. 115) convergem para a práxis humana da “arte de viver juntos”, antiutilitarista e convivialista, de repensar a vida social.

Neste trabalho de releitura das ações coletivas latino-americanas proporcionada pela lente simbólica da prática social devemos considerar a dinâmica inerente à emergência de novas sensibilidades afetivas e cognitivas. Por um lado, busca-se transgredir o *modus operandi* da violência endêmica para postular novas racionalidades para viver em ambiente de paz numa perspectiva comum de igualitarismo e de unidade política comum. Isto é particularmente relevante num país demarcado pela fragmentação do território e pelo conservadorismo do monopólio político-oligárquico, revelando o quanto a marcha ressignificou a luta política da Colômbia.

Por outro lado, pensar a desmercantilização da cidade a partir da democratização cidadã da mobilidade urbana implica refletir sobre novos direitos coletivos como uma ferramenta de empoderamento antiutilitarista para construir uma sociedade plural e aberta ao reconhecimento de novos direitos. Esta questão é relevante para se entender a lógica mercadológica do transporte urbano num país, como o Brasil de acentuada desigualdade social (de gênero, de raça, de diversidade entre outras). Partindo deste raciocínio, o processo de democratização do acesso às cidades implica “desfazer os argumentos aparentemente objetivos do raciocínio utilitarista” (MARTINS, 2015, p. 13).

Tal prática anticapitalista das ações coletivas põe em prática o que denominamos de novas racionalidades para o agir coletivo que põem em evidência modelos de ação social expressivos capazes de ampliar “as representações cognitivas do que designamos de racionalidade instrumental” (MARTINS, 2017b, p. 169). No âmbito da Marcha, ficou claro como a ideia de Justiça social fez-se presente nas ações voltadas para reorganizar um projeto de sociedade baseado na maior valorização da cidadania. Entendendo-se esta como um constructo que se define para além dos direitos tradicionais da representatividade, o que implicou reconhecer a utopia da paz como bem comum para o efetivo reconhecimento da cidadania ativa da nação.

No caso do MPL a proposta de ação direta questiona e desafia a ordem política vigente (política de não mediação) como uma maneira subverter o processo de exploração social dos menos favorecidos. De fato, estes têm que pagar por um serviço que deveria ser entendido como um bem público a cargo do Estado, guardião da proteção social, e não como um ônus para o trabalhador.

Com agendas diversas as mobilizações convergem no reconhecimento da necessidade de repensar e articular ações plurais capazes de canalizar a diversidade motivacional em defesa

de causas sociais mais amplas. As informações revelam uma certa racionalidade paradoxal do interesse desinteressado nos movimentos de rua. Vemos emergir a possibilidade de refazer racionalidades unidirecionais para liberar possibilidades de um novo sentido do agir moralmente motivado como fato primordial de fazer juntos práticas sociais antiutilitaristas.

Nesta direção, as diferentes maneiras de mobilização do novo ciclo da indignação moral latino-americano (BRINGEL & PLEYERS, 2017) envolvido com a pluralidade de motivações varia de um caso para outro. Na Colômbia, a indignação moral advém de uma nova sensibilidade: a dignidade de construir ambientes de paz favorável ao “ressurgir” da vida que possibilite reativar sentimentos de esperança e de fraternidade social. Tais características são fundamentais para a emergência de uma democracia real e plural.

Já no caso brasileiro existe uma desilusão com a questão democrática. A escalada dos casos de corrupção generalizada desmonta o imaginário social de que o brasileiro é “maleável” e indiferente ao que ocorre no cenário político. Embora há que se considerar que esta sensibilidade à política é, frequentemente, objeto de manipulação das redes virtuais e da grande imprensa como podemos observar a partir das denúncias recentes de manipulação da opinião pública. Ampliando o cenário de fragmentação dos valores morais da arena política há o desencanto com relação às políticas de desenvolvimento voltadas para a distribuição de renda e inclusão social que tinham sido implementadas, no caso brasileiro, pelo Partido dos Trabalhadores. Para além dos problemas estruturais vivenciados na área da proteção social e dos casos de subtração do patrimônio público orquestrado pela oligarquia política e econômica, a fragilização do tecido político ocorreu de maneira demasiada por não levar em consideração o poder real das ruas. Este é um tema indispensável quando se observar as perspectivas de lutas democráticas, hoje.

Num cenário nebuloso - aumento dos problemas sociais, elevação de escândalos envolvendo o patrimônio público - não restou outra alternativa para os movimentos sociais a não ser implementar novas bandeiras de lutas democráticas a partir da *ação direta*¹²⁵, propondo o bem comum como um novo horizonte para a reconstrução da vida social em condições mais justas e equitativas.

Ainda tratando deste contexto da indignação moral há que se considerar os sentimentos vivenciados pelos ativistas no cotidiano e no calor das emoções liberadas durante o atuar juntos pela dignidade humana, que é inerente a conquista do bem comum da nação. É neste pulsar vitalista das ruas que emergem motivações de desinteressamento e espontaneidade

¹²⁵ Ação Direta como princípio, metodologia e forma de organização do MPL (LIMA, 2015, p.2)

desinteressada ressignificando o sentido de reconstruir uma nova realidade social mais digna e fraterna. Para tanto, as ações coletivas enxergaram ser necessário em épocas de crise não “reduzir a ação humana a estratégias cognitivas motivadas apenas pelo interesse do controle do outro e para benefício de si mesmo” (MARTINS, 2017b, p 168).

Compreender que a pauta de mobilização reflete o desinteressamento como potencial de engajamento implica considerar que na base dos processos de mobilização surgem novos princípios de sociabilidade. São aqueles da obrigação de agir em prol de uma sociedade de benefício mútuo que nos põe num movimento de envolvimento com o diferente. Nesta direção procurar viver numa sociedade plural capaz de transformar a diferença e reconhecer o valor social do igualitarismo moral nos permite entender o fato de que “todos os participantes têm interesse [obrigação] em proteger todas as posições” (RAWLS, 2017, p.5).

De fato, é evidente como no MPL as resistências focadas em desconstruir a cristalização do poder conservador imerso na mercantilização do transporte exige a disposição dos ativistas para vivenciarem princípios morais como a prática de horizontalidade que desarticula “na base” a hierarquização a cristalização de funções nos espaços discursivos do próprio movimento. Portanto, é “[...] interessante que a mobilidade [urbana] seja a pauta principal do movimento e a mobilidade [de seus integrantes] uma prioridade interna do coletivo” (SARAIVA PANTOJA, 2017, p. 64). Esta “coincidência” entre pauta e prioridade interna não é outra coisa que fazer do ativismo uma prática convivial por uma vida sem catracas.

Consequentemente, os fatores cognitivos e morais experimentados nas pautas de mobilização como princípio de engajamento das ações coletivas criam também dispositivos de produção de confiança, alianças e vínculos entre próximos. Porém, entre eles, há os desconhecidos que, paradoxalmente, podem reativar novas vitalidades do movimento a partir da “*dadiva de aliança*” (CAILLÉ, 2008). Retomaremos estas ideias em outro momento. A seguir analisamos como as práticas de lideranças e as estratégias de produção de consenso das ações latino-americanas são repaginadas a partir da perspectiva antiutilitarista.

6.1.2 Ressignificando o papel dos líderes: o olhar da individuação convivial

Outro espaço da análise das mobilizações sociais estudadas nesta tese foi compreender como o imaginário da liderança foi ressignificado a partir do envolvimento da mobilização social com novos sentidos das trocas nos planos da moral e da política, que reforçam o proposto pelo paradigma do dom. Neste aspecto, o fato de pôr em evidência a questão motivacional do

interesse e desinteressamento contribuiu para revelar novas racionalidades na organização do agir coletivo.

Como se sabe na perspectiva tradicional dos movimentos sociais a “função” de líder é historicamente agregada a uma personalidade que tem o poder nas mãos e que goza de grande carisma entre os ativistas. Tais características, na ótica clássica do movimento social, é fundamental para que o líder conduza os agentes para um novo processo de controle do sistema de ação histórica (TOURAINÉ, 2012 [1978], p. 283).

Trazendo a discussão da liderança para o campo analítico da TPP observamos que a representação simbólica do líder social lhe confere um papel social estratégico que organiza e inspira os indivíduos para o confronto político. Desta maneira, os líderes sociais têm funções cruciais na identificação de oportunidades, desenham estratégias e atuam como articuladores do movimento para atuar na reivindicação utópica de outros mundos sociais. Segundo Tarrow (2009), as lideranças são as organizadoras de estratégias dos movimentos, sobretudo, pelo fato de que elas mobilizam:

[...] os símbolos [que] são extraídos seletivamente de um reservatório cultural pelos líderes do movimento e combinados a crenças orientadas para ação, de modo a navegar estrategicamente em meio a um paralelogramo de atores, que vai desde estados e oponentes na sociedade até militantes e populações-alvo (TARROW, 2009, p. 147).

Como vemos há que se reconhecer a relevância dos líderes como formuladores estratégicos pela mobilização de recursos materiais e/ou humanos no interior dos movimentos e pela interlocução construída com outros atores sociais. No entanto, ao aguçarmos um olhar antiutilitarista para analisar a construção social da liderança nas mobilizações latino-americanas, vemos emergir uma transformação curiosa no “ofício” da liderança. Ao identificarmos que o agir da liderança foi “seduzido” pela perspectiva plural do agir social, aquela que questiona a unidirecionalidade conservadora de organizar a prática social, identificamos que a pluralidade de motivações desconfigurou o entendimento unilateral da liderança no ativismo político das ações coletivas.

Uma das diferenças mais notáveis das ações coletivas estudadas nesta tese é a ausência de um único líder. Neste aspecto há que se reconhecer que as novas racionalidades do agir coletivo “Rejeitam lideranças verticalizadas, centralizadoras” (GOHN, 2014, P. 432). Ou seja, a liderança efetuada pelo *top leaders* que representa o movimento, que planeja o agir estratégico e que faz a interlocução com as elites/antagonistas, foi trocada por um novo modelo de

liderança. Nas palavras de Bauman (2009) esta liderança é menos visível, é líquida e está “dissolvida” horizontalmente entre os demais agentes.

Ainda tratando desta nova configuração na formação de lideranças, a ausência do líder-tradicional pode ser lida como uma estratégia política porque “sem o líder-chave emerge outras maneiras de negociação com os poderes constituídos” (GOHN, 2014, p. 439). Isto configura parte da estratégia para que os líderes-chaves não sejam cooptados pela institucionalidade instrumental na medida em que não é tão fácil identificar o interlocutor. Isto é relatado na seguinte fala de um representante do poder estatal: “a negociação ficaria mais fácil e evitaríamos qualquer conflito se tivéssemos com quem dialogar” (SARAIVA PANTOJA, 2017, p. 41)

Paradoxalmente, outra leitura pode ser feita se partimos do fato da interdependência entre os ativistas constituir um princípio motivacional para liberar novas energias para a construção de práticas sociais, fundamentada nos princípios do desprendimento, da generosidade e de compromisso associativo com outrem (CAILLÉ, 2013). No envolvimento com a práxis é possível sinalizar que a liderança compartilhada típica das ações coletivas antiutilitaristas adotaram a perspectiva do agir plural, livre e desinteressado para fundamentar novas formas de repensar a coordenação ampliada das mobilizações sociais. É valioso ressaltar que o perfil das lideranças necessariamente está relacionado tanto a trajetória pessoal quanto a condição do outro porque “os direitos dos indivíduos, tanto sobre si mesmos como sobre as coisas, só podem ser determinados graças a compromissos e a concessões mútuas; pois tudo o que é concedido a uns é necessariamente abandonado pelos outros” (DURKHEIM, 2010, p.95).

Dessa maneira encontramos no comprometimento das lideranças tanto fatores motivacionais pessoais quanto valores morais e sentimentais do dever envolvidos nas escolhas e nos aspectos motivacionais associados à formação do comprometimento coletivo. Isto para o sociólogo O. Fals Borda (2015) estaria baseado no que ele denominou de *engagement* e de *compromiss*. Na primeira ideia, a concepção de comprometimento está associado à liberdade do agir e a espontaneidade de liberar energias vitalistas para as novas práticas do agir coletivo. Para este pensador analisar a natureza do *engagement* no contexto da prática social implica considerar a necessidade de cultivar uma “atitude de despertar a consciência de pertença à sociedade e ao mundo do seu tempo o que favorece à ação ativista de abdicar da posição do espectador para [pôr, doar] a práxis de pensamento à serviço de uma causa” (FALS BORDA, 2015, p. 243 tradução e acréscimo nosso). Esta noção de compromisso quando associado à ideia sartriana de *engagement* revitaliza o comprometimento e valorização da liberdade como fundamentos do agir social.

Empiricamente, isto pode ser identificado nos relatos dos ativistas/líderes das ações coletivas aqui analisadas. Vejamos de maneira paralela as narrativas de duas ativistas/líderes que verbalizam a práxis desta discussão teórica. A primeira pertence à Marcha Patriótica e a segunda narrativa correspondente ao Passe Livre:

Meus inícios como ativista foi sozinha quando iniciei estudando na universidade. Com algumas meninas de Artes e de Ciências Humanas geramos um coletivo feminista, porém ficava muito na reivindicação e só ali fui ciente da necessidade do ativismo. Era um espaço que nos faltava dentro do coletivo. Minha procura pelo ativismo fez que o coletivo feminista fragmentasse e sucumbisse nas suas ideias. No meu caso a militância iniciou ali numa procura: *precisava organizar-me! Precisava organizar-me! Precisava organizar-me!* Na minha necessidade de organização política cheguei perto de alguns companheiros que já estavam organizados na Federação de estudantes Universitários (FEU), organização que fez parte da Marcha anos depois. Desta maneira iniciei minha vida como ativista/militante na Rede *Gonzalo Bravo* participando ativamente. Levamos representantes estudantis, fazíamos greves, tudo o que fizemos como universitário foi fundamental para meu ativismo. Quando termino de fazer o ‘trabalho universitário’ tomei a determinação de trabalhar em bairros [trabalho comunitário] e fui trabalhar na localidade de *San Cristobal*. Lá havia um movimento chamado ‘Para el barrio’. Num certo dia eu meus colegas ativistas da universidade fomos fazer trabalho de base naquele bairro [...] sempre tive a necessidade de trabalhar pelas mulheres [...] depois dou um ‘pulo’ e vou morar em outra região, deixo a cidade e vou trabalhar numa associação camponesa. Ali iniciei um trabalho organizativo com mulheres camponesas do Uribe-Meta [...] após essa jornada retornei para a cidade e reinicie meus estudos, minha atividade coletiva de trabalho de base na periferia. Foi ali que me associei aos ideais da MARCHA [...] Pois Marcha reconhece nosso trabalho estudantil, nosso trabalho de base nos bairros, ali, de fato era e entendi o que era ser da MARCHA [...] antes da Marcha ser realmente a Marcha Patriótica tivemos algumas jornadas larguíssimas das 8h até 23h debatendo coisas como: vamos ser um movimento [social], um partido político ou uma frente ampla de ativismo político. Foi nesses debates que fizemos assembleias permanentes. Toda sexta-feira o debate é sagrado. Não era sexta-feira de *happy hour*, mas sim sexta-feira para discutir como ia ser a organização da Marcha e aí apareceram milhões de coisas¹²⁶ (COMUNERA, 2017, grifo nosso, informação verbal).

Sobre esta ativista é relevante destacar que ela começou muito jovem o ativismo político. Em termos do engajamento, fica evidente como a causa do empoderamento feminista desde muito cedo mobilizou a práxis antiutilitarista da militante. Na passagem seguinte vamos apresentar o relato de uma integrante do MPL. É valioso ressaltar que esta ativista teve um papel fundamental ao exercer o papel de interlocutora do MPL com o governo Dilma Rousseff no ano de 2013. Observemos o depoimento da militante:

¹²⁶ Informação fornecida por *Comunera* em entrevista realizada em janeiro de 2017.

Eu me lembro muito bem do dia em que cheguei, pela primeira vez, em uma reunião do Movimento Passe Livre-DF. Ela aconteceria na sede de um sindicato chamado STIU (Sindicato dos Urbanitários), num prédio do Setor Comercial Sul, na frente do Pátio Brasil, centro de Brasília. Eu e mais alguns/as amigos/as da escola havíamos nos organizado para almoçar na rua depois da aula e seguir para a reunião, que aconteceria em um dia de semana, no começo de uma tarde de novembro de 2004 [...] No alto dos meus 16, 17 anos, aquelas imagens de ruas sendo tomadas [As duas revoltas ‘do Buzú’, em Salvador, e ‘da Catraca’, em Florianópolis] me tocaram de ao menos duas formas: a primeira delas, tratava da minha experiência cotidiana com o transporte coletivo. Eu morava em um condomínio perto de Sobradinho, acerca de 20 minutos do Plano Piloto, mas os trajetos cotidianos eram marcados por uma escassez absoluta de ônibus. Para ir à escola, usava do transporte escolar. Para voltar, dependia de caronas com a minha mãe ou do transporte pirata [...]. Em segundo lugar, o formato das manifestações também me tocou um bocado. Há algum tempo *debatia-me com a angústia de querer me envolver* com algum tipo de organização política, mas não me encontrava muito em espaços como partidos políticos – nos quais nunca me meti – ou o.n.gs – onde cheguei a ter uma experiência. Aquelas imagens me remetiam à possibilidade de finalmente me identificar com algo, embora não soubesse muito bem com o quê. Foi principalmente por essas duas razões [motivos] que decidi ir [...] Foi daquele mesmo encontro [“Encontro de Grupos Autônomos” do Distrito Federal] que saiu a chamada Convergência de Grupos Autônomos (CGA) e ao menos duas ideias: a de montar uma frente de atuação autônoma contra o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a de dar início a uma organização que lutasse pelo Passe Livre Estudantil, inspirada nas revoltas, da Catraca e do Buzú, que aqui já mencionei. Foi daí que resultou o panfleto que recebi em minha escola, e que me convenceu a estar naquela reunião [...] A reunião era principalmente centrada na discussão do que poderíamos fazer enquanto coletivo, mas também nos princípios que o constituiriam: horizontalidade, autonomia, apartidarismo e uma tal de politização, que, me explicaram, era o que então conectava a luta pelo transporte com uma luta antisistêmica mais ampla. Havia longas digressões sobre o que significavam cada um daqueles termos [...] A partir de então, reuniões como aquelas passaram a fazer parte do meu cotidiano, embora, é bom dizer, isso não as tornassem fáceis para mim (SARAIVA PANTOJA, 2015, p. 35-7).

Nesta narrativa é perceptível a liberdade da militante para realizar ações de envolvimento moral no agir coletivo. Nesta direção a discussão dos princípios que deveriam nortear o movimento demonstra, supostamente, como a qualidade do vínculo social constitui outra característica antiutilitarista primordial demonstrada no depoimento da militante. Por conseguinte, a maneira livre e espontânea de reivindicar a reorganização da mobilidade urbana nacional revela uma aposta na universalização de fatores associacionistas tais como a solidariedade e o desinteressamento a partir da *obrigação de ser espontâneo* para com a real acessibilidade às cidades. Esta aposta na fragmentação da racionalidade instrumental constitui

um passo necessária para ratificar o processo de universalização do dom na luta anticapitalista do transporte urbano (CAILLÉ, 2008,2013; MARTINS, 2017b, 2019).

Ainda tratando da identificação do espírito antiutilitarista nos militantes das ações coletivas latino-americanas, é relevante perceber o valor moral da liberdade demonstrado nas ativistas acima. Tal valor deve ser entendido como expressão de uma decisão autónoma advinda do carácter relacional (afetivo) mobilizado nas atividades interativas da mobilização. Isto ficou perceptível no sentimento de auto-comprometimento para com a causa social revelada nestas passagens: “No meu caso a militância iniciou ali numa procura: precisava organizar-me! Precisava organizar-me! Precisava organizar-me! ” e “Há algum tempo debatia-me com a angústia de querer me envolver com algum tipo de organização política”. O sentimento de angústia e ansiedade também pode demonstrar como o envolvimento com a práxis do ativismo está “tatuado” no cotidiano dos ativistas. A questão moral também se revelou um aspecto fundamental para identificar a natureza espontânea na formação do vínculo e no estabelecimento de relações favoráveis às práticas de generosidade caracterizada pelo de prazer de relacionar-se com o outro e para satisfação de ser útil gratuitamente porque “a cada movimento de liberdade produzido por doações conscientes, outros, ambivalentes, de obrigação livre e de interesse de retribuir se estabelecem” (MARTINS & BEZERRA, 2014, p. 48).

A partir desta condição paradoxal de obrigação e de liberdade presente na prática social o agir antiutilitarista ganha maior sentido ao se identificar que a práxis “instaura a ação social como obrigação coletiva absoluta, mas que é flexível no seu modo de aparecimento, expansão e refluxo” (MARTINS, 2004, p. 79). Neste sentido os/as ativistas/líderes são sujeitos autônomos e ao mesmo tempo vinculados a outros e à sociedade. Tal relação social implica reconhecer o valor das regras morais que atuam no processo de mobilização de forças sociais movidas por atitudes desinteressadas do agir político, reivindicando a utopia do bem comum como uma conquista mais ampla de direitos coletivos da nação. Tal atitude desinteressada pode também liberar poderosos circuito das alianças fundamentais para circular atitudes conviviais características das novas racionalidades antiutilitaristas do agir coletivo. Sobre a práxis convivalista da individuação é primordial compreender que:

Em conformidade com os dois primeiros princípios[comum humanidade e comum socialidade], a política legítima é a que permite a cada um afirmar da melhor maneira sua individualidade singular em devir, desenvolvendo suas *capabilidades*, sua potência de ser e de agir sem prejudicar a dos outros, na perspectiva *da igual liberdade*. (CAILLÉ et al, 2016, p. 11).

Ao entender a individuação como o resultado da complexidade plural do sistema social - que é crítico à sociabilidade individualista e egoísta do utilitarismo moderno - advogamos que uma das especificidades do agir social das ativistas aqui evidenciadas reside no fato delas nutrirem sentimentalidades nobres pela vida ativista. Isto se dá a partir da valorização que ambas dão para os afetos de envolvimento político como um princípio reorganizador de práticas associativistas primordiais, em geral, no plano das esferas primárias na família, na vizinhança etc. Tal sentimento mobiliza os atores sociais a correr o risco de estar juntos na busca de objetivos tangíveis.

Dada a pertinência desta interpretação há que se reconhecer o agir coletivo latino-americano aqui exposto como prática social contra-hegemônica voltada para valorizar a qualidade da aliança como um fator fundamental para repensar o modelo utilitário (que privilegia o cálculo das vantagens egoístas em detrimento das práticas e causas sociais de interesse social mais amplo). Para desconstruir a lógica minimalista e individualista da ação social e seguindo a tese do fato social total envolvendo todos indivíduos da vida social temos a partir do princípio que: “o que chamamos de indivíduo apenas surge no interior de sociedades que admitem a socialização como individuação (MARTINS & BEZERRA; 2014, p. 48).

Trazendo essa discussão antiutilitarista apresentada acima para o campo do agir político aprendemos com Goffman (2012, p.19) que a noção de *marco diagnóstico* nos revela que “quem ‘compra’ uma definição da *situação* adota para si uma série de obrigações e expectativas”. Nesta direção a teoria da dádiva permite aprofundar a discussão ao pôr relevância o caráter moral de *situação* que envolve fatores relacionados às condutas compartilhadas construídas nas mobilizações sociais.

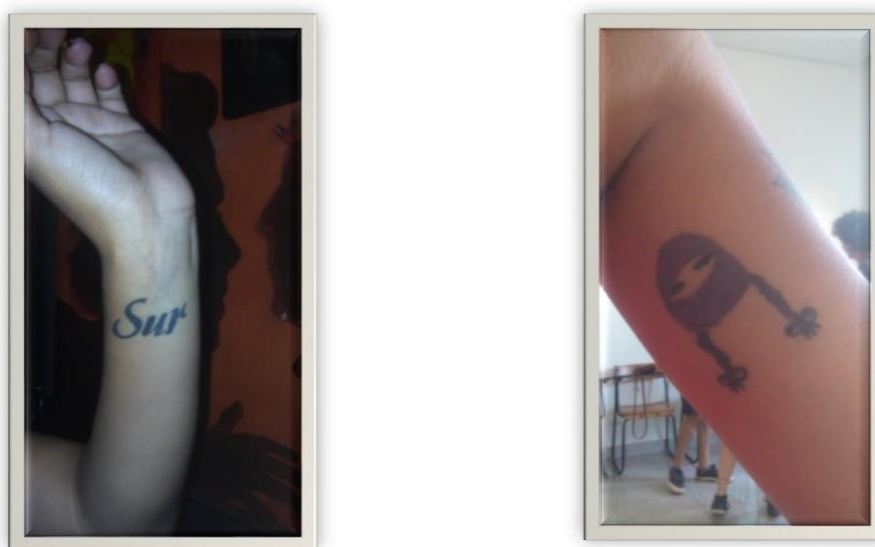
A atitude de aceitar as regras morais essenciais para o movimento encontra maior sentido para o agir social, na medida em que as regras partilhadas estão circulando nas práticas desinteressadas pelo prazer inerente ao circuito da práxis social da reciprocidade (dar-receber-retribuir). Esta está implícita na atitude de se relacionar com outrem a fim de liberar uma atitude social voltada para a construção de relações humanas nobres marcadas pela espontaneidade e pela gratuidade do agir juntos que promove a valorização da qualidade do agir social. Sobre esta qualidade do vínculo associativo é relevante escutar que: “Ninguém é obrigado a dar, a fazer algo pelos outros, mas há interesse em fazê-lo em função da criação, da manutenção do vínculo social” (MARTINS, 2004, p. 79).

Destacar a questão do corpo como uma das possibilidades de repensar a relevância que tem a perspectiva simbólica para o entendimento interpretativo das novas racionalidades ganha maior sentido. Isto ocorreu, sobretudo, pelo fato da discussão simbólica do corpo pôr em

destaque o valor da análise interpretativa por nós mobilizada. Nesta direção a questão do engajamento das militantes pôde ser percebida com maior riqueza de detalhe estético (visual) ao identificarmos que a mobilização antiutilitarista do ativismo latino-americano ficou efetivamente “escrito na pele”.

O gesto da marca (tatuagem) inscrito na práxis militante de cada ativista foi feito, na militante da Marcha. No seu braço esquerdo ficou escrita a palavra SUL, aquela que reivindica as experiências de resistência dos povos andinos. De outro modo, ficou inscrito na pele da ativista do MPL a figura da mulher Zapatista (ver figura 1), aquela que traz à tona a metáfora do viver juntos na defesa de ideologias comuns vitalizadoras das causas sociais. Tais significados do agir social construídos simbolicamente nos parece bastante significativo para compreendermos como os símbolos rebeldes inscritos na pele dos ativistas ressignificam a atitude de comprometimento e desinteressamento na luta simbólico-social em defesa do bem comum. Esta resiliência simbólica potencializa o fato de haver “uma íntima ligação entre o simbolismo e a obrigação de dar, receber e retribuir” (CAILLÉ, 1998, p.7).

Figura 19 Escrito na pele



Tatuado na Pele

Dada a relevância simbólica das imagens, que falam por si mesmas, é perceptível como estas tatuagens demarcam nas ativistas a força moral da experiência de mobilizar esforços em prol das causas sociais. Nossa interpretação sugere, supostamente, que tais tatuagens denotam o tamanho do significado que o agir desinteressado mobiliza na práxis de repensar a organização da vida social. Porque, para além das palavras e do discurso político, o simbolismo da tatuagem implica levar em consideração o quanto a dimensão sensível da expressão corporal mobiliza vitalidade para o agir social. Em outras palavras: “o ser humano não age apenas pensando em si mesmo e nos seus interesses mesquinhos, mas também age pensando nos

outros: muitas vezes gratuitamente, outras, por mera obrigação fundada nas crenças ou em convenções” (IBID, p. 177).

6.1.3 Práticas de lideranças e a ambivalência nos processos de produção de consenso: as dádivas de aliança

Na sessão anterior identificamos que uma das leituras possível sobre a pluralidade de motivações nos permite compreendê-las como um princípio dinâmico da vida social. Elas são essenciais para liberar novas racionalidades comportamentais favoráveis às práticas sociais desinteressadas, mas, também, revelam a preocupação em preservar a qualidade do vínculo social presente no *engagement*/comprometimento que as lideranças compartilhadas desenvolvem nas ações coletivas.

Ao trazermos essa discussão para os casos investigados identificamos que os fatores motivacionais estão associados à condição do outro seja este o outro de proximidade ativista, seja o anônimo ou desconhecido entusiasta da luta. Nesta configuração complexa das práticas de lideranças e de produção do consenso da MARCHA e do MPL pudemos entender que tal envolvimento com a práxis social estaria em comunhão com a ideia seminal de *Compromiss* proposto por Fals Borda. Para este sociólogo colombiano a noção de *compromiss* advinda da língua francesa implica transigir “fazer concessões, elaborar arrumações, realizar arbitramentos, efetivar entregas [doad/gerar confianças] ou abdições” (IBID, 2015, p. 243). Dado este esclarecimento, recorreremos ao termo porque entendemos que o *compromiss* guarda em si aspectos essenciais que tornam evidente o comprometimento moral de relacionar-se com o outro nas práticas de lideranças compartilhadas e nos processos de tomadas de decisões horizontais que dão sentido ao agir dos ativistas.

Vejamos como funciona empiricamente esta forma híbrida de interesse e desinteressamento tanto nas práticas de lideranças compartilhadas quanto nos processos de produção de consenso da Marcha e do MPL. No âmbito da MARCHA (Bogotá) identificamos um tipo de prática social onde os ativistas tinham necessariamente algum tipo de responsabilidade, de obrigação para com o coletivo. Estas responsabilidades eram diversas: iam de atividades mais simples como arrumação do espaço até tarefas complexas envolvendo assuntos administrativo da organização. Assim sendo, nossa análise sugere entender esta disposição horizontal de formação coletiva como um princípio universal de fazer juntos a Marcha. Este fazer junto, sugerimos, pode ser compreendido como uma missão de ser líder compartilhado para promover horizontalmente a causa da paz com justiça social.

Isto ficou perceptível quando demonstramos (ver capítulo 2) haver na estrutura orgânica da Marcha o Consejo Patriótico Nacional (CPN), o Comité Patriótico Nacional (COPAN) e a Junta Patriótica Nacional. No caso da sede distrital Bogotá identificamos existir uma estrutura fractal orgânica com três instancias distritais para a produção de consenso. Vale ressaltar que ao mobilizarmos entrevistas no COPAD (Consejo Patriótico Distrital) pudemos constatar dez tipos de organizações que constituem a base social da MARCHA-Bogotá: coordenadoras locais, o setor cívico-bairro comunal, as iniciativas de comunicação popular, organizações esportivas, organizações juvenis, organizações políticas, grupos ecológicos, coletivos artísticos, organizações educativas e estudantis, organizações de direitos humanos e paz (AMAUTA, 2017, informação verbal).

Ainda analisando a construção das lideranças observamos que nas “coordenadorias locais” existem ativistas (líderes) que coordenam a organização da Marcha em cada localidade¹²⁷ denominada de Comitê Local¹²⁸. Dentre outras plataformas distritais merecem destaque algumas plataformas de maior representatividade nas articulações internas do movimento, tais como: Plataforma Social Engativá (PSE), Plataforma Social Usme (PSU) e a Coordenação Patriótica Antônio Nariño (SOP, 2015). Por sua vez, cada plataforma apresenta uma conjuntura interna própria no seio de cada localidade patriótica.

Nesta direção ressaltamos que o PSU é uma das organizações com maior força articulação social. Ela, como as demais, possui autonomia para costurar acordos e identificar a potencialidade e particularidades das demandas sociais de cada comunidade onde fomenta o trabalho de base para a articulação social. Dada estas particularidades o PSU ganhou notoriedade no movimento tanto na dimensão microrregional quanto na distrital. Ele constitui um dos “braço-forte” do ativismo antiutilitarista da Marcha-Bogotá. O fato de vários fundadores e *voceros* distritais advirem do PSU demonstra o poder de capilaridade ativista presente naquela sede distrital da Marcha (SOP, 2015, p. 62).

Identificar a maneira como as organizações sociais de diferentes localidades distritais reorganizam as práticas de lideranças em cada uma das plataformas ou coordenações nos permite compreender que a práxis da luta antiutilitarista põe em destaque a estrutura orgânica interna do trabalho coletivo valorizando a realidade problematizada da luta social em cada localidade. Levando em conta esta maneira de reordenar a organização do viver juntos em

¹²⁷ Administrativamente a sede Distrital de Bogotá está dividida em vinte localidades. Dezenove delas são urbanas e uma está na localidade rural. Algumas destas localidades foram povoados na vizinhança da Capital da Colombiana e terminaram sendo parte do Distrito Capital.

¹²⁸ Réplica do COPAN e COPAD nas localidades do distrito capital.

defesa da paz, percebemos que a luta da Marcha no contexto urbano do Distrito Bogotá caracteriza o horizonte de trabalho e da prática comunitarista na construção da paz com justiça social. Tal estrutura de mobilização procurou desenvolver relações de confianças para ressignificar incertezas e conflitos locais que poderiam fragmentar as mobilizações. Ao pôr em destaque o papel da liderança compartilhada como uma das características da mobilização antiutilitarista, houve maior credibilidade e adesão social ao movimento que contagiou a paz com justiça social como um bem, um direito coletivo mais amplo para a Colômbia.

A partir de co-obrigação identificada como um princípio presente nas diferentes instâncias do movimento, o papel da liderança ficou fluído e o ato de ser líder se converte em um agir espontâneo. Tal liberdade imbuída de co-obrigação favorece a prática da corresponsabilidade do ativismo social o que facilita o fluxo e a criação de lideranças compartilhadas, e os diferentes níveis de responsabilidade vão sendo assumidos por diferentes ativistas. Consequentemente, todos assumem a missão de líder. Vale ressaltar que a construção para coparticipação de liderança não ocorre de forma harmoniosa e premeditada. Há que se reconhecer as dinâmicas e disputas dos próprios coletivos distritais que possibilitam o esforço de trabalhar e reivindicar juntos a construção de uma sociedade que valoriza o bem comum da paz com justiça social. Trazendo esta dinâmica associacionista para a discussão maussiana faz-se necessário entender tal construção a partir da dádiva de aliança. Nesta direção é valioso ressaltar a compreensão que A. Caillé (2008) tem a respeito da dádiva da aliança. Para ele tal modalidade de dádiva “remete ao benefício dos presentes, ao mesmo tempo livre e obrigado, interessado e desinteressado, que sela a aliança entre os sujeitos” (p, 159).

Como visto anteriormente na realidade da Marcha, a prática social mobilizada por líderes/ativistas para participar em diferentes instancias do processo organizativo local e distrital favoreceu à construção laços afetivos e de estratégias para o agir social tanto no trabalho comunitário quanto nos processos organizativos locais e setoriais. Isto valoriza a qualidade da aliança e gera novos significados para os “emaranhados que constituem a vida social e que produzem obrigações morais e contratuais necessárias à reprodução do conjunto da sociedade” (MARTINS, 2017b, p. 172). No caso do MPL as práticas de lideranças têm correlação com o princípio de horizontalidade. A prática horizontal é vista como uma construção permanente da práxis ativista caracterizada por: “Um processo que envolve disparidades de conhecimentos e técnicas – pois elas existem na realidade – mas um esforço contínuo de fazer combater a cristalização de poderes” (SARAIVA PANTOJA, 2017, p. 64).

Segundo a autora acima mencionada o MPL-DF parece levar a mobilidade não só como pauta, mas também como práxis de conformação do movimento para rejeitar atitudes de

hierarquização e efetivar o princípio de horizontalidade de liderança. “Pode-se dizer que um movimento horizontal é um movimento onde somos líderes ao mesmo tempo, ou que não haja liderança. Portanto, temos os mesmos direitos e deveres, sem cargos instituídos e livre acesso às informações do movimento” (MPL-DF, 2014, apud, IBIDEM, p. 66).

Ao aproximar esta compreensão de horizontalidade com a construção da prática de liderança do MPL, observamos haver estreita correlação entre a práxis da liderança com a atitude paradoxal do interesse e desinteressamento presente nas ações sociais revestidas pelo espírito do dom. Nesta correlação há que se reconhecer a iminência deste registro maussiano. O mesmo tem a ver com a ambivalência proposta pelo fato de todos serem líderes e, paradoxalmente, não existir um único líder. Na raiz deste registro contraditório nos parece habitar o espírito dom favorável à experiência de desinteressamento, o que prioriza a construção das relações plurais das novas racionalidades da mobilização coletiva.

Ao avançarmos nossa interpretação das práticas desinteressadas do MPL observamos que a ambivalência na construção da liderança também viabilizou a liberação de atos de espontaneidade para repensar a atualização da luta social em defesa proposta anticapitalista da mobilidade urbana. Isto, ao que nos parece, possibilitou a emancipação de atitudes vitalista do agir social tal como a de *compromiss*, por dinamizar a disposição de entrega existencial para a práxis política e favorecer abdições de si em favor de outrem. Este fato nos permitiu constatar que as práticas de liderança antiutilitarista do MPL-DF ressignificam a ação coletiva em prol do bem comum e da mobilidade social como uma estratégia primordial da luta anticapitalista. Este comprometimento moral pode ser melhor explicado por Caillé (2013) quando ele afirma que o desinteressamento identifica-se com o desinteresse e não se distingue da perda do prazer e do sacrifício do interessamento (IBID, p. 35). Observei esta atitude nas demandas do movimento que conseguiu pôr em prática esta nova racionalidade da práxis social na construção das lideranças do MPL.

Por outro lado, o fato de promover líderes sem liderança focalizada aproxima o movimento do olhar denso e múltiplo do pensamento *oximoro* neozapatista. Esta interpretação toma por base o fato de que mandar obedecendo desconstrói a unilateralidades de um exercer poder sobre outrem. Nesta direção a utopia *oximoro* ativa a questão do igualitarismo sociológico ao socializar uma práxis onde o fato de “termos os mesmos direitos e deveres” promove atitudes de liberdade e a obrigação dentro de uma lógica de práxis social fundamentada na dinâmica do igualitarismo moral. Há que se entender o pensamento paradoxal do refletido no registro *oximoro* com a lente neozapatista, que além de pensar mediante paradoxos estabelece uma crítica autêntica ao poder governamentalizador da vida moderna capitalista. Nesta maneira de

ressignificar a práxis utilitária da vida social emergem novas racionalidades anti-sistêmica da realidade social (AGUIRRE ROJAS, 2017, p. 18).

Ainda tratando da metáfora oxímoro presente nas ações coletivas é valioso entender como este olhar singular da sociedade permite aos ativistas construir novas racionalidades para entender que o agir no mundo advém de uma “escolha consciente de olhar o mundo não do *Eu*, mas a partir do *Nós*. Isso contribui para recriar uma nova versão moderna das velhas e antigas estruturas comunitárias que reafirma a prevalência do coletivo sobre os indivíduos que os constituem” (IBID, p. 18, tradução nossa).

No caso do MPL nossa pesquisa identificou nas práticas de lideranças a “não centralização de funções nas mãos de ninguém sem cargos instituídos”. Isto se configurou no fato de “tirar peso” do *eu* e recriar o *nós* na construção da liderança compartilhada. Uma situação imaginária que nos ajuda a entender este tipo de liderança é o fato de vermos os ativistas do MPL numa fila. Ao mobilizarmos o entendimento do oxímoro percebemos que quem está na primeira posição terá que assumir as tarefas que sejam demandadas pelo grupo que se encontra no restante da fila. Porém, com o passar do tempo, a própria rotatividade da fila fará perceber que ser líder é uma das várias posições que o ativista poderá exercer na organização. Isto é, a continuidade do processo de rotatividade revelar que quem é líder hoje amanhã não será; paradoxalmente, quem não é líder hoje amanhã terá a livre obrigação de liderar o movimento.

Para avançar no entendimento das práticas sociais presentes nas ações antiutilitarista do MPL é valioso entender que a lógica do oxímoro não está restrita apenas à prática de liderança. Também identificamos tal lógica da práxis social no processo de produção do consenso. Vejamos o seguinte exemplo:

Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracas, os muros ‘pixados’ com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria (MPL-SP, 2013, grifo nosso).

Identificamos no discurso do MPL a ideia da digna raiva. Há que se reconhecer que neste sentimento do agir social há a mistura de sentimentos aparentemente antagônicos que “longe de querer destruir e arrasar tudo; tem como o objetivo central construir caminhos e pontes para um mundo novo nem capitalista nem pré-histórico” (AGUIRRE ROJAS, 2017, p. 18). Nesta visão, revela-se o “encontro” de razão e afetos, do pensar e do sentir. Este registro, aparentemente, deslocado nos parece ser parte de uma construção social maior voltada para a

emergência de novas racionalidades entre o mundo do conhecimento e o mundo das emoções, liberando novos sentidos para o agir social.

A discussão das práticas de lideranças e dos processos de produção de consenso inerente à práxis de horizontalidade do MPL nos permite identificar nova racionalidade da luta pela mobilidade urbana. Trata-se de uma passagem significativa que nos permite compreender como a lógica das ações coletiva destes atores sociais retratam as ambivalências morais da dádiva. Principalmente quando observamos que no esforço dos ativistas está presente o exercício paradoxal da liberdade e obrigação, do interesse e desinteressamento. São valores vivenciados cotidianamente no ato de assumirem responsabilidades morais coerentes com a práxis do (*compromiss*) e com a construção do *nós* comunitário que desqualifica a sedução moderno do *eu* utilitarista moderno. A passagem a seguir ratifica como o *compromiss* constitui um valor primordial antiutilitarista do MPL, senão vejamos:

Este texto foi redigido por uma comissão, estabelecida em reunião do Movimento Passe Livre – São Paulo. A comissão discutiu coletivamente as ideias que deviam estar presentes em cada parágrafo. Foi um processo intenso, no qual a comissão se revezou por vezes em duplas, trios e quartetos. No fim, o texto foi lido em reunião, em que foram feitas alterações definitivas (MPL-SP 2013).

Neste trecho demonstramos a densa jornada trabalho voltada para, de forma compartilhada, construir pautas e princípio para guiar o agir social do movimento e a agenda comum para viver uma vida sem catracas. Houve a construção de consenso que acolheu o dissenso de outrem e resultou numa proposta que deixou satisfeitos todos os ativistas que participam da tarefa árdua para atingir êxito. Tal modelo de prática social considera a atitude antiutilitarista de valorizar a qualidade da relação e a pluralidade de motivação como práticas horizontais da nova racionalidade do agir coletivo.

No MPL a produção de consensos a partir do princípio da horizontalidade diz respeito a uma práxis abrangente utilizada em assembleia para conduzir tomada de decisão para a garantia da comum participação dos ativistas em momento relevante da luta anticapitalista (LIMA, 2015; SANTAREM, 2014; SARAIVA, 2010; MENDES, 2007). Nesta direção observamos que o princípio da horizontalidade é mobilizado pelo MPL tanto como estratégia de tomada de decisão quanto como método de tornar a causa da mobilidade urbana um bem comum mais amplo das novas agendas de luta antiutilitarista. O fato da existência de pessoas que participam mais ativamente da dinâmica interna do movimento comparadas com outras pessoas que participam das mobilizações só, não existe uma separação entre aqueles que assumem certas funções e os outros ativistas (MENDES, 2007, p.11),

O fato de insistir na não diferenciação entre a base e as lideranças para construir condições comuns de participação nas assembleias, denota como fatores morais da liberdade, da obrigação e do desinteressamento estão presentes no cotidiano da mobilização social. O *modus operandi* de mandar obedecendo demonstra como as motivações subjetivas guiam os ativistas na formação de alianças tanto no interior do movimento quanto nas relações cotidianas de reivindicação social por uma vida sem catracas. A periodicidade mensal das assembleias do MPL constitui espaço deliberativo para discutir os rumos políticos do movimento, construções de consensos temáticos que podem ser abordados e problematizados nas diferentes atividades de formação¹²⁹ interna do movimento (SARAIVA PANTOJA, 2017, p. 61).

Cabe salientar ainda que a ideia de consenso como estratégia apresenta tensão permanente inerente à construção plural do próprio movimento: “consenso, aqui, está longe de ser unanimidade e o Movimento Passe Livre – DF não se sujeita a explicações lineares, mas se constitui por uma multiplicidade de perguntas, olhares, pessoas, processos” (IBIDEM, p. 54). Desta maneira, como os mesmos integrantes do movimento social afirmam, a complexidade da ambivalência presente na construção do consenso como método decisório favoreceu a formação de práxis contra-hegemônica que valoriza a qualidade da aliança social.

A utilização do consenso como uma ferramenta plural na construção das assembleias possibilitou uma maneira prática de fazer política. Neste caso emergiu um tipo alternativo de associação que reivindica a participação plural dos ativistas para juntos tomar decisão comum capaz de acolher a diferença. Com isto as assembleias tornaram-se longas jornadas de “embates, discussões, discordâncias que se desdobram em diversas horas de reunião” (SARAIVA PANTOJA, 2017, p. 54) necessárias para a construção de acordos morais que tinha um fim em si mesmo. Tal registro nos permite recordar a dívida da aliança, isto é, o sistema de trocas interpessoais que põe ênfase na intenção de se relacionar com outro com o intuito de valorizá-lo como um ser ativo no projeto comum (MARTINS & BEZERRA, 2014, p. 48)

Observamos a relevância que tem a qualidade do vínculo para a prática social tanto na produção de consenso da Marcha e do MPL quanto das práticas de lideranças compartilhadas e horizontais. Temos que se reconhecer o valor primordial que tem a dívida da aliança na construção de laços (pontes) que conectam diferentes experiência de ativismo social na luta

¹²⁹ Em termos de formação, há que se ressaltar que boa parte dos integrantes do MPL expandem as ideias sociais da luta pela mobilidade urbana para os espaços acadêmicos formais tanto na graduação quanto na pós-graduação. Nesses estudos que têm o MPL como objeto de pesquisa há estudos desenvolvidos na discussão da juventude, na discussão teórica do militante engajado e estudos envolvendo a questão da mobilidade social e sua relação com os grupos raciais. Fonte dos dados: Informações obtidas durante o levantamento de dados desta pesquisa.

anticapitalista de consagrar a utopia do bem comum como uma conquista social mais ampla. Ainda tratando desta peculiaridade da dádiva de aliança como elo primordial de conexão entre diversas mobilizações coletivas latino-americanas, é valioso compreender que este tipo de troca voltada para o consenso apresenta um interesse singular para se entender a associação. Esta é um evento que ultrapassa a dimensão funcional, demonstrando que a tessitura de acordos ambivalentes é inerente ao desafio de superar a tensão permanente da luta anticapitalista.

Parece-nos pertinente atentarmos um pouco mais sobre o quanto é relevante o fenômeno da ambivalência para a produção do consenso que, paradoxalmente, acolhe tensões própria à complexidade da mobilização social. Tal complexidade nos parece seminal para superar a unilateralidade do pensamento racional que não consegue entender como na realidade plural da vida moderna, há possibilidade real de construir mundos comuns. É nesta aposta antiutilitarista de repensar modelos de sociedade que a dádiva de aliança emerge como uma nova racionalidade primordial para ressignificar a prática social das ações coletivas latino-americanas.

6.1.4. Ampliando o entendimento das novas racionalidades: o fator primordial da dádiva de aliança

Ao darmos ênfase a dádiva como uma teoria plurimotivacional da ação social, entendemos, como vimos demonstrando, a importância de se valorizar as ambivalências dos movimentos no processo de construção das ações coletivas em defesa do bem comum. Observamos que tal perspectiva associativista e moralmente plural constituiu uma nova aposta das mobilizações sociais para ressignificar o agir coletivo interessado em desconstruir o poder governamentalizador neoliberal que fragiliza as práticas solidárias e desinteressadas dos sujeitos plurais. Assim sendo, identificamos que tais ações coletivas ao trazerem o espírito do dom para o campo da luta social tiveram que se defrontar com antigas metodologias ou estratégias do agir coletivo que viam na unanimidade da causa um único caminho para fundar uma ação transformadora da sociedade.

A partir do fenômeno paradoxal que envolve o dom como ação social, verificamos que as novas racionalidades do agir coletivo latino-americano puseram em movimento uma nova práxis social que questiona a maneira tradicional de mobilização política estruturada no agir coletivo racional causal. Nesta nova trajetória do reivindicar juntos há que se reconhecer o fato “enigmático” do dom como troca moralmente motivada, como uma maneira complexa de entendimento que nos ajuda a não abdicar das nossas diferenças para fazer coisas juntos. Desta

maneira trazemos à superfície da estrutura social o pensamento oxímoro, aquele nos permite pensar “o consenso no dissenso”.

Neste esforço de zelar pela qualidade da aliança a questão do consenso está longe de ser unanimidade, porque a conformidade de opiniões entre os agentes sociais não constitui um elemento decisivo para a formação de pactos entre os indivíduos. Para procurarmos um caminho alternativo que compreendesse como o agir plural transforma nossa maneira de ser, pensar e atuar coletivamente, foi necessário compreender como o agir moral do dom mobiliza um caminho reflexivo capaz de revelar haver consenso na multiplicidade coletiva do dissenso.

Por conseguinte, tal maneira plural de compreender as práticas de lideranças e de produção de consenso a partir da experiência da troca (des)interessada, permite entender a lógica de circulação na ação tripartite¹³⁰. As práticas de empoderamento no ato de doar (a ação e o envolvimento moral do sujeito social), é fundamental para a construção de utopias morais capazes de reinventar o cenário de fragilização e vulnerabilidade do sujeito moderno.

Sobre este aspecto da experiência associativista da dádiva é relevante considerar que:

[...] o dom apenas vale como tal, tem valor e valoriza quem doou, desde que a liberdade e a inventividade excedam a parte da obrigação, e que, aliás, a dimensão do desinteressamento, do para outros, seja mais importante do que a dimensão do interesse pessoal, do para si. É esse excesso da liberdade sobre a obrigação que forma e mede o valor do doador (CAILLÉ, 2008, p.160).

Assim, a ideia do dom como troca ao mesmo tempo livre e obrigatória complexifica o modelo clássico de ação coletiva. Ela inspira uma estratégia racionalmente significativa para estabelecer alianças políticas. No intuito de avançar na compreensão paradoxal da ação social, é preciso entender como a relação liberdade-obrigação opera na formação de resistência ao poder governamentalizador. Identificamos que as novas racionalidades do agir coletivo podem despertar significativa contribuição para repensarmos a dinâmica tradicional da vida coletiva. Isto tem maior evidência ao pormos em destaque como o processo de participação em assembleias e a estratégia de produção de “consenso no dissenso” constituem aspectos seminais desta nova racionalidade.

Tal novidade operacional do agir social torna patente o fator moral que fundamenta a mobilização social. Pois ao se operar ações coletivas construídas no consenso do dissenso realiza-se um ato de ruptura com o agir positivista que movimenta a ação social numa perspectiva unidirecional. Esta nova produção do consenso permite aflorar a dimensão

¹³⁰ Práxis maussiana que a partir do circuito de dar-receber-retribuir permite circular nas relações sociais práticas favoráveis a formação de vínculos sociais fundamentais para repensar a ação utilitarista da sociedade moderna (MARTINS, 2017b, 2019).

simbólico-plural do agir social, enfatizando as bandeiras de luta em defesa do bem comum latino-americano. Isto deixa claro que o fator plural da prática social maussiana faz-se presente na construção basilar do movimento. *Dado este aspecto inovador das ações latino-americanas nos pomos a refletir sobre a questão: como superar a postura de articular ações coletivas mobilizadas na perspectiva linear e unidirecional do consenso?*

Nesta tarefa de procurar novos espaços e possibilidades de reflexão para enfatizar as novas racionalidades é relevante “encontrar (...) novos aliados na tentativa de superar a oposição dos paradigmas herdados [para] aprender a nos orientarmos um pouco menos desajeitadamente, pelo pensamento e pela ação, no seio do vasto mundo” (CAILLÉ, 2002, p. 13) a fim de compreender em que medida a ideia de aliança implica ressignificar o fator plural da ação social. Nesta linha de raciocínio é relevante exaltar as contribuições valiosas de Caillé (1998; 2002; 2004) e Martins (2004; 2005; 2008), os quais destacam o valor do vínculo solidário na construção de laços primários na vida associativa e na valorização da democracia como um fundamento primordial da aliança. Tais contribuições antiutilitaristas são fundamentais para ampliar nosso entendimento sobre as novas racionalidades do agir coletivo em defesa do bem comum, sobretudo pelo fato de compreendermos que tais contribuições abrem espaços para novas reflexões que põe em destaque novas alianças em torno de causas antiutilitaristas, tais como: o movimento ambientalista, as ações em defesa dos direitos coletivos, a questão envolvendo a discussão sociológica do gênero etc.

Ainda tratando sobre essa relevância da aliança para a nosso estudo observamos que alguns aspectos, tais como: a importância do fator moral nas práticas associacionistas, a discussão sobre a *fragilização e empoderamento dos laços sociais* e o fator da *interdependência* como um dos aspectos inerentes à construção das alianças, constituem dados seminais para avançarmos no nosso propósito de entender como os sujeitos agem motivados na construção de utopias antiutilitarista do bem comum. Para darmos maior destaque ao fator ressignificativo da aliança mobilizamos a discussão associacionista da J. Butler (2018). Nesta obra é relevante destacar a discussão moral e antiutilitarista sobre a responsabilidade que os indivíduos devem cultivar para selar alianças potentes contra as práticas de desumanização dos sujeitos precarizados. Nesta linha de raciocínio há que se reconhecer a relevância que a autora põe na construção de lutas sociais preocupadas em rediscutir a democratização do espaço urbano favorável ao empoderamento cidadão.

Metodologicamente falando, Butler mobiliza a categoria do corpo demonstrando-o numa perspectiva de politização da vida. Tal interpretação nos permite compreender como as práticas sociais dos corpos em aliança podem ressignificar o processo de governamentalização

do sujeito social. Nesta direção faz-se relevante entender a crítica moral e anticapitalista da autora nessa obra onde ela deixa claro que “a racionalidade neoliberal exige a autossuficiência como uma ideia moral, ao mesmo tempo que as formas neoliberais de poder trabalham para destruir essa possibilidade” (IDEM, p. 270). Para esta pensadora norte-americana a ideia da “responsabilidade de se tornar autossuficiente” exige a construção de uma postura crítica de deslocamento do modelo utilitarista de autossuficiência empreendedora para uma concepção solidária de compromisso coletivo. Esta potencializa as condições de autonomia e sustentabilidade da vida associativa, aquela que é construída na tessitura de aliança da vida coletiva: “todos somos dependentes das relações sociais e de uma infraestrutura permanente para manter uma vida vivível, de forma que não é factível se livrar dessa dependência” (IDEM, p. 226).

Neste movimento de dependência das amarras antiutilitaristas Butler deixa claro que na formação de aliança entre os corpos há um processo libertário de transformação interior dos sujeitos, pois “o que chamo de aliança não é apenas uma forma social futura [...] é a nossa própria formação subjetiva” (BUTLER, 2018.p.79). Nesta perspectiva, afirma a autora, a aliança pode transcender a vida das ruas para habitar dentro de um sujeito único que, na construção da autonomia, forma uma aliança consigo mesmo e com as vicissitudes culturais que foram construídas ao longo da jornada coletiva. Nesta perspectiva ontológica da aliança social a autora opera uma lógica paradoxal na construção das alianças. Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, a transformação construída no interior do sujeito não configura apenas um movimento interno de transformação do sujeito moral, também implicando uma complexidade do eu que para transformar sua situação de vulnerabilidade no mundo precisa estar em relação social com outrem. Senão vejamos:

[...] o ‘eu’ em questão se recusa a tornar secundário um estatuto da minoria ou lugar de condição precário vivido em favor de qualquer outro; é uma maneira de dizer: “eu sou a complexidade que sou, e isso significa que me relaciono com os outros de maneira essencial para qualquer invocação desse ‘eu’. Uma visão como essa, que implica uma relacionalidade social no pronome primeira pessoa, nos desafia a compreender a insuficiência das ontologias indenitárias [unidirecional] para pensar o problema das alianças (BUTLER, 2018, p. 79).

Neste trecho é perceptível como a unidirecionalidade do pensamento moderno fragiliza a construção de autonomia do sujeito. Segundo Honneth (2003), a racionalidade instrumental operante constrói estratégias de identidade que põe em vulnerabilidade e em ostracismo social o horizonte normativo (ideologia), gerando, como reação, lutas por reconhecimento implicadas com identidades de raça e de gênero, por exemplo. Para além do pensamento unidirecional e calculista que fragiliza a aliança social tal qual foi apresentado pela Butler, faz-se necessário

mobilizarmos um paradigma que nos permita repensar o modelo de pensamento das ciências sociais (CAILLÉ, 2002) com o intuito de reposicionar a valor antiutilitarista da aliança social.

Portanto, em termos maussianos, é possível pensar a dádiva da aliança como expressão da evidência das ações coletivas moralmente motivadas, como uma ideia associacionista voltada para dar sentido plural a vida social e enfrentar a racionalidade neoliberal que tenta absorver as fontes de resistências do sujeito coletivo. Assim sendo, o apelo à dádiva é movimento imponderável de uma outra dimensão da ação coletiva que valoriza os afetos e rituais na organização das práticas sociais. Esta leitura ultrapassa a produção de consenso unidirecional, para acolher o dissenso como condição possível de vários consensos e para valorizar o fazer e o estar juntos que não menospreza o próprio dissenso¹³¹.

Aparece então o dissenso como elemento que torna o movimento plural. Geralmente quando se pensa em dissenso o compreendemos como um elemento que fragmenta, ou melhor, como uma atitude de fragilização do movimento social. Neste sentido é interessante entender a ideia de fragilização social que a autora norte-americana trabalha a partir da noção de vulnerabilidade:

Isso [a vulnerabilidade] inicia a possibilidade de desconstruir essa forma de responsabilidade individualizadora e enlouquecedora em favor de um *ethos de solidariedade* que afirmaria a dependência mútua, a dependência de infraestruturas e de redes sociais viáveis, abrindo caminho para uma forma de improvisação no processo de elaborar formas coletivas e institucionais de abordar a condição precária induzida (BUTLER, 2018, p. 231, grifo nosso).

Assim, entendemos a vulnerabilidade (a fragilidade) como dimensão ontológica do humano que o potencializa numa situação supostamente desfavorável. Tal situação de debilidade social nos leva a identificar algo que é intrínseco às ações coletivas latino-americanas pois situações de vulnerabilidade, paradoxalmente, guardam em si mesmas uma possibilidade de emancipação interna que permite aflorar qualidades do próprio movimento. O caráter revelador da vulnerabilidade revela a dimensão interna e subjetiva do movimento. A vulnerabilidade revela aspectos que os movimentos pretendem esconder, expõe aquilo que a coletividade não quer ver como parte do movimento. Ela pode, logo, por um lado, revelar nossas limitações como agente coletivo; por outro lado, essa aparente debilidade pode indicar outras

¹³¹ Segundo J. Rancière. *O dissenso* (1996), entendemos que o dissenso “não busca simplesmente valorizar a diferença e o conflito sob suas diversas formas: antagonismo social, conflito de opiniões ou multiplicidade das culturas. O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão no núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e a sua racionalidade própria. Minha hipótese é, portanto, a seguinte: a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornando comum, pela própria divisão” (IDEM, p.2).

possibilidades de imaginar aquilo que está para além dos mecanismos formais de produção de consenso do próprio movimento.

Nesta direção a ideia de vulnerabilidade proposta por Butler guarda em si mesmo um dispositivo de ressignificação do agir coletivo que opera prática de transformação social em cenários de fragilização das mobilizações por emancipação e reconhecimento de idiossincrasias conviviais. Neste cenário fabuloso de novas racionalidades do agir coletivo o que, em princípio, indicaria um limite, uma debilidade do movimento pode, na verdade, constituir uma possibilidade inovadora de fortalecer práticas sociais voltadas para a construção das novas racionalidades do agir coletivo. Podemos então especular sobre as possibilidades da ideia de solidariedade moderna para ressignificar a noção de aliança unidirecional e dos corpos em aliança.

Neste aspecto a incursão na teoria do dom foi necessária para evidenciar a questão paradoxal dos valores e afetos que surgem na mobilização, como a vulnerabilidade, o que é importante para entender questões peculiares presentes na formação das alianças e das mobilizações sociais. A disposição social para atitudes generosas e a abertura para liberar vínculos solidários comuns diz respeito a nossa necessidade interior de construirmos relações sociais interdependentes e que sejam capazes de nos revelar que o ganho de vivenciar utopias convivalistas juntos ajuda a superar a “despesa” e o esforço realizado para construir e efetivar as estratégias de mobilização coletiva. Portanto, ao constituirmos vínculos e alianças afirmamos nossa interdependência paradoxal de juntos, livres e, ao mesmo tempo, obrigados, percebemos o quanto precisamos preservar nossos laços de solidariedade para construirmos conquistas coletivas mais amplas.

Este paradoxo nos parece relevante para repensar as práticas sociais do agir coletivo entre a teoria da dádiva e a teoria feminista de Butler (2018). Assim, entendemos que a ideia de aliança não implica dissolver a singularidade e as fragilidades dos sujeitos sociais em torno de uma moral hegemônica que absorve as subjetividades do sujeito social. Em termos da teoria da dádiva, o pluralismo dos motivos da ação social (MAUSS; 2003; CAILLÉ, 2002) ajuda a compreender que o sujeito envolvido com a doação espontânea ao movimento é necessariamente um sujeito da totalidade social. A pluralidade de motivações põe em destaque as perspectivas práticas de construção de reciprocidades mútuas, de igualdade e de singularidade na ação social.

A aceitação pelos agentes da mobilização da pluralidade de motivações ajudou a ressignificar o modo unidirecional do agir social dominado por uma lógica causal. O pluralismo motivacional ajudou a expandir táticas e decisões em defesa de causas sociais mais amplas

envolvendo diversos interesses como a questão da paz com justiça social e a proposta da mobilidade urbana. Nossa perspectiva plural e antiutilitarista das ações coletivas nos ajudou a refletir sobre como estes agentes da mudança social ressignificam a luta anticapitalista, pondo em destaque a utopia sociológica da vida comum como uma possibilidade de construir novas racionalidades do agir social.

6.2 A CONFIGURAÇÃO DA LUTA ANTIUTILITARISTA EM DEFESA DO *COMUM*: UMA NOVA POSSIBILIDADE PARA O AGIR SOCIAL?

No desfecho da nossa jornada faz-se necessário refletir que outro aspecto teórico pode nos auxiliar a pôr em evidência o trabalho de interpretar as ações coletivas mobilizadas neste estudo. Para além de outras possibilidades decidimos encaminhar a discussão final deste trabalho de tese dando ênfase à discussão sociológica do *comum*¹³². Entendemos que tal noção possui uma matriz significativa para o agir político favorecendo os preceitos epistemológicos e morais da abordagem maussiana do fato social total¹³³. Entendemos que tanto a bandeira de luta do MPL quanto a da Marcha dialogam com a discussão do *comum*, na medida em que buscam reinventar a ação social num contexto aberto ao pluralismo de atores e de motivações do agir coletivo.

Como vimos anteriormente a discussão sociológica do comum se aproxima de uma proposta antiutilitarista que nega a redução da vida social aos preceitos utilitaristas que se dividem no contexto republicano entre privado e público, para propor um olhar mais comunitário e associativo da vida social. Nesta linha de raciocínio percebemos que: “ [...] os movimentos sociais das últimas décadas tentaram salvar o que podiam em serviços públicos, proteção social e o direito ao trabalho. Contudo, nota-se que o âmbito nacional e a alavanca

¹³² Para Silveira & Savazoni (2018), a noção de comum constitui um campo de constituição política baseado em práticas sociais que se contrapõem aos modelos privatista e estatizante da vida moderna (p. 09). Na esteira disto Dardot & Laval (2017, p.16) entendem que “ a reivindicação do comum foi trazida à luz primeiro pelas lutas sociais e culturais contra a ordem capitalista e o Estado nacional, o comum tornou-se princípio efetivo dos combates e movimentos que há décadas resistem à dinâmica do capital e conduzem formas originais de ação e discurso”.

¹³³ Nossa insistência em trazer o termo do comum para o nosso trabalho de tese tem a ver com a conjunção de objetivos antiutilitaristas que unem estas duas propostas interpretativas do mundo social. Pois, por um lado, entendemos que o movimento maussiano lança o desafio de questionar a hegemonia da racionalidade instrumental, propondo uma racionalidade expressiva mais ampla que valoriza a construção plural da vida solidária em detrimento da sociedade consumista neoliberal. Por outro lado, identificamos que a discussão sociológica do comum tenta esclarecer a centralidade desta da luta anticapitalista para a vida social moderna ao evidenciar que: “a ideia de destino comum da humanidade não conseguiu se impor ainda, as vias da indispensável cooperação permanecem bloqueadas. Na realidade vivemos a tragédia do não comum” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 14).

estatal são insuficientes para enfrentar os retrocessos sociais” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 15). A radicalidade do utilitarismo neoliberal desconfigurou a função de proteção social do Estado em detrimento de políticas que realizam o gerenciamento da vida privada pela generalização do consumo, pondo em cheque os movimentos democráticos no mundo global (MARTINS, 2017b; MARTINS & ARAÚJO 2016; CAILLÉ 2004, 2008).

O poder neoliberal tenta “engessar” a vitalidade coletiva dos agentes sociais que mobilizam esforços pelas causas antiutilitaristas pois entendem que tais manifestações comprometem o processo de privatização dos recursos minerais e fundiários e o desmantelamento do Estado do bem-estar social. Nesta direção há que se repensar formas de subverter este processo de controle subjetivo da vida associacionista. Segundo Dardot e Laval (2017), tal desconfiguração social deu maior visibilidade à reação política em favor do comum, uma vez que o Estado neoliberal eliminou atrozmente a esperança depositada na capacidade do sistema estatal de resgatar políticas públicas capazes de reverter os desequilíbrios sistêmicos, sociais e ambientais atualmente verificados. Assim, o desafio antiutilitarista se traduz pela necessidade de: “não fazer eco à condenação neoliberal das intervenções sociais, culturais ou educacionais do Estado, mas de resgatá-las de seus limites burocráticos e submetê-las à atividade social e a participação da política da maioria” (IDEM).

O debate antiutilitarista, na França, voltado para a crítica ao mercantilismo nasce na França em 1981 com a fundação do M.A.U.S.S. (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais), e começou a impactar na América Latina com os novos sentidos dos estudos pós-coloniais a partir dos anos 90 do século XX. Os temas que informam a reação intelectual na atualidade são aqueles do bem comum latino-americano¹³⁴, da discussão redistributiva da riqueza¹³⁵, da questão da redistribuição dos bens de cidadania¹³⁶ e da relevância do convivialismo contra a instrumentalização da lógica neoliberal¹³⁷.

No Manifesto Convivialista a noção do comum aparece relacionada com os novos sentidos do humano, apontando, assim, novas possibilidades morais, ecológicas e afetivas de se pensar o convivialismo. Em termos de uma nova perspectiva paradigmática para ressaltar o valor humano na interação sociológica, merece destaque o princípio da *comum humanidade*, o qual salienta que: “acima das diferenças de cor de pele, de nacionalidade, de idioma, de cultura, de religião ou de riqueza, de sexo ou de orientação sexual, há somente uma humanidade, que

¹³⁴ Cf. MARTINS & ARAÚJO (Orgs.), 2016.

¹³⁵ Cf. WAIZBORT, 2015.

¹³⁶ Cf. MARTINS, 2004.

¹³⁷ Cf. CAILLE & CHANIAL, 2015.

deve ser respeitada na pessoa de cada um de seus membros” (OS CONVIVIALISTAS, 2013, p.11). Nesta mesma direção há que se ressaltar a importância dos princípios da *comum socialidade*, que exalta o valor das relações sociais; há também o *princípio da individuação*, aquele que aspira ao melhor desenvolvimento humanista do sujeito sem prejudicar a liberdade de outrem. Por fim, é relevante identificar o *princípio de oposição controlada*, o qual reconhecer a relevância democrática da divergência desde que o ato de ser diferente contribua para a formação plural do sujeito social. (CAILLE, et. al., 2016)

O interesse prático-epistemológico da sociologia com a práxis *comum* mediante a resignificação do humano abre uma perspectiva ecológica diferenciada para a reflexividade crítica e para os sentidos dos movimentos sociais. Tais aspectos influenciaram as ações coletivas deste estudo nos municípios com informações importantes com vistas a construirmos trilhas futuras de pesquisas, evidenciando como as ações coletivas podem ser interpretadas como uma via interessante de resignificar a luta social latino-americana. Assim sendo, o primeiro aspecto *de prática social comum* a destacar tem a ver com o fato das ações coletivas darem maior relevância aos direitos coletivos, identificados como macro-frame das mobilizações coletivas latino-americanas. Tal horizonte normativo mobilizou espaços para as ações coletivas ampliarem as bandeiras de lutas resignificando o valor da igualdade entre os indivíduos o que permitiu defender a ideia política da boa vida, do bem comum e da justiça social como uma maneira *comum* de questionar o novo espírito do capitalismo ou mesmo sua contestação (MARTINS, 2013, 2017b; DARDOT & LARVAL, 2017).

As mobilizações latino-americanas deste estudo impulsionaram prática social em defesa da vida *comum* contrário ao poder avassalador do neoliberalismo que reduz o papel regulador do Estado e promove a modernidade líquida identificada por Bauman (2008). Na contramão da vida para o consumo as ações coletivas do MPL entendem que a mobilização urbana pressupõe um frame que permite “deslocar o entendimento tradicional da mobilidade”. Assim, o acesso às cidades precisa ser reinterpretado, deixando de ser visto como um mero serviço para os que podem pagar para ser compreendido, para aparecer como uma política do comum que possibilita o direito irrestrito de acesso às cidades. Desta maneira, é necessidade repensar a questão do transporte público como um bem comum entendido como uma garantia cidadã acessível a todos cidadãos (MARTINS & ARAÚJO, 2016). Tal programa antiutilitarista de recriar os espaços sociais tornando-o mais democráticos se inscreve nas lutas políticas geradas nas disputas entre a mobilização social pela manutenção dos valores coletivos e o sistema de pressão crescente do individualismo moderno.

No centro deste embate entre o individualismo moderno regulável e as lutas anticapitalistas do comum temos os desafios de manipulação do Estado pelas novas oligarquias internacionalizadas e as resistências a favor de uma remodelação do Estado que integre o pluralismo político. O desmantelamento do Estado do Bem-Estar, mesmo nas suas versões limitadas nas sociedades periféricas, tem um impacto avassalador em termos dos serviços de proteção social, tais como transporte, educação, saúde, previdência etc. que são precarizados, sucateados ou transformados em serviços da iniciativa privada. Trazendo essa discussão para a questão da mobilidade urbana percebemos que:

[...] o Estado, não contente de integra-se às normas do privado, frequentemente toma a iniciativa privada de eximir-se: foi o Estado que, no Brasil, entregou os transportes públicos das grandes cidades ao setor privado [...] a possibilidade de uma inversão radical reside aí: embora até agora o comum tenha sido concebido como uma grande ameaça a propriedade, que era dada como meio e razão da vida, hoje é esta mesma propriedade que temos razões para ver como a principal ameaça a própria possibilidade de vida (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 19).

A privatização da mobilidade urbana implica um desamparo social que ameaça a própria democracia cidadã como a conhecíamos. Isto vem gerando reações que buscamos explicar na nossa tese pela explicação dos motivos e modos de ação dos movimentos sociais estudados. Pois a mobilização pela vida sem catracas implica desconstruir a mercantilização do transporte público propondo transformar o que era serviço em uma política cidadão do *comum*, na medida em que,

O transporte público deve ser entendido como um bem público, que beneficia, portanto, mesmo as pessoas que não fazem uso de modais coletivos. Os usuários de transportam público beneficiam toda a sociedade, pois mantém baixos os custos sociais relacionados ao transporte (poluição, trânsito) cobrar tarifas pelo uso do transporte público pode ser interpretado, então, como uma injustiça econômica: por mais que o serviço beneficie a todos, só uma parcela dos beneficiados paga por ele. De certo modo, cobrar pelo transporte público se torna uma exploração dos usuários pelos não usuários. Os gastos do sistema de transporte coletivo deveriam ser partilhados pelos beneficiados, ou seja, dividido entre todos os cidadãos (PESCHANSKI, 2018, p. 360).

Este tipo de comentário confirma o interesse de se refundar a ideia da mobilidade urbana numa perspectiva do comum. Neste plano, o sujeito social possui autonomia e autogoverno das atitudes e práticas sociais solidárias fundamentais para viver numa sociedade livre e plural. Outra *prática social comum* analisada nesta tese foi a das ações coletivas antiutilitaristas em defesa da *paz com justiça social*. No caso colombiano há que ressaltar que o frame da paz remonta a um longo passado histórico de luta pela defesa da vida e da justiça social (RUEDA,

2016; ESCOBAR, 2010) como um precedente do bem comum que agora ganha maior realce moral e político.

É valioso ressaltar a noção utópica do bem comum mobilizada para interpretar o fenômeno sociológico da paz colombiana. Antes de ser taxada apressadamente como uma “ideia” menor fundamentada em crenças “românticas do agir político”, devemos, ao contrário disto, entender tal utopia como uma perspectiva universal do dom, aquela que carrega consigo a dinâmica paradoxal de ressignificar o olhar positivista e unidirecional do pensamento moderno (CAILLÉ, 2002, 2008; MARTIINS, 2008; 2016a; 2017b; 2019). Dada a relevância moral do dom para repensar o valor plural do agir comum em defesa da paz (que, de fato valoriza a vida dos *comuns*) abre-se espaço de ação (reflexão) para valores refundantes da sociedade colombiana tais, como a igualdade social como um fundamento primordial democrático, e o da liberdade como um valor comum capaz de engajar diferentes idiosincrasias na utopia da paz com justiça social.

Mas porque a paz com justiça social? Tratar da paz com justiça social na Colômbia implica realizar uma incursão histórica para entendermos o quanto é ousado mobilizar utopias antiutilitaristas para repensar um modelo de sociedade que há mais de seis décadas desconsidera a importância da construção social da paz em detrimento de interesses egoístas e mercantilistas das elites financeira e política daquele país. Neste trabalho de reconstrução há que se mobilizar contribuições teóricas e valores significativos para compreendermos o quanto a reivindicação da paz é importante para a democracia colombiana.

Para dar conta de um contexto tão potente trazemos para esta reflexão uma síntese da obra *La Violencia en Colombia* (1962), quem tem como um dos autores o sociólogo Fals Borda, considerados um dos pais da sociologia daquela nação. *La Violência* denuncia que a questão da hostilidade colombiana tem um capítulo fundamental relevante para entendermos como o fenômeno da agressão social habita o imaginário do país cafeeiro há muito tempo. Nesta obra fica evidente o acordo histórico de 1958 denominado *Frente Nacional*. Este foi um pacto político firmado entre os partidos conservadores e liberais, acompanhados pela Igreja Católica e pelo Exército Nacional. Ele tinha o objetivo de propor um acordo de paz para uma guerra civil que durava mais de dezesseis anos, mas também pretendia recriar um modelo de sociedade democrática para as gerações pós anos 1960 (JARAMILLO, 2012).

É neste contexto explicitado que emerge *La Violencia*, obra-denúncia que revelou bastidores do mapa conflitivo do país, sobretudo ao demonstrar o jogo de poder político e a disputa de influência (por terras, interesse governamental etc.) das elites. Isto, de fato, era o que “alimentava” o *rio vermelho* que manchava a reivindicação de paz com justiça social na

Colômbia (FALS BORDA, 1962; ESCOBAR, 2010; RUEDA, 2016). A partir desta realidade complexa é relevante compreender como, desde a metade do século passado, a Colômbia vivencia uma dualidade política que mergulhou o país numa realidade conturbada. Contemporaneamente os sociólogos colombianos constroem esforços para demonstrar o quanto a conquista da paz com justiça social pode contribuir para desobstruir essa configuração política turbulenta. Nesta direção a seguinte passagem revela o quanto à existência de “duas Colômbias” assombra a construção utópica da paz, porque:

[...] os dois países que habitam Colômbia: um, o país político que pensa no seu poder e nos seus interesses. Dois, o país nacional que pensa nas suas necessidades, aspirações e dramas cotidianos e que expõe no presente uma longa história de exclusão política dos amplos setores da sociedade do país. Por fim, a degradação da guerra ligada ao fenômeno do narcotráfico na Colômbia que atravessa nosso corpo de valores, crenças e práticas sobre as lógicas dos atalhos: a perda do valor da vida e a legitimação da ilegalidade como forma de mobilidade social (HERRERA, 2016, p. 52, tradução nossa).

Dado este contexto histórico é praticamente incontestável como o frame da paz com justiça social mobilizado pela Marcha constituiu-se numa prática política do *comum*. Uma prática que revela um modo do agir político que reivindica a construção de uma sociedade pacífica como um “princípio político de co-obrigação para todos os que estejam engajados numa mesma atividade” (DARDOT & LAVAL, 2017, p. 25), ou seja, que ressalta ao mesmo tempo a obrigação e a participação. Neste sentido, as marchas e o fenômeno utópico do *comunero* colombiano (ver capítulo 3) constituíram um “Agir comum para designar o fato de que os homens se engajam numa mesma tarefa” (IBIDEM, 2017, p. 297) de tornar a paz com justiça social uma realidade *comum* daquela nação. Nesta direção a construção da paz com justiça social requer um olhar agudo sobre a importância da cidadania como um símbolo paradoxal capaz de ressignificar o interesse do poder político numa via de empoderamento da nação (MARTINS, 2017b). Neste processo de reconstrução social há que se ressaltar o valor plural da vida associativa como uma possibilidade para assegurar a construção de uma nova realidade social baseada no princípio convivalista da comum humanidade presente na relação social.

Após apresentar as perspectivas comuns liberadas pelas ações coletivas latino-americanas, resta-nos refletir sobre que legados advêm de tais práticas desinteressadas e antiutilitaristas para o desafio de pensar alternativas ao poder conservador e capazes de tornar o bem comum maussiano uma realidade da práxis social no Sul global. Neste aspecto faz necessário reconhecer que:

[...] os movimentos sociais e democráticos demonstram notável resiliência reorganizando o que foi desfeito, reconstruindo os pactos de solidariedade sobre as marcas das guerras, das violências e das memórias de dor [...] a luta pela sobrevivência, individual e coletiva, a “genética” do ser humano, contém um germe de vida inesgotável, que G. Bataille explica como sendo expressão do excesso de riqueza da natureza viva, do jogo de energias dos organismos vivos que levam os humanos para viverem dispêndios catastróficos, como nas guerras, ou dispêndios socialmente produtivos, em épocas de paz (MARTINS, 2019, p. 267-8).

A partir desta passagem seminal faz maior sentido demonstrar que as ações coletivas ao mobilizarem horizontes interpretativos envolvidos pelo valor moral do dom tiveram o objetivo primordial de reconstruir forças sociais destituídas pelo autoritarismo. Por um lado, o patriarcalismo conservador (MARTINS, 2017b) precarizou, ao longo do tempo, as garantias cidadãs, enraizando o fenômeno da corrupção da vida pública e deteriorando a dignidade de alguns serviços públicos como o transporte coletivo¹³⁸. Por outro lado, a construção de laços antiutilitaristas voltados para reorganizar atitudes morais e reivindicar a paz com justiça social constitui uma fonte de revitalização das capilaridades sociais. Isto é fundamental para tentar superar o desgaste humano promovido ao longo de décadas marcadas por perdas materiais e culturais do patrimônio simbólico-social colombiano.

Nesta atmosfera de resistência antiutilitarista para onde pode convergir a vitalidade das ações coletivas latino-americanas? E mais: O que implicou trazer para o debate sociológico dos movimentos sociais as ideias de solidariedade moderna, a discussão relevante da universalização do dom, o debate seminal da pluralidade de motivações e a questão ontológico-moral do sujeito inspirado pelo sentido do comum? Enfim, como canalizar essas ideias potentes para contribuir na construção de uma nova cultura política das mobilizações sociais latino-americanas?

Não temos respostas definitivas sobre o assunto na medida em que são processos em curso. Mas é fundamental repensar o cenário contemporâneo de intransigência política, das “veias abertas” da América Latina pós-progressista¹³⁹ do início do século XXI. Julgamos ser necessário mobilizar forças sociais revitalizadoras da vida comum para: a) resistir ao novo bloco de poder oligárquico-financeiro que tenta neutralizar o ativismo político como pratica de

¹³⁸ A trágica experiência vivenciada no transporte coletivo carioca, sobretudo, aquela que foi cinematografada no filme documentário *Ônibus 174* constitui um exemplo singular da precarização do transporte público.

¹³⁹ Segundo Fuser (2018), o pós-progressismo tem o seguinte contexto histórico-social: “A derrubada da presidenta Dilma Rousseff e a perseguição judicial ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marcos políticos do retrocesso autoritário e elitista em curso no Brasil, só podem ser entendidos no contexto mais amplo da ofensiva liberal-conservadora contra governos progressistas, personalidades de esquerda e movimentos populares em toda a América Latina” (p. 79).

liberdade. b) refutar o argumento que desorganiza o valor do conhecimento crítico como ferramenta de empoderamento social da nação. c) lutar contra o poder autoritário da elite conservadora que dinamita conquistas sociais do bem comum latino-americano, tais como o valor das políticas de reconhecimento que valorizam as idiossincrasias humanistas do Sul global.

Diante destes desafios impostos julgamos que a construção de uma nova cultura política para as mobilizações sociais latino-americanas passa necessariamente pela valorização do agir comum moralmente motivado. Ou seja, admitimos que as ações coletivas latino-americanas aqui estudadas contribuem para o debate sociológico contemporâneo ao destacarem a valor moral que o *comum* tem para a construção das novas racionalidades do agir coletivo. Neste aspecto a *nova cultura política do comum* deve preconizar os estudos sociológicos aqui mobilizados para desconstruir ideias utilitarista do agir por si mesmo, do agir para conquistar metas úteis. A *nova cultura política do comum* precisa produzir uma outra visão sobre as práticas egoísta do capitalismo. Precisa pensar em alternativas morais e forjar condições e atitudes políticas possível para o *agir comum*. Nesta direção fechamos nossa argumentação da *nova cultura política do comum* ao indagar: *como a nova cultura política do comum pode fazer sentido para o agir coletivo?*

Como se sabe, o sentido do agir social é algo complexo que a sociologia contemporânea tenta responder a partir de inúmeras perspectivas teóricas. Segundo Caillé (2002), repensar a construção social da realidade a partir da universalização do dom seria uma possibilidade potente de ressignificar o sentido da ação social. Mas, acreditamos, que se a pesquisa sociológica pode enfatizar a *nova cultura política do comum* proposta pelas ações coletivas latino-americanas, ela pode ressignificar o sentido do agir social. Para isto, é necessário demonstrar que o agir moralmente motivado implica o resgate de atitude, ideia ou coisa do social que foi sequestrada pelo poder conservador egoísta (MARTINS, 2017b, 2019).

Nesta direção o sentido social da cultura política do comum implica dotar o agir coletivo da atitude de resgatar, recuperar ou salvaguardar o valor da vida solidária que o ethos da aceleração instrumental moderna eclipsou da vida associacionista. Ou seja, na *nova cultura política do comum* o sentido do agir coletivo implica *recaptare* (termo latim da palavra resgatar) o espírito comum para o seio das ações coletivas tornando o *comum* guia de ação social do sujeito coletivo moralmente motivado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos que foi complexo estudar o tema das ações coletivas num contexto político-econômico-social conturbado caracterizado pelo ressurgimento de práticas autoritárias, ataque ao modelo de pensamento progressista e pelo ressurgimento de políticas neoliberais que dissipa a vitalidade solidária do sujeito social. Mas nossa opção por uma abordagem antiutilitarista foi importante para entender os caminhos das resistências que passam por uma reflexão antiparadigmática, como o sugeriu Caillé (2002) a fim de deslocar o princípio racional-instrumental de gerenciamento social e para abrir novas possibilidades para o agir social.

Nossa forma de adentrar este debate se deu por meio da análise de algumas mobilizações sociais latino-americanas, analisando comparativamente casos da Colômbia e do Brasil, a partir do que denominamos das novas racionalidades do agir social. Isto implicou desconstruir tanto os argumentos hegemônicos de descrença e marginalização da mobilização social quanto os argumentos tradicionalistas e focados na perspectiva estritamente estruturalista dos movimentos sociais. Nesta direção, a investigação optou por priorizar novas interpretações do agir coletivo de modo a demonstrar que há pluralidades de motivações morais e emocionais inerentes às pautas de lutas, buscando preservar e defender conquistas sociais que denominamos de bem comum latino-americano.

No esforço de ampliar o debate sobre as racionalidades do agir coletivo nos aproximamos do debate sobre a dádiva pois nos pareceu adequado para demonstrar o caráter multimotivacional da ação social. A fim de evidenciar a presença da dádiva em nossa interpretação moral das ações coletivas resolvemos focar nossa investigação na releitura comparativa das ações coletivas no Brasil e na Colômbia. Compreendemos que a pluralidade de motivações da ação social faz-se presente no interesse do grupo ou movimento, mas também se abre para refletir a gratuidade da ação que permite a solidariedade moderna.

“Resgatar” a temática da solidariedade e trazê-la para o campo das ações coletivas nos permitiu compreender que no processo de construção de acordos, pactos e contratos morais abertos para o acolhimento da diferença e do livre pensar, emergiu outras possibilidades de emancipação social. Observamos a criação de uma oportunidade política para desenvolver o sentimento de comum pertencimento da vida associativa, que é fundamental para ressignificar o entendimento da política numa direção de salvaguardar valores, sentimentos e conquistas simbólico-materiais voltadas para a sociedade organizada e engajada.

A partir dessas peculiaridades apresentadas, o foco da investigação concentrou-se nas mobilizações da Marcha (COL) e do MPL (BR), que, no nosso entender, souberam fazer uma

leitura apropriada do contexto histórico-social das *oportunidades políticas*. Assim, elas souberam levar para as ruas latino-americanas guias de ação para reivindicar temas político-histórico-sociais comprometidos em garantir a preservação de bens e direitos coletivos e de assistência social. Nesta direção, o critério da escolha levou em consideração a repercussão nacional da mobilização coletiva realizada pelos movimentos. Consideramos que tais mobilizações revelam um processo de resistência à retomada da ofensiva neoliberal latino-americana, principalmente durante o período de 2010 a 2016, que foi o intervalo de tempo analisado pelo estudo.

Para além da delimitação das ferramentas epistemológico-metodológicas apresentadas no trabalho, o processo de identificar as novas racionalidades do agir social implicou no reconhecimento da pluralidade de motivações das ações coletiva. Isto foi possível graças à conjunção teórica envolvendo a teoria do processo político (TPP) e a teoria da dádiva. Nesta correlação de conceitos e perspectivas da realidade social abriu-se espaços para outras reflexões da prática social não vinculadas diretamente ao interesse egoísta do agir social. Ao ampliarmos nossa leitura do fenômeno pudemos constatar que o agir coletivo ganha novo sentido quando analisado a partir da pluralidade de motivações que animam as mobilizações latino-americanas. Ou seja, a pesquisa nos permitiu compreender que antes dos sujeitos se mobilizarem calculadamente pelo controle dos bens sociais, eles são dominados por dúvidas e dificuldades que ampliam os níveis de camaradagem e competição. Nos seus circuitos mais íntimos também se faz política, pelo fortalecimento dos laços de amizade e o despertar de atitudes solidárias, por exemplo.

Ao reconhecermos que nas práticas sociais dos agentes circulam valores e atitudes morais que contribuem para reconstruir novos espaços de liberdade para o agir solidário, estamos abandonando a compreensão dualista clássica do pensamento sociológico entre indivíduo e sociedade. Assim, podemos visualizar mais claramente os fluxos de iniciativas, intenções e sentimentos que fundam os desejos de emancipação cidadã voltados para o bem comum. Este entendimento permitiu valorizar as experiências associativistas para as mobilizações coletivas. A dinâmica das trocas materiais e simbólicas apresenta uma dimensão da luta social na qual o sentido antiutilitarista da ação social se revela como política solidária. Dada esta particularidade moral de compreensão do agir social resolvemos ampliar o entendimento deste fenômeno sociológico a partir da seguinte questão: até que ponto a pluralidade de motivações nos permite realizar uma releitura das ações coletivas (do Brasil e da Colômbia), demonstrando como o interesse e a espontaneidade do agir se fazem presentes de

modo diferenciado na produção da solidariedade moderna independentemente de matrizes ideológicas?

No trabalho de procurar meios e possibilidades para construir resposta a essa questão identificamos aspectos expressivos (morais, afetivos e simbólicos) presentes na ação coletiva no âmbito do frame ou do quadro interpretativo, permitindo compreender como a qualidade dos vínculos e das alianças dão maior sentido ao agir social. Tal compreensão foi seminal para entendermos o valor do risco na qualidade da aliança. Isto ficou evidente ao observarmos que a apreensão cognitiva da política tem um alto fator especulativo que apenas é minimizado quando se passa a considerar na organização das práticas sociais e das novas racionalidades do agir coletivo, os fatores emotivos e simbólicos.

Desta maneira nossa tese constatou que as guias de ação orientadas para salvaguardar a defesa do bem comum social estão correlacionadas com a pluralidade de motivação que amplia a capacidade de se tomar decisões coletivas mais justas. O fato é que a circulação de atitudes, valores morais e sentimentos fundamentais contribui para operar novas racionalidades ou intencionalidades (interesse, desinteressamento, espontaneidade e obrigação) do agir social.

No discorrer do estudo identificamos que *as novas racionalidades* para o agir coletivo aprimoram a formação da pessoa moral coletiva e individual, favorecendo tomadas de decisões mais ousadas e apropriadas para o contexto. Nesta direção, compreender o sujeito social na perspectiva do fato social total que sugere Mauss, é conveniente pois nos convida a considerar todos os elementos existentes para a formação do pacto coletivo. Nosso envolvimento com a interpretação político-simbólica do dom nos possibilitou compreender que tais práticas sociais de reivindicações cidadãs constituem um processo de resistência antiutilitarista em defesa do bem comum latino-americano.

Entre as diversas correntes teóricas das ações coletivas consideramos aquela dos Novos Movimentos Sociais (NMS) um avanço importante por favorecer um enfoque construtivista das ações sociais sem negar o valor das teses mais estratégicas e confrontacionistas. Isto nos permitiu realizar uma releitura singular das ações coletivas deixando de lado interpretações excessivamente preocupadas em relacionar as mobilizações coletivas com os conflitos de poder utilitários da sociedade urbano-industrial. Ao deslocarmos nossa atenção para os motivos sentimentais e morais dos conflitos pudemos entender outros modos de organização das estratégias de dominação e de resistência, que valorizam a importância das diferenças e reconhecem o valor ontológico das *gentes del comum*.

Assim sendo, realizamos uma conjunção teórica entre a teoria da dádiva e a teoria estratégica dos movimentos sociais (TPP) para compreendermos de modo comparativo como a

(re)construção da realidade social promovida pelas mobilizações sociais despertou nos atores coletivos novas racionalidades de intencionalidade para o agir social. Para isso, mobilizamos igualmente a perspectiva epistemológica do interpretativismo. Graças a nosso apelo de diversas técnicas voltadas à pesquisa de natureza qualitativa conseguimos demonstrar que a junção teórica proposta facilitou um entendimento interacional das tramas sociais que motivam os agentes coletivos a se doarem em prol de causas sociais comuns da vida solidário-convivial.

A intenção de tal estratégia metodológica foi tornar evidente como a incorporação da teoria do dom ao *corpus teórico* da ação coletiva explicitou a construção de um novo foco de resistência à lógica utilitária neoliberal, que tenta esvaziar o sentido moral coletivo do agir social, privatizar o poder político e ajustá-lo aos interesses egoísta das oligarquias conservadoras internacionalizadas. Nesta estratégia de “dar” voz a teoria do dom nos estudos do *poder em movimento* conseguimos correlacionar a dimensão paradoxal da troca de bens materiais e simbólicos com o processo de construção das alianças antiutilitaristas em defesa do bem comum. Neste contexto político marcado por autoritarismo, retração de conquistas republicanas e pelo declínio de garantias democráticas o esforço de entender o caráter antiutilitarista das reações coletivas é fundamental. Trata-se de entender a construção de aliança associativas a partir de outro ângulo que incorpora paradoxalmente diversas e ambivalentes motivações.

O entendimento da pluralidade de motivações identificada no estudo deixou claro que o sucesso das estratégias das ações coletivas exige se reinterpretar o significado moral de estar juntos. Com isto abre-se um espaço de acolhimento social que torna o diferente plural. Isto nos possibilitou compreender para além das estratégias que as alianças antiutilitaristas permitida pelas trocas de doações no plano das relações associativas proporciona uma “espécie” de segurança ontológica que libera novas convicções e esclarecimentos necessários para reverter os dispositivos de controle do sujeito social.

Tal interpretação ontológica “desaguou” noutra reflexão moral, a saber, o que implica a discussão sociológica maussiana do bem comum? Tal reflexão nos pôs a refletir que as discussões em torno do comum, tanto as apresentadas por Martins e Araújo (2016) quanto as propostas por Dardot & Laval (2017), abrem espaços para outras possibilidades interpretativas das ações coletiva. Estas envolvem a discussão moral do *comum* como uma extensão das novas racionalidades do agir social. Esta “tese dentro da tese” nos possibilitou uma reflexão antiutilitarista pertinente para analisar os desdobramentos práticos das mobilizações estudadas (ver final do capítulo 5).

Tal reflexão em torno do bem comum emancipa uma nova atitude sociológica para pensar a construção moral antiutilitarista da política que se distancia das práticas mesquinhas de apropriação privada e excludente dos bens coletivos. A crítica antiutilitarista demonstra que o egoísmo moral enfraquece o vigor solidário do tecido social, propondo, diferentemente, uma reflexão e um agir em torno do comum. Trata-se de constituir a possibilidade seminal de viver juntos para construir uma nova cultura política capaz de resgatar o valor nobre da vida solidária associacionista. Trata-se de resgatar uma experiência coletiva que foi “eclipsada” ou “capturada” pela aceleração do processo de acumulação das últimas décadas.

Nesta direção, a aposta na nova cultura política antiutilitarista do comum requer que o sujeito social incorpore uma pluralidade de motivações intencionalmente incorporadas e que valorize o agir coletivo focado no resgate do espírito. Deste modo nossa reflexão em torno do sentido do dom na troca exigiu entender qual o limite da abertura ontológico-social da práxis coletiva. Como resgatar atitudes e valores favoráveis a uma comum convivência político-solidária na era das incertezas do mal-estar social e emocional do século XXI?

Nestas considerações finais da tese *cabe afirmar que o nosso esforço compreensivo obteve êxito ao responder com propriedade sociológica o problema de pesquisa proposto*. Esta afirmação é sustentada, pelo menos, por duas características fundamentais. Por um lado, buscamos ampliar a nossa base conceitual de modo a incluir o debate sobre motivações da ação social numa conjunção teórica inédita entre dom e racionalidade coletiva. Isto facilitou analisar as mobilizações sociais que apresentam particularidades distintas sejam elas culturais, territoriais, entre outras. Ademais a compreensão motivacional investigada pela tese deslocou o estudo da “zona de conforto” da sociologia dos movimentos sociais revelando uma maneira paradoxal de compreender a ação social. O dom como experiência de síntese de motivações ambivalentes – ao mesmo tempo interessadas e desinteressadas – permitiu organizar um entendimento prático mais adequado das incertezas e possibilidades dos movimentos sociais no momento presente. Nesta direção o agir coletivo não opera somente a partir das estruturas estruturante do indivíduo, mas sim por laços de confiança paradoxais que conferem novo empoderamento para o agir antiutilitarista em defesa do bem comum.

No nosso entender, a tese logrou êxito ao ampliar o entendimento de que a ideia de interesse social nas ações coletivas não se apresenta como um motivo simples e direto na tomada de decisões. O interesse está sempre permeado por diversas variações relativas a sua direção (interesse para si ou interesse para o outro) e a seu sentido (interesse por riqueza, por poder e por prestígio). Isto nos permitiu superar o entendimento tradicional do interesse instrumental voltado para hipervalorizar o confronto de interesses para uma perspectiva

simbólico-plural que inclui este interesse (para si) do agente social em outras direções que significam possibilidades concretas dos sentimentos compartilhados na organização das alianças políticas. Isto abriu novos horizontes de entendimento da produção da luta social e para analisar as ações coletivas latino-americanas num campo explicativo que refuta o simplismo dos “valores” utilitaristas e o reducionismo calculista nas mobilizações sociais. A releitura das ações coletivas mobilizou uma interpretação antiutilitarista privilegiando destacar a construção de estratégias políticas orientadas por horizontes normativos variados e necessários para realçar os novos direitos coletivos.

A compreensão estratégico-antiutilitarista das ações coletivas demonstrou que o reconhecimento da pluralidade de motivações favorece um sentimento plural e original na luta pelo reconhecimento de direitos coletivos. Nosso trabalho de revelar as idiossincrasias no cotidiano dos atores sociais nos permitiu entender que “a segundo e definitiva independência” e o ideal convivial “por uma vida sem catracas” ampliaram as estruturas de mobilização. Os eventos ressignificaram os marcos de referências antiutilitaristas, dando maior sentido às alianças sociais que identificaram nos direitos coletivos um motivo comum para novo sentido ao agir social numa época marcada por ausência de sentidos e pela insegurança ontológica do sujeito social. A partir desta realidade conturbada da conjuntura político-social do início do século XXI a releitura das ações coletivas latino-americanos logrou êxito ao projetar contribuições político-morais para o revigoramento da luta social. Sobretudo pelo fato de demonstrar que a “renovação” do agir social não está situado apenas na força material e no poder de governamentalizar outrem, mas, sim, na capacidade de ressignificar o poder simbólico.

Após apresentar os resultados alcançados com a realização desta pesquisa resta-nos apresentar uma reflexão contendo ideias que não puderam ser trabalhadas neste texto pois não tivemos condições de aprofundar em tempo hábil outros dados coletados. Gostaríamos, por exemplo, de aprofundar o estudo dos impactos da inclusão do transporte na agenda das mobilizações, de modo a revelar o mesmo como um: “direito social nos termos do artigo sexto da Constituição Federal¹⁴⁰”. Vale lembrar que esta conquista ocorreu após dois anos das *Jornadas de Junho*. Isto corrobora o interesse social mais amplo da temática do transporte público entendido efetivamente como um bem comum social.

Nesta direção a sociedade civil organizada ao reconhecer o status de direito social do transporte público tal como existe para a educação e saúde dá um primeiro passo para efetivar a universalização deste “novo” bem comum da nação. Ao lado do tema do transporte público

¹⁴⁰ Cf. GREGORI, 2018.

(PESCHANSKI, 2018) é importante realizar novas pesquisas para compreendermos questões tais como: Que impactos sociais trará a efetivação da mobilidade urbana como um bem comum da coletividade? Que outras estratégias de lutas sociais antiutilitaristas precisam ser mobilizadas para efetivar a garantia do transporte público como um direito social? Como essa discussão sociológica pode migrar dos espaços acadêmicos sofisticados e eruditos para ganhar maior circulação nas tramas íntimas e primárias da realidade social contemporânea? Enfim, nossa impressão sociológica sugere que a temática da mobilidade urbana precisa ser investigada com outros objetivos antiutilitaristas para que se construa novos diagnósticos demonstrando como este bem comum pode ajudar a esclarecer o hiato da desigualdade social brasileira.

O segundo fato diz respeito aos avanços e retrocessos vivenciado na Colômbia nos últimos dois anos, especialmente no último ano, com a eleição do ultraconservador Iván Duque¹⁴¹. Desde desta época emergiu um certo retrocesso nos acordos de paz que foi caracterizado pelo assassinato de centenas de militantes e pela “guerra” jurídica mobilizada pela elite conservadora, para deslegitimar a construção de um acordo histórico da nação respaldado e garantido por diversas cortes jurídicas internacionais. No entanto, paradoxalmente, tais retrocessos também abriram espaços para a emergência de novos atores sociais continuar a luta pelo bem comum da paz com justiça social. No dia 26 de julho de 2019, as ruas da Bogotá foram novamente um enorme palco de ações coletivas antiutilitaristas em defesa da paz. Desta vez a mobilização acolheu diversas agendas de proteção social da paz como um bem comum. Estes iam desde a ampliação dos acordos em andamento para que o governo Iván Duque acolha integralmente o acordo de 2016 até a nova pauta de mobilização da paz com justiça social em defesa da vida.

A *defesa da vida* emerge como uma nova guia de ação uma vez que a Colômbia começa a “reviver” o cenário social de outrora marcado pela chaga da violência social. Contudo, como já falamos, há que se exaltar a utopia social de que “a esperança é a filha mais bonita do processo de paz”¹⁴². Na crença de que tal utopia possa novamente mobilizar ativamente a sociedade colombiana em defesa da paz com justiça social há que se destacar o surgimento do ator social *Marcha del Grito*¹⁴³ que juntou novamente as colombianas e os colombianos em defesa da vida

¹⁴¹ Para maiores informações: Iván Duque elegeu-se com o apoio maciço da elite política-oligárquico-conservadora da Colômbia liderada pelo ex-presidente e atual senador Álvaro Uribe. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529272882_814333.html> Acesso em: 7 de agosto. 2018.

¹⁴² Entrevista completa: Restrepo, La esperanza es la hija más hermosa de este proceso. 2016. CLACSO TV. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=8LWSU2Bi3xg>> Acesso em: 27 de agosto 2019.

¹⁴³ Este foi o nome dado a mobilização social ampla da paz com justiça social em defesa da vida. O “grito” foi escolhido simbolicamente como uma forma político-moral de representar a dor e o pânico vivenciado pelas

e do bem comum. Esta nova mobilização demonstra a força da qualidade do vínculo que foi iniciado nas mobilizações antiutilitaristas de 2012, e que permitiu construir práticas sociais que se transformaram em dádivas de aliança em defesa da paz como um bem comum maior da nação. Esta nova realidade da cena social colombiana evidencia a importância de construção de novas agendas de pesquisa que demonstrem como o trabalho de reorganização da luta social colombiana promovido pela marcha patriótica precisa ser ampliado por novos atores sociais. Isto é necessário para que a “filha da paz” possa criar novas possibilidades solidárias de emancipação da paz com justiça social como um bem comum indivisível da nação colombiana.

Por fim, destacamos que nossa inserção nos campos de pesquisa do MPL-Brasília e Marcha-Bogotá demonstraram o valor da formação educacional¹⁴⁴ para a vida sócio-formativa do ator coletivo, mobilizando nele a construção de atitude de autodesenvolvimento para o agir moral e desinteressado (FREITAS, 2005; 2010). Nesta direção, os dados encontrados nos demonstraram que a dimensão formativa constitui uma estratégia seminal para geração de vínculos e confiança nas mobilizações sociais. Desta forma, os “aulões” públicos do MPL consistem numa experiência muito importante para compreender contextualmente a questão social do direito à cidade. Vale lembrar que a Escola *Pedro Nel Jimenez*¹⁴⁵ constitui um espaço de educação não formal de significativa contribuição para o entendimento formativo plural da paz com justiça social¹⁴⁶. Neste sentido, novas pesquisas sobre a dimensão pedagógica da Marcha podem revelar como as práticas formativas da paz com justiça social possibilitam a emergência de um pensamento crítico-simbólico capaz de solidificar laços e vínculos solidário entre agentes sociais, recriando a dádiva de aliança e a dádiva de doação-anônima, por exemplo.

Dada a relevância destes aspectos pedagógicos nosso trabalho de tese demonstra a possibilidade de construção de novas agendas de pesquisa demonstrando que “a educação tem uma importância vital na formação de valores e condutas vinculadas ao respeito pela dignidade humana e pelo Estado Social Democrático” (FREITAS, 2005, p. 355). Após apresentar o relatório final de conclusão de tese e demonstrar a possibilidade de construir novas agendas de

gentes del común que assistem à morte dos líderes sociais colombianos que “doaram” suas vidas em defesa da paz com justiça social.

¹⁴⁴ Neste aspecto entendemos a prática educacional dos movimentos sociais como uma proposta mais robusta que denominamos de formação humana. Tal concepção, segundo (FREITAS, 2010, p. 56) implica a preparação do indivíduo para uma determinada função social que leva em conta a dimensão simbólica e os valores de uma dada sociedade.

¹⁴⁵ Espaço formativo institucional pedagógico mantido pela Marcha. Localizado na região central da cidade de Bogotá-Col.

¹⁴⁶ Em nossa incursão neste espaço formativo vivenciamos atividades pedagógicas que tinham por objetivo explicar detalhadamente todas as temáticas do acordo de paz de 2016. O interesse social de tais atividades pedagógicas era demonstrar como a implementação do acordo mudaria radicalmente a convivência social entre os colombianos.

pesquisas envolvendo a questão do dom no contexto das ações coletivas esperamos ter *sembrado* (semeado) esperança e reflexão sociológica para ressignificar a construção de novas possibilidades do pensamento social latino-americano. Isto nos parece fundamental numa época marcada pela ameaça às forças político-democráticas que defendem o bem comum como uma via de alternativa à sociedade do mal-estar social dissipativa da vitalidade das *gentes del común*.

REFERÊNCIAS

ALAPE, Arturo. **El Bogotazo: memorias del olvido**. Casa de las Américas, 1983.

AGÊNCIA DO SENADO. CDH quer urgência para PEC que torna o transporte direito do cidadão (30 de março de 2015). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/30/cdh-quer-urgencia-para-pec-que-torna-o-transporte-direito-do-cidadao>. Acesso em: 11 nov. 2018.

AGUIRRE ROJAS, Carlos. A. **La tierna Furia: Nuevos ensayos sobre el neozapatismo**. Rosario: Prohistoria, 2017.

ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 13, n. 37, p. 5-31, 1998.

ALVARADO, Sara. V; Eduardo. A. RUEDA; Pablo. GENTILI (Orgs). **Paz en Colombia: perspectivas, desafíos, opciones**. Buenos Aires: CLACSO. 2016.

ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & antropologia**. v.02.03: 21–41, 2012

_____. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, 2009.

ALONSO, Ângela; BOTELHO, André. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. **Sociologia & antropologia**, v. 2, n. 3, p. 11-19, 2012.

ALVES, Giovani. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo** - Choque do capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Praxis, 2014.

_____. **Dimensões da Precarização do Trabalho** - ensaios de sociologia do trabalho. Praxis, 2013

ALVES, Giovanni; M. GONÇALVES; M. L. TONELLI (Orgs). **Enciclopédia do Golpe**, 2017. Bauru: Canal 6, 2017.

AMAUTA, Entrevista realizada em janeiro de 2017, Bogotá.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital**. Boitempo Editorial, 2018.

AVRITZER, Leonardo. Judicialização da política e equilíbrio de poderes no Brasil, 2013. IN: BIGNOTTO, Newton et al., (Orgs). **Dimensões Políticas da Justiça**, RJ: civilização brasileira, 2013.

BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 149-164, 2018.

_____. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

_____. Luciana. *Justiça Internacional*, 2013b. In: AVRITZER, Leonardo et al., (Orgs). **Dimensões Políticas da Justiça**, RJ: civilização brasileira, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **A utopia possível na sociedade líquida**. Revista Cult, v. 138, 2009.

_____. **Vida para consumo**. A transformação das pessoas em mercadoria. RJ: Zahar. 2008.

BENFORD, Robert; SNOW, David. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, n. 26, 2000, p.611-39.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petropolis: Vozes [1985 (1967)].

BETANCUR, María. S. Del Estatuto de Seguridad al estado comunitario: veinticinco años de criminalización de la protesta social en Colombia, 2006. IN: OSAL, Observatorio social de América Latina, año VI, N0 19. B.As: CLACSO, 2016.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina** - volume 1, América latina colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. RJ:70, 2011.

BIGNOTTO, Newton et al., (Orgs). **Dimensões Políticas da Justiça**, RJ: civilização brasileira, 2013.

BRASIL DE FATO. Grande mídia convocou classe media em 2013. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/01/grande-midia-convocou-classe-media-em-2013-diz-integrante-do-mpl/>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BRINGEL, Breno. Convivialismo, pensamento crítico e o ativismo contemporâneo, 2016. IN: CAILLÉ, A.; VANDENBERGHE, F. E VÉRAN, J.-F. **Manifesto convivialista. Declaração de interdependência**, São Paulo: AnnaBlume, 2016.

_____. Junho de 2013...dois anos depois. **Nueva sociedad**. 2015, p. 4-16.

_____. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Política & Sociedad**. Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011. p. 51-73.

_____. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia** | v.02.03: 43–67, 2012. p. 43-67.

BRINGEL, Breno & Geoffrey PLEYERS (Editores). **Protesta e Indignación Global**. Los movimientos sociales em el nuevo orden mundial. B.As: Clacso, RJ: FAPERJ, 2017.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara. E. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**, 2010, p. 28-36

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. RJ: civilização Brasileira, 2018.

CAILLÉ, Alain. O Dom entre interesse e “desinteressamento”. **Revista de Estudos Antiutilitaristas e Pós-Coloniais**. v. 3, n. 1, 2013, p. 7-42.

_____. Reconhecimento e sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23 N. 66, 2008, p. 153- 210.

_____. A Sociedade Mundial no Horizonte, 2004. In: MARTINS, Paulo Henrique; FERREIRA, Brasilmar (Orgs.). **A nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea**, Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis: Vozes, 2002

_____. O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo. **Sociedade e Estado**, v. 16 (1-2) p. 26-56. 2001.

_____. **A demissão dos intelectuais**. A crise das ciências sociais e o esquecimento do fator político. Lisboa: Instituto Piaget. 1996.

_____. Nem Holismo, nem Individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 13 (38), 1998, p. 5-37.

CAILLÉ, Alain & Jacques GODBOUT. **O espírito da dádiva**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CAILLÉ, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel. **História crítica da filosofia moral e política**. Lisboa: Verbo, 2005.

CAILLÉ, A.; VANDENBERGHE, F. E VÉRAN, J.-F. **Manifesto convivialista. Declaração de interdependência**, São Paulo: AnnaBlume, 2016.

CAILLÉ, Alain et al., **O manifesto convivialista** - seguido de Comentários sobre a sociedade convivial, 2015.

CAILLÉ, Alain & Philippe CHANIAL. Convivialismo como vontade e esperança, 2015. IN: CAILLÉ, Alain et al. **O manifesto convivialista** - seguido de Comentários sobre a sociedade convivial, 2015.

CHANIAL, Philippe. Todos direitos por todos e para todos: Cidadania, solidariedade social e sociedade civil num mundo globalizado, 2014. In: MARTINS, Paulo Henrique; FERREIRA, Brasilmar (Orgs.) **A nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea**, Brasília: Paralelo 15, 2004.

CHAVARRO, Dana Milena; PINHEIRO, Wellington. A literatura colombiana contemporânea em análise. **Estudos de Sociologia**, v. 23, n. 44, 2018.

CÂMARA DE DOS DEPUTADOS FEDERAIS em 19/07/2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Acesso em: 05 dez. 2018.

CARTA CAPITAL, Lúcio Gregori: "O MPL transformou a discussão do transporte público" (8-06-2017). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/lucio-gregori-mpl-transformou-a-discussao-sobre-transporte-publico> Acesso em: 08 de jul. 2017.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. MG: Autêntica. 2016.

CEPAL. Panorama Social de América Latina realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/cepal-lanca-relatorio-panorama-social-da-america-latina/>. Acesso em: 09 set. 2018.

COMUNERA, Entrevista realizada em janeiro de 2017, Bogotá.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**, 2010.

CRISP Roger Crisp. Moralidade. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Zahar, 1996.

CRUZ, Edwin. R. La rebelión de las ruanas: el paro nacional agrario en Colombia. **Análisis**, Bogotá, ene.-jun. / 2017, p. 83-109.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da Democracia. Uma introdução crítica**. Porto Alegre: Arrmed, 2009.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Boitempo Editorial, 2017.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 1, p. 11-37, 1995.

DENZIN, Norman K. Triangulation: A case for methodological evaluation and combination. **Sociological methods**, 1978, p. 339-357.

DOMINGUES, José Maurício. Reflexividade, individualismo e modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 55-70, 2002.

DURAND, Anahí. Movimientos sociales y políticos en el Perú de hoy. **Revista Latinoamericana**. p. 59-84, 2014.

DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. SP: Biblioteca do Pensamento, 2010.

DUZÁN, M. J. Juan Manuel Santos: el Costo político de hacer lo correcto, 8 de agosto 2018. Disponível em: <https://www.elespectador.com/opinion/juan-manuel-santos-el-costo-politico-de-hacer-lo-correcto-columna-804894> Acesso em: 08 ag. 2018.

ECHART, Enara. Movimientos sociales, desarrollo y cooperación sur-sur, 2017. .In BRINGEL, Breno & Geoffrey PLEYERS (Editores). **Protesta e Indignación Global**. Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial. B.As: Clacso, RJ: FAPERJ, 2017.

EL ESPECTADOR. Ejército insiste en que Farc quieren fundar partido político, 17 de abril de 2012a. El espectador. Disponible em: <https://www.elespectador.com/noticias/judicial/ejercito-insiste-farc-quieren-fundar-partido-politico-articulo-339131>. Acceso em: 13 ag. 2018.

_____. Santos pide al movimiento Marcha Patriótica aclarar posibles nexos con Farc, 26 de abril de 2012b. El espectador. Disponible em: <https://www.elespectador.com/noticias/judicial/santos-pide-al-movimiento-marcha-patriotica-aclarar-pos-articulo-341598>. Acceso em: 13 ag. 2018.

_____. Presidente admitió que la embarró al decir “el tal paro agrario no existe”, 20 de set. 2013a. Disponible em: < <https://www.elespectador.com/noticias/politica/presidente-admitio-embarro-al-decir-el-tal-paro-agrario-articulo-447581>. Acceso em: 10 outubro 2018.

_____. Paro agrario: cacerolazo también retumbó en Bogotá, 26 de agosto 2013b. Disponible em: <https://www.elespectador.com/noticias/nacional/paro-agrario-cacerolazo-tambien-retumbo-bogota-articulo-442659>. Acceso em: 10 outubro 2018.

_____. El paro nacional agrario, la ruana dejó de ser un abrigo, 28 de dezembro de 2013c. Disponible em: <https://www.elespectador.com/especiales/el-paro-nacional-agrario-ruana-dejo-de-ser-un-abrigo-articulo-466323>. Acceso em: 10 outubro 2018.

_____. El paro como futuro, 1 de septiembre de 2013d. Disponible em: <https://www.elespectador.com/noticias/nacional/el-paro-futuro-articulo-443631>. Acceso em: 10 de outubro 2018.

_____. Marcha Patriótica denuncia muerte de 26 militantes em 2013, 20 de janeiro de 2014a. El espectador. Disponible em: <https://www.elespectador.com/noticias/judicial/marcha-patriotica-denuncia-muerte-de-26-militantes-2013-articulo-469647>. Acceso em: 15 ag. 2018.

_____. El Mapa de los asesinatos contra Marcha Patriótica, 25 de noviembre 2016a. El espectador. Disponible em: <https://colombia2020.elespectador.com/pais/el-mapa-de-los-asesinatos-contra-marcha-patriotica>. Acceso em: 2 abril 2017.

_____. CIDH otorga medidas cautelares para Marcha, 17 de maio 2018a. El espectador. Disponible em: <https://colombia2020.elespectador.com/pais/cidh-otorga-medidas-cautelares-para-la-proteccion-de-miembros-de-marcha-patriotica>. Acceso em: 17 maio 2018.

EL INGENIERO. Entrevista realizada em janeiro de 2017, Bogotá.

EL PAÍS. Colômbia enfrenta uma emergência pelos assassinatos de líderes sociais, 19 de out. 2017. . Disponible em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/19/internacional/1508364052_311617.tml. Acceso em: 09/02/2019.

EL PROFE. Entrevista realizada em janeiro de 2017, Bogotá.

EL TIEMPO. 18 de agosto 2013a. Disponible em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-13002818>. Acceso em: 9 de outubro 2018.

ESCOBAR, Arturo. Una minga para el posdesarrollo. **Signo y pensamiento**, v. 30, n. 58, p. 278-284, 2011.

_____. **Territórios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes.** Popayan: enviñon. 2010

ESTEBAN, Maria Paz. S. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições.** Porto alegre: AMGH, 2010.

ESTADÃO. Baixa da tarifa de ônibus vai aliviar inflação em junho e julho, 31 de maio 2013a. Disponível em:

https://busca.estadao.com.br/?tipo_conteudo=Todos&quando=&q=reajuste%20tarifa%20transporte%20p%C3%BAblico%202013. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. Entrevista Caio Martins. 12 de junho de 2013b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RNFFbzitm2A>. Acesso em: 5 nov. 2018.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina.** BAs: CLACSO. 2015.

FALS BORDA, Orlando (2005) Del prólogo. IN: GUZMAN, German, FALS BORDA, Orlando & UMAÑA, Eduardo, [2014 (1962)] **La violencia en Colombia.** Tomo I. Prissa Ediciones: Bogotá

FARAH, Ivonne; VASAPOLLO, Luciano. **Vivir bien: ¿Paradigma no capitalista?.** La Paz: Cides-Umsa, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. Pm quase foi linchado, 12 de junho de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1293688-sozinho-pm-quase-foi-linchado-durante-protesto-na-regiao-da-se.shtml>> Acesso em: 05 de dez. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Alexandre. S. Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana. Um estudo sobre o papel das redes associacionistas. Tese de doutorado, Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

FREITAS, Alexandre. S. Cuidado de Si” como Articulador de uma Nova Relação entre Educação e Espiritualidade. In: RÖHR, Ferdinand. (Org.). **Diálogos em Educação e Espiritualidade.** Recife: Editora Universitária UFPE. 2010.

FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 78-89, 2018.

GAMSON, William; MEYER, David. Marcos interpretativos de la oportunidad política, 1999. IN: MCADAM, DOUG; MCCATHY, JOHN D; ZALD, MAYER N. **Movimientos sociales: perspectivas comparadas.** Madrid: Istmo, 1999.

GODBOUT, Jacques. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998 p. 39-51.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom.** RJ: Civilização Brasileira, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise.** Petrópolis – RJ: Vozes, (2012[1974]).

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações e protestos no Brasil**: Correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. A sociedade brasileira em movimento: vozes de ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, 2104, p. 431-441.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 2008.

GOHN, Maria & BRINGEL. Breno. (Org.) **Movimentos Sociais na Era Global**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

GÓMEZ, Ángel. P. **Educação na era digital**. A escola educativa. SP: penso, 2015.

GREGORI, Lucio. Mobilidade urbana num período de contradições pela governabilidade, 2018. Disponível em: <https://tarifazero.org/2018/04/22/mobilidade-urbana-num-periodo-de-contradicoes-pela-governabilidade/>. Acesso em: 26 julho 2018.

GREGORI, Lúcio. Mobilidade e Tarifa Zero, 2013. IN: BORBA, Maria et al (Org). **Brasil em Movimento**: reflexões a partir dos protestos de junho. Rocco: RJ. 2014.

GRISALES. Sandra P. A. Colômbia: a memória em meio à guerra. **Tempo Social**, v. 25, n.2, 2013, p. 123-139.

GROULX. L. H. Contribuição da Pesquisa Qualitativa à Pesquisa Social, 2010. In: L. H. GROULX et al. (Orgs). **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Petropolis, RJ: Editora vozes, 2010.

GROULX, L.H.; POUPART, J.; DESLAURIERS, J.-P.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

GUDYNAS, Eduardo. Los progresismos sudamericanos: Ideas y prácticas, avances y límites, 2016. IN: GUDYNAS, Eduardo et al. **Rescatar la esperanza. Más allá del neoliberalismo y el progresismo**. Barcelona: entrepueblos. 2016.

_____. Tensiones, contradicciones y oportunidades de la dimensión ambiental del Buen Vivir, 2011. IN: FARAH, Ivonne; VASAPOLLO, Luciano. **Vivir bien: ¿Paradigma no capitalista?**. La Paz: Cides-Umsa, 2011.

_____. Si eres tan progresista ¿por qué destruyes la naturaleza? Neoextrativismo, izquierda y alternativas. **Revista Ecuador Debate, Centro Andino de Acción Popular (CAAP)**, Quito. N.79, 2010, p. 61–81.

GUDYNAS, Eduardo et al., **Rescatar la esperanza. Más allá del neoliberalismo y el progresismo**. Barcelona: entrepueblos. 2016.

GUZMAN, Germán; FALS BORDA, Orlando; UMAÑA, Eduardo. **La violencia en Colombia**. Tomo I e II. Bogotá: Nomos, 2014.

HAMLIN, Cinthia. Boudon: agência, estrutura e individualismo metodológico. **Lua Nova**, São Paulo, n. 48, 1999, p. 63-92. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n48/a04n48.pdf>. > Acesso em: 1.set.2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. A liberdade da cidade, 2013. In: HARVEY, David et al. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo Editorial, 2013.

_____. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. SP: Loyola, 2008 [1992].

HARVEY, David. et al. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo Editorial, 2013.

HERRERA, Diego. D. La paz subjetiva y plural, 2016. IN: ALVARADO, Sara. V; Eduardo. A. RUEDA; Pablo. GENTILI (orgs). **Paz en Colombia: perspectivas, desafíos, opciones**. Buenos Aires: CLACSO. 2016.

HUNT, Scott, BENFORD, Robert & SNOW, David. Marcos de acción colectiva y campos de identidad en la construcción social de los movimientos. 1994. IN: LARAÑA Enrique e GUSFIELD, Joseph. **Los nuevos movimientos sociales**. De la ideología a la identidad. Madrid: CIS, 1994.

IBARRA, Pedro; TEJERINA, Benjamin, (editores). **Los movimientos sociales**. Transformaciones políticas y cambio cultural. Madrid: Trotta. 1998.

JARAMILLO, Jefferson. M. El libro La Violencia en Colombia (1962-1964). Radiografía emblemática de una época tristemente célebre. **Revista colombiana de sociología**, v. 35, n. 2, p. 35-66, 2012.

JOHNSTON, Hank; LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph. Identidades, ideologías y vida cotidiana en los nuevos movimientos sociales, 1994. IN: LARAÑA Enrique & GUSFIELD, Joseph. **Los nuevos movimientos sociales**. De la ideología a la identidad. Madrid: CIS, 1994.

JUDENSNAIDER, Elena et al. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

LABBÉ, Juan. F. Movimiento estudiantil en Chile: repertorios de acción, marcos de acción colectiva, impactos y desafíos para la política pública. **Circunstancia**, v. 11, 2011.

LARAÑA, E. Continuidad y unidad las nuevas formas de acción colectiva. Un análisis comparado de movimientos estudiantiles. 1994. In: LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph. **Los nuevos movimientos sociales**: de la ideología a la identidad. Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), 1994. P. 253-286

LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph. **Los nuevos movimientos sociales**: de la ideología a la identidad. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), 1994.

LA SILLA VACÍA. Marcha Patriótica, la nueva izquierda que nace con un estigma, 19 de abril 2012a). Disponível em: < <http://lasillavacia.com/historia/marcha-patriotica-la-nueva-izquierda-que-nace-con-un-estigma-32748> > Acesso em: 24 de julho 2018.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária. A perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**: Dádiva e solidariedades urbanas, vol. XVI, n. 1-2, 2001, p.57-99

LEGUME, Lucas; TOLEDO, Mariana (2011) O Movimento Passe Livre São Paulo e a Tarifa Zero, 2011. Disponível em: < <http://passapalavra.info/2011/08/44857/>> Acesso em: 11 de nov. 2018.

LEVITSKY, Steven & Daniel ZIBLATT. Como as Democracias Morrem, RJ: Zahar 2017.

LIMA, Paique Duques. Ger'Ação Direta no DF: Reflexões sobre as lutas sociais em Brasília no primeiro decênio dos anos 2000, 2015. In: SILVA, Erlando (org). **Universidade e Movimentos sociais Reses**, Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2015.

LÓPEZ DE LA ROCHE, Fabio. Las ficciones del poder. Patriotismo, medios de comunicación y reorientación afectiva de los colombianos bajo Uribe Vélez (2002-2010). Bogotá: **Debate**-Universidad Nacional de Colombia.2014.

LOPES, José S.& Beatriz Maria Alasia de HEREDIA, (org.). **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados /–** Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

LÖWY Michael. O Movimento Passe Livre, 2014. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/01/23/o-movimento-passe-livre/> > Acesso em: 23 de maio 2018.

LOZANO GUILLÉN, Carlos. **Colombia el nuevo país está en marcha**. Bogotá: Ocean Sur, 2014.

LÜCHMANN: **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: UFSC, p. 17-35, 2011.

MARCHA PATRIÓTICA. Marcha Patriótica a Bogotá, 3 de julho 2010. Prensa Rural. Disponível em: <https://marchapatriotica.blogspot.com/>. Acesso em: 11 jul. 2018.

_____. Carta Abierta al Pueblo Colombiano, 7 de mayo 2012a. Prensa Rural. Disponível em: <http://www.prensarural.org/spip/spip.php?article8113>. Acesso em: 10 de ag. 2016.

_____. Declaración política de la Marcha Patriótica, 24 de abril 2012b. Prensa Rural. Disponível em: <http://www.prensarural.org/spip/spip.php?article8021> Acesso em: 10 ag. 2016.

_____. Declaración Política del Comité Patriótico Nacional. Remap, 2 de junio 2012c. Disponível em: <https://www.laremap.com/2012/06/declaracion-politica-del-comite.html>. Acesso em: 23 mar.2017.

_____. La Marcha Patriótica analiza la coyuntura política nacional. Libertad y concordia, 6 de set. 2012d. Disponível em: <https://libertyandconcordia.wordpress.com/2012/09/06/la-marcha-patriotica-analiza-la-coyuntura-politica-nacional/> . Acesso em: 25 mai. 2017.

_____. Colombianas y Colombianos por la Paz, ante el anuncio de diálogos de paz. 30 de ag. 2012e. Prensa Rural. Disponível em: <https://www.prensarural.org/spip/spip.php?article9015>. Acesso em: 10 ag. 2016.

_____. Paramilitares amenazan a miembros de Marcha patriótica en Santander, 20 de outubro 2012f. Prensa Rural. Disponível em: <https://www.prensarural.org/spip/spip.php?article9449>. Acesso em: 2 de out. 2016.

_____. Detención ilegal de Andrés Gil, vocero de Marcha Patriótica: Un mal comienzo para diálogos de paz en Colombia, 13 de septiembre 2012g. Prensa Rural. Disponível em: <https://prensarural.org/spip/spip.php?article9131>. Acesso em: 20 ag.2018.

_____. Manifiesto por la solución política al conflicto colombiano, 12 de marzo 2012h. Disponível em: <https://www.prensarural.org/spip/spip.php?article7657>. Acesso em: 2 de out. 2016.

_____. Primera reunión de Junta Patriótica Nacional en 2013, 18 de janeiro de 2013a. Disponível em: <http://semanariovoz.com/marcha-patriotica-miembro-pleno-del-foro-de-sao-paulo/> . Acesso em: 5 abr. 2018.

_____. 2013, año histórico de lucha por la paz, 27 de dezembro 2013b. Prensa Rural. Disponível em: <http://www.prensarural.org/spip/spip.php?article12989>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____. Comunicado de prensa N° 1, 5 de abril 2013c. Prensa Rural. Disponível em: <https://www.prensarural.org/spip/spip.php?article10580>. Acesso em: 2 out. 2016.

_____. Los derechos humanos a 15 horas de iniciado el Paro Nacional Agrario y Popular, 19 de agosto de 2013d. Disponível em: <https://prensarural.org/spip/spip.php?article11719>. Acesso em: 26 de set. 2018.

_____. Declaración de Marcha Patriótica ! Vamos por la Asamblea Nacional constituyente! 13 de junio de 2013e. IN: LOZANO GUILLÉN, Carlos. **Colombia el nuevo país está en marcha**. Bogotá: Ocean Sur, 2014.

_____. Marcha Patriótica exhorta a las partes a reactivar el diálogo y exige cese bilateral de fuego, 17 de noviembre de 2014a. Prensa Rural. Disponível em: <https://www.prensarural.org/spip/spip.php?article15505>. Acesso em: 4 de julho 2017.

_____. Estrutura de Marcha Patriótica, 2 de agosto de 2015a. Disponível em: <http://www.marchapatriotica.org/index.php/somos-marcha-patriotica-2/178-estructura/2563-estructura-de-marcha-patriotica> . Acesso em: 15 julho 2016.

_____. Quieren acabar com Marcha Patriótica, 23 de novembro de 2016a. Prensa Rural. Disponível em: <https://www.prensarural.org/spip/spip.php?article20559>. Acesso em: 17 set. 2017.

_____. Colombia/Comunicado de Marcha Patriótica: Celebramos la libertad de Huber Ballesteros, 16 de janeiro 2017a. Resumen Latinoamericano. Disponível em: <http://www.resumenlatinoamericano.org/2017/01/17/colombiacomunicado-de-marcha-patriotica-celebramos-la-libertad-de-huber-ballesteros/>. Acesso em: 18 de ag. 2018.

_____. Carácter, Plataforma, Estructura y Declaración. Cartilha de divulgação da Marcha. Material impresso. S/D.

MARTINS, Paulo Henrique. **Itinerários do Dom**: Teoria e sentimento. RJ: Atelié, 2019.

_____. A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé. **Sociologias**. V. 19, n. 44, 2017, p. 162-196.

_____. Republicanismo solidário e missão da universidade pública. Conferência realizada na UFPE, 27 de set. 2017a.

_____. A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé. **Sociologias**. v. 19 (44), 2017b, p. 162-196.

_____. **A Sociologia Latino-Americana**. (Informação pessoal, conferência), 2016a.

_____. Bien Vivir, uma metáfora que libera a experiência sensível dos Direitos Coletivos na Saúde. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**. N°16. Año 6. Diciembre 2014 - Marzo 2015. p. 12-23.

_____. Cidadania, In: HESPANHA, P. et al. **Dicionário internacional da outra economia** SP: CES, 2009, p. 55-59.

_____. De Levi-Strauss a M.A.U.S.S- Movimento antiutilitarista nas ciências sociais. Itinerarios do dom. **Revista Brasileira das Ciências Sociais**. Vol. 23 (66), 2008. p. 105- 130

_____. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 73, p. 45-66, 2005.

_____. O Estado e a Redistribuição dos Bens de Cidadania no contexto pós-nacional. 2004. In: MARTINS, Paulo Henrique; FERREIRA, Brasilmar (Orgs.) **A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. **Contra a desumanização da medicina**: crítica sociológica das práticas médicas modernas. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARTINS, Paulo H. & Marcos de ARAÚJO. (Org.). **Democracia, pós-desenvolvimento e gestão de bens comuns**. Perspectivas da América Latina e do Caribe. SP: annablume, 2016.

MARTINS, Paulo H. & BEZERRA, Raphael. Gestão Pública Local em Saúde na Perspectiva do Duplo Registro: Contribuições Teóricas de Goffman e Mauss, 2014. IN: MARTINS, Paulo; Artur STANFORD, Artur; SOUZA, Islandia (Coords.). **Produtivismo na Saúde. Desafios do SUS na invenção da gestão democrática**. Recife: UFPE. 2014.

MARTINS, Paulo Henrique; FERREIRA, Brasilmar (Orgs.) **A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MARTINS, Paulo H.; FONTES, Breno. (Orgs.) **Redes sociais e saúde**: novas possibilidades teóricas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004.

MARTINS, Paulo H., & PINHEIRO, Roseni; **Avaliação em Saúde na Perspectiva do Usuário**: abordagem multicêntrica. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS–UERJ; Recife: Editora da UFPE; São Paulo: Editora ABRASCO, 2009.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cossac & Naify, 2003.

_____. **Ensaio sobre a dádiva**: com introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Lévi-Strauss. Lisboa: Edições, v. 70, [1950 (2008)].

_____. **Manual de Etnografia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica FCE. 2006.

McADAM, Doug. Orígenes terminológicos, problemas actuales y futuras líneas de investigación, 1999. IN: McADAM, Doug; McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. (Ed.). **Movimientos sociales**: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo, 1999.

McADAM, Doug. Orígenes conceptuales, problemas actuales y direcciones futuras, 1998. IN: IBARRA, Pedro & Benjamin TEJERINA (Eds.), **Los movimientos sociales: transformaciones políticas y cambio cultural**. Madrid: Trotta. 1998. p. 89-107.

McADAM, Doug. Cultura y Movimientos sociales, 1994. IN: LARAÑA Enrique & GUSFIELD, Joseph. **Los nuevos movimientos sociales**. De la ideología a la identidad. Madrid: CIS, 1994.

McADAM, Doug: The Political Process and the Development of Black Insurgency, 1982.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, v. 76, p. 11-48, 2009.

McADAM, Doug; Tarrow, Sidney; Tilly, Charles, 2005. **La Dinámica de la Contienda política**. Barcelona: Hacer editorial. 2005.

McADAM, Doug; McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. (Ed.). **Movimientos sociales**: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo, 1999.

McADAM, Doug. Orígenes terminológicos, problemas actuales y futuras líneas de investigación, 1999. IN: McADAM, Doug; McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. (Ed.). **Movimientos sociales**: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo, 1999.

McCARTHY, John D. Adoptar, adaptar e inventar límites y oportunidades, 1999. IN: McADAM, Doug; McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. (Ed.). **Movimientos sociales**: perspectivas comparadas. Madrid: Istmo, 1999.

McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, vol. 82, no 6. 1977.

MELUCCI, Alberto La acción Colectiva como construcción social. **Estudios sociológicos IX**. V. 26. 1991.

MENDES, Elisa Rosas. Por uma vida sem catracas: Um estudo sobre o Movimento Passe Livre. Monografia de conclusão de curso. Brasília: Departamento de Antropologia, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Edição 28. 2009.

_____. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

MOLANO, Alfredo. Fragmentos de la historia del conflicto armado (1920-2010), 2015. Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas (Comp.). **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia**, 2015. p. 540-598.

MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2015 Disponível em: <http://tarifazero.org/mpl/>. Acesso:27-11-2018.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. S/D. Disponível em: <https://www.mpl.org.br/>. Acesso em: 20 mai 2015.

MPL-DF. Militante5, Entrevista realizada 10 de nov. 2017.

MPL-SP. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. IN: HARVEY, David et al. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, 2013.

MPL-SP. Carta de princípios do Movimento Passe Livre. 2005.

MUTZEMBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 30 Número 2 Maio/Agosto 2015.

NEW YORK TIMES (20/6/2013) Sweeping Protests in Brazil Pull In an Array of Grievances. Disponível em: https://www.nytimes.com/2013/06/21/world/americas/brazil-protests.html?pagewanted=2&ref=world&_r=0 Acesso em: 05 de dez. 2018.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia. Brasília**: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OLSON, Mancur (1985 [1965]) La lógica de la acción colectiva IN: BATLLE, Albert. **Diez textos básicos de Ciencia Política**. Editorial Ariel, 2007. p. 203-220

ORTELLADO, Pablo Os protestos de junho entre o processo e o resultado, 2013. In: JUDENSNAIDER, elena, et.al., **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

OS CONVIVIALISTAS. **Manifesto convivialista**. Declaração de interdependência, 2013.

PESCHANSKI, João. A. O passe livre no Brasil e a sociologia das possibilidades, 2018. IN: SANTOS Boaventura. S. & Jose Manuel MENDES. (Org.) **Demodiversidade: Imaginar Novas Possibilidades Democráticas**. Belo Horizonte: autêntica, 2018.

_____. O transporte público gratuito uma utopia real, 2013. IN: HARVEY, David et al. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, 2013.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Juicio político al presidente y nueva inestabilidad política en América Latina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009

PLEYERS, Geoffrey. **Movimientos sociales en el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

POLANYI, Karl, Nuestra obsoleta mentalidad de mercado. **Cuadernos de Economía**, V.XIV, n.20, Bogotá, 1994, p. 249-266.

POMAR, Marcelo. Não foi um raio em céu azul, 2013. IN: JUDENSNAIDER, Elena et al. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA- COLOMBIA. Presidente Juan Manuel Santos en la XXXV Caminata por la Solidaridad, 25 de agosto 2013a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HWlj_pj9lPU. Acesso em: 26 set. 2018.

_____. Declaración del Presidente Juan Manuel Santos, 29 de agosto de 2013b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SmR9qLyA-s8> . Acesso em: 26 set. 2018.

_____. Alocución del Presidente de la República de Colombia Juan Manuel Santos, 30 de agosto de 2013c. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=cbAinJnfhoI> > Acesso em: 26 de setembro 2018.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos Oraís: do indizível ao dizível. In: VOM SIMSOM (Org.) **Experimentos com Histórias de Vida**. São Paulo, v.13, p. 130-135, out-dez, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. **O dissenso**. A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras, p. 367-382, 1996.

RAWLS, Anne. Estudos de práticas sociais significativas envolvem necessariamente questões morais, 2017. Disponível em: <https://blogdosociofilo.wordpress.com/2017/07/28/estudos-de-praticas-sociais-significativas-envolvem-necessariamente-questoes-morais-por-anne-rawls/> . Acesso em: 10 out. 2017.

REIS, Marcus. Emergência de algo novo, 2013. IN: BORBA, Maria et al (Org). **Brasil em Movimento: reflexões a partir dos protestos de junho**. Rocco: RJ. 2014.

REMAP. Jornada Nacional De Protesta Y Paros Indefinidos. Remap, 2013. Disponível em: < <https://www.laremap.com/2013/08/jornada-nacional-de-protesta-y-paros.html> > Acesso em: 15 de set. 2016.

REMAP. En libertad Francisco Toloza, Vocero de Marcha Patriótica, 2014a. Remap. Disponível em: <https://www.laremap.com/2014/03/en-libertad-francisco-toloza-vocero-de.html>. Acesso em: 18 ago. 2018.

RESTREPO, Eduardo. La esperanza es la hija más hermosa de este proceso. Disponível em: <https://www.clacso.org.ar/megafon/megafon7.php> Acesso em: 25 de novembro de 2018.

ROBLEDO, Ángela. M. La Marcha Patriótica: una ruta hacia la paz. Indepaz: Bogotá. 2012. Disponível em: <: <http://www.indepaz.org.co/wp-content/uploads/2012/05/La-marcha-patri%C3%B3tica-una-ruta-hacia-la-paz.pdf>> Acesso em 5 de maio 2016.

RODRÍGUEZ-RAGA, Juan Carlos. Colombia: país del año 2016. **Revista de ciencia política** (Santiago), v. 37, n. 2, p. 335-368, 2017.

RODRIGUEZ, Edwin. C & Shameel T. SILVA. El movimiento político y social marcha patriótica: génesis, estructura y proyecto. **Rev.Colomb.Cienc.Soc.**, Vol. 8, No. 1, 2017, pp. 188-224.

RODA VIVA, Movimento Passe Livre (17/06/2013). Disponível em: <http://tvcultura.com.br/videos/13487_movimento-passe-livre-17-06-2013.html> Acesso em: 10 de nov. 2018.

RUEDA, Eduardo. Paz en Colombia: decolonización y cultura política, 2016. IN: ALVARADO, Sara. V; Eduardo. A. RUEDA; Pablo. GENTILI (Orgs). **Paz en Colombia: perspectivas, desafíos, opciones**. Buenos Aires: CLACSO. 2016.

RUSEFF, Dilma. Presidenta Dilma se pronuncia sobre manifestações e ressalta transformações sociais, (13 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KQhwyGNLbU>. Acesso em 10 nov. 2018.

SAKOMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas, 2013. IN: HARVEY, David et al. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, 2013.

SANTOS, Boaventura. S. **O fim do império cognitivo**. A afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: autêntica. 2019.

_____. **Democracia y transformación social**. Bogotá. Siglo del hombre Hombre, Siglo XXI. Editores, 2017.

_____. **La difícil democracia**. Ediciones Akal, 2016.

_____. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Porto: Afrontamento, 1989.

SANTOS Boaventura. S. & Jose Manuel MENDES. (Org.) **Demodiversidade: Imaginar Novas Possibilidades Democráticas**. Belo Horizonte: autêntica, 2018.

SANTARÉM, Paulo Henrique. A cidade Brasília (DFE): conflitos sociais e espaciais significados na raça. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2014.

SARMIENTO, Libardo. A. Petróleo, paz inconclusa y nueva lógica del conflicto. **Ciencia Política**, v. 13, n. 25, p. 67-92, 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. Desafios para uma sociologia política brasileira: os elos entre movimentos e instituições. **Sociologias**, v. 17, n. 38, p. 44-62, 2015.

_____. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais, 2011. IN: SCHERER-WARREN & Ligia Helena HAHN LÜCHMANN: **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. Florianópolis: UFSC, p. 17-35, 2011.

SARAIVA, Adriana Coelho. **Movimentos em movimento: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos**. Tese de doutorado, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, 2010.

SARAIVA PANTOJA, Leila. **Não leve flores**: crônicas etnográficas junto ao movimento passe livre-DF. Dissertação, Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2017.

SEMANARIO VOZ. Marcha patriótica responde, 10 de abril de 2013a. *Semanário Voz*. Disponível em: <http://semanariovoz.com/marcha-patriotica-responde/>. Acesso em: 4 jul. 2017.

_____. Marcha Patriótica denuncia detención de Huber Ballesteros, dirigente del Paro Agrario y Popular, 25 de agosto de 2013b. *Semanario Voz*. Disponível em: < <http://semanariovoz.com/marcha-patriotica-denuncia-detencion-de-huber-ballesteros-dirigente-del-paro-agrario-y-popular/> > Acesso em: 18 de agosto 2018.

_____. Detenido Francisco Javier Toloza. Continúa persecución contra Marcha Patriótica, 8 de janeiro de 2014a. Disponível em: <http://semanariovoz.com/detenido-francisco-javier-toloza-continua-persecucion-contra-marcha-patriotica/> Acesso em: 18 agosto de 2018.

SENADO FEDERAL, 2015. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/30/cdh-quer-urgencia-para-pec-que-torna-o-transporte-direito-do-cidadao> > Acesso em: 11 de nov. 2018.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e estado* Dádiva e solidariedades urbanas, vol. XVI, n. 1-2, p.100-112, 2001.

SILVA, Enrico P.B. Para além da razão utilitária: moralidade e emoções na luta social, **BIB**, São Paulo, n. 82, 2º semestre de 2016 (publicada em setembro de 2017), pp. 41-56

SILVEIRA, Sergio Amadeu; SAVAZONI, Rodrigo Tarchiani. O conceito do comum: apontamentos introdutórios| The concept of the commons: introductory notes. **Liinc em Revista**, v. 14, n. 1, 2018.

SNOW, David. A.; BENFORD, Robert. D. Master frames and cycles of protest. 1992. In: MORRIS, A. D; MUELLER, C. M. (Eds.). **Frontiers in social movement theory**. New Haven London: Yale University Press. SWIDLER, 1992.

SOP, René Xivir. **Movimientos sociales y política en Colombia**: estudio de caso sobre la acción política de la marcha patriótica hacia la construcción de paz urbana en Bogotá, durante el período 2012 -2015. Dissertação Universidad Javeriana) PUJ: Bogotá, 2016.

SOUZA MARTINS, José. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto. 2014

SUSI, Anna. La guerrilla de las imágenes: EZLN y fotografía. **Confluente** Vol. 2, No. 2, 2010, p. 146-160.

SVAMPA, Mariastella. Extractivismo neodesarrollista, Gobiernos y Movimientos Sociales en América Latina, 2012. IN: C. MOREIRA y D. AVARO (Coords.), **América Latina hoy: sociedad y política**, p. 15-67, 2012.

_____. Protesta, Movimientos Sociales y Dimensiones de la acción colectiva en América Latina, 2009. IN: “**Jornadas de Homenaje a C.Tilly**”, Universidad Complutense de Madrid-Fundación Carolina, 7-9 de Mayo de 2009,

_____. América Latina: Fin de ciclo y populismos de alta intensidad. 2016. IN: GUDYNAS, Eduardo, et al., **Rescatar la esperanza. Más allá del neoliberalismo y el progresismo**. Barcelona: entrepueblos. 2016.

TAMAYO, Richard (2013) Los poderes de las marchas en Colombia. 2013 El Espectador. Disponível em: <https://www.elespectador.com/noticias/nacional/los-poderes-de-marchas-colombia-articulo-415572>. Acesso em: 13 julho 2018.

TARIFA ZERO. A privatização do bilhete único ou como fingir que não se está gastando dinheiro público, 02/03/2017. Disponível em: <http://tarifazero.org/2017/03/02/a-privatizacao-do-bilhete-unico-ou-como-fingir-que-nao-se-esta-gastando-dinheiro-publico/#more-6873>. Acesso em: 6 set. 2017.

_____. Movimento Passe Livre, 2014. Disponível em: <http://tarifazero.org/mpl/>. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. Manifestação no dia da votação do Orçamento 2013: a tarifa do ônibus não pode aumentar! 2012. Disponível em: < <http://tarifazero.org/category/convocacao/page/2/> > Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. S/D. <http://tarifazero.org/mpl/> Acesso em: 27 de nov. 2018.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, (2009 [1998]).

TILLY, Charles. Procesos, contextos y transformaciones, conflicto político y cambio social. 1998. IN: IBARRA, Pedro; TEJERINA, Benjamin, (editores). **Los movimientos sociales**. Transformaciones políticas y cambio cultural. Madrid: Trotta. 1998.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. University of Michigan. 1977.

TILLY, Charles & Leslie WOOD. **Los Movimientos Sociales, 1768-2008**. Barcelona: critica. (2009).

TOURAINÉ, Alain. Os Movimentos Sociais. In: MARTINS, José. S. & Marialice FORACCHI. (Org.) **Sociologia e Sociedade**. Leituras de Introdução à Sociologia, 2012.

TURNER, Jonathan & Anthony Giddens (Org.) **Teoria social hoje**. Unesp, 1999.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas, 2013. IN: HARVEY, David et al. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, 2013.

VINICIUS, Leo. **A guerra da Tarifa**. SP: editora Faisca, 2005.

WAIZBORT, Leopoldo. O problema redistributivo da riqueza, 2015. IN: CAILLÉ, Alain et al. **O manifesto convivialista** - seguido de Comentários sobre a sociedade convivial, 2015.

WEISS, Raquel 100 anos sem Durkheim, 100 anos com Durkheim. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, no 44, jan/abr 2017, p. 16-36

_____. Estado, sociedade civil e indivíduo na teoria política de Durkheim - Limites da democracia. Recife. UFPE, 2008

ZALD, Mayer. Cultura, ideología y creación de marcos estratégicos. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John. D.; ZALD, Mayer. N. (Ed.). **Movimientos sociales: perspectivas comparadas**. Madrid: Istmo, 1999.

ZIBECHI, Raúl. **Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias**. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2015.